

POLOP
UMA TRAJETÓRIA DE LUTA
PELA ORGANIZAÇÃO INDEPENDENTE
DA CLASSE OPERÁRIA NO BRASIL

POLOP
UMA TRAJETÓRIA DE LUTA
PELA ORGANIZAÇÃO INDEPENDENTE
DA CLASSE OPERÁRIA NO BRASIL

CVM – CENTRO DE ESTUDOS VICTOR MEYER

Organização: Centro de Estudos Victor Meyer

Capa: Moacir Barbosa

Editoração eletrônica: Artetexto

Edição integrante do Projeto “50 anos da POLOP (1961-2011)”

Centro de Estudos Victor Meyer

CNPJ 10.806.922/001-44

cymbahia@gmail.com

Salvador - BA

Agosto 2009

Sumário

Apresentação	7
Introdução – Ceici Kameyama.....	11
Ernesto Martins, Érico Czaczkes Sachs – Victor Meyer	15
Convocatória para o 1º Congresso da POLOP	21
Diretrizes para uma política operária: Resoluções do 2º Congresso da POLOP – 1963.....	33
Mais uma vez a pequena burguesia – Ernesto Martins.....	47
Classes e Estado, democracia e ditadura – Ernesto Martins	73
Formar a vanguarda proletária: a linha estratégica da organização – Érico Sachs	87
Programa Socialista para o Brasil	97
Caminho e caráter da revolução brasileira – Ernesto Martins Parte I – Revolução socialista ou caricatura de revolução	129
Parte II – A força motriz do processo revolucionário.....	153
Parte III – A teoria e a prática	173
Parte IV – Proletariado brasileiro e revolução mundial.....	197
Nosso trabalho nos sindicatos – Érico Sachs.....	217
A crise que se avizinha, a crise pela qual passamos – Ernesto Martins	225
O PSB e a fase atual da luta de classes – Érico Sachs	247
O PT e o partido revolucionário – Érico Sachs	253
Andar com os próprios pés – Érico Sachs	259
Frágua inovadora: o tormentoso percurso da POLOP – Victor Meyer.....	265
A POLOP e as esquerdas no enfrentamento da ditadura militar – Eduardo Stotz	279
O Estado capitalista de volta às origens? – Victor Meyer.....	291

Apresentação

Em janeiro de 2011 a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária, mais conhecida como POLOP, que se fez presente no cenário das lutas políticas do país entre as décadas de 60 e 80, completará 50 anos de sua fundação.

Conscientes da importância da ação política da POLOP para a classe trabalhadora brasileira, alguns quadros, preocupados com os rumos das lutas sociais no país, decidiram se articular em torno do Centro de Estudos Victor Meyer – CVM, para viabilizar a comemoração desse acontecimento, mediante o resgate da sua história.

A POLOP

Há cerca de quarenta e oito anos atrás, entre 16 e 19 de janeiro de 1961, um grupo de jovens militantes revolucionários reuniu-se em Jundiaí, SP, para fundar uma organização revolucionária que recebeu o nome de Organização Revolucionária Marxista – Política Operária. O ato foi o coroamento de uma série de debates e articulações entre quadros políticos e intelectuais que então militavam em pequenas organizações políticas ou se articulavam em torno de publicações marxistas.

Um conjunto de ideias básicas unia o grupo:

- a condenação à política de colaboração de classes à época comandada pelo PCB, PSB e PTB;
- a defesa do caráter socialista de qualquer futura revolução no Brasil;

- o reconhecimento do papel da classe operária como força aglutinadora de uma frente dos trabalhadores da cidade e do campo;
- a defesa da construção de um partido representativo da classe operária, em oposição aos partidos burgueses e reformistas;
- crítica às deformações burocráticas dos Estados do então campo socialista, mas solidariedade a esses países em seus conflitos com o sistema imperialista.

A influência da nova organização na esquerda brasileira, em especial na chamada Esquerda Revolucionária, foi profunda. Pode-se dizer que a POLOP catalisou as lutas internas que envolveram o PCB nos anos que se seguiram ao golpe militar de 1964. Todas as organizações políticas então formadas na fase da ditadura militar mantiveram algum tipo de relacionamento ou mesmo foram diretamente originadas das fileiras da POLOP, cujas análises e propaganda política atuaram como um polo irradiador de proposições revolucionárias.

Mas as condições gerais do período que se seguiu, marcadas pela consolidação da ditadura militar, pela depressão política do movimento operário e pela prolongada clandestinidade – aliadas à onda voluntarista que terminou prevalecendo na Esquerda Revolucionária – selaram o destino da Organização. O cerco repressivo, as prisões, o exílio forçado, provocaram a desintegração do seu núcleo dirigente ao longo dos anos 70 e o fracionamento dos quadros remanescentes.

Com a anistia e o retorno ao país dos exilados, verifica-se um movimento no sentido de reaglutinação da Organização. Tarde demais, pois o contingente de militantes disponíveis era demasiadamente reduzido e isolado do centro dinâmico das lutas sociais brasileiras, numa conjuntura marcada pela retomada das greves operárias, pelo surgimento do PT e pela gestação da CUT. Reconhecendo a importância política própria do PT naquele momento – e sem deixar de entender os seus limites –, a POLOP aderiu ao novo partido, mas ao mesmo tempo procurou se manter como organização autônoma. Sem êxito nesse último projeto, dispersou-se lentamente no decorrer da primeira metade dos anos 80.

O resgate da memória

Todavia, o esforço pela elaboração e aplicação de uma perspectiva política revolucionária por cerca de 25 anos inin-

terruptos, embasado na realidade do País, teria que deixar uma herança. Num texto de fins de 1999, o saudoso companheiro Victor Meyer observou:

O caráter expansivo da POLOP num contexto tão especial da história das lutas de classes no Brasil, sustentado apesar do traumático teste histórico representado pelo golpe militar de 1964, tem sua expressão máxima na elaboração de um documento básico, o Programa Socialista para o Brasil, apoiado sobre um conjunto de textos de fundamentação que configurariam um método de análise, um ideário articulado e uma estratégia de luta.

Seria uma precipitação supor-se que tudo isso teria desaparecido pela ação do tempo. É verdade que a memória da esquerda revolucionária brasileira, de um modo geral, dentro da qual se encontram os registros particulares da POLOP, constitui-se numa dessas realidades que o curso da vida cotidiana confina à vala comum do esquecimento. Tempos de reação, os três últimos lustros decretaram a morte do proletariado, o fim das utopias e, nas franjas do pensamento único que a velha ordem social tentou e ainda tenta impor, a intelectualidade majoritária permitiu-se criar um *index* de temas excluídos do campo das discussões. Contudo, as realizações do passado resistem em sua integridade de fatos consumados, retem suas próprias luzes. (Victor Meyer, Frágua inovadora.)

É dentro desses pressupostos que estamos nos propondo a reconstituir a memória da prática da POLOP, desde a sua fundação. Recuperar os acervos de documentos elaborados ao longo da sua história, disponibilizá-los em arquivos de acesso público, publicar na forma de livro os documentos principais, resgatar o papel que a Organização desempenhou nas lutas sociais do País – eis as tarefas colocadas.

O CVM, criado sob a forma de entidade civil sem fins lucrativos, buscará aglutinar aqueles que reconhecem a importância da experiência política da POLOP, bem como militantes e estudiosos das lutas sociais no País, em torno das tarefas planejadas. A presente coletânea, trazendo a público uma seleção de textos elaborados pela referida Organização durante a sua trajetória, é um passo inicial nesse sentido.

Salvador, agosto de 2009
Centro de Estudos Victor Meyer

Introdução

CEICI KAMEYAMA

Os artigos aqui selecionados, documentos da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária, ORM-PO, representam os frutos de uma prática política de mais de 20 anos. Apesar do tempo decorrido, eles mantêm atualidade nas suas linhas básicas. Isso se deu, em boa medida, porque a POLOP buscou a “análise concreta da realidade concreta”, procurando retomar o método marxista como guia para a ação. Fugiu assim do expediente fácil da imitação do “caminho russo”, “chinês” ou “cubano”. Com isso, conseguiu definir a tarefa central dos marxistas-leninistas no país: a de contribuir para a transformação da classe operária brasileira de “classe em si” em “classe para si”, entendida como linha estratégica, isto é, uma transformação que, se realizada, colocaria a luta de classes em um patamar superior.

À época da fundação da POLOP a classe operária brasileira somava cerca de 3 milhões de trabalhadores; hoje são mais de 15 milhões. Outras mudanças ocorreram no país: a burguesia tornou-se mais poderosa, a população passou a ser majoritariamente urbana, o capitalismo monopolista implantou-se também no campo; estreitou-se a associação das classes dominantes com os monopólios dos países centrais. O domínio burguês através da democracia formal ganhou mais força.

Sem dúvida, a classe operária amadureceu nesse período. Mas ficou no meio do caminho no processo da sua transformação em

“classe para si”. As manifestações de caráter classista quando das greves do final de 1970, da fase inicial do Partido dos Trabalhadores e da Central Única dos Trabalhadores, deram lugar paulatinamente a alianças cada vez mais amplas com partidos burgueses e pequeno-burgueses, priorizando-se a ação institucional pela disputa de postos no Parlamento e no aparato estatal. Isso não só contribuiu para o amortecimento da luta de classes, como levou ao abandono da luta pelas reivindicações específicas do proletariado. Pode-se dizer que em 2002 deu-se um salto qualitativo, quando as condições então criadas possibilitaram que um partido de forte inserção na classe operária e nas camadas populares assumisse o governo federal.

Favorecido pela conjuntura de crescimento econômico, o governo assim instalado ganha enorme aprovação popular, circunstância que permite às forças que o apóiam agirem como amortecedores dos conflitos de classe e alçarem-se à condição de “administradores do capital”. E, com a reversão das taxas de crescimento da economia, passam a dar ênfase também a outros recursos, como o reforço do enquadramento das centrais sindicais e os pactos sociais (o exemplo mais visível é a Câmara Regional do ABC, que reúne representantes de sindicatos, do patronato – inclusive da FIESP – e dos três níveis de governo, com o objetivo de buscar “soluções comuns” para a crise). São expedientes que podem iludir e conter os trabalhadores por algum tempo, mas que se chocam com as medidas de desvalorização salarial, precarização das relações de trabalho e demissões, necessárias para que o capital retome um novo ciclo de crescimento.

As tarefas consubstanciadas na linha estratégica formulada pela POLOP continuam, pois, na ordem do dia.

Diga-se de passagem que o fenômeno constatado, da transformação de instrumentos de defesa dos trabalhadores em “administradores do capital”, atingiu as forças chamadas de “terceira via” no mundo todo, em face do enorme poderio acumulado pelo capitalismo. De fato, nas últimas décadas, diante do desmoronamento do campo socialista nucleado pela URSS, o capitalismo ocupou praticamente todo o planeta e dobrou o contingente do proletariado mundial.

Por outro lado, a profunda e ampla crise mundial do capitalismo, que ocorreu em fins de 2007, com a conseqüente queima de

capitais e destruição das forças produtivas, processo cuja duração e intensidade não podemos ainda prever, sepultou a ideia do “fim da história”, “do fim do marxismo”, que reinava triunfante, fortalecida pelo desmoronamento dos principais países socialistas. A crise cíclica do capitalismo – inerente e imprescindível para a sua existência – manifesta-se hoje com força tal que obriga a quem se dispuser a enfrentar com alguma coerência os problemas vividos pelos trabalhadores, a recorrer à teoria marxista e, inseparável disso, a reconhecer o proletariado como a força motriz da superação da barbárie capitalista.

Em outras palavras, está colocada a possibilidade de aproveitar o cenário de aguçamento das contradições entre o capital e o trabalho para avançar a consciência e a organização do proletariado. Nesse sentido, as formulações passadas da POLOP adquirem enorme atualidade. As condições objetivas favorecem o trabalho de formação da “classe para si”.

Os textos selecionados neste livro ilustram e destacam a intransigente ação política da POLOP no decorrer da sua trajetória, seja nas formulações teóricas, seja no combate à ideologia burguesa e suas variantes pequeno-burguesas no seio da classe operária. Sobressai-se uma incansável insistência nos chamamentos para as forças representadas junto à classe operária no sentido do desenvolvimento de uma luta classista; da necessidade de uma organização sindical independente e da organização dos trabalhadores nos locais de trabalho – proposições guiadas pela estratégia de contribuir para amadurecer a consciência do proletariado nas diversas conjunturas e condições de luta: da fundação da Organização até o golpe militar, durante a ditadura militar e na fase final da ditadura.

Cabe destacar que a POLOP, ao caracterizar a revolução no Brasil como socialista, não aceitou estabelecer como objetivo da luta proletária a formação de governo “nacionalista e democrático” ou similares, que o antigo Partido Comunista Brasileiro apresentava em decorrência de sua visão de revolução em duas etapas. Da mesma forma rejeitou as propostas de luta por um “governo popular”, nos moldes das posições do PCdoB. Ao contrário, a POLOP retoma as formulações presentes no início da Internacional Comunista, que propunha como palavra de ordem um “governo operário”, ou “operário-camponês”, a depender das condições de

cada país, para aquelas situações em que as lutas se aguçavam e a questão do poder se colocava na ordem do dia, mas as condições não estavam suficientemente amadurecidas para a instalação de uma ditadura do proletariado. A fórmula adotada para as condições concretas da luta de classe no nosso país foi a do “governo dos trabalhadores da cidade e do campo”.

Vale destacar também que, ao conceber a formação de partido revolucionário como a outra face do amadurecimento da classe operária em “classe para si”, a POLOP não se considerava o partido revolucionário dos trabalhadores, mas sim uma organização que, em conjunto com outras organizações similares, contribuiria para a sua criação, na mesma medida em que fizesse avançar a formação política da classe revolucionária.

Do livro constam ainda textos que não foram formulados pela POLOP enquanto organização, mas que se inserem no necessário caminho do balanço da sua experiência: um ensaio de Eduardo Stotz que faz uma avaliação da trajetória das esquerdas no Brasil até o fim da ditadura militar, do ponto de vista de suas posições programáticas; Fráguas inovadora: o tormentoso percurso da POLOP, de Victor Meyer, um histórico resumido da ORM-PO que busca resgatar o papel desempenhado pela Organização nas lutas de classe no País; “O Programa Socialista para o Brasil e a atual fase da luta de classes”, de Érico Sachs, escrito um pouco antes de sua morte, em que o autor faz uma avaliação do Programa formulado pela POLOP, caracterizando o que permanece atual e os aspectos que perderam atualidade por força das mudanças ocorridas no mundo e no Brasil; e, finalmente, um texto de Victor Meyer, “O estado capitalista de volta às origens?”, de 1999, uma análise crítica buscando atualizar o entendimento do imperialismo e do Estado contemporâneo.

Maio de 2009

Ernesto Martins, Érico Czaczkes Sachs*

VICTOR MEYER

A recente publicação do livro “Marxismo e Luta de Classes”** fez despertar em determinadas áreas interesse pela obra de Érico Sachs. Quem foi e onde viveu esse marxista, aparentemente desconhecido, que deixou no Brasil uma obra presumidamente tão importante? A explicação é simples: para mais de uma geração de marxistas brasileiros, Érico Sachs não era um desconhecido. Sob os nomes de Eurico Mendes, Eurico Linhares ou, especialmente, **Ernesto Martins**, seus textos foram passados de mão em mão e, durante pelo menos 25 anos, sustentaram uma das mais originais correntes da esquerda brasileira, associada ao extinto grupo Política Operária. Mas somente agora sua obra pode ser colocada, abertamente, à disposição de todos os interessados em conhecer as diversas vertentes do marxismo no nosso país.

Érico Sachs não era brasileiro: nasceu em Viena, em 1922. Filho único numa família judia, proveniente de Tchernowitz (fronteira da Áustria-Hungria com a Rússia até 1919), seu pai era membro destacado da social-democracia austríaca e sua mãe, nascida na Rússia,

(*) O nome original em alemão de Ernesto Martins é Erich Czaczkes. No Brasil, ele foi também conhecido como Eric Sachs. Entretanto, documento em alemão, recentemente conhecido, faz menção à mudança do seu nome para Érico Sachs, razão pela qual o identificaremos com tal nome nesta publicação.

(**) Editora Práxis, Salvador-BA, 1987.

conhecia de perto o Partido Bolchevique, dada a circunstância de ter um irmão militante nas fileiras do partido russo.

Em 1934, Érico acompanha a sua mãe, Sina Ida Czaczkes, numa viagem que representaria a sua primeira emigração: mudam-se para a Rússia, em consequência do recrudescimento das perseguições aos judeus na Áustria. Instalados em Moscou, Érico passa a frequentar a Escola Karl Liebknecht, onde permaneceria até 1937. Os três anos em Moscou marcaram decisivamente a sua formação intelectual. A escola era frequentada principalmente por filhos de refugiados alemães, embora também abrigasse jovens de outras nacionalidades. Foi nesse período que Érico estudou pela primeira vez o marxismo, ao tempo em que obtinha informações da oposição a Stalin. Seus contatos com os militantes da Oposição valeram-lhe a expulsão da Rússia, em 1937. O episódio seria lembrado posteriormente por um dos alunos da Escola Karl Liebknecht, o alemão Wolfgang Leonhardt, no livro “A revolução Despachou suas Crianças”.

De volta para a Áustria, Érico e sua mãe lá não permanecem mais que alguns meses: o clima de perseguições aos judeus tornava impraticável a sua permanência na Áustria. Para Eric, com apenas dezesseis anos, já era a terceira vez em que se via obrigado a abandonar um país. Foge da Áustria a pé, alcançando a Bélgica através do território alemão e daí chega até a França. Em Paris, procura Thalheimer e Brandler, os líderes da Oposição Alemã. Torna-se o mais jovem militante da KPO (Oposição Comunista Alemã) no exílio. Morando com Thalheimer, além das discussões sistemáticas que mantém com o principal líder da Oposição Alemã, encontra-se com outras figuras destacadas do comunismo, como Victor Serge, e com militantes do POUM. Esse é também, para Eric, o primeiro período em que vive dentro de agudas privações materiais. A Oposição Alemã vive sérias dificuldades financeiras e é grande o número de exilados. Passa a trabalhar numa Escola de Agricultura destinada a jovens refugiados judeus. Em 1939, com o começo da guerra, a situação se torna ainda mais insegura para os judeus comunistas. Muitos já haviam decidido rumar para a América – para Cuba, Brasil, Chile etc. Érico e sua mãe decidem emigrar para o Brasil.

Em seus primeiros passos no ambiente brasileiro, aos poucos foi conhecendo a realidade do nosso movimento operário. Trabalhando como gráfico, participou da organização dos gráficos paulistas. Posteriormente – a partir do final da década de quarenta – foi jornalista, e seus artigos publicados no Correio da Manhã dão uma rica visão

panorâmica do mundo no pós-guerra. Progressivamente, sua influência intelectual foi se firmando junto a segmentos da esquerda brasileira.

Acontece que, no Brasil, a história da esquerda praticamente gravitava em torno das influências provindas do PC soviético, reproduzindo-se aqui o cenário das lutas de facções ligadas aos nomes de Stalin e Trotski. Há muito que o centro comunista, em Moscou, havia deformado completamente um dos pontos de honra dos primeiros tempos da Terceira Internacional: o respeito à autonomia dos PCs internacionais. O PCB não fugia à regra e já se tornara um mero reflexo da política stalinista. Érico chegava ao Brasil trazendo uma tradição ideológica inteiramente diversa, e não por acaso: o Partido Comunista Alemão fora, durante toda a década de vinte, o mais forte partido depois do russo, o único que incorporava sólida trajetória teórica e prática, mantendo por isso reservas internas de autonomia frente ao rolo compressor da luta de facções na Rússia. Pesava, nesse sentido, a tradição aberta por Rosa Luxemburgo e outros. Cindindo-se do partido alemão oficial somente quando a convivência tornara-se impossível – ao ser decretada a política ultra-esquerdista da guerra contra o “social-fascismo” – a Oposição Alemã tornou-se um baluarte sobrevivente da convicção de que a luta do proletariado de qualquer país não pode se submeter ao modelo de alguma revolução vitoriosa. Érico trouxe para o Brasil o fio condutor dessa tradição e independência: cada nova revolução é uma fonte de novas experiências, mas não cabe acatar o stalinismo, o trotsquismo (nem o maoísmo ou o castrismo) como métodos ou sistemas.

A trajetória pessoal de Érico no Brasil seria um assunto para uma publicação à parte, fugindo aos limites dessa apresentação. Bastaria aqui lembrar que, durante a década de 50, exerceu grande influência na preparação ideológica de uma corrente de pensamento, trabalho que culminou, em 1960, na convocatória para o 1º Congresso da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária. Estudiosos da esquerda brasileira, como Daniel Aarão,* situam na fundação da Política Operária, em 1961, um marco inicial da história da nossa nova esquerda.

Em 1969, Érico foi preso pelo DOPS carioca. Conseguindo fugir da prisão, refugia-se na embaixada da Áustria e, em 1970, pela quarta

(*) *Imagens da Revolução*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

vez em sua vida, tem que abandonar um país. Mas dessa vez trata-se do país que, voluntariamente, escolheu como seu. Na sua volta ao Brasil, em 1980, integra-se no Partido dos Trabalhadores, no Rio de Janeiro.

“Só existem dois mundos, pois entre capitalismo e socialismo não existe terceira ordem social”. Essa visão quanto à contradição fundamental do mundo contemporâneo é uma das características sempre constantes na obra deixada por Érico Sachs. Textos datados dos primeiros anos 60, tanto quanto os escritos dos últimos anos de sua vida, batem na mesma tecla: a crítica à degenerescência burocrática do Estado, nos atuais países socialistas, não pode ultrapassar a solidariedade que os revolucionários têm por dever prestar a esses países em suas lutas contra o bloco imperialista.

Contudo, não obstante a importância de suas análises sobre a evolução do movimento comunista no mundo, podemos seguramente afirmar que a contribuição mais notável e marcante do autor, que definitivamente iria ligar seu nome à história da esquerda brasileira, situa-se em outro terreno. Estamos nos referindo à discussão sobre o caráter da revolução brasileira, sobre o papel da classe operária e sobre o cenário estratégico onde se projetam as metas qualitativas mais imediatas, capazes de alterar substancialmente a posição da classe operária na nossa sociedade e melhorar as condições para a luta posterior.

Quanto ao caráter da revolução, Érico argumentaria que a única revolução possível no Brasil contemporâneo seria socialista. Hoje, essa tese talvez não encontre muitos opositores entre os marxistas brasileiros, mas quando foi formulada pela primeira vez se chocou frontalmente contra a maré montante, contra o dogma da revolução democrático-burguesa, comungado em consenso pelo pensamento então hegemônico na nossa esquerda.

Quanto aos objetivos estratégicos, Érico argumentaria que todos os esforços deveriam visar à transformação da classe operária numa classe independente, em condições de agir em faixa própria, formulando suas reivindicações políticas e construindo suas organizações sem a burguesia e contra a burguesia. Hoje, essa tese certamente soará familiar para todo um contingente, incluindo aí os valorosos operários de vanguarda que lutam para construir o Partido dos Trabalhadores como porta-voz das aspirações da classe operária e demais assalariados, em oposição à política das classes dominantes. É verdade que ainda não podemos identificar,

rigorosamente, no Brasil de hoje, uma classe operária independente. Mas estamos a caminho. Aí estão a CUT, o programa do PT, e a consciência prática efetivamente alcançada pela vanguarda do nosso movimento operário. Pode-se dizer que já existe na sociedade brasileira uma força material intensamente identificada com a perspectiva política e organizatória, tornada concreta, de marchar com as próprias pernas, passando ao largo dos apelos das classes dominantes.

Mas há 25 anos atrás, ou antes, há quase 30 anos atrás, quando Érico escrevia para a revista “Movimento Socialista” e preparava a fundação do grupo “Política Operária”, quando apenas começava a se formar a geração pioneira que pela primeira vez integraria no Brasil uma corrente de opinião contrária à colaboração de classes, a situação era bem outra: o pensamento e a prática predominantes na esquerda oficial já se adentravam pela terceira década de apoio mais ou menos crítico ao Estado populista e às facções ditas “nacionais” da nossa burguesia.

O operário consciente que hoje proclama *slogans* contra a Nova República, aqueles operários que fizeram comícios em portas de fábrica na hora da reunião do Colégio Eleitoral, demarcando assim sua independência com relação ao novo governo burguês que se formava, então liderado por Tancredo Neves, esses operários certamente reconheceriam sua própria consciência atual se lessem qualquer dos artigos de Érico Sachs escritos nos idos de 1960. Ou ao lerem o texto que ora publicamos – “Aonde Vamos”* – datado de 1966, que se constitui num libelo histórico contra a conciliação de classes e a favor da formação independente do nosso proletariado. Essa circunstância não deixa de ser incomum, e mereceria algumas reflexões.

É uma situação incomum, visto que a história das correntes da esquerda brasileira parece quase totalmente submetida a uma maldição, parece fadada a ver a realidade sempre resistir às suas teses. Aqui ao contrário, temos algo que foge a essa sina, aqui o pensamento conseguiu ser intérprete de um processo histórico real. Hoje, Érico está morto, o grupo político que criou já deixou de existir como organização, mas a linha estratégica esboçada há trinta anos atrás está em vias de realização; o movimento operário

(*) Vide SACHS, E. “Qual a herança da revolução russa e outros textos”. Belo Horizonte: SEGRAC, 1988.

brasileiro avança no marco qualitativo da sua formação independente. Não registramos o fato pela trivialidade de querer glorificar a memória de um indivíduo, mas para ressaltar que o marxismo, dentro de certas condições, continua sendo uma doutrina fecunda. Basta que esteja liberto dos dogmas e dos esquemas apriorísticos; basta que assuma frente à realidade a mesma postura dos seus fundadores ou dos discípulos mais ilustres, a exemplo de Lênin, de Rosa Luxemburgo e de outros, que em seus tempos e em seus países se recusaram a copiar modelos ou traçar esquemas. Érico conseguiu incorporar esse antidogmatismo criador, por isso sua obra é atual. Talvez por isso, também, gostasse tanto de lembrar uma passagem da obra da juventude de Marx: “A teoria – disse Marx em 1844 – só se realiza no seio do povo na medida em que seja a expressão das suas necessidades”.

Érico morreu no Rio de Janeiro, em 9 de maio de 1986. Seus últimos anos foram vividos em condições materiais extremamente precárias, virtualmente relegado ao isolamento e à miséria. Velho comunista, mais de uma vez lembrara a célebre colocação de Rosa Luxemburgo sobre o “isolamento revolucionário”. Para ele, a consciência do próprio isolamento era também a certeza do caráter circunstancial dessa situação, sobre a qual se projetava a convicção da vitória final que caberá à sua causa, à sua ideologia e à classe à qual aderiu. A história do comunismo está repleta de exemplos como esse.

Érico Sachs: o adolescente que adotou o marxismo na Rússia, o jovem militante da Oposição Comunista na Europa, o imigrante tornado brasileiro e que entre nós levantou as bandeiras da formação independente da classe operária e do Brasil socialista, o exilado na Alemanha, durante a ditadura militar brasileira, o retornado em 1980, que se integrou ao Partido dos Trabalhadores. Seu pensamento tinha raízes tão antigas quanto sólidas: Marx, Engels, Rosa Luxemburgo, Lênin. Érico está sepultado no Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro, e em seu túmulo caberia perfeitamente as palavras de um revolucionário do Século XIX, o russo Tchernichevski:

Permanece tranquilo ante às adversidades que aos demais abatem. Repete o poeta: “Joguei tudo que tinha apostando contra nada, e o mundo inteiro me pertence”; não se lamenta por nada que tenha feito a seu tempo, e diz: aconteça o que acontecer, no final das contas a vitória pertencerá ao nosso campo.

Convocatória para o 1º Congresso da POLOP*

(Redigido por Érico Sachs)

Companheiros,

Em todos os debates realizados até agora chegamos à conclusão de que a tarefa principal dos marxistas brasileiros consiste na formação de um partido independente da classe operária. Concordamos que os assim ditos “Partidos Operários”, ou a “esquerda”, como é popularmente chamada, não preenchem essa função no cenário político do país. O PC falhou na tentativa de se tornar o partido do proletariado brasileiro, o PSB nunca teve essa preocupação e o PTB não passa de uma agência da burguesia no meio dos trabalhadores.

Isso, para nós, já se tornou ponto pacífico e, quando chegamos a essas conclusões, não fizemos mais que concordar com o velho Engels, quando afirmou que “a nossa tática tem uma coisa em comum em todos os países modernos e em todas as circunstâncias: levar os operários à formação de um partido independente e oposto a todos os partidos da burguesia”.

Os países modernos aos quais Engels se refere são, evidentemente, países onde surgiu um proletariado industrial e uma

(*) Fonte: “Andar com os próprios pés”. Belo Horizonte: SEGRAC, 1994.

burguesia, isto é, onde estão se desenrolando relações capitalistas de produção. Quando Engels salienta que esse partido operário deve ser não só independente, como também oposto a todos os partidos burgueses, ele tira tanto uma conclusão teórica quanto uma experiência prática das lutas de classes. A longo prazo há mais comunhão entre o mais reacionário e o mais radical dos partidos burgueses do que entre estes e o partido proletário. Em todas as crises de sistema social, todas as facções da burguesia defendem as relações de produção baseadas na propriedade privada.

Como essas constatações já se tornaram lugar comum, nós nos limitamos, até agora, a levantar o problema nos debates. Há, porém, dois pontos fundamentais a serem esclarecidos para enfrentar as soluções: 1) como chegar ao dito partido nas condições concretas das lutas de classe no país; e 2) qual é a forma que o partido tomará sob essas condições.

Os dois pontos fundamentais, a nosso ver, são intimamente ligados. Já declaramos por diversas vezes que a mera reunião de tantos e quantos indivíduos, ou mesmo grupos existentes que resolvam “fundar” um partido, não representa ainda uma solução. Isso criaria um mero rótulo, como já foi tentado em tantas dúzias no passado, sem deixar traços. O surgimento de um partido do proletariado brasileiro será um acontecimento de alcance tão profundo que mudará não só o panorama político do país como toda a sua história futura. Tal acontecimento não se dará por um ato meramente formal, que não tenha outra base do que a vontade subjetiva de revolucionários. Um partido é um organismo vivo, com problemas mais complexos. Ele consiste não somente de nome, estatutos e de um programa adotado. Ele existe na medida em que disponha de órgãos de base, que levem a luta para adiante, e essas bases são compostas de quadros. E já que pretendemos romper com a tradição de um partido burocrático, constituído de cima para baixo, dividido numa direção que pensa (ou recebe ordens de fora) e uma base que executa, devemos colocar a premissa da existência de um mínimo de quadros com experiência revolucionária, para que o novo partido possa funcionar democraticamente e para que a base possa de fato determinar a “linha”. Pressupõe isso ainda que esses quadros falem uma linguagem comum, que

encarem os fenômenos da luta de classes sob um ângulo comum e que tenham pelo menos tanto em comum, para que uma minoria possa se submeter à decisão da maioria, sem que isso se choque com as suas concepções revolucionárias de princípio.

Isso, entretanto, não esgota ainda o problema. No Brasil de hoje, além disso, não é mais possível levar a sério um “partido operário”, composto principalmente por elementos da pequena-burguesia. Mas quando falamos da necessidade da presença do proletariado no partido, não nos referimos a simples adesões na periferia da organização, mas sim à criação de quadros políticos da classe operária. Num organismo democrático, esses dirigentes operários farão sentir a sua presença ao lado dos intelectuais e estudantes revolucionários, sendo indispensável a sua colaboração ativa na elaboração tática da luta; e num organismo que se intitula de “partido” esses quadros políticos operários terão de estar na maioria.

Um partido desse gênero requer uma base material para a sua existência. Requer que os grupos de revolucionários se liguem ao movimento operário existente e que este movimento amadureça o bastante para fornecer os necessários quadros políticos a um partido. Parece que estamos perante um círculo vicioso. De um lado, faltam ainda os elementos básicos para um partido de classe, que poderão dar à luta política um conteúdo mais consistente. De outro lado, a luta tem de se desenvolver e intensificar para que surjam os elementos políticos necessários à formação de um partido. Esse círculo se romperá, todavia, se encararmos o fenômeno da formação do partido como um processo. Nossa tarefa é tomar consciência das leis que regem esse processo, para poder aprofundá-lo.

Já chamamos à atenção, durante os debates, sobre o conteúdo que Marx dera ao termo “classe” quando falava de “**classe em si**” e de “**classe para si**”. Esta é a classe política, que revela consciência de seu papel social e que apresenta reivindicações e objetivos próprios. A outra já existe como fator econômico e social, mas não despertou ainda para um papel político independente. Há uma relação entre o processo da formação de um partido operário e o despertar da classe política, mas os dois fenômenos não são propriamente idênticos. Houve países, e momentos históricos, em que o proletariado se portou como classe independente, sem todavia tirar ainda consequências organizatórias ou teóricas. Todavia

pode-se afirmar que a formação do partido depende do estado de evolução da classe que representa.

O proletariado brasileiro ainda se encontra em pleno processo de formação como classe política. Seu atraso se deve, em parte, a causas objetivas, à sua juventude, ao contínuo afluxo de elementos do campo, etc., e em parte a causas subjetivas, à renúncia dos partidos tradicionais, como o PC, em despertar a sua consciência de classe e em dar-lhe uma educação socialista.

O que caracteriza, na prática, a situação do proletariado brasileiro? Antes de tudo, o domínio e a tutela que a burguesia nacional exerce sobre ele, de um modo tão vasto ainda que impede a sua participação na política nacional como fator independente. Materialmente esse domínio é realizado por meio do Ministério do Trabalho, da legislação sindical herdada do Estado Novo e demais apetrechos clássicos da máquina de opressão do Estado burguês. Ideologicamente, essa tutela é exercida pelas várias teorias que pregam uma comunidade de interesses entre a burguesia e o proletariado (desenvolvimentismo, nacionalismo), e que têm como consequência tácita o sacrifício das reivindicações próprias da classe operária. Para julgar esse aspecto da questão da tutela burguesa, é importante assinalar, todavia, que ela continua a existir, principalmente, porque está sendo defendida, em teoria ou na prática, pelos partidos chamados de esquerda. O domínio e o estrangulamento da vida sindical no país é uma questão de força. Sancionada em lei, a burguesia dispõe dos meios, polícias, tribunais, cadeia, para impô-la. Nesse sentido, ela não age diferentemente do que agia a burguesia européia nos séculos 18 e 19, a qual procurava impedir o surgimento do movimento operário mediante a chamada “proibição de coligações”. Hoje não é mais possível proibir simplesmente os sindicatos operários. A história mostra que as tentativas nesse sentido se revelaram contraproducentes. Hoje procura-se controlar e corromper os órgãos sindicais. O descaramento com que a nossa burguesia sustenta esse controle, mediante um sistema legislativo conservado intacto durante os últimos 25 anos, só é possível por ela dispor, no trabalhismo, de um agente direto na classe operária e que se veste como movimento operário e, em última análise, porque grande parte dos comunistas e socialistas se aliaram ao PTB na política nacional. O domínio burguês sobre os sindicatos,

porém, não mais corresponde às relações de forças materiais entre as classes. Suas causas são encontradas no terreno ideológico.

Essa tutela ideológica, já o dissemos, a burguesia exerce hoje preferencialmente por meio das “teorias” de desenvolvimentismo – sem por isso desprezar recursos mais antigos, como o clero, o patriotismo, a ignorância cultivada por meio de um sistema de educação arcaico, etc. O “desenvolvimentismo”, como é aceito nas chamadas esquerdas e nas cúpulas sindicais, se apresenta geralmente sob o signo do nacionalismo e a fusão das duas ideologias é tendência geral. Também nesse terreno a nossa burguesia não mostra excessiva originalidade e usa essencialmente os mesmos argumentos clássicos do capitalismo europeu do século passado. Do mesmo modo, ela prega uma pretensa comunidade de interesses de classes, a paz social para o desenvolvimento do país, para que em data futura, e sempre futura, sejam resolvidos os problemas sociais e a miséria existente. O culto da renda per capita reviveu, e sua elevação faz parte hoje de qualquer meta oficial, como fez parte da bagagem ideológica dos reformadores liberais dos tempos de Marx. Com uma diferença, todavia: naquele tempo, ainda se sonhava com uma sociedade burguesa ideal, a qual se realizaria quando a renda da nação atingisse certo nível. Hoje, as previsões sobre o futuro do capitalismo são mais céticas e a alternativa do socialismo começou a se impor. Hoje, os apologistas da reforma burguesa se limitam a afirmar que somos pobres demais para pensar em experiências socialistas, temos de passar primeiro pela escola do capitalismo nacional, etc. Mas mesmo esse gênero de argumentação está destinado à falência, em vista dos exemplos da Rússia e da China, que fizeram as suas revoluções em estado de desenvolvimento mais primitivo do que se encontra presentemente o Brasil. Por enquanto, a burguesia e seus ajudantes eficientes no movimento operário se limitam a esconder esses fatos.

Finalmente, não devemos esquecer que a penetração das ideias desenvolvimentistas no meio operário foi facilitada por uma hábil exploração dos sentimentos antiimperialistas reinantes nas massas. Com essa aventura (não sem perigo para ela) a burguesia pretendeu matar diversos coelhos com uma só cajadada. Em primeiro lugar, era importante para ela procurar neutralizar a luta antiimperialista, que tinha de se dirigir contra si mesma, pois ela,

apesar de todas as divergências internas, colabora com o imperialismo, aceita a sua cooperação para o desenvolvimento e o apoio na política internacional. Em segundo lugar, soube aproveitar esse movimento, quando achava útil, para melhorar a sua posição na aliança que conserva com o imperialismo – onde está relegada ao papel de “primo pobre”. E em terceiro lugar, o problema da luta antiimperialista, da maneira como foi colocado pela chamada esquerda, reforça a aparente comunidade de interesses e justifica, mais uma vez, os sacrifícios por parte do proletariado.

Qual é o nosso papel, como pequeno grupo de revolucionários, que surgiu sob o nome de Juventude Socialista, nessa situação em que se desenrolam as lutas de classes no país?

Acredito que as nossas atividades têm fundamentalmente dois aspectos, que se completam. Em primeiro lugar, devemos trabalhar conscientemente, e desde já, para a formação de um partido independente, operário. Disso faz parte o fortalecimento da nossa organização, o estudo e o esclarecimento dos problemas teóricos e a propagação da ideia do partido, principalmente no meio operário. Mas devemos igualmente procurar influenciar sobre todos os outros grupos e movimentos que surgem, para que ajam no mesmo sentido, dentro e fora dos partidos tradicionais.

Em segundo lugar, devemos procurar, com todos os meios de que dispomos, influir sobre a evolução da nossa classe operária, apoiar intransigentemente todas as lutas econômicas e todas as suas manifestações de amadurecimento de classe, e procurar acelerar o processo espontâneo com os recursos que possuímos. Também nesse terreno encontraremos aliados, dispostos a marchar conosco, pelo menos parte do caminho.

Parece evidente que, nas atuais condições da luta de classes no país, e mesmo levando em conta a premissa mais favorável de uma atividade legal, o próximo passo para o surgimento de um partido operário será a formação de um partido de quadros, em escala limitada, como condição para a criação de um organismo em escala mais vasta. Um grupo de 4.000 a 5.000 militantes já se poderia apresentar na luta como um partido, sem cair no charlatanismo político. Dispondo de uma boa representação operária, ligada à produção, já representaria uma força material no cenário

político do país e estaria em condições de passar, em certos setores, da propaganda à ação revolucionária.

Não somos de opinião que o processo de formação de um tal partido se dê forçosamente mediante um simples crescimento do nosso lado. Os aliados, que encontrarmos nas diversas fases da luta, poderão se desenvolver politicamente, de modo que as divergências em questões de princípio fiquem superadas. As lutas internas nos partidos tradicionais nunca acabarão e produzirão sempre novas cisões; e finalmente surgem, ou existem, grupos dos quais só tomamos conhecimento com o tempo. O que temos de evitar são fusões apressadas, criações fictícias e “unidades” das quais não se sabe em torno de quê.

Há presentemente no país uma legião de ex-militantes da esquerda que procuram um campo de ação e, entre eles, muitos revolucionários sinceros, os quais acreditamos que ainda têm um papel para preencher. Sua composição, todavia, é a mais heterogênea possível. Uns criticam o PC de um ângulo marxista; para outros, o marxismo é “sectário”. Outros, nunca se preocupam com o problema do marxismo no Brasil. Uns vêm com os esquemas de luta política prontos e elaborados, tal como a revolução russa os produziu (ou pelo menos como é alegado); para outros, a revolução brasileira é tão diferente que não temos que aprender nada com os russos. Essas contradições aparecem geralmente quando se coloca o célebre problema de “o que fazer?” Quando se coloca o problema em bases concretas, as águas se dividem.

Essa experiência é mais antiga do que a Juventude Socialista. Um dos ensinamentos que tiramos da história das lutas dentro e fora do PC, nos últimos anos, é que a grande maioria das tentativas de renovação e das cisões falhou porque os grupos e companheiros não souberam avaliar as relações de força e, conseqüentemente, as suas tarefas. Eles costumavam portar-se fora do partido com a mesma rotina de antes, criando fachadas, rótulos, planejando ações de massa, como pichamentos, lançamentos de folhetos e campanhas eleitorais, sem dispor dos quadros apropriados para atingir as massas. Desapareceram, quando se cansaram da ficção...

Para evitar esse destino inglório e para poder oferecer a nós e aos outros uma perspectiva de trabalho, temos de aprender, acreditar que aprendemos, a dar um passo atrás para dar dois para

a frente. Temos de criar os quadros políticos, indispensáveis para atingir e dirigir as massas. Lênin disse uma vez – citando o jovem Kautsky – que a atividade fundamental da vanguarda é estudar, propagar, organizar. É uma atividade contínua, em todas as fases da luta. A ênfase pode mudar nas diversas circunstâncias, mas os três aspectos da atividade revolucionária continuam presentes em todos os momentos. Nós ainda estamos mais preocupados com o estudo, a análise, a aplicação do marxismo no Brasil, e estamos começando a propagar as conclusões. Eis a tarefa fundamental, no momento, para nós. O problema é de quadros, capazes de levar a luta avante e de enfrentar os problemas políticos à medida que surjam.

É evidente que quadros não se formam somente em discussões em salas fechadas. Isso pressupõe um movimento vivo, ligado estreitamente à luta espontânea e penosa, que está sendo travada por amplos setores do nosso proletariado, praticamente abandonado a si mesmo. Tudo indica que a classe operária não aceitará por muito tempo a atual situação. Seu instinto político não lhe permite mais satisfazer-se com o desenvolvimentismo e, se não tomou outro rumo, é porque ninguém ainda o mostrou. Niterói deu um exemplo de rebelião espontânea e desorganizada, quando a massa se sentiu burlada e traída. A greve dos ferroviários paulistas e o quase levante dos mineiros de sal de Cabo Frio, por sua vez, são exemplos heróicos de capacidade de luta de um proletariado que ainda não encontrou uma liderança digna. É sobre esses acontecimentos que temos de influir, e essa preocupação deve estar presente em todos os nossos pronunciamentos, todas as nossas ações e debates, seja no campo sindical, estudantil, eleitoral ou de política diária. A nossa importância para o futuro do movimento é justamente o fato de termos levantado a bandeira da política operária, oposta a todas as formas de política burguesa. Pelo que temos conseguido nesse sentido, com os nossos recursos precários, vemos que não fomos muito mal. Surgidos por último, entre os pequenos grupos, tornamo-nos o mais numeroso e com a melhor representação nacional.

Esse autoelogio não é para nos enganarmos a nós mesmos. O fato de termos passado outros grupos mais antigos e mais pretensiosos foi possível em virtude da fraqueza deles e não é ainda um

sinal da nossa invulnerabilidade. Todos nós sentimos – e isso se fez notar durante os nossos últimos debates – que chegou o momento de tirar um balanço das nossas atividades, para que possamos encontrar e definir melhor as formas de luta, que nos garantam uma continuidade do nosso crescimento e do amadurecimento político. Para criar uma base tão sólida para a organização, que permita levar as nossas atividades a um nível mais alto, o da atuação direta junto às massas assalariadas.

Acreditamos que também esse problema é uma questão de relações de forças. Já que somos um grupo pequeno, com uma capacidade de ação limitada, devemos concentrar as nossas energias sobre os problemas mais prementes e deixar de lado, na medida do possível, os secundários.

As nossas tarefas principais me parecem as seguintes, por ordem de importância:

- Temos de criar um programa para um partido operário no Brasil. Não vejo essa tarefa como simples elaboração de um documento. Antes de chegar a esse ponto, teremos de estudar e interpretar a realidade brasileira sob um ângulo marxista, teremos de analisar a situação mundial, e, não por último, assimilar boa parte da experiência da luta de classe em escala internacional. Na medida em que prosseguimos nessa obra, forneceremos ao movimento revolucionário metas mais claras e permitiremos aos militantes interpretar os problemas diários sem perder de mira o objetivo final.

- Temos de dedicar todo o nosso esforço e aproveitar todas as possibilidades para recrutar jovens militantes operários para a organização. Já dissemos que não somos um partido e nem pretendemos aparentá-lo. Todavia, o que temos é de dar exemplo, em miniatura, de um futuro partido operário e, nesse sentido, a questão da composição social do grupo é aguda para nós.

- Procurar influir, em cada momento da luta e com os meios que temos à disposição, sobre o desenrolar das lutas de classes no país. No presente momento isso significa que temos de encontrar meios de propagar as nossas opiniões sobre os setores mais avançados e de maior importância do proletariado. E temos de fazer isso, independentemente do fato deles já aceitarem ou ainda rejeitarem as conclusões do marxismo revolucionário. O que importa é que

eles tomem conhecimento e que se lembrem delas em todas as crises que virão.

Essas considerações já dominaram, em parte, as nossas atividades. Participamos da revista, a qual não se dirige a um público muito vasto, mas àqueles setores que podem fornecer militantes nessa primeira fase, de “rompimento do gelo”. Apesar de ter aparecido irregularmente, suas consequências não demoram a aparecer. Esse trabalho continuará, mas já não é o bastante. Já se impõe a necessidade de um órgão que apareça mais frequentemente, se dirija a um público mais vasto e seja mais atual. Como consequência, sairá o jornal. Este abrirá novas possibilidades, mas simultaneamente imporá maiores exigências. Requer uma presença maior da nossa parte nos diversos setores da vida política do país, maior consequência na aplicação das nossas resoluções e uma certa mudança de estilo no nosso trabalho.

Um jornal exige uma equipe atualizada com os problemas da classe operária e do país em geral, uma precisão maior na definição das nossas posições e uma atuação ativa nos setores onde consegue penetrar e abrir brechas. Devemos perder o receio de “chocar” os outros com as nossas opiniões, o que, na prática, leva a renunciar às possibilidades de penetração. O mesmo efeito tem uma certa impaciência manifestada em companheiros, quando se trata de discutir com prestistas, nacionalistas ou trotskistas. Nossa força ainda são as nossas posições teóricas, são essas que garantem o futuro. O marxismo não é ciência oculta, nem monopólio nosso. A nossa tarefa é justamente divulgá-lo e levá-lo às massas mais vastas do exército de assalariados, pois já foi dito que a teoria, quando penetra nas massas, se torna força material.

Onde surgiram partidos revolucionários da classe operária, isso foi sempre um produto de dois fatores: do marxismo e do movimento espontâneo do proletariado. O próprio Marx não fez outra coisa senão difundir o socialismo, em bases científicas, no movimento operário vivo.

O que diferencia a nossa situação da dos revolucionários do século passado é que a luta pelo socialismo, o programa máximo, está hoje na ordem do dia em escala mundial, e mais tempo, menos tempo, far-se-á sentir na política nacional.

Hoje, o socialismo não é mais mera teoria, credo, ou esperança para um futuro indeterminado, de pequenas minorias, que têm de cavar penosamente o seu caminho. A alternativa à sociedade burguesa já existe. O socialismo, mesmo em suas formas primitivas, como o conhecemos pela experiência russa e chinesa, mostrou-se superior em dinâmica ao velho capitalismo e domina hoje o modo de vida de um terço da humanidade. Nossa tarefa é vencer o “complexo da inferioridade social”, que está sendo incutido conscientemente ao proletariado brasileiro, mostrando as perspectivas novas que o desenvolvimento socialista oferece justamente a países subdesenvolvidos – quando dispõem de uma classe operária revolucionária.

O exemplo de Cuba indica hoje os rumos da revolução na América Latina. O antiimperialismo latente neste hemisfério encontrou um primeiro auge na Guatemala. Sufocado o movimento, estourou, anos mais tarde, sob forma muito mais radical, em Cuba. Os consagrados métodos de contra-revolução, que ainda deram resultado na Guatemala, não bastam mais para sufocar a revolução cubana. E se os Estados Unidos receiam intervirem, eles próprios, nas Ilhas Caraíbas, a razão principal não é a oferta da ajuda militar soviética à revolução (a situação geográfica favorece os americanos numa guerra local e Washington sabe que a União Soviética não arriscaria um conflito mundial). É, antes de tudo, o medo das consequências que uma intervenção aberta poderia ter, a longo prazo, para a radicalização das massas no continente. Já agora, a revolução cubana, que nasceu como movimento da classe média, está tomando medidas que ultrapassam os métodos tradicionais da pequena-burguesia latino-americana, e, no campo externo, aceita a ajuda material do mundo socialista, para sobreviver. Na medida em que a revolução passe dos países agrários da América Central, para os países em industrialização do sul do continente, que já dispõem de uma classe operária, ela tomará de antemão um caráter mais proletário e mais socialista.

Hoje, o imperialismo americano mobiliza ainda as burguesias nacionais do continente para o combate à revolução cubana, mas com isso contribui eficientemente para libertar as massas das influências de suas burguesias. Para tapar um buraco pequeno,

abre outro muito maior e, queira ou não, prepara acontecimentos futuros nos quais temos um papel a preencher. A falta de senso histórico da classe dominante faz com que ela acorde surpreendida e atônita todas as vezes que cai um dos pilares do Antigo Regime. Nossa tarefa é não nos deixarmos surpreender pelo desenrolar dos acontecimentos e não deixar que isso aconteça à classe operária brasileira. É preferível surpreender aos outros.

Rio de Janeiro, 24 de julho de 1960

Diretrizes para uma política operária*

Resoluções do 2º Congresso da POLOP – 1963

Reunidos em seu II Congresso Nacional, os delegados da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária traçaram as diretrizes de sua atuação, que visam a desenvolver e aprofundar na esquerda a linha revolucionária que a Organização representa.

Considera esta que as condições objetivas do país exigem a denúncia da política de colaboração de classes, preconizada pelos reformistas e nacionalistas, que atrela os trabalhadores ao carro da burguesia, submete-os sem defesa à opressão do Estado latifundiário-burguês e impede que o Brasil se liberte do jugo imperialista. Como alternativa a essa orientação, que não corresponde aos interesses do proletariado, Política Operária propõe a formação de uma Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo, que congregue as classes exploradas de todo o país.

Somente tal frente de classe tem condições para levar a efeito uma luta consequente contra o regime em que se apóiam os representantes do capital nacional e estrangeiro, e para substituí-lo por um Governo Revolucionário dos Trabalhadores. A luta dos trabalhadores brasileiros é, na realidade e acima de tudo, uma luta política, sendo,

(*) Publicado em meados de 1963, na revista Política Operária nº. 6. Fonte: "Andar com os próprios pés". Belo Horizonte: SEGRAC, 1994.

pois, necessário que se contraponha à política de exploração das classes dominantes, uma política operária independente, sob cuja bandeira virão alinhar-se todas as classes oprimidas, a fim de lançar as bases de um Brasil Socialista.

Uma política operária para o Brasil – esta é a tarefa que a esquerda está, neste momento, chamada a realizar e que impõe, para seu exercício, um Partido Revolucionário capaz de efetivá-la. Esse Partido não surgirá de vez, mas se formará organizadamente, a partir da luta diária das massas, no entrechoque das grandes e pequenas batalhas que o proletariado trava contra a exploração de que é vítima. Unificando suas forças, os grupos de esquerda terão melhores condições para participar da luta e orientá-la no sentido de uma verdadeira luta de classe – e é no bojo desse processo que se há de formar o Partido.

Ao traçar as diretrizes de sua atuação, a Organização visa contribuir para que se formule a política operária que a situação do país exige, e conclama todas as forças da esquerda para, em frente única, fazer avançar a luta pelo Brasil Socialista.

Situação nacional

1) Os acontecimentos que marcaram a vida política, nos dois últimos anos, resultaram de uma crise de crescimento do sistema capitalista brasileiro, num quadro de decadência do sistema imperialista mundial. A incapacidade demonstrada pelas esquerdas para analisar corretamente essa crise gerou a ilusão de uma insurreição iminente, que a burguesia explorou a fim de manter sob seu controle as transformações em curso. Deixando de determinar as tarefas que colocava o momento histórico – quer no plano de ação de massas, quer no da organização revolucionária –, as esquerdas tornaram-se presa fácil de tendências aventureiras e oportunistas e não tiveram condições para assumir a liderança do processo.

2) A crise de crescimento do sistema capitalista traduziu o estrangulamento da expansão econômica que se vinha operando a partir da última guerra mundial. Caracteriza-se, de um lado, pelo desajustamento entre a necessidade de mercados e divisas, que experimenta a burguesia, e a atual estrutura do sistema de produção e de trocas; e, de outro lado, pelo esgotamento da inflação

como instrumento capaz de promover a acumulação de capital e, portanto, de manter o ritmo de industrialização.

3) A expansão capitalista, que ora chega a um ponto de estrangulamento, correspondeu ao período de implantação da indústria de base no país. Nesta fase, assistiu-se ao reforçamento da burguesia industrial paulista, que passou a gozar de supremacia absoluta dentro da classe dominante e procurou exprimir essa situação no plano político. Neste sentido, foi levada a propor a revisão do compromisso de dominação que mantém com os setores latifundiários e mercantis, assim como a reivindicar novo esquema de relações com o imperialismo norte-americano, visando a melhorar suas condições de parceria.

4) O processamento dessa revisão – confiada ao governo Jânio Quadros, que a concretizou ao lançar sua política financeira e ao dar início, com a política externa, às reformas estruturais reclamadas – desencadeou a reação dos demais setores dominantes, conduzindo às crises políticas abertas em agosto de 1961. Tais crises contribuíram para radicalizar as massas urbanas, que vinham sofrendo os efeitos da política inflacionária praticada pela burguesia e dos primeiros sintomas do declínio da expansão econômica, que se esboçam a partir de 1959. A intervenção das massas no processo político forçou o recuo da classe dominante, que, com a emenda parlamentarista, procurou pôr fim à crise, sem lograr, todavia, superar suas contradições internas.

5) A radicalização popular e o exemplo próximo da Revolução Cubana estimularam, em largos setores da esquerda, as tendências aventureiras, fazendo-as descurar das tarefas de organização das massas que o momento colocava. Dessa maneira, enquanto as massas eram lançadas a sucessivas demonstrações de forças que, além da euforia de vitória, pouco deixava de concreto no plano organizativo – setores da esquerda preocupavam-se exclusivamente com as formas ilegais de luta, desviando para isso quadros e recursos do movimento revolucionário. O resultado da greve pelo 13º mês, em São Paulo, provocando uma depressão no movimento de massas, abalaria fortemente as tendências aventureiras no meio urbano, embora não impedisse que continuassem em progressão, por algum tempo ainda, no movimento camponês.

6) Confiante de novo em suas forças, em face do êxito da repressão à greve de São Paulo, a burguesia industrial dispõe-se a reabrir a crise política, o que faz através do discurso do sr. João Goulart, em Santos, a 1º de maio. A derrota do aventureirismo no meio urbano restabeleceu a linha tradicional do reformismo, que marchou para o alinhamento com a burguesia na luta contra a reação. Atrelando ao carro do governo o aparelho sindical, lado a lado com o dispositivo militar, prepararam-se os oportunistas para as batalhas burguesas e, sob o *slogan* “Gabinete nacionalista e democrático”, partiram para a greve política de 5 de junho.

7) O pânico instalado nos arraiais da reação, com a greve política e o receio do próprio governo, ante a dificuldade experimentada para refreá-la, fizeram com que, à simples ameaça de greve, a 14 de setembro, a classe dominante encerrasse sua crise aguda, com a antecipação do plebiscito. A esquerda reformista, abandonada a meio caminho, não pôde sequer protestar contra o desprezo manifestado pelo governo às suas reivindicações, desprezo que se patenteou quando a facção parlamentar governista rejeitou, na Câmara, a Emenda Oliveira Brito. O resultado das eleições de outubro e a impotência popular na questão do bloqueio de Cuba confirmaram, definitivamente, o reforçamento da burguesia e a queda que se registrava no movimento urbano de massas.

8) Etribada na nova correlação de forças, a burguesia industrial cerra fileiras agora em torno do governo e instaura a “política de autoridade”, com que espera concretizar os objetivos frustrados pela renúncia do sr. Jânio Quadros. À racionalização dos investimentos e à execução das “reformas de base”, soma-se, em seus planos, uma estabilidade financeira que lhe assegure margem estável de lucros, complementando-se a jogada com a reaproximação a ser tentada com o imperialismo norte-americano, em busca de novos afluxos de dólares. Assim agindo, atém-se a burguesia aos seus interesses de classe, que lhe impõem uma revisão geral da estrutura econômica, e à necessidade de enfrentar a queda da expansão capitalista.

9) A esquerda revolucionária, enfrentando embora um refluxo temporário do movimento de massas, provocado principalmente pelos sacrifícios que a inflação impôs e pela decepção de uma política reformista, possui um grande trunfo para pôr em xeque o plano de ação da burguesia que é o agravamento das condições de

vida, que vai resultar da crise econômica e da política de estabilização; esse agravamento não poderá, com efeito, ser disfarçado por aumentos nominais de salários nem pelo recurso indiscriminado às subvenções públicas, que caracterizaram o período inflacionário – o que colocará as massas em frontal antagonismo com a política de sacrifícios que a burguesia lhes quer impor. Conta, ainda, com o fato novo que representou o surgimento, ao lado da POLOP, de grupamentos revolucionários como o PC do Brasil e o grupo rebelde do MRT. Pode, finalmente, valer-se do considerável avanço que, malgrado os erros cometidos, se operou na consciência das massas, assim como do descontentamento que o reformismo provocou nas bases dos sindicatos e do PC brasileiro.

10) Para desempenhar corretamente seu papel, a esquerda deve libertar-se das ilusões que a dominaram até agora e fazer frente às tendências oportunistas e aventureiras que nela se desenvolveram. A fase que atravessamos exige, prioritariamente, a interpretação científica das condições em que se desenvolve a luta de classes; a propaganda e a agitação revolucionárias no seio das massas; e a organização destas em uma frente de classes, suporte de um autêntico Partido Revolucionário – partido que não constitui uma tarefa exclusiva de nenhum dos grupos que compõem a esquerda, mas resulta de um trabalho comum de coordenação e unificação de forças. O atual refluxo do movimento de massas supõe que tais tarefas sejam cumpridas com a consciência de que seus frutos só serão colhidos a longo prazo e determina que em seu trabalho de massa, as esquerdas desenvolvam atividades constantes e persistentes, articuladas, porém em um plano sistemático.

Da correta compreensão de nossas tarefas e da dedicação de que dermos prova ao executá-las depende a possibilidade de que, ao entrar em nova fase ascensional, esteja o movimento de massas suficientemente consciente e organizado para fazer avançar a luta pelo Brasil Socialista.

Situação internacional

1) A crise geral do sistema imperialista na presente fase histórica se deve: à expansão e ao fortalecimento do campo socialista; à saturação do mercado capitalista, que se agrava com o desen-

volvimento dos meios de produção em geral, e aos movimentos revolucionários que acompanham a crise colonial.

2) O fortalecimento do campo socialista é expresso pelo seu grande desenvolvimento econômico, cujo ritmo de crescimento ultrapassa de muito os índices das nações capitalistas, e pela passagem revolucionária de novas nações para o socialismo. Ademais, causado por esse fortalecimento, parece ganhar novo impulso o processo de superação dos sistemas burocráticos, que até aqui têm barrado um maior desenvolvimento das forças criadoras do socialismo.

3) O crescente desenvolvimento da produção capitalista, acelerado depois da última guerra, choca-se hoje com os limites impostos pela restrição do mercado, devido ao baixo consumo das áreas dependentes, além da passagem de outras áreas para o campo socialista.

4) O processo de integração econômica dos países imperialistas apresenta-se, em sua forma mais desenvolvida, na criação do Mercado do Consumo Europeu. O surgimento deste deve-se, de um lado, à necessidade de conter dentro de certos limites a hegemonia incontestada dos Estados Unidos dentro do bloco imperialista e, por outro, superar os entraves que os limites nacionais opõem à expansão das forças produtivas. Isto levando-se em conta que a solução imperialista clássica, de exportação indiscriminada de capitais para regiões subdesenvolvidas, choca-se com a já mencionada hegemonia norte-americana e com a crescente escassez de zonas importadoras de capitais ainda não exploradas. Por seu próprio caráter de luta por mercados, esse processo de integração não é feito sem atritos – vide os obstáculos à entrada da Inglaterra no MCE, o descontentamento da América Latina, etc. –, atritos estes que tendem a agravar-se, na medida em que se faz sentir a saturação do mercado capitalista mundial. A crescente expansão e o fortalecimento do mundo socialista e a decorrente ameaça ao velho sistema capitalista tornam hoje impraticável nova guerra interimperialista.

5) O ponto crítico do imperialismo é justamente sua zona de maior exploração: a região subdesenvolvida que é marginal ao grande desenvolvimento capitalista. Aí, o movimento revolucionário torna-se mais forte e entrava, por isso, a realização de um desenvolvimento pacífico do capitalismo interno, por sua vez com perspectivas limitadas em virtude do seu aparecimento tardio.

6) Os prenúncios de depressão na economia norte-americana e o desenvolvimento do campo socialista deixam latente o perigo de uma guerra mundial. Não mais, como no passado, de uma guerra inter-imperialista, em que em ambos os lados se situavam estados maiores do capitalismo, mas sim de uma guerra entre o imperialismo e os Estados em que se constrói o socialismo. O caráter dessa guerra será, pois, radicalmente diverso dos anteriores, será um choque mundial entre o velho sistema capitalista e uma nova sociedade socialista.

7) O proletariado mundial tem todo interesse em que semelhante guerra mundial, liderada de um lado pelos Estados Unidos e de outro pela União Soviética, seja adiada. Quanto mais tempo se ganhar, mais forte se tornará o campo socialista e mais evidente serão as contradições não solucionadas da sociedade capitalista, que levarão a novas crises econômicas e sociais. Isso, todavia, não nos converte em porta-vozes de um imaginário desenvolvimento pacífico. O que o argumento diplomático da “coexistência pacífica” pode pretender é evitar ou adiar a eclosão de uma guerra mundial. A “coexistência pacífica” é válida nas relações entre Estados com sistemas sociais antagônicos, mas não tem lugar nas relações entre classes antagônicas dentro de um sistema social baseado na exploração. Neste sistema, existe uma luta de classes latente, que se torna aguda e violenta nas horas de crise ou de situações revolucionárias. Por isso mesmo, o empenho pela “coexistência pacífica” entre os Estados, quando se torna, dentro de um país, em uma coexistência entre classes, volta-se contra si mesmo, na medida em que fortalece um sistema social que é, precisamente, o fato que gera a ameaça de guerra.

8) As principais perspectivas revolucionárias se colocam, pois, presentemente, para os países capitalistas retardatários. Nestes a necessidade de reformas capitalistas para a expansão do mercado choca-se, por um lado, com a resistência expressa, no próprio seio das classes dominantes, por aqueles setores ligados à exploração colonial e, por outro, com a existência de movimentos revolucionários capazes de acelerar o processo no caminho da passagem ao socialismo. Daí a importância, hoje, da existência e agressividade dos partidos revolucionários para aproveitar a crise colonial do imperialismo, como alternativa à consolidação pacífica do sistema capitalista.

Movimento Operário

1) O desenvolvimento industrial das últimas décadas criou no Brasil um proletariado composto de mais de três milhões de pessoas, que representa uma força material definida nas relações de classe do país; contudo a força material dos operários não corresponde a uma força política equivalente, em virtude do pouco amadurecimento da sua consciência de classe.

Este se manifesta pelo predomínio dos vários matizes da ideologia burguesa no seio do proletariado, que restringe as suas manifestações de classe praticamente a meras reivindicações econômicas, enquanto seguem, na luta política, as diversas facções da burguesia nacional. O processo de formação política do proletariado brasileiro, ou como disse Marx, o da transformação e uma classe “em si” numa classe “para si”, não terminou ainda. A libertação da classe operária da tutela ideológica da classe dominante, isto é, o despertar da consciência do seu papel social e político, continua, pois, a ser a tarefa principal de uma vanguarda revolucionária no país.

2) O que dá uma consciência política definida e própria ao proletariado é um partido revolucionário de classe. Este não surge pronto e acabado, mas já é um produto da penetração das ideias revolucionárias do marxismo na classe operária, divulgadas por pequenas vanguardas, no decorrer de muitas lutas parciais. O partido aparece como resultado de um contínuo e persistente trabalho de denúncias do antagonismo de classe da sociedade burguesa e de uma consciente obra de educação socialista das massas.

No caso concreto do proletariado brasileiro, esse trabalho educativo das massas operárias, já realizado no passado, foi retardado pela orientação reformista que domina os partidos oficiais da esquerda há duas décadas, período em que uma geração de novos operários industriais ficou submetida à influência quase unilateral das mais diversas teorias de colaboração da classe com a burguesia nacional. A tarefa fundamental de uma vanguarda, como a POLOP, em tais circunstâncias, consiste na cooperação com todas as forças capazes de enfrentar o reformismo e a ideologia burguesa, existentes no seio da classe operária, numa Frente Revolucionária de Esquerda, e orientar a luta comum no sentido de opor à “frente única com a burguesia nacional” uma Frente Única dos Trabalhadores da Cidade e do

Campo, como palavras de ordem de um futuro movimento de massa de caráter de classe.

3) A atual estrutura sindical, o domínio dos sindicatos pelo Ministério do Trabalho e a Legislação Sindical em vigor, elaborada ainda durante o Estado Novo, refletem essa situação objetiva da classe operária. Embora o movimento sindical tenha apresentado um marcante progresso durante os últimos anos, que se caracterizou pela formação de federações e confederações sindicais e há pouco, do Comando Geral dos Trabalhadores – que representa um passo em direção à indispensável criação de uma Central Sindical Brasileira, o problema fundamental – o da constituição sindical, da libertação dos sindicatos do controle do Ministério do Trabalho – não está sequer colocado pelos reformistas. Considerando que a completa autonomia sindical é parte indispensável da luta pela independência da classe operária, propomos o seguinte programa de reivindicações imediatas, nesse terreno:

- Abolição do Fundo Sindical e transferência de todas as arrecadações para os cofres dos sindicatos, federações e confederações, em proporções a serem fixadas pela Central Sindical;
- Abolição do controle das verbas sindicais pelo Ministério do Trabalho, através do Banco do Brasil. A administração das verbas sindicais é assunto das próprias organizações sindicais;
- Abolição da Comissão de Enquadramento Sindical. O enquadramento dos ramos profissionais e industriais é de competência das organizações sindicais;
- Abolição do Estatuto Padrão, elaborado pelo Ministério do Trabalho. Os estatutos sindicais devem ser elaborados pelas entidades dos trabalhadores;
- Abolição do poder de reconhecimento e de dissolução das organizações sindicais pelo Ministério do Trabalho. Esse poder deve ficar exclusivamente a cargo das federações, confederações e da Central Sindical;
- Revogação do Decreto 9070. Pela defesa do direito de greve ilimitado.

4) O problema mais agudo que se coloca na mobilização do proletariado como classe independente é a defesa das suas conquistas materiais, isto é, a luta contra a carestia. No fundo, tal problema se resume na questão de saber quem paga o preço do

desenvolvimento industrial do país. O recurso já tradicional da burguesia nacional, usado para lançar o ônus da expansão capitalista nos ombros dos trabalhadores, é a inflação, que garante uma desvalorização permanente dos salários reais, anula periodicamente as conquistas salariais e permite um correspondente aumento periódico do lucro médio. Em virtude do desenrolar da situação econômica geral, externa e interna, este recurso esgotou as suas possibilidades e a burguesia volta-se para os planos de estabilidade monetária, como se vê agora no chamado Plano Trienal. Do mesmo modo que a inflação, os planos de estabilização visam a aumentar a parte da burguesia na renda nacional à custa da classe operária. É uma luta de classe contra classe e como tal tem de ser travada. Propomos as seguintes reivindicações imediatas, nesse campo:

- Escala móvel de salários à base do salário real;
- Regulamentação do salário profissional e do abono família;
- Formação de Comitês Populares de Luta contra a Carestia, nas fábricas e nos bairros, entre as donas de casa e consumidores em geral. Promoção da fiscalização dos estoques de gêneros alimentícios e outras medidas que desmascarem o caráter de classe do Estado;
- Coordenação dos sindicatos e das massas não organizadas dos bairros na luta contra a carestia.

5) A situação objetiva dos sindicatos que, de um lado, estão amarrados ainda pelo Ministério do Trabalho e, de outro, só abrangem organicamente parte do proletariado industrial do país, coloca na ordem do dia o problema da formação de Comitês de Empresa. Formados nos locais de trabalho, devem representar tanto os operários organizados como os não organizados, e incluir, sempre que possível, uma representação oficial sindical. Os Comitês de Empresa não podem substituir o trabalho sindical propriamente dito, mas são um elo necessário, num certo grau de desenvolvimento do proletariado, para uma efetiva organização de toda a classe nos locais de produção. No nosso caso, terão papel importante na luta comum pela liberdade e autonomia sindical e pelo fortalecimento do movimento operário autêntico pela base.

(*) Organização Regional Interamericana de Trabalhadores, criada em 1951, é o braço continental da CIOSL – Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres.

6) Parte indispensável da formação de uma classe independente é a luta antiimperialista consequente. Trata-se por um lado, das tentativas do imperialismo para penetrar no movimento operário latino-americano, através da ORIT*, que têm de ser combatidas como infiltração direta da contra-revolução imperialista. Mas se impõe igualmente a denúncia de todas as tentativas burguesas e reformistas de estruturar “alianças” entre o proletariado, a burguesia nacional e certos setores latifundiários pretensamente antiimperialistas. Semelhantes tentativas não fazem mais do que enfraquecer a luta, pois espalham ilusões acerca de classes e camadas sociais ligadas a longo prazo ao sistema imperialista, escondem que o operário brasileiro é vítima de uma dupla exploração, a do capitalista nacional e do estrangeiro que, disputando as suas partes da mais-valia, tiram à luta antiimperialista o seu caráter de classe. Nesse terreno, propomos as seguintes reivindicações:

- Bloqueio total de remessa de lucros, *royalties* e capitais para fora do país;
- Encampação sem indenização das empresas imperialistas.

Parte integrante da luta antiimperialista das massas exploradas do continente é o esforço em prol da criação de uma Central Sindical Latino-Americana.

Para a mobilização dessas massas a favor da defesa militante da Revolução Cubana, não basta mais falar em “autodeterminação”, “defesa dos fracos”, ou “coexistência pacífica no Hemisfério”. É necessário, antes de tudo, despertar a consciência de classe do proletariado, mostrando que a Revolução realizou objetivos comuns, expropriando uma classe dominante e dando o primeiro passo para a transformação socialista da América Latina. A luta do imperialismo contra a Revolução Cubana não é mais do que uma luta pela conservação do direito de exploração das vastas massas latino-americanas pelo capital financeiro internacional.

A pregação do verdadeiro caráter da Revolução Cubana, isto é, do caráter de classe do novo regime criado, é um dos fatores mais poderosos para a formação de um proletariado independente, que constitui a única força consequente com que Cuba poderá contar para a sua defesa entre nós.

Movimento camponês

1) O desenvolvimento do capitalismo e sua penetração no campo levaram ao rompimento das relações de produção aí existentes e engendraram um movimento espontâneo de massas, que se mobilizou, até agora, sob duas orientações: a das Ligas Camponesas, que realizaram um trabalho essencialmente agitado à base de palavras de ordem pequeno-burguesas, e a do Partido Comunista Brasileiro, que procurou dar-lhe uma organização burocratizada e imprimir-lhe a sua ideologia reformista.

2) A crise por que hoje passam as Ligas e o beco sem saída a que está chegando a organização camponesa do PCB indicam a existência de uma crise geral do movimento camponês, que só será superada na medida em que este ingresse em uma fase de efetiva organização interna, por meio da qual se mobilizem e enquadrem as grandes massas rurais, e marche, superando o radicalismo e o reformismo pequeno-burgueses, para uma atuação revolucionária consequente. Tais devem ser, portanto, as diretrizes da POLOP neste setor: organizar em novas bases o movimento camponês e abrir a perspectiva de uma solução real para os problemas do trabalhador do campo.

3) A tarefa de organizar o campesinato desdobra-se em dois níveis: a) o das *associações de massa*, onde, trabalhando juntamente com as demais forças de esquerda, tratará a POLOP de reestruturar e ampliar as associações, ligas e sindicatos no plano local, e orientar esses organismos para uma integração de tipo federativo, coroada por uma Confederação Nacional; e b) o da *organização partidária*, onde lhe cabe criar condições no campo para o futuro Partido Revolucionário, iniciando uma política sistemática de formação de quadros marxista-leninistas e de politização das massas.

4) O objetivo do trabalho de agitação e organização das massas rurais é *a vinculação do movimento camponês ao movimento operário*, nos quadros de uma Central Única, no plano sindical, e de uma frente de classe, no plano político, a fim de que os trabalhadores da cidade e do campo possam interferir, na vida nacional, como uma força solidária e independente. Este é o papel da vanguarda marxista-leninista que a POLOP se propõe a criar no campo: orientar a organização do campesinato e imprimir à sua ação um caráter político, dando-lhe consciência de que sua sorte está indissolivelmente ligada à classe operária, na luta pela

derrubada do Estado latifundiário-burguês e pela instauração do Brasil Socialista.

5) Como marxistas, sabemos que somente o socialismo representa uma solução real para o campo no Brasil. Mas sabemos também que a revolução agrária socialista é uma meta que impõe, para sua efetivação, um duro processo de luta, dentro do qual teremos de levar em conta, em nossa ação diária, as reivindicações imediatas dos camponeses, mesmo quando estas ainda se contiverem nos marcos da sociedade existente. *Mobilizar o campesinato e ligar suas lutas às da classe operária* – este é o nosso objetivo concreto, e a ele subordinaremos as nossas táticas de ação no campo.

6) Três fatores determinantes deverão orientar a formulação dessas táticas:

- *A propriedade monopolista da terra*, que neutraliza, nesta etapa da luta, os choques de interesses entre as camadas que compõem o campesinato e as leva a voltarem-se, num só bloco, contra o inimigo comum: a classe latifundiária. É evidente, porém, que o avanço do capitalismo no campo enfraquecerá os latifundiários e reforçará progressivamente as camadas médias e superiores do campesinato, além de ampliar a área de ação do capital financeiro aplicado à agricultura – o que terá como resultado acentuar o antagonismo latente que existe entre os camponeses pobres e assalariados rurais – de um lado – e a burguesia rural e urbana – de outro. Torna-se, pois, necessário que, nesta etapa em que a luta do campo se processa nos quadros de uma frente única contra o latifúndio, procuremos assegurar a independência das forças que a compõem (notadamente através da organização dos assalariados em sindicatos próprios), a fim de que estejamos preparados para enfrentar, amanhã, as novas condições que o desenvolvimento capitalista engendrará.

- *O crescimento da massa de assalariados rurais*, que dá à classe operária a certeza de contar com um aliado conseqüente no seio do campesinato, capaz de integrar, em termos puramente de classe, uma Frente dos Trabalhadores na Cidade e do Campo, que congregue as massas exploradas de todo o país.

- *A deterioração crescente do sistema de abastecimento das cidades e a carestia da vida*, que traduzem a influência da estrutura latifundiária no meio urbano e rural, abrem caminho para um es-

forço de entrosamento das reivindicações operárias e camponesas em torno da reforma agrária.

7) Propomos, portanto, como reivindicações imediatas que orientem nosso trabalho no campo, os seguintes pontos:

- Tomada de terras pelos camponeses;
- Amplo, livre e democrático direito de organização, com plena garantia de sindicalização e de independência em relação ao Ministério do Trabalho;
- Extensão da legislação trabalhista ao campo;
- Modificação da Constituição Federal, através da supressão do parágrafo 16 do art. 141, que estabelece indenização prévia e em dinheiro, nos casos de desapropriação por interesse social – o que converteria a reforma agrária em excelente negócio para a classe latifundiária.

Mais uma vez a pequena burguesia*

ERNESTO MARTINS

O companheiro Ferdinando Machado resumiu no seu “Do Economismo Prático ao Foquismo Teórico” as suas divergências com a orientação política da Organização. O aprofundamento da discussão interna nas bases da ORM fez com que Machado iniciasse o documento com uma introdução autocrítica – da qual voltaremos a falar – e que toda a argumentação sofresse um deslocamento de ênfase em relação às versões anteriores de críticas vindas pelas mesmas fontes. O intuito do autor, todavia, não mudou. Tanto autocrítica como a mudança dos argumentos não visam mais do que defender posições fundamentais já sustentadas no passado e que continuam sendo defendidas.

São duas as divergências principais, diz Machado: a concepção do foco e o “trabalho operário”, que ele põe entre aspas. Tentaremos seguir aqui a argumentação dele, tratando primeiro da questão do foco.

Qual é o ponto da discórdia para F.M.? Cita ele, primeiro, um trecho do “Projeto de Programa Socialista”:

Mas a própria esquerda revolucionária está dispersa e o desânimo e a desconfiança que se abateram sobre a classe tornam por

(*) Escrito por Érico Sachs em 1967, por ocasião das discussões em torno da elaboração de um “Programa Socialista para o Brasil”. Circulou em edição mimeografada, datada de maio/1967, como documento de discussão interna da organização Política Operária. Esta versão foi digitalizada e revisada em setembro de 2007, com base em exemplar original da edição mimeografada.

demais lento e difícil este trabalho de mobilização em termos revolucionários. Ele será acelerado se a ação do foco revolucionário de vanguarda (sic) se fizer mais sistemática e se já apontar na prática, o exemplo da insurreição, através do foco guerrilheiro... O despertar revolucionário da classe operária – que irá decidir o caminho da luta contra a ditadura – pode ser apressado, se a vanguarda (sic) revolucionária tiver sua voz *potencializada* por um foco guerrilheiro que, do fogo da luta, sustente o programa proletário. (Grifo e “sics” de F.M.)

A isso Machado tem o seguinte a objetar:

Primeiramente, a partir da análise da realidade e não de nossos desejos (mesmo que louváveis), concluímos que esta vanguarda não existe, o que torna um contra-senso potencializar a voz do nada.

Em segundo lugar a dispersão da esquerda revolucionária não é devido a falta de um “terror excitante”, já combatido por Lênin – (“Que fazer?”), mas pela incapacidade dos teóricos comunistas de apresentarem uma linha revolucionária que a convença e crie condições para sua unificação. Em terceiro lugar, a classe operária não está “desanimada” e “desconfiada”, mas acéfala.

Finalmente, se os companheiros, quando falam da “vanguarda”, querem se referir aos grupos e organizações verdadeiramente revolucionários, de nada valerá “potencializar” a sua voz enquanto não aprenderem a raciocinar politicamente. Os companheiros da direção pensam que só há uma coisa a dizer as massas: tomemos o poder.

E como prova desta última afirmação cita novamente o Projeto de Programa:

A primeira tarefa política do foco guerrilheiro há de ser, desta maneira, a de colocar definitivamente no cenário político do país uma nova liderança, uma alternativa revolucionária ao poder das classes dominantes.

Se citamos esse diálogo por extenso não é para cansar desde o início o leitor, mas para dar-lhe uma ideia da argumentação apresentada e permitir um julgamento próprio. As posições da Organização sobre o problema da guerrilha são conhecidas. Ela parte da premissa de que a luta de guerrilha não somente se tornou uma forma básica e legítima da luta de classes na maioria dos países

da América Latina, como se tornou tarefa política e material das organizações revolucionárias preparar-se e às classes exploradas para essa forma de luta. Um dos aspectos mais debatidos hoje, em quase todos os países do continente, é a relação entre o Partido, ou Vanguarda, de um lado, e a guerrilha. Antes o Partido ou antes a guerrilha? – eis uma das questões que mais frequentemente se colocam. Defendemos o ponto de vista de que o crescimento da guerrilha e do partido eram inseparáveis, que se trata de dois lados de um só processo de mobilização das massas na luta contra a ditadura e a sociedade capitalista. Salientamos já nas “Teses Tiradentes” que, embora seja possível, no decorrer da luta, formar um partido de quadros, uma vanguarda em padrões conspirativos, sua capacidade de atingir as massas será limitada pelas condições de clandestinidade. O foco, como porta voz, será um complemento necessário para a mobilização das massas. Indispensável é que o foco esteja em condições de dar a mesma orientação política que tem de ser dada pela vanguarda da cidade.

Mas nesse aspecto da questão Machado nem sequer entra. Limita-se a acusações: nós consideramos o foco a “vara de condão”, e compara o papel do foco ao “terror excitante”, o terror individual exercido por populistas russos contra altos dignitários de Estado. Uma comparação um pouco forçada, mas ela está na mesma linha do resto da sua argumentação. Se a formação de uma vanguarda do proletariado dependesse unicamente de boas posições, poder-se-ia perguntar por que, em todo o continente, não se formou ainda um partido revolucionário, que pudesse competir pela liderança das massas com os velhos partidos reformistas? Dizemos todo o continente, com exceção evidente de Cuba, porque naquele país foi justamente o tal “terror excitante”, a luta de guerrilha, que ajudou a formar o partido revolucionário. Mas nós poderíamos perguntar ainda: por que todo o movimento comunista internacional continua a se debater com uma crise herdada do stalinismo? Por que todas essas discussões, lutas internas, cisões, que caracterizam hoje o renascimento do marxismo-leninismo em escala internacional? Por que ainda não houve ninguém que aprendesse a raciocinar inteligente e politicamente? Deveras, a nossa geração de revolucionários ainda não descobriu o ovo de Colombo – com poucas exceções, naturalmente.

Apesar de concordar, formalmente, que a guerrilha é uma forma básica da luta revolucionária no continente, Machado nem sequer tenta apresentar no documento uma alternativa às posições por ele combatidas. As suas afirmações sobre a necessidade de estruturar primeiro as condições materiais para um movimento de guerrilha, tornam-se mais compreensíveis quando lembramos da resolução, entregue por ele no Pleno de Abril de 1966, e rejeitada na mesma ocasião, no sentido de que a guerrilha só deveria ser desencadeada no momento em que o movimento de massa em ascensão ameaçasse o regime.

Isso não significa outra coisa do que adiar o problema para as calendas gregas, pois semelhante atitude ignora que todos os movimentos de guerrilha que visavam a transformação da sociedade – desde a guerrilha chinesa – foram desencadeados em momentos de recesso do movimento de massa e foi justamente a ação guerrilheira que serviu como catalisador de um novo movimento ascendente.

O que Machado diz sobre as relações de operários e camponeses na luta de guerrilha, também poderia ter encontrado formulando melhor nas “Teses Tiradentes”, publicadas um ano atrás. Se tiver de contribuir com algo nesse campo, esperamos que o faça mais conscienciosamente. No documento, a questão do foco só serve como introdução às divergências políticas, ou como ele mesmo diz:

Consideramos necessário unificar a esquerda revolucionária, potencializar a sua voz e mobilizar as massas. Mas não através do “terror excitante”, e sim de uma ação política conseqüente junto às massas...

Veremos o que Machado entende por “ação política conseqüente”.

O que é “economismo”?

Antes de tudo temos de examinar a segunda acusação, a do economismo da linha política da Organização. O ponto de partida é uma citação do “Aonde Vamos?”, que define como premissa da atuação de um partido revolucionário a defesa intransigente dos “interesses específicos do proletariado industrial e agrícola na sociedade burguesa-latifundiária”. Essa defesa dos *interesses especí-*

ficos ele apresenta como sinônimo de economismo. Para chegar a semelhante conclusão, o autor teve de lançar mão de um recurso meio forçado. Tratando das causas econômicas do reformismo, na 2ª parte do “Aonde Vamos?”, citamos o livro de um sociólogo (“Conflito industrial e sindicalismo”, de Leôncio Rodrigues), como testemunho burguês da situação reinante.

O aspecto particular nessas associações de sindicatos, que não chegaram a se consolidar como genuínas centrais sindicais, foi a preponderância que concederam aos problemas gerais da sociedade, o interesse pelos grandes temas da política nacional e do desenvolvimento econômico, enquanto relegavam para plano secundário as reivindicações profissionais específicas do proletariado.

Dizíamos que o autor “não é marxista, e sim desenvolvimentista, *como é fácil reconhecer pela terminologia usada*”. Que não estaremos errados se traduzirmos as “reivindicações profissionais específicas”, como reivindicações de classe do proletariado. E o que Leôncio Rodrigues entendia por “problemas gerais da sociedade”, eram na realidade “problemas muito concretos da burguesia”, para os quais os sindicatos foram mobilizados. Suprimindo o contexto do assunto tratado, Machado toma agora a liberdade de concluir que, para “Aonde Vamos?”, a defesa dos interesses específicos do proletariado é a luta pelas “reivindicações profissionais específicas”, concluindo então: “Os companheiros da direção repetem os economistas, e o fazem de forma caricatural”. E apresenta, num parágrafo adiante, a conclusão final aos leitores:

É interessante notar que os companheiros da direção têm uma notável capacidade de aprender uma porção de coisas sobre o marxismo, sem jamais compreendê-lo, como uma totalidade.

Fato é que a citação do “Aonde Vamos?”, assim apresentada, é o único argumento encontrado por Machado para fundamentar as suas críticas de “economismo”. Apesar de toda verbosidade – não menor do que a apresentada na parte sobre o foco – não se deu ao trabalho de tentar pelo menos uma argumentação mais convincente. Mas, vamos ver de perto a “totalidade” do marxismo de Machado.

Um complemento necessário para a compreensão das noções dele sobre luta política e econômica é a sua exposição sobre luta legal e ilegal respectivamente, a sua acusação de que

a Organização “nem sequer pensa em dar forma consequente à luta política legal”.

Temos de confessar que inicialmente estranhamos. A afirmação é tão descabida que qualquer operário da Organização que entra num sindicato, qualquer estudante atuante no movimento estudantil, qualquer militante atuante em organismo de massa poderia desmenti-la na hora, por experiência própria. O que há, e tem de haver, é a discussão, em cada caso concreto, de como ligar as atividades legais com as ilegais e vice-versa. A necessidade das duas formas de ação combinada nunca foi questionada na Organização. Mas parece que não é isso. Ouçamos Machado:

Mas uma vez a direção dá uma demonstração de desconhecimento do beabá da política operária. O que acontece é que existe na sociedade uma corrente democrática pequeno-burguesa e uma corrente operária revolucionária (sem falar nas demais correntes, como a pequena-burguesia terrorista e outras, que não interessam no momento). A corrente democrática pequeno-burguesa propõe de fato, a substituição das reivindicações, dos objetivos e métodos de luta proletária, pelas suas próprias reivindicações, objetivos e métodos. A corrente operária revolucionária propõe utilizar as reivindicações, objetivos e métodos operários. Para a pequena-burguesia democrata a democracia representa um fim, isto é, o seu próprio objetivo. Propõe exclusivamente métodos legais de luta e reivindica igualdade em termos abstratos. Para a corrente operária revolucionária a democracia representativa é um meio de transformar a correlação de forças políticas dentro dos quadros da ditadura, de forma favorável ao proletariado, combinando os métodos legais com os ilegais, de forma científica, e reivindicando a conquista das liberdades para os trabalhadores e as massas de um modo geral. (p. 8)

Pois é. As acusações de Machado podem se tornar mais claras. Embora não saibamos por que a corrente pequeno-burguesa “propõe exclusivamente métodos legais de luta” – o que absolutamente não corresponde aos fatos – na mente de Machado a combinação de “métodos legais de luta com os ilegais, de forma científica”, significa “combinar” reivindicações legais pequeno-burguesas com reivindicações revolucionárias ilegais. Em seguida (p. 17), ele completa o quadro: “Para nós, a luta atual é uma luta eminentemente política. Uma luta predominante legal...”

O que Machado propõe, na prática, é que nós nos concentremos – nós como Organização e o proletariado como classe – na luta eminentemente política e predominantemente legal, em torno de reivindicações da pequena burguesia. Pois ele não conhece outras reivindicações específicas da classe operária fora da luta econômica: “Ora, o papel dos socialistas é justamente o de levar o proletariado a superar a luta em termos meramente “específicos”, isto é, econômicos”.

Dito de passagem, o método de argumentação de Machado lembra muito a tática do “segura o ladrão”. Pois, o que caracterizou os economicistas na história do movimento operário russo não foi o fato de eles terem negado o papel da atuação política, mas o fato de renunciarem a formular reivindicações políticas específicas do proletariado, deixando o campo político para os representantes de outras classes, limitando-se a apoiar e utilizar as reivindicações burguesas. Embora os “economicistas”, citados por Lênin, pretendessem se concentrar nas reivindicações econômicas e deixar a política para “os outros”, e Machado, ao contrário, dê ênfase à política “dos outros” e chegue a se identificar com ela, a posição de princípios dos dois diante dos interesses específicos do proletariado na sociedade burguesa é a mesma: trata-se de interesses econômicos.

Sob esse ângulo compreendemos também a insistência de Machado em apresentar os sindicatos como o campo de ação mais importante para o trabalho operário – reforçado pela acusação demagógica de que o CN colocou como “tarefa prática e imediata” a criação dos Comitês de Empresa. Não compreende ele – e não pode se dar ao luxo de compreender, porque isso romperia o seu esquema “científico” – que a tarefa fundamental de uma vanguarda marxista-leninista é justamente a criação do proletariado independente, sua formação político-ideológica, sua organização e mobilização na luta. Para isso, os sindicatos, órgãos de luta econômica por excelência, por si sós não bastam. E muito menos hoje, quando são enquadrados num sistema de “lutas econômicas” delimitado pela ditadura. A formação da classe independente, que é o nosso objetivo político mais constante, requer que as noções de luta proletária penetrem nas bases da classe operária, nos lugares de trabalho, nas empresas, onde se reúne de fato a classe,

e o despertar da classe só pode se dar em oposição aos métodos pequeno-burgueses de luta.

Para os marxistas de todos os tempos, as reivindicações específicas do proletariado não eram somente econômicas, mas igualmente sociais e políticas, e eles combateram consciente e incessantemente a tentativa da pequena-burguesia de substituir as reivindicações, objetivos e métodos da luta proletária pelos seus próprios, como já demonstraram Marx e Engels no início do movimento operário:

No momento presente, quando a pequena-burguesia democrática é oprimida por toda parte, exorta em geral o proletariado à união e a reconciliação, estende-lhe a mão e procura criar um grande partido de oposição, que abranja todas as tendências do partido democrata, isto é, procura arrastar o proletariado a uma organização partidária onde hão de predominar as frases social-democráticas geral, atrás das quais se ocultarão os interesses particulares da democracia pequeno-burguesa, organização na qual em nome da tão desejada paz, as *reivindicações especiais* do proletariado não possam ser apresentadas. Semelhante união seria feita em benefício exclusivo da pequena-burguesia democrata e em prejuízo indubitável do proletariado. Este teria perdido a posição independente que conquistou à custo de tantos esforços e cairia uma vez mais na situação de simples apêndice da democracia oficial. Tal união deve ser, portanto, resolutamente rejeitada. (Marx, Engels. Mensagem do CC à Liga dos Comunistas. Ed. Vitória, pág. 87. Grifos de E.M.)

E com isso chegamos de fato à essência das divergências de Machado com a linha da Organização. Trata-se das relações entre proletariado e pequena-burguesia, de um lado; e da questão dos objetivos e do caráter da luta, de outro.

Um Lênin diferente

Entrando no terreno dos objetivos da luta, Machado explica na página 6 do seu documento:

Só a análise concreta da realidade pode ditar aos revolucionários que forma e que estágio a luta do proletariado contra a burguesia de assumir e superar (?). Foi assim que a Secretaria Regional de Minas Gerais, depois de constatar que o proletariado brasileiro já percorrerá todos os estágios da luta meramente econômica e que chegara a participar de luta formalmente política sobre a hege-

monia da burguesia, ameaçando superar este estágio, assumindo assim um caráter verdadeiramente operário, ao mesmo tempo em que uma liderança operária, embora não muito bem estruturada ia ser gerada no processo, concluía pela retomada da luta em termos fundamentalmente políticos. Por outro lado, analisando a correlação de forças em escala internacional e dentro do país, viu a fraqueza das forças revolucionárias no país, frente ao poder de repressão do Estado burguês, o que levou a concluir que a luta política atual não poderia ainda assumir a forma de luta aberta pela tomada do poder. *Estamos, assim, no estágio em que o fundamental é lutar pela conquista das liberdades democráticas*, de modo que esta luta assuma uma forma global, capaz de questionar o poder político. (Grifos meus – E.M.)

Pois aqui temos o objetivo, que deve determinar a nossa tática: a redemocratização. E atrás da “forma global” se escondem as reivindicações *aceitáveis*, para a pequena-burguesia e que devem selar a “união”: a democracia. É digno de nota ainda o fato que desta vez o proletariado não está “acéfalo”. Já passou todas as fases de luta econômica. E o problema é retomar a luta em termos fundamentalmente políticos – pela conquista das liberdades democráticas. Sobre a situação real da classe operária, sobre os motivos que de fato a podem movimentar, organizar e fazer lutar – nenhuma palavra.

A única alternativa que coloca é: ou a luta pela tomada do poder (que no momento não é possível) ou então a luta democrática. O problema fundamental – o de o nosso proletariado nunca ter colocado a questão do poder em termos de classe, porque ainda não surgiu como classe independente no cenário político nacional; o de o nosso papel como marxista-leninistas consistir justamente na luta pela formação da classe independente que possa questionar o poder político da burguesia – tudo isso consta no nosso Projeto de Programa e no “Aonde Vamos?” – Machado passa por cima. E tem de passar por cima, de má consciência, porque a sua “forma global” não pretende questionar o poder político da burguesia. O “poder político” que ele apresenta se refere unicamente à ditadura, sem entrar no conteúdo de classe dessa ditadura. Mas uma luta que não põe em questão o *poder político da burguesia*, seja na forma de ditadura aberta ou velada, que não coloca o proletariado em oposição à sociedade burguesa,

deixa-o novamente sob a tutela da burguesia, seja em sua matriz liberal-democrática, ou pequeno-burguesa.

Machado cita Lênin para “fundamentar” a sua posição. Depois de Lênin ter sido citado como testemunha de “coexistência pacífica” em termos stalinistas e krutchevistas, isso não tem mais nada de original. Mas vejamos como ele o consegue:

A necessidade de se indicar no programa que se deve apoiar todos os que lutam contra o absolutismo (traduza-se no Brasil por ditadura) vem de que a social-democracia russa, indissolavelmente ligadas aos elementos avançados da classe operária russa, tem que hastear uma bandeira *democrática geral* para agrupar em torno de si todas as camadas e todos os elementos capazes de lutar pela liberdade política ou de apoiar, pelo menos, essa luta por qualquer meio.

A citação é de Lênin e o enxerto entre parêntesis, de Machado, que comenta em seguida:

Os nossos teóricos poderiam objetar que essa tática não se aplica às condições específicas do Brasil, embora sejam mestres em traçar paralelos e fazer analogias históricas.

Certo, companheiro Machado. Objetamos. Em primeiro lugar, a coisa não é tão simples a ponto de que o absolutismo na Rússia “traduza-se no Brasil por ditadura”. Analogias desse gênero só se conseguem justamente quando se ignora, consciente ou inconscientemente, o conteúdo de classe de uma determinada ditadura. O absolutismo era a ditadura das formas remanescentes do feudalismo semi-asiático, que negava ao povo russo progresso e reformas tão primárias como, por exemplo, uma Constituição, que limitasse, mesmo formalmente, o seu poder, derivado dos direitos dos antepassados e da bênção divina. *A burguesia não tinha chegado ainda ao poder, nem dele participava.* Quando Lênin escreveu essas linhas – e outras citadas por Machado – a Rússia ainda não tinha feito nenhuma tentativa de revolução burguesa e o programa, ao qual Lênin se refere na citação, era um programa de ação da classe operária na revolução burguesa.

Podemos afirmar que a situação é tão “análoga” ou “paralela”? Qual é o caráter da nossa revolução, companheiro Machado? É burguesa? É socialista? Talvez não seja por acaso que todos os docu-

mentos vindos do grupo de Machado sejam omissos a esse respeito, evitam entrar na questão. Pois todos os documentos da Organização, desde a fundação até hoje, parte da premissa de que no Brasil não há mais margem para revolução burguesa – ou democrática –, *que a burguesia está no poder e que o processo revolucionário no país só pode ser socialista*. Que a democracia burguesa, até a abrilada, era uma ditadura velada da burguesia, aliada ao latifúndio e ao imperialismo, e que o atual regime representa uma ditadura aberta da mesma burguesia, ligada aos mesmos aliados.

Na primeira circular que o grupo reunido na Guanabara, em torno do boletim mimeografado “Política Operária”, mandou para grupos nos Estados, convidando para a fundação de uma Organização nacional, a 24 de julho de 1960, já se lê:

Hoje, o socialismo não é mais mera teoria, credo ou esperança de pequenas minorias, que tem de cavar penosamente o seu caminho... O exemplo de Cuba indica os rumos da revolução latino-americana... Na medida que a revolução passe dos países agrários da América Central para os países em industrialização do sul do continente, que já dispõem de uma classe operária, ela tomará de antemão um caráter mais proletário, mais socialista.

E no Segundo Congresso, realizado em janeiro de 1963, consta claramente das resoluções “As tarefas da Política Operária” o seguinte:

Postulando abertamente a luta pela revolução socialista e propondo-se, como objetivo básico, a formação de um partido revolucionário capaz de efetivá-la, a POLOP rasgou novas perspectivas para as forças da esquerda e constituiu-se em nota dissonante no conjunto da política pequeno-burguesa a que se vira arrastada a classe operária.

Essa orientação da Organização, que foi a razão de ser da sua fundação e que foi reafirmada em cada um de seus congressos, sabemos que no fundo não foi acompanhada por todos os companheiros. A latente oposição minoritária não tinha coragem de se opor abertamente e preferiu deixar a problema para os “teóricos”, exaltando o trabalho “prático” e de “massa”. Bem sabemos em que deu a agitação sem bases criadas. Mas hoje, quando o papel da Organização está para sofrer mudanças qualitativas, quando se tem

de traduzir em militâncias operárias essas posições “teóricas”, as omissões se tornam um *empecilho* e por isso esperamos também uma definição do companheiro Machado.

Mas isso não esgota o assunto. Mesmo sob o ângulo da revolução burguesa, Machado falseia a estratégia leninista. Pois se fosse sincero o intuito de aproveitar experiências de luta de classe do passado, Machado não poderia esconder ao leitor que Lênin, na revolução burguesa, quando se empenhava pela bandeira democrática geral, não deixava essa bandeira nas mãos da pequena-burguesia. Que defendia a fórmula da “Ditadura Democrática Revolucionária dos Operários e Camponeses”, como governo de transição para a revolução burguesa. Que, embora considerasse a Rússia um dos países mais pequeno-burgueses da Europa, não se preocupava em incluir essa classe como totalidade num governo revolucionário e, muito menos, em “aproveitar” a burguesia média – como fez Machado:

...não fazem nenhuma diferença entre os grandes capitalistas nacionais e os estrangeiros, apresentando uma análise estereotipada. Simplesmente desconhecem a existência de uma média burguesia que, se não poderá ser conquistada para a luta, poderá ser “aproveitada” politicamente de forma muito mais inteligente: trata-se de *neutralizá-la*. Omitindo-se sobre sua existência, a direção de fato a arrola no rol da grande burguesia, pretendendo que o proletariado invista também contra ela. (p. 14 – grifo de E.M.)

Governo de transição e pequena burguesia

É essa também a mesma linha de argumentação sobre o governo de transição. Machado é a favor de um governo de transição. É contra um Governo Revolucionário dos Trabalhadores da Cidade e do Campo:

O grande erro da direção está, em não compreender *de fato* que um governo de transição é um governo de transição, isto é, um governo instável onde existe um equilíbrio precário entre o poder revolucionário e o potencial revolucionário. É a passagem possível de um determinado quadro político para outro... Ele modifica a correlação de forças políticas de tal forma que o proletariado como classe hegemônica transforma a revolução que o instalou em Revolução Socialista. Assim é que, ao se destruir o poder das classes dominantes, aguçam-se as contradições entre as diversas forças que

participaram da revolução que implantou o governo de transição. É nesse sentido que a pequena burguesia e as classes médias em geral que deverão participar da luta pela implantação do governo de transição – não compreendendo o governo de transição como de transição – ao tentar impedir que esse governo se transforme em governo socialista, através da revolução socialista, entrarão em choque com o proletariado.

Nada disso compreende a direção, que pretende desde já resolver as contradições entre o proletariado e a pequena-burguesia. Não percebe que esta contradição deverá ser resolvida na fase socialista da revolução. (p. 12)

Tudo indica que Machado especula com a suposição de que os companheiros não lêem os documentos da Organização. Em nenhum momento achamos que as contradições entre proletariado e pequena burguesia já tenham sido “resolvidas”. Mas também não entendemos o que o autor que dizer quando afirma “que esta contradição deverá ser resolvida na fase socialista da revolução”. E até que se dê essa “fase socialista”, existe essa contradição ou não existe? Se existe, como enfrentá-la? Ignorá-la? Adiá-la? Isso só seria possível se o proletariado adiasse as suas reivindicações específicas de classe até a “fase socialista” da revolução, até depois da instalação do governo de transição, pois este ainda deve se dar sob o signo da “forma global” das liberdades democráticas gerais.

Machado voltou até o “Manifesto Comunista” no seu esforço para nos apresentar a pequena-burguesia como aliada revolucionária do proletariado, etc. Cita Marx do seguinte modo: “As classes médias... tornam-se *revolucionárias* quando têm diante de si a perspectiva de sua passagem iminente ao proletariado”. (Grifo de F.M.)

Lançando mão das suas pequenas desonestidades, dessa vez não se limitou a tirar uma frase de contexto, como ainda a alterou. Restabelecemos o texto original por extenso:

As classes médias – pequenos comerciantes, pequenos fabricantes, artesãos, camponeses – combatem a burguesia porque esta compromete a sua existência como classes médias. Não são, pois, revolucionárias, mas conservadoras; mais ainda, reacionárias, pois pretendem fazer girar para trás a roda da história. Quando são revolucionárias é em consequência de sua iminente passagem para o proletariado; não defendem então os seus interesses atuais, mas

seus interesses futuros; abandonam seu próprio ponto de vista para se colocar no do proletariado. (Marx/Engels. Obras Esc. Ed. Vitória, p. 29 – grifos de E.M.)

Mas para voltar ao assunto:

1) Que o governo de transição “é um governo de transição” nós mostramos em exemplos reais latino-americanos (“Aonde Vamos?”). O que o caracterizará não será a adesão da pequena-burguesia como classe “em si”. Nem a bandeira democrática. Ao nosso ver a tônica de semelhante governo, nas condições vigentes no continente, será muito mais a “bandeira antiimperialista”. Mas a sua característica principal será o fato de apoiar-se nas forças sociais básicas da revolução: os operários da cidade e os camponeses proletarizados do campo. A pequena burguesia *assalariada* aderirá, sem dúvida e em escala crescente, a essa aliança de classe revolucionária, mas dividindo a sua classe. Aderirá como assalariados, como trabalhadores, fundamentalmente.

2) As forças sociais que apoiariam semelhante governo de transição seriam basicamente as mesmas da revolução socialista. As mudanças que haverá no decorrer do aprofundamento dos antagonismos sociais, não alterarão mais a aliança de classes revolucionária, pois a revolução, na medida em que prossegue, aumenta suas bases de sustentação entre as massas. Um governo de transição tem a sua razão de ser num momento em que essas massas estão dispostas a lutar contra as classes dominantes e o imperialismo, mas ainda não tiraram as últimas consequências, as de travar a luta com objetivos socialistas. Será o aguçamento de todas as contradições, internas e externas, existentes na sociedade brasileira, durante um governo de transição, e a indispensável mobilização popular, que colocará a necessidade da ditadura do proletariado na ordem do dia e os trabalhadores sob a liderança de um partido revolucionário, capaz de liderar a luta por esse objetivo.

3) A cisão que se dará nesse processo no seio da pequena burguesia, que já aderiu ao governo de transição (como pode se dar também no movimento camponês e operário) deve separar as massas pequeno-burguesas das suas lideranças tradicionais. É no decorrer desse processo acelerado que essa pequena burguesia abandona “então seus interesses atuais”, em troca dos “seus interesses futuros” e “se coloca no ponto de vista do proletariado”. É

então que esta pequena burguesia assalariada poderá ser liderada *diretamente* pelo próprio proletário e não mais por intermédio de alianças com as lideranças pequeno-burguesas. E isso supõe uma luta sem tréguas contra a ideologia – contra o ponto de vista da classe média.

4) Se nós colocamos o problema programático do Governo Revolucionário dos Trabalhadores da Cidade e do Campo, não é porque achamos inevitável a sua formação no decorrer do processo revolucionário. Tampouco só apoiaremos ou integraremos governo de transição que ostente oficialmente esse nome todo. Não é essa concepção que temos do desenrolar das lutas de classes. A revolução não se desenrola conforme programas pré-estabelecidos. Os programas devem analisar e prever as tendências sociais e políticas e delinear as possibilidades e meios de os revolucionários influírem nas lutas de classes e dirigi-las para objetivos historicamente fundamentados. Se definimos o governo de transição como Governo Revolucionário dos Trabalhadores, é porque assim se caracteriza o seu conteúdo de classe. Queira ou não, o problema de governos de transição se colocarão a nós na prática. Nós – e a classe operária – temos de saber em que condições se justifica e se impõe participar de tal governo, em que condições e circunstâncias tal governo acelera o processo revolucionário e em quais condições não será mais do que um simples instrumento de “transição” para uma nova consolidação do domínio das classes dominantes e do imperialismo.

A imagem do governo de transição que Machado oferece para o futuro se assemelha, pois, a um governo burguês. O papel que ele atribui à pequena burguesia na luta pelo governo de transição e no seio dele permite a essa classe fazer valer seu ponto de vista (e seus interesses) no meio do movimento operário, em vez de “se colocar no do proletariado”, isto é, exercer uma hegemonia política e ideológica. (Não é gratuitamente que Machado não acha nada demais a pequena burguesia falar pelo povo inteiro, *todas* as classes falam pelo povo inteiro...) Mas a hegemonia da pequena burguesia – uma classe média, incapaz de exercer o poder – significa que o poder cai nas mãos da grande burguesia. E o poder nas mãos da grande burguesia significa o domínio do imperialismo.

Tudo isso não passa de uma “análise totalmente estereotipada” para Machado. Sua preocupação se resume em:

Assim é que, se num determinado momento o decisivo é destruir o poder político da grande burguesia imperialista, e nisso coincidem os interesses objetivos do proletariado e da pequena burguesia democrática, o que se há de fazer é, em substituição, propor um governo que satisfaça as aspirações dessas duas classes.

Por enquanto, o que o companheiro Machado “propõe” é submetermos a linha política da Organização às aspirações da pequena burguesia. Até aí não assistimos mais do que a uma apologia da tutela ideológica pequeno-burguesa sobre o movimento operário.

E os dois mundos?

O mesmo método de argumentação é aplicado por Machado na apreciação da situação mundial, das relações internacionais. Implica com a afirmação do Projeto de Programa da existência de dois mundos, do capitalista e do socialista, quando o documento diz: “...a internacionalização da luta a converte num choque entre dois mundos”. Replica Machado:

Parte da observação dos fenômenos desenvolvidos em escala internacional, chegando à conclusão de que a contradição fundamental da sociedade em nossa época é aquela existente entre o mundo socialista e o mundo capitalista. Esta é uma conclusão baseada no senso comum, na análise superficial dos fatos. Realmente o curioso leitor dos jornais também chega a essa conclusão. Mas o marxista que se propõe a analisar a realidade em termos de luta de classe chegará a um resultado bem diferente, que tem implicações práticas importantíssimas. (p. 10)

E para demonstrar que o “senso comum” no caso está errado, cita autores marxistas: “O Capital supõe o Trabalho. O Trabalho supõe o Capital...”. Nós teríamos suprimido a análise de classe. Marx não falou em nada de dois mundos; portanto, nós estávamos “dizendo adeus ao marxismo”.

Esse modo de preocupação “marxista” lembra muito o precedente histórico dos dissidentes muçulmanos, os chiitas, que proclamavam “o que não está escrito no Corão, é obra do Diabo”. Mas do mesmo modo como o pretense ortodoxismo dos chiitas não serviu a outra coisa do que a interesses muito materiais de sucessão, a argumentação teórica de Machado não visa senão encobrir “implicações práticas importantíssimas”.

Mas não o consegue muito bem. Vejamos como prossegue adiante:

De qualquer forma, seria de esperar que os companheiros convencidos de que a contradição fundamental de nossa época é aquela entre dois mundos, traçassem sua tática política (se eles raciocinassem politicamente) em termos de se concentrar forças no principal sustentáculo social do mundo imperialista. Isto é, no grande inimigo, na grande burguesia imperialista. Ao contrário, o que fazem é propor uma dispersão de forças contra o “capital”, esquecendo-se de que entre os “capitalistas” existem inimigos, que podem ser neutralizados temporariamente (tais como os setores liberais da média burguesia) e outros que podem até ser ganhos para a luta contra a ditadura (tais como a pequena burguesia democrática, no caso do Brasil).

O leitor talvez fique surpreendido com a coincidência de encontrar aí, no cenário internacional, os mesmos velhos conhecidos, a pequena burguesia democrática, os setores liberais da média burguesia, etc. Mas toda a argumentação de Machado não visou senão transplantar para as relações internacionais as suas concepções de política nacional. Do mesmo modo pelo qual a pequena burguesia se crê acima do conflito capital-trabalho, pois se trata de “uma classe intermediária, na qual os interesses de duas classes perdem simultaneamente a agudez” (Marx), ela é incapaz de compreender o choque entre o mundo capitalista e o socialista, de dois sistemas sociais, julgando-se acima do fenômeno e não se considerando atingida pelas suas consequências.

O Projeto-Programa, ao contrário, vê no choque capital-trabalho e entre os mundos capitalista e socialista dois aspectos da mesma contradição fundamental. Desde que os países de revolução vitoriosa aboliram o capital, como categoria social antagônica ao trabalho, e tornaram o proletariado classe dominante, o mundo capitalista os enfrenta como potências socialistas na política internacional. Essas potências, que compõem o mundo socialista, são aliados naturais das classes exploradas, especialmente do proletariado da velha sociedade capitalista. A materialização dessa aliança é questão de consciência e de amadurecimento objetivo das condições sociais. Mas o processo da Revolução Mundial, desde 1917, mostra que existe latentemente e que se torna real em situações revolucionárias.

Além disso, o Projeto-Programa destaca as mudanças qualitativas que o mundo capitalista, e particularmente o imperialismo, sofreu nas últimas décadas em consequência da Segunda Guerra Mundial. Lênin ainda assinalava que a característica principal das relações internacionais da sua época era a contradição interimperialista. O imperialismo de então, a existência de um balanço de poderes de potências e alianças de poderes imperialistas, tornava inevitável uma periódica redistribuição do mundo, novas guerras interimperialistas. Essa situação mudou principalmente por duas razões:

1) O desfecho da Segunda Guerra Mundial enfraqueceu tanto o mundo capitalista que possibilitou o predomínio absoluto de uma potência imperialista (os EUA) sobre as demais. O potencial econômico e bélico dos Estados Unidos é hoje maior do que os demais países imperialistas reunidos. Esse fenômeno mais:

2) a expansão do campo socialista até o centro da Europa e sobre o continente asiático, subtraindo um terço do globo da exploração imperialista, ameaça a existência do sistema capitalista, que historicamente entrou em defensiva.

Essa situação criada fez com que a contradição interimperialista passasse para um segundo lugar, em vista de uma contradição maior nas relações internacionais: a de um mundo capitalista na defensiva, que procura com todos os recursos à disposição evitar o prosseguimento da expansão do mundo socialista nascente. A contradição inter-imperialista não desapareceu, mas perdeu a sua agudez – não há ameaça de guerra entre potências imperialistas –, dando lugar a uma associação global, que na terminologia marxista ficou conhecida também como “cooperação antagônica”, na qual as demais potências imperialistas e capitalistas preenchem o papel de “sócio menor” dos Estados Unidos.

O choque entre os dois mundos com sistemas sociais diferentes tornou-se o fio condutor das relações internacionais – a sua contradição fundamental. Esta já tem estado aguda, pode amolecer e chegar a pontos mortos, em virtude de um equilíbrio de poder e de armamento (esta é a única razão pela qual até agora não houve a Terceira Guerra Mundial), mas existe latentemente e continuará a existir, até que o antagonismo da existência dos dois sistemas sociais neste globo seja resolvido – até que exista de fato um só mundo.

Desse estado das relações internacionais o proletariado de todos os países tem de ter consciência. Os países socialistas precisam da ajuda ativa das classes exploradas do mundo capitalista para enfrentar o potencial do imperialismo. E toda nova revolução necessita da ajuda ativa do campo socialista para enfrentar a reação internacional. A experiência demonstrou, além disso, que toda a vitória de um país socialista em guerra com uma potência capitalista leva a revolução ao país vencido. Essa comunidade de interesses – uma das formas da solidariedade internacional – existe como fato histórico, independente da *atual* política seguida por governos de países socialistas e lideranças de movimentos operários em países capitalistas – e ela se imporá, superando os governos e lideranças que se opõem à história.

Mas mesmo agora, neste momento, assistimos a um teste vivo do estado das relações internacionais. No Vietnã se concentra hoje toda a contradição existente neste globo. A divisão interna do país, a divisão em classes, encontra o seu prolongamento natural na ajuda externa que os dois mundos fornecem na guerra civil. Os Estados Unidos não investem no Vietnã mais de 20 bilhões de dólares para travar uma simples guerra “colonial”. Como “investimento” estes gastos não se justificariam. Gastam estes recursos, sim, para evitar uma nova expansão do mundo socialista.

A crítica à insuficiência da ajuda socialista aos revolucionários vietnamitas seria assunto para outro capítulo e transcende os problemas levantados por Machado. Este continua preocupado com a pequena burguesia democrática nacional.

Volta à burguesia nacional

Torna-se evidente que a preocupação com a pequena burguesia só representa um aspecto de uma concepção política, que encontra a sua complementação nas tentativas de “neutralizar” a média burguesia e de “diferenciar” a grande burguesia nacional da estrangeira. Em todas as formulações que encontramos no extenso trabalho de Machado, a colocação de “questionar o poder político” nunca ultrapassa o “poder político” da “burguesia imperialista”. E a sua preocupação de “diferenciar” a burguesia imperialista da nacional não visa outro fim senão o de sustar a luta contra a sociedade burguesa, contra o “capital” e os “capitalistas” – duas categorias

que ele põe entre aspas – em prol de reivindicações democráticas gerais, portando-se como se nos encontrássemos em plena revolução burguesa. É consequente com essa linha de conduta pequeno-burguesa quando defende a “luta eminentemente política” e “predominantemente legal”, hostiliza não só as reivindicações específicas do proletariado, que possibilitam a formação política da classe, como igualmente modos de luta como a guerrilha (“preconceitos foquistas”) que não cabem no esquema legalista e que tendem a “arrolar no rol” do inimigo comum as facções da classe dominante. A burguesia média e as burguesias nacionais tomam aqui alternativamente o lugar, que a “burguesia nacionalista” tomou nos esquemas da esquerda tradicional entre nós.

A melodia é conhecida. Foi justamente em oposição a esse aburguesamento da esquerda brasileira que nós surgimos como Organização independente, elaborando as nossas posições, iniciando a luta ideológica. Machado não acompanhou o desenvolvimento da Organização e esqueceu o pouco que aprendeu no seu meio. Basta comparar as suas tentativas de defender posições do passado com a evolução que se deu dentro da esquerda sob o impacto dos ensinamentos do golpe militar e dos debates teóricos. Citamos, por exemplo, o documento da Dissidência dentro do PCB do Rio Grande do Sul, “Teses Revolucionárias”, que trata de assuntos abordados por nós:

A contradição fundamental permanente da sociedade brasileira capitalista – dizem as “Teses Revolucionárias” – *é a que põe em choque o proletariado e a burguesia.* Uma vez que o movimento principal da revolução exige a solução radical nesta etapa, da contradição entre o trabalho produtivo explorado e a apropriação monopolista dos bens de produção; uma vez que a libertação do jugo imperialista marche lado a lado com a destruição das bases do regime capitalista; os conflitos entre o proletariado e a burguesia revelam a essência da contradição principal da sociedade. Igualmente exercem influência determinante sobre o desenvolvimento das demais contradições, na medida em que impelem para um dos lados antagônicos as classes intermediárias, através da integração destes em aspectos parciais ou na totalidade de uma visão histórica da organização do conjunto da sociedade.

A contradição principal da sociedade brasileira é a que decorre do desenvolvimento capitalista, concentrando seus frutos nas mãos das parcelas progressivamente menores da população, proprietá-

rios de bens de produção. *Opõe a burguesia brasileira e seus capitais integrados no imperialismo ao trabalho dos operários urbanos, dos assalariados rurais, dos lavradores sem terra, ou com pouca terra, das camadas inferiores da pequena burguesia em vias de proletarização, dos subempregados da cidade e do campo.*

Pela própria posição que ocupa no processo de produção, a pequena burguesia – particularmente ao longo da fase de monopolização do capitalismo – não reage ao desenvolvimento da sociedade como um todo, mas fraciona-se. Uma camada economicamente superior, dependente do imperialismo, tende a aderir ao comportamento político reacionário da grande burguesia. Surgem facções reformistas, liberais, democrático-burguesas e pode mesmo ganhar conformação política, em sociedade em que o aparelho estatal engaje contingentes populacionais ponderáveis, a esperança inviável da organização social de acordo com interesses próprios de classe, como é típico do fascismo. No contexto da crise capitalista, contudo, a camada inferior da pequena burguesia, percebendo salários mais baixos e desvalorizados, aproximando-se da proletarização, pode adotar em níveis diversos de totalidade e consciência, a orientação política da classe operária. (“Teses Revolucionárias”. Porto Alegre. Grifos dos autores.)

Poderíamos, do mesmo modo, ter reproduzido aqui as teses da oposição interna do PCB na Guanabara, difundidas por “Arma da Crítica”, para mostrar que o amadurecimento de uma esquerda revolucionária no país desenvolve posições análogas às defendidas pela ORM e cria as premissas para a unificação das vanguardas. A diferença entre nós e eles ainda é que, enquanto eles representam uma minoria revolucionária dentro do PC tradicional, nós enfrentamos uma minoria direitista no nosso seio.

“Os erros, as incompreensões, a incoerência e o simplismo das teses dos companheiros da direção nacional têm, a nosso ver, suas raízes numa falha de caráter metodológico”. Explica Machado. Mas qual é a “metodologia” usada por ele, desde que desencadeou a luta interna?

Começou com uma campanha de descontentamento genérica e indefinida. A investida começou contra os “teóricos”, responsabilizados pelo fato de sermos ainda um pequeno grupo, “sem linha política” e “incapaz de dar ao proletariado uma alternativa ao reformismo”. Como todo oportunista tradicionalmente faz, apelou para

o praticismo, evitando definir os seus objetivos. Mas quando não conseguiu provar que os teóricos não estavam alheios aos problemas internos e externos da Organização e, pelo contrário, começavam a pressionar para que as resoluções políticas e as demais não ficassem no papel e que fossem postas em prática pelas seções, mudou de ênfase, começando a denunciar, de boca pequena, o “obreirismo” da direção nacional, que “só se preocupava” com a classe operária. Mas também esse recurso esgotou, principalmente na medida em que se aprofundou a discussão interna: os mais novos militantes tomaram conhecimento dos problemas revolucionários e a Organização começou a tomar consciência do fato de que o nosso futuro como vanguarda marxista-leninista estava na dependência direta da nossa penetração na classe operária. O aprofundamento dos debates internos e dos estudos consequentes fizeram com que Machado e o seu “trio” comessem a perceber que as simples improvisações e os “chutes” não resolviam a situação e, pelo contrário, os isolavam dentro da Organização. Mudaram então de “metodologia”, começaram a se “dedicar à teoria” procurando em Marx e Lênin apoio para suas posições. As presentes acusações de economismo são o primeiro grande fruto desses “estudos”. Mas descobriram igualmente nessas leituras que não podiam mais lançar, com a mesma despreocupação, os seus argumentos direitistas mais ingênuos possíveis, defendidos anteriormente, pois frequentemente estavam expondo abertamente argumentos básicos de adversários de Marx e Lênin. É esse o sentido de sua autocrítica apresentada logo no início, em palavras modestas: “Foram feitas diversas reformulações, frutos de um aprendizado da história e da vida”. E aí, o velho Lênin tem de servir novamente como testemunho, para dizer que não era falta de inteligência a causa dos erros cometidos.

Não, companheiro Machado. Essa preocupação foi gratuita. Ninguém questionou a inteligência dos companheiros. Pelo menos, não da nossa parte. Mas Lênin se referiu a erros de revolucionários e o que questionamos são as suas posições políticas em princípio, que são posições reformistas. As suas “reformulações” só tocam na forma de apresentação dos argumentos, mas não mudam o conteúdo. Sinal é que sua pretensa “autocrítica” evita cuidadosamente tratar de qualquer dos “erros” cometidos, passando por cima deles, para encerrar o assunto com uma auto-absolvição que não pode ser levada a sério.

A pouca seriedade das preocupações “marxista-leninistas” de Machado e do seu grupo se evidencia justamente no citado “A Tendência e o Caminho da Revolução”. Trata-se do “Projeto-Programa, número 4”, que consiste de duas partes distintas. Na primeira, é tentada uma análise teórica. O papel das classes, do proletariado, da classe média, do caráter da ideologia nacionalista, é descrito em termos, como tinham sido defendidos basicamente nos documentos oficiais da Organização. Essa foi a concessão tática, que o “trio” achou útil fazer. Mas na segunda parte, onde cabem as conclusões e soluções, sem mais explicações o nacionalismo, condenado na primeira, é ressuscitado sob a forma do “Governo Nacional Democrático”, como forma de governo de transição.

Nenhuma interpelação verbal, durante os debates, conseguiu que os autores explicassem essa flagrante contradição no seu documento. Evitaram entrar no assunto. Mas, para compreender a escolha da palavra de ordem, é preciso não perder de vista que Machado e seu grupo estão travando uma luta de facção dentro da Organização. Não só procuram impor na Secção uma disciplina própria e oposta ao resto da Organização (exigindo dos militantes locais que sigam a “orientação de Minas”), como tentam constantemente apresentar a Secretaria Regional de Minas como alternativa ao Comitê Nacional – até que ponto isso corresponde à verdade cabe à referida Secretaria esclarecer – como procuram evidentemente “ampliar” a facção fora dos limites do Estado. O aliado que encontraram, até agora, é uma minoria na Guanabara: os autores do Projeto-Programa Nº 2, que propagam o “Governo Popular Nacional” como sendo de transição. É verdade que os autores desse projeto assumem posições mais direitistas ainda do que o “Trio”. Enquanto Machado prevê um governo de transição que “neutralize” a burguesia média, o Projeto Nº 2 quer a burguesia média como aliada na revolução antiimperialista. Mas, como toda “teoria”, no fundo, é vista por Machado como campo de manobra na luta interna, essa e outras divergências não pesarão e já se pode prever a formação da frente única das direitas em torno de um “governo popular nacional democrático” qualquer.

Isso explica também o “vale-tudo” ideológico, que caracteriza as polêmicas de Machado. Explica porque numa página a Direção é acusada de “economismo” e na outra de dizer aos operários:

tomemos o poder. Explica porque numa página a classe operária está “acéfala” e na outra “o proletariado brasileiro já percorrerá todos os estágios da luta meramente econômica”. Explica porque num documento a solução infalível para os problemas do país é o “Governo Constitucional Popular”, saindo de uma Constituinte Popular Soberana, e no próximo é defendido com a mesma cara de pau o “governo nacional democrático”, saído da Revolução Democrática Nacional.

Poder-se-ia achar divertido esse dom de argumentar, mas como Organização já estamos grandinhos demais para esse gênero de divertimentos.

E, finalmente, queremos perguntar porque Machado, logo na introdução do seu documento, coloca sempre um “sic” depois de “vanguarda”. Pode ser que essa e outras colocações do autor não sejam de tanta importância, mas não deixam de ser um sintoma de um conformismo bastante cômodo. É muito simples dizer “a vanguarda não existe” e pode até parecer modéstia, mas certamente não é. Embora não estejamos satisfeitos com o papel que a Política Operária desempenha em face das necessidades das lutas de classes no país e, embora não partamos da premissa de que já estejamos em condições para dirigir a Revolução Socialista no Brasil, o descontentamento com a nossa insuficiência não nos fará ainda aceitar uma alternativa reformista. Consideramos a Organização como uma vanguarda revolucionária. Consideramos que desempenhou esse papel principalmente na luta ideológica, e sua existência e atuação se fizeram sentir em toda a transformação que a esquerda do país está passando. E achamos que esse papel não se esgotou, que temos muita coisa a fazer ainda, como vanguarda ideológica, nessa luta que precede o surgimento de uma vanguarda que dirija de fato a classe operária. Muita coisa mudou neste país, desde que a Política Operária surgiu como primeira Organização nacional que desafiou o monopólio do reformismo. Muitos dos nossos companheiros não se lembram mais do abismo que nos separou naquela época do movimento operário e da esquerda oficial. Nem das campanhas pró-Lott e Pró-Tancredo das quais ainda participavam. Os novos já encontraram barreiras vencidas por um trabalho persistente e tenaz. Trabalho que foi realizado por uma vanguarda pequena, mas – apesar dos Machados – a melhor existente no país. Se não fosse não estaríamos no seu meio.

Já que temos esses resíduos pequeno-burgueses na Organização, temos de levar a discussão interna até um fim consequente. E isso significa que todo militante se dê conta dos problemas que nos amarram e que se defina diante deles. Só podemos esperar que os debates esclareçam e superem esse gênero de colocações para sempre. Que no futuro as divergências sejam mais proveitosas, e debatidas em nível mais alto.

Classes e Estado, democracia e ditadura*

Subsídio para discussão do Programa

ERNESTO MARTINS

1. O marxismo tem e propaga uma concepção bem clara sobre o conteúdo da democracia como forma de governo. Lênin, em “O Estado e a Revolução”, já chamou a atenção para o fato de que:

Democracia não é sinônimo de submissão da minoria à maioria. Democracia é Estado que reconhece a submissão da minoria à maioria, quer dizer, uma organização criada para a aplicação sistemática da violência de uma classe contra outra, de uma parte da população contra outra.

Quando Lênin ressalta que democracia é uma forma de Estado, ele pretende lembrar a concepção de Estado que o marxismo criou desde o seu surgimento, como instrumento de domínio de classe. Na sociedade burguesa toma um caráter específico:

Na medida em que o progresso da indústria moderna desenvolve e aprofunda a contradição de classe entre capital e trabalho,

(*) Escrito por Érico Sachs em 1967, por ocasião das discussões em torno da elaboração de um Programa Socialista para o Brasil. Esta versão foi baseada em exemplar original da edição mimeografada que circulou entre militantes da esquerda revolucionária, como documento interno da organização Política Operária.

nesta medida o poder estatal adquiriu mais e mais o caráter de uma força pública para a opressão da classe operária, tornou-se uma máquina de domínio de classe. Após cada revolução que assinalava um progresso da luta de classe, o caráter puramente repressivo do poder estatal torna-se mais nítido, mais evidente. (Marx, “A Guerra Civil na França”.)

A república democrática, entretanto, não é meramente uma das formas de governo da burguesia, mas sim a forma mais adaptada ao domínio da burguesia. Novamente Lênin lembra que:

O tipo mais avançado, mais perfeito de estado burguês é a república democrática parlamentar. O poder pertence ao Parlamento; a máquina de Estado, o Estado e os órgãos de administração são os habituais: Exército permanente, Polícia, e um funcionalismo público acima do povo, privilegiado e praticamente inamovível. (Lênin, “As Tarefas do Proletariado”.)

É a forma mais perfeita principalmente por duas razões.

Em primeiro lugar, a burguesia manda, em virtude do seu poder econômico, os representantes para o Parlamento, os quais defendem os seus interesses imediatos na legislação. O exercício do poder pelo Parlamento significa, portanto, o exercício direto do poder pela burguesia. A democracia parlamentar burguesa significa, portanto, a ditadura direta da burguesia, que não precisa de intermediários para governar.

Em segundo lugar, o sistema democrático, e suas regras de jogo parlamentar, tem a vantagem de que essa ditadura não apareça abertamente, mas seja exercido de um modo velado. As eleições, os debates parlamentares, etc., escondem do grande público o caráter de classe do Estado. Diminuem os pontos de atrito criados pela ditadura da classe dominante. Permitem mudanças de governo sem arriscar o sistema de governo.

Além de guardar as aparências, as regras de jogo da democracia burguesa oferecem ainda outros recursos à classe dominante. A habitual divisão do órgão legislativo em duas câmaras (Câmara e Senado, por exemplo) dificulta que uma assembléia dependente do voto popular possa, sob pressão externa, criar fatos consumados e adotar leis contrárias aos interesses da classe dominante. O mesmo propósito tem a costumeira divisão em três poderes, Executivo, Legislativo e

Judiciário, os quais, em suas diversas variantes, asseguram o funcionamento da ditadura velada, mas direta, da burguesia na república democrática.

Finalmente, a classe dominante tem mais garantias para os momentos de crise e de convulsões sociais, quando a democracia não mais serve aos seus fins imediatos. A máquina estatal, o Exército, a Polícia, a burocracia, permitem a ela abandonar as aparências e escolher o caminho da ditadura militar.

2. Essa concepção do caráter do Estado e, implicitamente, da democracia, tinha sido abandonada pelo movimento socialista depois da morte de Marx e Engels. A conquista dos direitos democráticos pelos trabalhadores, isto é, o direito de voto, de reunião, de greve, do dia de trabalho de oito horas e outros, que caracterizou a luta de classe do fim do século passado e no início deste, fez com que o movimento se contentasse com essas reformas da sociedade burguesa, perdendo de vista os objetivos socialistas da luta. A agitação em torno dos direitos democráticos dos trabalhadores transformou-se em argumentação vulgar em torno da democracia em si. O problema se tornou agudo para o proletariado mundial quando a Revolução Socialista Russa colocou a questão do poder. Foi nesse momento que se deu a cisão orgânica entre reformistas e revolucionários. Os reformistas, negando ou escondendo, por motivos “táticos”, o caráter de classe da democracia burguesa, pretendiam “conquistar” e “reformular” o Estado democrático para chegar pacificamente ao socialismo. Os revolucionários, os leninistas, ao contrário, desmascaravam a democracia como ditadura de classe, lembrando aos operários que, para tomar o poder, a revolução socialista tinha de quebrar a máquina estatal burguesa e construir a sua própria.

Isso não quer dizer que a forma sob a qual a burguesia exercia seu domínio era indiferente para o proletariado. Lênin lembrou que:

Se Engels diz que o Estado na República democrática não é menos “instrumento de opressão de uma classe pela outra” do que na Monarquia, isto não significa que o proletariado seja indiferente à forma de opressão... Uma forma mais ampla, mais livre, mais aberta de luta de classes e de opressão de classe, representa para o proletariado imensas facilidades na luta pela superação das classes em geral.

Quando Lênin escreveu esta análise, em 1917, em “O Estado e a Revolução”, começou a obra dizendo que a tarefa dos marxistas, naquela época, era “desenterrar” as concepções de Marx e de Engels sobre o Estado – uma das pedras angulares da teoria revolucionária. Hoje, cinquenta anos depois, a situação não é muito diferente no Brasil. Para nossa geração de revolucionários e, conseqüentemente, para o proletariado em geral, temos de certo modo de repetir o trabalho de Lênin. Temos de dar esse passo atrás se quisermos compreender o desenvolvimento que o Estado burguês tomou desde então.

3. Quando os recursos da democracia burguesa não garantem mais a ordem existente e os privilégios das classes dominantes, estas escolhem o caminho da ditadura aberta. Com a revolução russa, e em consequência das profundas crises econômicas entre as duas guerras, a destruição das instituições democráticas burguesas se tornou corrente nos países industriais desenvolvidos. Hoje o processo se repete, embora comece na periferia do mundo capitalista, no seu elo mais fraco, nos chamados países subdesenvolvidos. Para compreender o fenômeno da ditadura aberta da burguesia, dispomos de uma experiência histórica realizada pela burguesia francesa e já analisada por Marx em “O 18 de Brumário de Luiz Bonaparte”.

O bonapartismo surgiu no século passado com o regime dos dois Bonapartes, principalmente o segundo – Luiz Bonaparte. O seu traço destacado é se tratar de uma ditadura aparentemente acima das classes. “O desfecho da luta parece indicar que todas as classes, igualmente impotentes e igualmente caladas, se inclinam perante a culatra” – diz Marx sobre a vitória do sobrinho de Napoleão. Todo regime, todavia, tem uma base de classe e todo regime serve a uma classe. A base de sustentação de classe do bonapartismo é o pequeno camponês conservador. É a contradição entre o campo e a cidade que dá ao Executivo a aparente independência. O apoio de Bonaparte, todavia, não se limita ao campo. Nas cidades organiza a sua “Sociedade de 10 de Dezembro” composta de mercenários, lumpen-proletários e demais elementos da sociedade burguesa, que representam o seu exército particular, quando não dispõe oficialmente do Exército burguês. A quem serve, entretanto, a ditadura bonapartista? Ela

serve à cúpula das classes dominantes, à “aristocracia financeira” – como Marx chama o capital bancário da época – esfera onde se encontram e se chocam os interesses da grande indústria com os dos grandes proprietários de terra aburguesados. Trata-se, justamente, daquelas facções da classe dominante francesa que não conseguiram mais governar por meios parlamentares. Ameaçados por nova crise econômica, entregaram a Luiz Bonaparte o poder em troca da repressão aberta contra as massas populares. Na medida em que essa cúpula das classes dominantes sacrificava os seus partidos políticos e seus representantes parlamentares, concordando com a anulação dos poderes do Legislativo, elas se privaram dos instrumentos imediatos do seu poder. O Executivo não dependia mais do voto dos representantes burgueses para promulgar leis, para governar de fato. A ditadura, apesar de ser exercida abertamente, não foi exercida diretamente pela classe dominante, e sim, por um Executivo que não precisava mais levar em conta os interesses imediatos e particulares das duas facções e podia se concentrar na tarefa da conservação do regime de exploração em si. Na prática, naturalmente, atendia melhor às facções mais poderosas da burguesia, deixando em segundo lugar as partes mais fracas que não tinham meios de se fazer ouvir ou de corromper o Estado. Desse modo, o bonapartismo entrou na história como ditadura aberta, mas indireta, da burguesia, num momento em que o proletariado, apesar de assustar e intimidar a classe dominante, ainda não representava uma ameaça real à existência da sociedade. Caracteriza uma época de início do domínio burguês. Essa característica ficou comum ao bonapartismo até hoje, apesar de todas as mudanças que possa ter sofrido com o decorrer do tempo. De Luiz Bonaparte até Nasser, o fenômeno da ditadura bonapartista se deu em sociedades em que o proletariado ainda não tinha colocado a questão do poder. Nos países em que o proletariado já se formara como classe independente, sob bandeira própria, a burguesia tinha que apelar para métodos mais radicais.

4. Nos países capitalistas desenvolvidos, a ditadura aberta da burguesia deu-se sob a forma do fascismo. Trata-se de uma continuação da experiência bonapartista em condições já mudadas. A ditadura fascista surge como reação direta ao movimento político

e sindical da classe operária – geralmente às tentativas fracassadas de revolução proletária, ou como reação às decepções de uma prolongada prática reformista. A sustentação de classe do fascismo não provém mais do campo (embora tenha o apoio dos grandes proprietários de terra) e sim da pequena burguesia da cidade. Trata-se de uma pequena burguesia radicalizada, ameaçada em sua existência material e que vai para a direita em virtude da fraqueza do movimento operário. É ela que fornece as milícias fascistas, que procuram conquistar a praça pública e eliminar os adversários pelo terror. É igualmente a pequena burguesia que fornece a ideologia fascista, uma mistura de nacionalismo, anticapitalismo popular e um messianismo misticista. Para o dinamismo do movimento fascista, a ideologia toma um lugar muito mais importante do que em qualquer outra reação anterior. Pois o fascismo procura justamente evitar aparecer como reação e se apresenta sob formas dinâmicas e “revolucionárias”. É em nome desse movimento ideológico que tenta não só absorver os sindicatos operários, mas igualmente o Exército, a Igreja, a burocracia estatal, etc. Reflete a predisposição da pequena burguesia de se considerar representante da nação inteira, acima das classes. Quando esse radicalismo pequeno-burguês se torna incômodo para a ditadura fascista já estabelecida, provoca choques internos, nos quais as alas mais extremistas são geralmente suprimidas com o mesmo terror que até aí foi usado contra a esquerda. Pois em todos os países onde a classe média levou o fascismo ao poder, ela se tornou em seguida vítima econômica e política de um sistema que estava a serviço da grande burguesia. Também a ditadura fascista priva a burguesia dos instrumentos diretos de governo, como partidos, Parlamento etc. Nesse sentido, preenche a mesma função que o bonapartismo já teve no passado. Agora, porém, já se trata de uma burguesia diferente, trata-se dos expoentes do capital financeiro e dos grandes monopólios, da época do imperialismo. Não é por acaso que o fascismo surgiu numa época em que as contradições interimperialistas foram mais agudas. Não resolveu nenhum dos problemas da sociedade burguesa e sua única saída foi a guerra. A perda dessa guerra comprometeu temporariamente o fascismo perante as burguesias do mundo. Todavia, não quer dizer que já esteja desatualizado como ameaça ao proletariado.

5. Movimentos como o bonapartismo e o fascismo precisam de tempo e condições apropriadas para amadurecerem. O recurso imediato da classe dominante ainda é a simples ditadura militar – bastante popular entre nós da América Latina. Como instrumento de governo a longo prazo, não corresponde propriamente aos anseios da burguesia. Nos países de ditadura militar prolongada, geralmente não é a burguesia que domina, e sim as velhas oligarquias do campo. Para estas, o sistema militar não apresenta problemas. Trata-se simplesmente de reprimir e evitar mudanças. Diferente é a situação nos países industrializados, ou mesmo em fase de industrialização, com uma vida social mais complexa. Os problemas da sociedade capitalista moderna são demais para uma ditadura militar, com seu imobilismo, conservadorismo e seu código de continências. Embora o militarismo crescente seja um traço característico de qualquer país capitalista, a burguesia prefere as forças armadas como “reserva estratégica” governamental. Não é sempre, todavia, que a burguesia consegue impor as suas preferências, pois a escolha do instrumento de repressão das massas não depende somente da vontade subjetiva da classe dominante.

6. As formas que a ditadura aberta da burguesia, ou da coligação das classes dominantes costuma tomar, diferem entre si. Bonapartismo, fascismo ou a própria ditadura militar dependem do grau de desenvolvimento da sociedade burguesa, das relações de classe existentes em cada país. Na prática, os diferentes sistemas não se apresentam em formas puras, mas tomam emprestados mutuamente seus métodos de governo. Engels, no século passado, já falou de traços bonapartistas do governo Bismarck – embora as origens e o conteúdo da monarquia prussiana fossem feudal-militaristas. Se hoje falamos do fascismo espanhol, deve-se isso mais à conjuntura internacional na qual surgiu do que ao seu conteúdo de classe. Queremos lembrar que o movimento fascista espanhol, a Falange, tem um papel completamente secundário no regime de Franco, que se apóia nas forças conservadoras daquele país. E finalmente, mesmo as ditaduras militares latino-americanas, que melhor conhecemos, não podem mais se satisfazer com o tradicional paternalismo com o qual tentaram fundamentar a sua legitimidade no passa-

do, e procuram armas ideológicas mais agressivas, tomadas de empréstimo a sistemas mais dinâmicos.

Apesar das diferenças existentes entre as diversas formas de ditadura aberta, elas têm um traço comum: trata-se de ditaduras abertas, mas indiretas da burguesia. Seja por imaturidade ou por senilidade, a burguesia entrega os negócios do Estado a um “governo forte”, a um Executivo com aparente independência para “conservar as condições gerais do modo de produção capitalista contra os excessos dos operários, como também de capitalistas individuais”. (Engels)

7. No Brasil, o aguçamento das lutas de classe reproduziu, num espaço de tempo relativamente curto, quase todas as experiências de governos burgueses, feitas em escala internacional. Quebrada a tradição dos governos oligárquicos, com a Revolução de 1930, o caminho estava aberto para a burguesia da cidade exercer seu poder político. A brecha criada pela revolução, todavia, não pôde ser aproveitada ainda pelas forças burguesas não desenvolvidas, temerosas de aprofundar o processo revolucionário e que, após alguns anos de indefinição, entregaram o poder a Getúlio Vargas.

a) A ditadura de Vargas representa a fase bonapartista da burguesia brasileira. Vargas serviu a uma coligação de interesses entre a burguesia e o latifúndio, numa aliança em que as forças da cidade aumentavam constantemente o seu peso, em virtude do aumento do seu papel na economia nacional. Vargas serviu diretamente à burguesia brasileira, iniciando a fase de industrialização de cima para baixo, dando-lhe tempo e meios de aburguesamento, de adaptação às novas circunstâncias econômicas.

O bonapartismo de Vargas tinha uma característica particular, que o diferenciava dos seus precedentes clássicos. Ele não se apoiava num campesinato de pequenos proprietários, inexistentes nas condições do país. Sua base de massa, que ele criou e que lhe proporcionava um meio de pressão, foi o jovem proletariado de origem camponesa, ainda não consciente do seu papel político e social, conquistado pelo Estado mediante uma legislação trabalhista e isolado pelo terror da influência revolucionária. É evidente que nessas condições desfrutava igualmente, e por muito tempo, do apoio da classe média, que só se tornou oposicionista no fim da

guerra, quando a grande burguesia brasileira, agora mais autoconfiante, exigia formas mais diretas de exercício de poder. O comportamento da classe dominante determinou a atitude do Exército. Sem o apoio das forças armadas, Vargas não poderia ter exercido o poder. Foi, igualmente, o Exército o instrumento de sua deposição, que se deu sem participação popular.

O bonapartismo de Vargas reflete determinada e superada fase no desenvolvimento das lutas de classe no país, o grau de desenvolvimento da burguesia e do proletariado. Quando seu continuador e seu herdeiro, João Goulart, procurou a experiência bonapartista, vinte e cinco anos depois, tornando a usar o proletariado para os seus fins, a burguesia não confiou mais no jogo e procurou outra saída. Jânio, antes dele, não teve mais sorte, embora só ocasional e localmente tenha procurado o apoio do proletariado. Seu fracasso, em parte, devia-se à sua incapacidade de traduzir o apoio da classe média em pressão contra as instituições tradicionais.

b) Igualmente entre nós surgiram as tendências fascistas. Não estamos nos referindo às características conjunturais tomadas de empréstimo temporariamente pelo Estado Novo. Tivemos um movimento integralista e as tentativas do Clube da Lanterna. Em ambos os casos, as tendências não chegaram a se materializar, por falta de amadurecimento das contradições de classe no país. A pequena-burguesia ainda não estava tão desesperada a ponto de se unir a um movimento de extrema direita. As tendências, todavia, perduram e podem tomar novo vulto, não só no lacerdismo, mas no nacionalismo de direita, alimentado pela política econômica do atual governo.

c) Não é por acaso que a nossa classe dominante não escolheu o parlamentarismo puro e se voltou às tradições presidencialistas quando se deu a redemocratização em 1945 e a elaboração da Constituição em 1946. Os motivos não eram somente de origem histórica e em consideração ao caráter federativo da República. Fato é que a burguesia não se sentia bastante forte para essa experiência. Não governava sozinha. Apesar de ter conquistado a hegemonia na coligação das classes dominantes, ela precisava do apoio do latifúndio em qualquer Casa representativa constituída à base de votos. Era o latifúndio dono, por meio do voto de cabresto, de boa parte do eleitorado brasileiro. Essa influência do campo

se fazia sentir mais nas eleições locais que nos pleitos nacionais, pois a burguesia se organizava mais facilmente em escala nacional do que os proprietários de terra. Nessas circunstâncias o presidencialismo se tornava mais uma arma da burguesia para firmar posição frente aos seus aliados do campo. Além disso, o exemplo histórico, a evolução nos Estados Unidos, já tinha mostrado que o presidencialismo se adapta perfeitamente às necessidades de um capitalismo monopolista.

A experiência prática justificou a apreensão da nossa burguesia. Quando, com a posse de João Goulart, tentou-se o parlamentarismo para limitar os tradicionais poderes do Executivo entre nós, o governo ficou paralisado pelo jogo dos interesses contrários e imediatos das diversas facções da classe dominante. A tentativa foi abandonada sem encontrar resistência mais séria.

O que distingue a democracia, como fórmula política reinante no país, dos padrões históricos europeus, é o papel dos grandes proprietários da terra. A revolução burguesa no Brasil passou à superfície das instituições políticas. Em 1930, a burguesia não fez nenhuma tentativa de levar a revolução ao campo, para mudar as relações de propriedade. Traiu sua revolução, deixando-a pela metade. Data de então a sua aversão por qualquer processo revolucionário que colocasse em perigo o princípio da propriedade privada, aversão esta que aumentou e atingiu o auge em consequência da revolução cubana. O caminho escolhido pela burguesia para solucionar o problema agrário no país, o da penetração capitalista no latifúndio, lento e doloroso para as massas rurais, prolonga a sua dependência do campo. Desse modo, a democracia no Brasil, como a conhecemos na fase de após guerra até o golpe militar, era uma ditadura velada, mas direta da coligação das classes dominantes, na qual a burguesia governava em aliança com o latifúndio.

d) Essa ditadura da aliança das classes dominantes se tornou aberta com o golpe militar. Burguesia e latifúndio saudaram a ação repressiva das forças armadas, quando seus privilégios e a ordem social existente pareciam ameaçados. Contudo, a atitude subjetiva das duas classes variava. Enquanto a ditadura militar, no momento, não representava maiores problemas para o latifúndio, que queria ver garantido o estado de coisas, os problemas da burguesia

eram mais complexos. Embora ela aceitasse a amputação dos instrumentos por intermédio dos quais tinha exercido o governo direto (reunidos na Constituição de 46), e sacrificava os seus representantes diretos, como Jango, Juscelino, Jânio e outros mais, um Executivo que governava à base de coronéis dos IPMs não resolvia os seus problemas. Ela precisava de um “governo forte” frente às aparições das massas reprimidas, mas para produzir e comerciar numa “normalidade” e “tranquilidade” que não fossem perturbados pelas decisões arbitrárias de militares em postos executivos na vida econômica e política. Seu ideal ainda representava o governo Dutra, que nos anos agitados de após guerra tinha assegurado a “paz social” ao país.

O fato de o governo Castelo Branco não ter conseguido reproduzir o equilíbrio de forças dos anos de após guerra deve-se às mudanças sociais e políticas ocorridas desde então e que tornaram sempre mais difícil reunir e apaziguar os interesses contraditórios das classes dominantes. A absoluta falta de apoio popular ao regime veda qualquer saída bonapartista que poderia ajudar a superar, pelo menos provisoriamente, a divisão surgida no campo do golpe. A ditadura não conseguiu encontrar um denominador comum para satisfazer as facções da classe dominante. O seu sustentáculo maior é o medo de voltar à agitação e convulsão do fim do governo Goulart.

Apesar disso – ou em virtude disso – o governo Castelo Branco, produto de um golpe militar, conseguiu uma liberdade de ação muito maior em relação às aspirações imediatas das facções da classe dominante do que qualquer outro governo desde o Estado Novo. Exerce esse poder no interesse, real ou pretense, do sistema burguês-capitalista em seu conjunto. Com a impotência dos órgãos representativos do Congresso, somente a cúpula da classe dominante, as grandes indústrias e os monopólios, têm acesso permanente às reuniões governamentais e estão em condições de influir nas suas decisões. Entre outras coisas, a ditadura militar livrou a burguesia da dependência política imediata do latifúndio, cujos votos não pesam na legislação. É essa liberdade de ação do Executivo que permite a ele seguir uma política a longo prazo de consolidação da sociedade exploradora em bases modernas, isto é, uma política

de concentração de capitais, de racionalização da indústria e do fortalecimento dos monopólios, que está ligada ao nome de Roberto Campos. É esse processo, seguido conscientemente de cima para baixo, no interesse dos grandes monopólios, que cria atritos no seio da própria burguesia, vítima da concentração de capitais. É esse processo que alimenta a oposição burguesa, na medida em que ela existe. Ela não se dirige contra o sistema implantado pelo golpe, nem contra a ditadura em si, mas contra a política econômica diária, que leva em conta insuficientemente as necessidades imediatas. A burguesia não procura absolvição pelo pecado do golpe, nem visa uma volta ao passado. Aceita o fato consumado da ditadura aberta e indireta, mas deseja vê-la exercida de modo mais flexível frente às suas necessidades econômicas e financeiras imediatas.

e) Nas condições concretas do país, o processo de centralização de capitais que fortalece os grupos monopolistas mais fortes, tem de favorecer forçosamente o capital imperialista. Isso fez com que nas análises políticas e econômicas o governo militar tenha sido caracterizado simplesmente como “pró-imperialista”. Embora esta terminologia tenha sua justificação polêmica, não devemos nos enganar quanto ao caráter de classe do Estado brasileiro. As suas bases de classe se encontram no país. A política nacional, em última instância, é feita aqui. Mesmo quando as decisões políticas e econômicas estão sendo tomadas no exterior, elas só se realizam quando aceitas e endossadas por autoridades nacionais. O Estado, o governo, são expoentes das classes existentes no país – concretamente, são sustentáculos e instrumentos da nossa classe dominante. A influência do imperialismo no país, as posições que conquistou, devem-se unicamente às atitudes da nossa burguesia, que lhe abriu as portas, que diariamente clama pela vinda de capitais estrangeiros e que está associada ao imperialismo mundial, especialmente ao norte-americano. O imperialismo não tem outro meio de influir na política interna do país além dessa associação. Não somos colônia, nem país ocupado. Se o Exército se torna “apêndice do norte-americano”, isto reflete meramente a atitude da nossa classe dominante e do seu Estado.

A burguesia brasileira, quando endossou o golpe militar, resistiu da tentativa de conseguir concessões do imperialismo me-

diante uma política populista, de aproveitamento da pressão das massas. Ao contrário, pediu o apoio imperialista para restabelecer a “paz social” e a repressão ao movimento de massas. Pediu agora as concessões do imperialismo para garantir a “ordem” existente. Nessa cooperação antagônica, estabelecida entre o imperialismo e a burguesia nacional, há e haverá pontos de atrito sobre a divisão dos despojos. Mas querer ver na oposição dos bancos à política creditícia do governo uma “reação antiimperialista” da burguesia brasileira, ou na posição de Ademar de Barros um reflexo de “nacionalismo” da indústria paulista, é mostrar não ter aprendido nada das derrotas do passado. Derrotas que, não em última instância, se devem à incapacidade das esquerdas de analisar e julgar o caráter de classe do Estado brasileiro.

Formar a vanguarda proletária: a linha estratégica da Organização*

ÉRICO SACHS

1

O presente debate, que se desenrola entre nós sobre “Estratégia e Tática”, no fundo é o antigo problema do fim e dos meios para atingi-lo. Do objetivo e do caminho para alcançá-lo. Periodicamente, toda organização revolucionária tem de se colocar a pergunta: “o que fazer?”.

O uso de noções como “estratégia e tática” disciplina os debates do problema – sob condição de que sejam aplicadas de um modo materialista e não como chavões para cobrir lacunas. O marxismo-leninismo entra em cena, no início, como movimento teórico, meramente por meio de literatura, propaganda e agitação. Na medida em que se passa à prática revolucionária, começa-se a lidar com fatores materiais, com forças à disposição, e é aí que os problemas de “estratégia e tática” propriamente ditos começam a pesar. Quando falamos de “objetivos do movimento comunista” em termos de princípios, temos em mente a revolução socialista, a ditadura do proletariado e a sociedade comunista mundial. Trata-se de objetivos programáticos,

(*) Escrito por Érico Sachs. Circulou em edição mimeografada, em março de 1967, como documento interno da organização Política Operária. Fonte: “Andar com os próprios pés”. Belo Horizonte: SEGRAC, 1994.

que divulgamos e propagamos mesmo quando ainda não estamos em condições de lutar diretamente por eles. Objetivos estratégicos, por outro lado, são estabelecidos dentro de determinadas relações de forças, dentro da viabilidade material, para a classe, ou para sua vanguarda, em determinada fase da luta.

Sabemos que termos como “estratégia” e “tática” aplicados à luta de classe foram tirados do vocabulário militar (como outros: vanguarda, frente, etc.). Na estratégia militar lida-se com fatores materiais concretos: forças disponíveis, terreno, mobilidade, potencial de fogo, reserva industrial, acesso a matérias-primas e outros. É à base desses fatores que se pode elaborar uma estratégia, fixar os objetivos estratégicos e elaborar a tática correspondente. Independentemente da mudança de sentido que esses termos tomam na luta de classes, só tinha sentido aplicá-los quando na realidade haviam forças organizadas, “exércitos” de classes em choque. Os revolucionários que começaram a se servir desse vocabulário emprestado contavam de fato com “exércitos”, o proletariado mobilizado, ou pelo menos parte dele, em termos objetivos, definidos e em choque com a sociedade burguesa, desafiando e enfrentando os exércitos da reação.

Se nós visamos colocar atualmente, de modo concreto, o problema estratégico e tático para a Organização, temos de colocar, antes de tudo, de forma realista a questão: qual é a nossa força material? Qual é o nosso “exército”?

Olhando o problema mais de perto, talvez cheguemos à conclusão de que ainda não podemos falar de um exército nosso, que mais nos parecemos com um estado-maior autônomo e sem tropas. No momento, entretanto, não estamos sozinhos nesta situação. Toda a esquerda do país enfrenta o mesmo problema. A abrilada causou a derrota sem luta de “exércitos” mal preparados e mal liderados para as exigências da luta de classes moderna. O que sobreviveu foram organizações conspirativas, maiores ou menores, entre as quais nós nos destacamos.

Essa situação nos obriga a enfrentar o problema da estratégia e tática de um modo específico. De um lado elaboramos e propagamos conceitos estratégicos para um exército em potencial, a classe operária, dizendo o que se deve fazer, e o que se devia ter feito, no interesse do progresso revolucionário no país. De outro lado, temos de nos empenhar diretamente na formação de um “exército

revolucionário”, isto é, reunir as facções mais consequentes para a ação comum e criar as bases materiais para alterar as relações de forças. Isso só se dará na medida da penetração das nossas teorias políticas na classe operária, na medida em que se der uma mudança qualitativa do proletariado.

Para nós, essa mudança qualitativa, que implica na formação de um proletariado independente e oposto à sociedade burguesa-latifundiária, é premissa e condição para qualquer avanço real do processo revolucionário do país; premissa e condição da aliança de classes capaz de desafiar o regime burguês-latifundiário sob tutela imperialista; é premissa e condição para uma contribuição brasileira à Revolução Mundial e à instituição do comunismo neste Globo.

Nestas circunstâncias, tem pouco sentido atualmente se a nossa tática é de “cerco” ou de “assalto”. Ou a cômoda crítica de que “a Organização não tem uma estratégia para derrubar a ditadura”. Este argumento, em especial, ou não é muito sincero, ou trai uma concepção política absolutamente burguesa de luta. Uma “estratégia para derrubar a ditadura”, de caráter imediatista, só poderia ser concebida em aliança com as forças que ainda dispõem de poder real, com “exércitos”, isto é, com facções da classe dominante. Semelhante aliança, que teria de se basear na ficção de que as facções descontentes da classe dominante estejam dispostas a levar a luta contra a ditadura até as últimas consequências, teria de sacrificar as posições proletárias independentes. Essa “estratégia” não seria outra coisa do que a esperança depositada nas forças da política tradicional burguesa, em troca do abandono da criação de um proletariado independente. É a estratégia do reformismo.

A nossa linha estratégica é a da penetração no proletariado – ideológica e organicamente – e a da mobilização do proletariado independente nas lutas de classe do país. É a da criação de um exército revolucionário e de uma vanguarda capaz de liderá-lo. Trata-se de dois aspectos de um só processo. É a essa linha estratégica que devemos saber submeter todas as outras considerações.

2

Se nós aceitamos a premissa marxista de que a emancipação dos operários só pode ser obra da própria classe, não devemos esquecer também que a organização do proletariado só pode se

dar pela atividade da própria classe. A nossa vanguarda, hoje preponderantemente composta por revolucionários provenientes das classes médias, fornece antes de tudo a teoria, que tem de penetrar no proletariado para torná-lo apto a preencher seu papel. A teoria não penetra sozinha. É levada para dentro da classe operária por agitadores e propagandistas que preparam o terreno para a organização e a luta consciente. Mas a teoria mais justa e as palavras de ordem mais combativas não atingirão as massas se não tivermos quadros da própria classe que as divulguem e que ajudem os operários, na ação prática, a tirar as consequências dos seus novos conhecimentos. As palavras de ordem têm sido encaradas, frequentemente, destacadas do terreno material das lutas de classe. Assim, fala-se de palavras de ordem que teriam o condão de despertar e mobilizar a classe. Mas o despertar e a mobilização da classe se dão por toda a ação política da vanguarda – sua agitação contra o regime e pela revolução socialista, seu trabalho contínuo de organização, etc. – à base das condições concretas da exploração capitalista. As palavras de ordem servem, então, para sintetizar as soluções imediatas (as de agitação) ou gerais (de propaganda), apontando para a classe o caminho da revolução. A palavra de ordem não pode substituir a nossa atividade militante no meio do proletariado. E esta só poderá se desenvolver e se fazer sentir através de quadros proletários revolucionários, cuja formação deve ser nossa preocupação mais urgente.

3

O problema concreto é como penetrar quadros, em sua grande maioria de origem pequeno-burguesa, no proletariado e desenvolver uma atividade frutífera.

Os sindicatos reúnem uma parte mais ou menos ativa do proletariado de diversos ramos industriais (dependendo muito das condições locais), embora nem sempre sua parte mais radical, que dificilmente encontra um campo de atividade satisfatório nas atuais condições da vida sindical. Nas presentes circunstâncias, o sindicato é mais um ponto de encontro, um dos meios de penetrar na classe, do que um instrumento de luta. Querer limitar as nossas atividades aos sindicatos e à política sindical é renunciar ao objetivo da organização da classe. Nas condições da legalida-

de, da república juelinista e janguista, dificilmente os sindicatos abrangeram as maiores parcelas dos operários de seus setores, que formalmente representavam. Naquela época o nosso sindicato já vivia da política de cúpula, renunciando conscientemente à organização do proletariado pelas bases. O resultado se tornou evidente em abril de 64. Sob o regime militar, as condições para uma atividade sindical só poderiam piorar e, conseqüentemente, decresceu a atração dos sindicatos sobre a massa. Tendo em vista essas limitações que, entre outras coisas, dificultavam a entrada de elementos de fora – estudantes e intelectuais revolucionários – nas dependências sindicais, as nossas atividades nesse meio só terão sentido se buscarmos chegar, por intermédio de organizações sindicais, às fábricas. Aí, mediante uma pressão organizada de baixo para cima e com a mobilização da classe, pode-se quebrar a coação que pesa sobre os sindicatos atualmente e torná-los instrumentos da luta de classe. Isso requer uma combinação de atividades legais e clandestinas, que variam conforme as condições concretas. Ainda é possível, por intermédio de médicos, advogados, dentistas, levar gente de fora para dentro dos sindicatos. Às vezes, atividades culturais permitem também contatos operário-estudantis. Mas onde houver possibilidade, tal ação deve visar à formação de quadros operários, pois o trabalho sistemático só poderá ser feito de dentro dos órgãos de classe.

4

A base da atuação revolucionária e da organização operária tem de ser a fábrica, a oficina, o lugar de trabalho. Lançamos a palavra de ordem dos Comitês de Empresa, como órgãos representativos básicos do proletariado. Sendo um órgão representativo da classe não é partidário. Embora composto de elementos mais ativos e esclarecidos, tem de refletir o estado de espírito da classe. Os elementos partidários têm de competir para a representação e sua indicação ou eleição será um termômetro da situação política reinante. Levando em conta a situação atual da classe operária, o Comitê de Empresa só poderá surgir em torno de reivindicações. Tem de se basear e de estimular a solidariedade de classe latente, para chegar à consciência política da classe. Tem que começar a levantar os problemas de emprego, condições de trabalho, salá-

rio, situação social do operário frente ao mestre e ao patrão, para chegar à atuação política.

Mas embora começando como órgão de defesa de interesses econômicos, não é um mero órgão de lutas econômicas. Como órgão de representação da classe, se tornará político e instrumento de lutas políticas, na medida em que se forma e se manifesta a consciência política do nosso proletariado. Mas o efeito é mútuo; uma vez formados os Comitês, eles podem se tornar parte da estrutura sindical, como podem mandar seus delegados para congressos políticos da classe, em escala local ou nacional. Isso dependerá das condições em que se desenvolverão as lutas de classe no país. Mas, uma vez formados, os Comitês de Empresa criarão um fato consumado que alterará as relações de forças existentes no país, pela presença de uma classe organizada nas lutas sindicais e políticas.

5

No presente momento, a palavra de ordem dos “Comitês de Empresa” é antes de tudo educativa e propagandística. Na situação em que se encontra o proletariado, poucos serão os setores em condições de enfrentar, na prática, a formação dos comitês a curto prazo.

Isso não deve ser razão de desânimo. Para nós, trata-se de propagar no seio do proletariado os meios de luta que o ajudarão a se organizar nas futuras crises, quando a classe começar a se movimentar. E a classe se lembrará dessas soluções se as propagarmos agora, enquanto é tempo. O problema é atingir com nossa agitação e propaganda uma classe paralisada, que não tem ideia de sua própria força, para que ponha as soluções em prática, em condições de novas lutas que alimentarão sua autoconfiança. A formação dos Comitês, como instituição, em escala nacional, só poderá ser resultado de um recrudescimento da luta. A solução mais natural seria que os Comitês de Greve, formados em momentos de conflitos econômicos, se transformassem em Comitês de Empresa permanentes.

O lançamento de palavra de ordem de caráter educativo não pode implicar num “adiamento” do problema da organização dos operários nos locais de trabalho. Temos de enfrentá-lo de imediato com os meios que temos à disposição, isto é, criando células fabris

da Organização e núcleos de operários politizados dispostos a uma luta mais consequente, organizando comitês de luta contra o atraso de pagamento, contra o despejo ou outro problema enfrentado localmente. Ou simplesmente com quadros individuais que disponham da maior mobilidade possível, dispostos a mudar os lugares de trabalho e enfrentar tarefas em setores vitais – seja em fábricas, bairros ou sindicatos.

Devemos ter em mente, porém, que a formação de Comitês não termina o trabalho das células nas empresas. Onde houver militantes organizados em células, têm de atuar como facção mais consciente e mais decidida, que toma as suas resoluções em conjunto e que tem de exercer a sua influência política sobre o Comitê e os demais operários da empresa. De nada adiantaria, todavia, querer batizar uma célula de Comitê de Empresa. Semelhante “comitê” não preencheria suas funções representativas e se arriscaria a ficar isolado na empresa. A força do Comitê é a delegação que recebe por parte daqueles que o escolhem.

6

Isso coloca de novo e com urgência o problema dos quadros operários ligados à produção nos centros de trabalho. Ao dilema artificial de “trabalho de massa X catequização individual” temos de opor nossa experiência de que nenhuma luta de massa pôde ser aproveitada, no passado, sem a existência de quadros e de uma organização atrás dos quadros. E para guiar o movimento da massa operária, ou parte dela, são necessários quadros operários e uma organização operária. Querer esperar que surja de novo um movimento de massa para enfrentar o problema da penetração na classe operária é confiar nas soluções espontâneas que a luta política possa apresentar. Não negamos o papel da espontaneidade no movimento de massas, mas esse sempre reflete o grau de consciência e a experiência política já adquirida no passado. Se nós não nos empenharmos em influir agora e constantemente sobre a consciência da classe operária, formando no seu seio um núcleo revolucionário cuja atuação repercuta sobre a classe toda, o comportamento das massas em futuras crises não será qualitativamente muito diferente do passado.

Em segundo lugar, devemos ter aprendido que é a presença física durante a luta que cria a liderança. Sem a nossa presen-

ça no movimento operário, agora e constantemente, as massas operárias não estarão preparadas para aceitar a nossa liderança no cume de futuras crises. Nós temos de vencer agora o grande obstáculo, que a composição social da Organização representa para o processo do trabalho revolucionário no país, sob pena de precisar enfrentar a eclosão de uma futura crise como uma Organização à margem da classe operária, e recomeçar a luta em condições desfavoráveis, contra novas formas de reformismo e populismo no movimento de massa, que seguirá lideranças conhecidas e tradicionais.

7

Outra frente de penetração na classe operária são os bairros. Não nos referimos ao trabalho entre favelados em geral, como foi feito no passado, mas à concentração em bairros e conjuntos residenciais do proletariado fabril. As condições mudam de cidade em cidade, mas sempre há bairros operários, com suas associações locais, esportivas, escolas noturnas – ou que sentem necessidade dessas instituições. Também aqui cabe uma ligação entre o trabalho legal e o ilegal, que só pode ser realizado pela presença física de quadros residentes nos bairros, capazes de conseguir uma liderança local. A penetração nesses lugares tem a vantagem de atingir mais facilmente a juventude operária, que geralmente toma a iniciativa na vida social e esportiva local. Exige, de outro lado, e principalmente no início, a formação de quadros capazes de se integrar no ambiente específico das associações de bairro, participar de sua vida e tomar as “deixas” locais como ponto de partida para um trabalho educativo e político.

Esse trabalho se impõe porque a juventude operária – ainda não viciada nem desgastada pelo sindicalismo e populismo vigentes – não pode ser esquecida como fator importante nas lutas revolucionárias.

8

O número de operários na Organização, os problemas levantados pela nossa agitação e propaganda, etc., tornam evidente que ainda não enfrentamos o problema cardeal. Significa que a Organização toda, em suas seções e células, ainda não enfrentou a questão fundamental, da nossa linha estratégica, a da formação

de uma vanguarda política da classe operária. Significa que persistimos no dualismo pequeno-burguês, da verdade teórica e do empirismo prático.

O nosso problema essencial é justamente o da prática revolucionária, de se voltar a Organização toda de cima para baixo para a atividade no meio proletário, como razão de ser. O problema é todo militante ter plena consciência que todas as atividades da Organização (também as estudantis e outras) devem ter como fim, e devem ser julgadas sob o ângulo da penetração na classe, pela qual fala teoricamente. Devem visar à formação de um proletariado revolucionário, que possa adiantar e liderar de fato o processo revolucionário no país. O nosso problema não é só de quantidade; trata-se da qualidade da nossa atuação.

9

As circunstâncias particulares nas quais surgimos como organização política, as preocupações imediatas de combate ao reformismo e ao revisionismo, e a necessária concentração dos nossos esforços no meio de uma esquerda oportunista, fizeram com que, durante muito tempo, tenhamos deixado em segundo lugar a argumentação básica anticapitalista e socialista para o trabalho de massa. Debates estratégia e tática, “desenterramos” princípios fundamentais no marxismo-leninismo – tudo isso era e continua sendo necessário – mas demos pouca importância ao fato de, como militantes revolucionários, termos de manter a denúncia da injustiça da sociedade, a exploração capitalista, combater o Estado burguês e seu aparelho de repressão. São essas denúncias diárias de acontecimentos “de rotina” na sociedade burguesa que formam a consciência de classe dos operários. A ausência desse trabalho faz com que muitos militantes nossos encontrem dificuldades de diálogo com um operário de fábrica, simplesmente por não entrar nos assuntos que lhe dizem respeito, ou por apresentar os problemas de um ângulo abstrato, que o operário ainda não está preparado para enfrentar. Faz também com que até hoje não tenhamos uma imprensa operária que reflita os problemas das fábricas, que apresente os assuntos políticos numa linguagem acessível e que trate de fato dos assuntos que interessam ao operário.

É verdade que surgimos numa época em que os problemas se avultam e a luta se aguça, mas não podemos deixar de agitar os argumentos anticapitalistas e socialistas, que formaram a consciência de classe de qualquer proletariado industrial, em qualquer lugar onde o marxismo penetrou nas massas. Reorientar a formação dos nossos quadros sob esse ângulo, formar agitadores e propagandistas, cuidar da literatura básica para o trabalho de fábrica, tornam-se tarefas a serem enfrentadas imediatamente.

10

Estes são, igualmente, os ângulos dos quais devemos enfrentar a questão das “alianças” e “frentes”. Também aqui devemos partir da premissa de que a preocupação com “alianças” não pode substituir a nossa atividade prática como Organização, como está delineado acima.

Em primeiro lugar – também aqui podemos apelar para a experiência – só somos parceiros para “alianças” e “frentes” na medida em que representamos uma força, mesmo quando nossos aliados reconhecem a justeza de nossas posições. Um dos obstáculos maiores para a formação de uma Frente de Esquerda Revolucionária no país foi, sem dúvida, a nossa pouca representatividade no movimento operário.

Em segundo lugar, é a nossa prática que deve dar o exemplo da viabilidade de uma linha proletária e revolucionária no país: o dualismo de teoria revolucionária e empirismo prático é hoje característico de quase toda a esquerda que procura sair do reformismo. Um sinal evidente é a situação no PC, onde a dissidência militante se limita genericamente aos estudantes, apesar da existência de vastas bases operárias rebeldes. A ligação organizatória não foi ainda estabelecida.

Dar esse exemplo de prática revolucionária, fazer os nossos aliados em potencial agirem na mesma direção, é a maneira mais sólida para formar uma frente, como primeiro passo para a criação de uma nova vanguarda do proletariado brasileiro. Pois nós não pretendemos simplesmente “somar forças”, e sim somar forças revolucionárias com raízes na classe.

Maio de 1967

Comitê Nacional da ORM – Política Operária

Programa Socialista para o Brasil

Documento aprovado no IV Congresso da ORM – Política Operária, em setembro de 1967, e confirmado no V Congresso (Congresso de fundação do POC – Partido Operário Comunista), em abril de 1968, e na reunião de fundação da OCML – Política Operária, em abril de 1970.

Versão baseada em edição mimeografada divulgada pela OCML-PO em fevereiro de 1971. Incluímos a Introdução elaborada pela OCML-PO para a edição de fevereiro de 1971.

Sumário

Introdução (OCML, 1971)

I – A LUTA DE CLASSES EM ESCALA INTERNACIONAL

1. A situação mundial
2. O imperialismo
3. O mundo socialista
4. O mundo subdesenvolvido
5. Coexistência pacífica e luta de classes
6. O socialismo e a era atômica
7. A revolução cubana e a América Latina

II – AS LUTAS DE CLASSES NO BRASIL

1. O desenvolvimento capitalista
2. A questão agrária
3. A integração imperialista no Brasil
4. O caráter da revolução

III – POR UM BRASIL SOCIALISTA

1. O socialismo no Brasil
2. Socialismo e revolução são inseparáveis
3. O caminho passa pela ditadura do proletariado

IV – POR UM GOVERNO REVOLUCIONÁRIO DOS TRABALHADORES

1. O socialismo do Brasil
2. A Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo
3. O Governo Revolucionário dos Trabalhadores

V – AS TAREFAS DA VANGUARDA

1. A formação do partido revolucionário da classe operária
2. Partido e classe
3. A Frente de Esquerda Revolucionária

VI – A GUERRA REVOLUCIONÁRIA

Introdução

O presente Programa foi elaborado pela Organização Revolucionária Marxista – Política Operária, que o aprovou no seu IV Congresso Nacional (setembro de 1967).

Posteriormente, foi confirmado no Congresso de fundação do Partido Operário Comunista (POC), quando se fundiram a ORM – Política Operária e a Dissidência Leninista do PCB (Rio Grande do Sul). Esse Congresso foi considerado o V Congresso do POC (abril de 1966).

Entretanto, o Comitê Nacional do POC foi incapaz de definir as diretrizes que deveriam conduzir a recém-fundada organização no caminho da mobilização independente da classe operária. Desse modo, quando em 1969 as correntes revolucionárias com concepções pequeno-burguesas militaristas de luta atingiam o auge da sua ascensão, o POC encontrava-se no ponto mais baixo de sua crise. Na ocasião em que a maioria do CN conseguiu estabelecer o caminho da aplicação do Programa, a sua maioria, sob influência da onda do imediatismo militarista, seguia por um caminho que ameaçava comprometer o próprio Programa; rompia, além disso, ostensivamente, com o centralismo e havia conseguido mobilizar atrás de si a maioria do Partido.

A maioria do CN e quase a metade do Partido romperam, por isso, com o POC e fundaram, em abril de 1970, a Organização de Combate Marxista-Leninista – Política Operária. Decidimos retomar a sigla Política Operária porque nos consideramos continuadores das tradições teóricas, do Programa e das concepções proletárias de luta da antiga Política Operária.

Fevereiro de 1971
CN da OCML – Política Operária

I – A LUTA DE CLASSES EM ESCALA INTERNACIONAL

1. A situação mundial

Vivemos na época do confronto final entre o velho regime capitalista e as forças que lutam pelo socialismo, expressão política da contradição social entre o capital e o trabalho. Iniciada em 1917 com a vitória dos soviets na Rússia, a chama revolucionária propagou-se, em menos de meio século, sobre a Europa Oriental e a Ásia, atingindo as Américas com a instauração de Cuba socialista. Hoje, um terço da humanidade está libertada da exploração capitalista ou pré-capitalista. Um, entre três seres humanos, vive e trabalha sob sociedades onde se edifica o socialismo.

O movimento revolucionário continua se expandindo. Nos pântanos do Vietnã, nas selvas do Congo, nas montanhas da Venezuela, a revolução ganha as forças mais diversas. O mundo capitalista luta pela sobrevivência. No Vietnã, o imperialismo vem mostrando até que ponto pode ir para defender seus privilégios contra a vontade inquebrantável dos combatentes da libertação. Para impedir o crescimento do campo adversário, o imperialismo torna-se cada vez mais agressivo. E aproveita as vacilações e divisões entre as forças socialistas para melhor desempenhar o seu papel de polícia da velha ordem exploradora nos quatro cantos do mundo.

2. O imperialismo

Duas guerras mundiais abalaram profundamente os alicerces do capitalismo mundial. As contradições interimperialistas, que levaram as grandes potências a redividir o mundo, não só destruíram – por duas vezes consecutivas – a economia européia, que teve que ser reerguida sob sacrifícios e no meio de agudas lutas de classe, não só diminuíram e restringiram o mercado capitalista mundial, como serviram de parteiras do novo mundo socialista, que hoje ameaça o próprio capitalismo mundial.

O capitalismo europeu, que se desenvolveu vendendo seus produtos fabris em troca de matérias-primas e alimentos, atingiu, no fim do século passado, a fase do imperialismo, na qual a exportação de mercadorias é suplantada pela exportação de capitais para os países economicamente atrasados. O capital financeiro das metrópoles imperialistas conseguiu, desse modo, aumentar seus lucros

juntando a exploração de seus próprios operários à acumulação da mais-valia produzida pelos trabalhadores dos países coloniais e semicoloniais.

Na sua primeira fase, a de ascensão, o imperialismo tomou forma de domínio colonial. A posse das colônias assegurou aos grupos imperialistas não só o monopólio da exploração em vastas regiões do mundo, como também um superlucro, em virtude da restrição da competição internacional. A sucessiva libertação das colônias forçou o imperialismo europeu a mudanças no seu domínio, que se manifestam principalmente na liquidação dos monopólios coloniais e nas associações com o imperialismo mais forte – o norte-americano – para a exploração capitalista do mundo subdesenvolvido em geral.

Esta não é a única mudança qualitativa que a estrutura imperialista sofreu. Se até a Segunda Guerra Mundial as contradições interimperialistas representavam o elemento primordial das relações internacionais, elas agora passaram a segundo plano.

Hoje não se conta mais com a possibilidade de uma guerra entre as potências imperialistas. O que domina as relações interimperialistas é o sentido de autodefesa em face da revolução mundial.

Isto não quer dizer que o conflito interimperialista tenha desaparecido, mas simplesmente que a guerra não é mais tida como meio de solução em vista de uma ameaça maior. A luta do capitalismo francês visa exatamente manter ainda certa autonomia dentro dos quadros da integração imperialista sob hegemonia ianque. Na prática da associação imperialista as divergências vão sendo resolvidas à custa das potências mais fracas e o capital norte-americano vai penetrando cada vez mais em toda a economia mundial capitalista.

Com o desenvolvimento do pós-guerra, o sistema imperialista entrou na fase da *cooperação antagônica*. Trata-se de uma cooperação visando à conservação do sistema e que tem a sua base no próprio processo de centralização de capital, e que não elimina os antagonismos inerentes ao mundo imperialista. A cooperação prevalece e prevalecerá sobre os antagonismos. Mesmo a rebeldia francesa em seu ponto mais extremo não põe em xeque a cooperação antagônica; visa, em última análise, melhores condições dentro da associação imperialista mundial.

3. O mundo socialista

Responsável, em grande parte, por essas mudanças qualitativas do imperialismo, é o surgimento do campo socialista. Nascido com a Revolução de Outubro de 1917 na Rússia, abrange hoje regiões tão distantes como as Democracias Populares européias, a China e Cuba. Apesar das diferenças de condições existentes nos diversos países socialistas, todos eles têm em comum a abolição da velha sociedade exploradora e o seu desenvolvimento em direção a uma sociedade socialista. Essa sociedade socialista integral, ou comunista, só pode vencer em escala mundial. Isto supõe a derrota e a eliminação definitiva, não só do imperialismo, como de qualquer sociedade baseada na exploração do homem pelo homem.

O campo socialista, dessa forma, para desenvolver todas as suas potencialidades, precisa expandir-se pelo globo.

Em primeiro lugar, porque a economia socialista, isto é, o aproveitamento planificado das riquezas, tendo em vista as necessidades da sociedade humana nos países que fizeram a sua revolução, choca-se, a cada momento, com a existência de um mercado capitalista que limita o seu desenvolvimento. O comércio com o campo capitalista não pode substituir a planificação da produção mundial e a eliminação do desnível econômico existente – as premissas da consolidação da sociedade comunista.

Em segundo lugar, a existência de um mundo capitalista que o ameaça obriga a economia socialista a desviar imensos recursos para sua defesa, além de fortalecer o aparelho estatal.

Também o mundo socialista passa por contradições internas. As duras condições em que se levou a cabo a revolução soviética, submetida ao isolamento e ao assédio imperialista, produziram um controle burocrático sobre o primeiro Estado Operário, que afetou, em seguida, as relações entre os partidos comunistas e entre os países socialistas. O internacionalismo proletário, visando a unidade da revolução mundial, foi substituído pela submissão dos partidos dos países capitalistas aos partidos já no poder. O próprio fato das revoluções se darem primeiro nos “elos mais fracos da cadeia imperialista” – hoje no mundo subdesenvolvido – nos mostra que o socialismo ainda está em sua infância, necessitando partir das economias mais atrasadas. Isso não pode deixar de refletir sobre os sistemas sociais e políticos desenvolvidos.

Muito mais que as divergências e, mesmo, que as conciliações das direções reformistas, pesará a longo prazo o denominador comum do socialismo e da luta contra um mundo imperialista hostil e inconciliável. O papel hoje dos marxistas-leninistas nos debates internos é o de travá-los na perspectiva da unificação do campo socialista em termos dos princípios revolucionários.

4. O mundo subdesenvolvido

Os países subdesenvolvidos representam um grupo especial na constelação das forças internacionais. Não são uma força independente nem homogênea. Trata-se de parte do mercado capitalista mundial, exatamente aquele que é o objeto principal da exploração imperialista.

Constituído em grande parte de países recém-saídos do domínio colonial, seus povos possuem geralmente um forte sentimento antiimperialista, que as novas classes dominantes são obrigadas, frequentemente, a respeitar e que se faz sentir em sua política externa. Esse nacionalismo, aproveitado com frequência pelas burguesias nativas, serve como pressão sobre as potências imperialistas para melhorarem os termos de suas relações econômicas. Estando materialmente interessadas na exploração capitalista, sua luta não visa à destruição do sistema imperialista, mas sim à obtenção de melhores vantagens dentro dos quadros do sistema. Trata-se também de uma forma de “cooperação antagônica” dessas burguesias nacionais com as burguesias imperialistas. É desse modo que se assegurou a continuidade da exploração imperialista após a retirada dos exércitos coloniais.

Atualmente a expansão bélica do imperialismo e o aguçamento das contradições internacionais estreitaram de muito a área de manobras para esse nacionalismo. As revoluções antiimperialistas transformaram-se rapidamente – graças à própria situação internacional – numa luta entre os dois sistemas antagônicos. O que vemos é que, mesmo nos países onde não está suficientemente amadurecida a contradição entre o capital e o trabalho, a internacionalização da luta se converte num choque entre os dois sistemas sociais. A contradição fundamental penetra em todo o mundo. Por isso, o mundo subdesenvolvido torna-se uma das frentes mais avançadas

da revolução mundial. Assim como forneceu, com China e Cuba, as revoluções socialistas mais recentes, também a luta revolucionária aí travada abala o fundamento econômico do imperialismo.

5. Coexistência pacífica e luta de classes

A divisão do mundo em campos hostis e antagônicos empenhados numa luta decisiva que determinará o destino da humanidade é o elemento primordial das relações internacionais.

É evidente que esta época de transformação não se desenrola pacificamente. Nenhuma classe da história abandonou sem luta o seu domínio. Todas as revoluções vitoriosas até agora tiveram de se impor numa luta tenaz e armada contra o inimigo interno e externo. A luta, em escala mundial, só poderá tomar, eventualmente, rumos pacíficos numa fase final quando o poderio do campo socialista e proletário for tão superior que qualquer tentativa de resistência das classes exploradoras seja mero suicídio. Mas cada nova revolução em qualquer lugar do mundo mobiliza os recursos bélicos do imperialismo.

Por enquanto, a burguesia internacional não cogita de capitular. Pelo contrário, ela se lança com toda violência em defesa de seus privilégios, reforçando o “revanchismo” alemão, constituindo suas polícias internacionais na América Latina, organizando provocações contra Cuba, usando seu poderio procurando esmagar a revolução do povo vietnamita, fazendo ameaças à China Popular.

A argumentação da “coexistência pacífica” entre os estados capitalistas e os estados operários, usada pela diplomacia dos países socialistas, pretende denunciar os preparativos bélicos imperialistas para quem a guerra é uma saída para a crise de mercado, além de ser a única possibilidade de resistir à libertação dos povos.

A “coexistência pacífica”, porém, não pode ser aplicada nas relações entre países dominados e dominadores, nem nas relações entre classes de um mesmo país.

A única garantia contra uma guerra mundial é a luta de classes em escala mundial – dentro de cada país – contra o imperialismo, é o surgimento de novas revoluções socialistas, é o progresso da revolução mundial.

6. O socialismo e a era atômica

O medo de uma nova guerra que hoje domina boa parte do mundo atinge proporções inéditas com o surgimento de novas armas, de um potencial destrutivo inimaginado no passado, especialmente das armas nucleares.

O aproveitamento da cisão e da fusão do átomo, todavia, representa somente um dos aspectos de um processo que está se tornando conhecido sob o nome de a “segunda revolução industrial” e do qual faz parte a automação, o desenvolvimento da eletrônica e das matérias sintéticas.

O início dessa segunda revolução industrial assegurou ao capitalismo norte-americano e europeu prolongada fase de prosperidade, que teve como consequência um relaxamento das lutas de classe dos países industriais. O desenrolar da revolução industrial, todavia, ameaça rebentar toda a base econômica dos países capitalistas. A longo prazo, a economia burguesa não está em condições de digerir esse imenso incremento das forças produtivas sem sofrer sérios abalos. A automação tornou-se, já hoje nos países capitalistas, mais um fator de medo e insegurança do que de progresso e bem-estar. A capacidade produtiva cresce a um ritmo incomensuravelmente maior do que a capacidade aquisitiva das massas, revelando o aguçamento da contradição entre o caráter social da produção e o caráter privado da apropriação.

O medo e a insegurança, a angústia dos filósofos e literatos burgueses reina hoje em todo o mundo capitalista. A burguesia sente que seu domínio está chegando ao fim. E, como todas as classes superadas, tende a identificar o fim do seu reino com o fim do mundo que não mais compreende. Do mesmo modo como no império romano dos Césares ou na França dos Luíses, a classe dominante procura hoje, desesperadamente, prolongar o seu sistema, independentemente das consequências a longo prazo. Nunca, como agora, a sociedade burguesa foi tão corrupta, tão imediatista, tão decomposta. Ela coloca tudo a serviço de uma só tarefa – a da sobrevivência –, do cinema até a unificação das igrejas, do controle da natalidade até o entorpecimento da juventude. Mas o que marca, justamente, a sua sentença de morte é a incapacidade de se beneficiar do progresso da revolução industrial – o espírito que ela invocou e que não pode controlar.

Será a sociedade socialista que se beneficiará com as conquistas da automação, da energia nuclear e da eletrônica. Serão estas descobertas científicas e técnicas que fornecerão as bases para o desenvolvimento rápido de um mundo em grande parte subdesenvolvido, quando estiver eliminada a exploração do homem pelo homem.

Para a velha sociedade capitalista, o aproveitamento da energia nuclear para fins destrutivos ainda é o traço mais marcante. O domínio das novas descobertas técnicas e científicas para a eliminação do atraso, da miséria e do subdesenvolvimento do seu meio será obra das gerações socialistas.

7. A revolução cubana e a América Latina

A história da América Latina, hoje, divide-se em duas fases: antes e depois da revolução cubana.

Região capitalista subdesenvolvida, ela foi considerada na política mundial do pós-guerra domínio incontestado do imperialismo norte-americano. Desde a promulgação da doutrina Monroe até a fundação da OEA, os Estados Unidos ampliaram sua penetração política e econômica nos países latino-americanos, em aliança com as oligarquias nativas.

Esse domínio atingiu o auge depois da segunda guerra com a virtual eliminação da concorrência européia, quando os próprios países latino-americanos não mais podiam jogar em sua política externa com os choques interimperialistas.

A revolução cubana quebrou o monopólio do domínio americano mas não se limitou a isso. Libertou, pela primeira vez na história, um país latino-americano de todo e qualquer domínio imperialista. Finalmente, mostrou às massas exploradas que a única forma de libertação absoluta do jugo imperialista consiste na derrubada da própria classe dominante, na revolução socialista.

Com isso, toda a luta de classes no continente foi colocada num nível mais alto. Um retorno não é possível. Não o é para os imperialistas, que defendem seu domínio à base de intervenções militares como em São Domingos. Também não é possível, para a nova geração de revolucionários, ignorar as mudanças que a experiência cubana trouxe. A revolução socialista em Cuba assustou a burguesia e superou de vez as lideranças pequeno-burguesas. A revolução cubana naturalizou o marxismo-leninismo no continente.

O que os países da América Latina têm em comum hoje é, antes de tudo, uma similaridade de condições de luta que cria uma solidariedade ativa entre as massas do continente. A luta antiimperialista dirige-se contra uma determinada potência – os EUA. Cada derrota que o imperialismo yanque sofre nesse terreno tem repercussão internacional porque ele é o sustentáculo do imperialismo mundial, que é golpeado. O que os países latino-americanos têm em comum é um passado similar criado pelo domínio colonial ibérico, que deixou uma herança de problemas sociais parecidos, principalmente no campo.

Mas a história mais recente criou diferenciações sensíveis à base dessa herança comum. Hoje, temos países no continente que continuam a viver praticamente da monocultura de produtos tropicais, como principalmente na América Central. Temos, igualmente, países que passaram por fases de industrialização, possuindo um proletariado desenvolvido e com tradição de luta, como na Argentina, Chile e Brasil. Em todos esses países, portanto, cabe aos revolucionários aplicar, de modo criador, a experiência do socialismo científico nas condições concretas criadas e elaborar uma estratégia e uma tática apropriadas para alcançar um objetivo comum: a revolução socialista.

II – AS LUTAS DE CLASSES NO BRASIL

1. O desenvolvimento capitalista

O Brasil é hoje um país capitalista industrial, cujo desenvolvimento encontra-se bloqueado. O desenvolvimento econômico que experimentou nas últimas décadas dotou-o de um parque industrial moderno que, juntamente com o comércio e os transportes, participa com cerca de 50% da produção global, contra apenas 26% da produção agropastoril. No campo acelerou-se a penetração das relações capitalistas. O modo de produção capitalista, que marca a economia brasileira, é a base em que se sustenta a dominação: burguesia industrial, comercial, agrária e financeira.

O desenvolvimento capitalista no Brasil trouxe consigo o crescimento da classe operária e o amadurecimento da contradição entre o capital e o trabalho. A burguesia só pode evoluir à custa

da exploração crescente das massas trabalhadoras. A moderna indústria de base implantada no país exigiu a desvalorização do salário real dos trabalhadores através do mecanismo da inflação. Em 1952, um operário comum recebia um salário correspondente a apenas 84% do que recebia um seu camarada em 1914. E, mesmo no período da euforia desenvolvimentista – entre 1955 e 1959 – enquanto a produtividade do trabalho aumentou em 37%, o lucro bruto dos empresários cresceu 76%, a elevação do salário real ficou por volta de 15%.

Os entraves que o capitalismo no Brasil encontra hoje pela frente foram produzidos pelas condições históricas em que se formou o sistema. A herança colonial e agrária, que a burguesia não pode destruir radicalmente, e a dominação imperialista sobre o país apressam a crise do capitalismo no Brasil.

2. A questão agrária

A exploração latifundiária, como a herdamos da economia colonial, constitui um dos grandes obstáculos à expansão capitalista. De acordo com o recenseamento de 1960, 2,2% dos estabelecimentos agrícolas abarcavam 59,02% das terras ocupadas no país. E tais números ainda não dão a verdadeira proporção de monopólio da terra, já que muitos estabelecimentos pertencem ao mesmo proprietário.

Tal concentração da propriedade da terra pressiona a grande massa rural a oferecer seus braços por baixíssimas remunerações, às vezes por um prato de comida. Esse baixo preço da mão-de-obra, por sua vez, é que retarda o avanço técnico no campo. Porque o baixo preço da mão-de-obra não estimula a substituição de homens por máquinas. Calcula-se que as remunerações no campo não cheguem a um terço (1/3) dos salários médios na indústria e, mesmo o êxodo rural, trazendo os retirantes atraídos por melhores salários, não faz aliviar a pressão demográfica: por um lado a indústria cresce insuficientemente para o crescimento da população; de outro, a monopolização precoce da economia introduz máquinas e técnicas que, na economia capitalista, votam os homens ao desemprego. Assim, o latifúndio se beneficia do monopólio da terra e da estagnação econômica para explorar mais avidamente o trabalhador do campo. Além disso, a extensão dos latifúndios não

estimula o aproveitamento intensivo da terra com técnicas mais desenvolvidas. Por outro lado, o latifúndio tem sua outra face no minifúndio, nos camponeses pobres que mal sobrevivem com seu trabalho: 89,39% dos estabelecimentos ocupam 20,2% da área total, sendo que mais da metade daqueles 89,39% é constituída de propriedades de menos de 20 ha, ou seja, de estabelecimentos em geral insuficientes para a manutenção de uma família camponesa.

O desenvolvimento capitalista pressupõe a subordinação dos meios de produção à marcha da acumulação do capital com a consequente expansão do mercado. Pressupõe a utilização do solo por empresas capitalistas que substituem os grandes proprietários que especulam com o valor da terra. O domínio latifundiário no Brasil que se manifesta no baixo aproveitamento da terra – amortece o crescimento capitalista no país. As longas faixas de terra que são entregues a uma pecuária extensiva ou puramente ao abandono à espera de valorização, são a marca do capitalismo impotente e sem vitalidade.

Mas o capital industrial no Brasil surgiu vinculado à acumulação feita no latifúndio exportador e nunca se desprendeu disso completamente. Acomodando-se ao latifúndio, o capitalismo industrial teve, posteriormente, que arcar com as consequências: a baixa produtividade agrícola e a carência de mercado. E por outro lado, embora sem destruí-lo, a burguesia industrial vem pressionando o latifúndio a reformar-se, modernizar-se, ou seja, a racionalizar a produção. Isso quer dizer que o latifúndio não é um elemento exterior ao sistema capitalista constituído no país. Formou-se uma complementaridade entre a burguesia industrial e o latifúndio: as altas taxas de exploração vigentes no campo serviram para auxiliar a acumulação de capital para o desenvolvimento industrial. Ou através da rede bancária, ou através de inversões diretas feitas pelos fazendeiros ou, ainda, pela mediação do Estado, as indústrias cresceram alimentadas pela exploração latifundiária. Mas se o confisco cambial forneceu recursos à acumulação de capitais para a indústria, esse mecanismo foi, por sua vez, necessário ao latifúndio, por lhe dar a segurança da compra dos excedentes, amparando-lhe nos momentos difíceis.

A aliança que se fez entre a burguesia e o latifúndio fez-se acompanhar da identidade de interesses entre os trabalhadores da cidade e do campo, criando as condições sociais para a aliança

entre operários e camponeses. Não há dúvida de que a desigualdade entre as condições existentes nas várias porções do território nacional imporá soluções específicas para cada região. Mas a base econômica da produção agrícola brasileira – latifúndio do café, do açúcar, do algodão, do cacau etc. – pelo grau de capitalização realizado já oferece as condições para a sua transformação em grandes unidades coletivas. Onde o desenvolvimento das forças produtivas for insuficiente para tal avanço, a posse da terra pelos camponeses, acompanhada de formas cooperativas, realizará a destruição do latifúndio.

Mas há uma medida que pode se impor em todas as porções do território nacional independentemente das diversidades anotadas. Trata-se da nacionalização do solo, isto é, a passagem para as mãos do Estado da renda da terra. A nacionalização da terra não impede ainda a existência de pequenas propriedades privadas sobre ele, mas impede o arrendamento privado da terra e a utilização da terra para fins especulativos. É por isso que onde não houver condições já para a coletivização, a nacionalização do solo garantirá a destruição das formas mais atrasadas da exploração agrícola.

3. A integração imperialista no Brasil

Ao contrário do latifúndio, a dominação imperialista não representa simplesmente um traço da herança colonial. É verdade que o imperialismo iniciou sua exploração no Brasil aproveitando a estrutura colonial desta economia. Até hoje a Anderson Clayton, a American Coffee etc., vivem do controle da exportação dos nossos produtos agrícolas. Mas a exploração imperialista, propriamente dita, caracteriza-se pela exportação de capitais.

Não se trata mais da simples relação colonial da exportação de produtos agrícolas em troca de manufaturados. Entre 1953 e 1954 a importação de produtos acabados caiu de 50%. Mas justamente nesse período aumentou de muito o domínio imperialista sobre a economia brasileira.

O capitalismo chegou à sua fase imperialista, nos países mais adiantados do sistema, quando o processo de acumulação de capitais, fazendo-se a um ritmo bem maior que a capacidade de absorção interna, só se resolveu pela aplicação externa.

O imperialismo é, assim, “estágio superior” do capitalismo. Ele representa um momento em que a concentração dos capitais sobre-passa as fronteiras nacionais.

Também o capitalismo no Brasil conhece hoje um alto grau de monopolização. Mas o monopólio no Brasil foi imposto precocemente de fora; não foi o produto do crescimento econômico interno. Nossa burguesia surgiu tarde no cenário internacional, quando as burguesias mais avançadas já tinham promovido suas acumulações primitivas de capital, já tinham se lançado à dominação dos mercados mundiais. Para acompanhar o crescimento dos países mais capitalizados, para auferir lucros no mesmo nível, nossa burguesia não encontrou outro remédio senão associar-se aos capitais imperialistas. Daí que os períodos de maior crescimento industrial no Brasil sejam os períodos de maior penetração do capital imperialista. Em 1960 era de 90% o controle estrangeiro sobre a indústria automobilística, 82% sobre a eletricidade, 70% sobre a farmacêutica, 70% sobre a de máquinas etc., e tudo indica que os números tenham crescido de lá para cá.

As empresas estrangeiras vieram explorar seus lucros, aqui mais gordos que em seus países de origem, principalmente pela maior exploração dos trabalhadores. Para os capitalistas brasileiros a entrada desses maquinários (lá, obsoletos, mas aqui bastante modernos) significava maior produtividade e, logo, mais lucros. Por isso, o “nacionalismo” só é usado como arma de pressão para obterem mais vantagens na associação com o imperialismo. Mas o domínio imperialista mesmo não é, nem pode ser, por eles contestado.

O fato do Brasil se integrar no sistema imperialista, na qualidade de periferia do sistema, traz como uma das consequências a sangria de capitais executada sob a forma de remessa de lucros. No período de 1947 a 1960 as entradas, de 2 bilhões e 569 milhões de dólares, ainda ficaram abaixo das saídas, em cerca de 1 bilhão e 100 mil dólares.

Por outro lado, a monopolização sofrida pela economia nacional acentua todas as contradições do capitalismo. A introdução no país das técnicas mais avançadas aumenta de muito a desproporção entre a capacidade produtiva do monopólio e a capacidade aquisitiva do povo. Ao mesmo tempo em que a produção capitalista destrói as condições de sobrevivência dos pequenos produtores

autônomos, jogando milhares de seres humanos no mercado de trabalho, o avanço técnico limita as possibilidades de emprego destas populações que, em boa parte, vão se constituir nos aglomerados miseráveis das favelas e mocambos. E é ainda essa concentração das empresas e progresso técnico, com o respectivo aumento do “exército industrial de reserva”, que deprime os salários ao mais baixo nível.

Outra consequência da monopolização da economia é o aparecimento dos preços de monopólio. Controlando a oferta dos artigos no mercado, o punhado de trustes que domina os grandes ramos da economia – desde a industrialização de alimentos até os remédios – manipula à vontade os preços, obtendo lucros extraordinários.

Por tudo isso Lênin já chamara o imperialismo de “ante-sala da revolução social”. Porque, em primeiro lugar, ao integrar definitivamente todo o mundo ao domínio do capital, ao revolucionar todas as áreas do globo e subordiná-las à necessidade do lucro, amadurecem as condições internacionais para a revolução socialista. E, em segundo lugar, porque aguça as contradições inerentes ao sistema capitalista: a contradição entre o crescimento da produção e do consumo, a contradição entre o caráter privado da apropriação e o caráter social da produção.

Integrando a burguesia brasileira na economia imperialista, o desenvolvimento capitalista nacional criou as condições para que a luta antiimperialista hoje no Brasil só possa ser também uma luta anticapitalista. E criou também o proletariado concentrado e numeroso a quem cabe comandar esta luta.

4. O caráter da revolução

A crise política que explodiu no país a partir de 1961 refletiu a estagnação a que chegou a economia brasileira. O produto nacional que na década de 50 alcançou a taxa média de crescimento anual de 5,2% apontou claros sinais de declínio a partir de 62, tendo crescido em apenas 1,6% em 63, 3,1% em 64, e 3,9% em 65. Justamente após ter elevado extraordinariamente a capacidade produtiva da economia nacional, os índices de produção começaram a estagnar, não acompanhando mesmo o crescimento demográfico. Os capitalistas diminuíram suas inversões, o crédito refluíu, operários foram dispensados, fábricas fechadas, toda a vida nacional sentiu os reflexos

da crise econômica. Nos anos 66 e 67, justamente como efeito da intensificação da exploração sobre a classe operária e da concentração e centralização de capitais, a produção apresentou uma relativa recuperação, embora bem diminuta, com taxas de 4,4% e 4,5%.

Trata-se assim de uma crise capitalista. A primeira em nossa história que é produzida no interior do próprio sistema. Ao contrário da crise de 29, por exemplo, que foi um reflexo da depressão na economia norte-americana, esta última se desencadeou em pleno momento de apogeu na indústria ianque.

Esta crise revela as contradições entre as possibilidades de desenvolvimento econômico criadas e o modo de produção que as subordina. Vemos que o modo de produção no Brasil traz como consequência natural a carência de mercado interno, a baixa produtividade agrícola, a sangria de capitais, a inflação e a exploração violenta das massas trabalhadoras. A contradição fundamental da sociedade brasileira é aquela que põe em choque burguesia e proletariado. E acontece que, no processo de desenvolvimento capitalista no país, a solução da contradição determinada por esse desenvolvimento nos moldes do capitalismo internacional se confunde com a própria solução da contradição fundamental.

O processo revolucionário que subverterá as estruturas do país, organizando-as de acordo com as necessidades históricas, é o de uma revolução socialista.

Em primeiro lugar, porque a burguesia industrial brasileira surge mesclada já com o latifúndio e o imperialismo. O modo de produção no Brasil já é fundamentalmente capitalista – em processo de integração com o sistema imperialista sob hegemonia ianque e, por outro lado, integrando a produção latifundiária a seus fins. Pois decerto, como já vimos, o domínio latifundiário não é o elemento mais adequado ao desenvolvimento capitalista. Mas o desenvolvimento tardio do sistema no Brasil se fez harmonizando-se com a herança colonial. Já que, de resto, o latifúndio nada tem de feudal: desde o período colonial ele é basicamente um fornecedor de artigos para o mercado, guiando-se, pois, pelo lucro. A própria divisão de trabalho e concentração das forças produtivas constituídas pelo latifúndio fornecem as premissas para que a intervenção revolucionária no campo nos leve além do regime capitalista.

Assim também o imperialismo, que não penetra no Brasil contra os interesses do capitalismo interno; ao contrário, o capital nacional só se desenvolve integrando-se com o capital imperialista. Os choques entre eles – que também configuram uma relação de “cooperação antagônica” – não se sobrepõem ao interesse maior de explorar a mais-valia nacional. Daí que também as medidas antiimperialistas radicais só possam destruir as bases do próprio regime no país. Quando o imperialismo tomou conta das regiões mais atrasadas do globo e as integrou no mundo capitalista na qualidade de regiões dependentes, ao mesmo tempo cortou suas possibilidades de repetir o processo de desenvolvimento trilhado pelas nações capitalistas avançadas.

A burguesia vai se tornando conservadora na medida mesma do crescimento do proletariado. E, além disso, a burguesia industrial – certamente o setor mais dinâmico do sistema – já não é, pelo menos a partir de 1950, uma classe marginalizada do poder político. Desde então ela vem aproveitando o aparelho do Estado em benefício de seu crescimento: atraindo capitais de fora para lhe suplementar a carência interna, carreando financiamentos governamentais, inflacionando ou deflacionando à custa dos salários reais, apelando para o Estado nos setores econômicos em que não se julga potente para enfrentar. A burguesia já é uma classe no poder. Assim, também pelas suas forças motrizes – os trabalhadores da cidade e do campo –, a revolução brasileira só poderá ser socialista.

III – POR UM BRASIL SOCIALISTA

1. O socialismo no Brasil

A superação definitiva do estado de miséria e opressão a que está relegada a gritante maioria do povo brasileiro só pode conduzir à construção do socialismo no Brasil.

Por *Brasil Socialista* entendemos uma ordem social reinante no país na qual os meios de produção pertençam à coletividade inteira; na qual a produção seja planificada de acordo com os interesses do povo trabalhador e não deixada à mercê de interesses privados, na qual a produção se oriente pelas necessidades dos trabalhadores e não pela ganância e caça ao lucro; na qual as máquinas e a terra

estejam a serviço do homem, e não vice-versa. Entendemos um Brasil no qual não haja exploradores e, portanto, explorados; no qual todos os homens desfrutem igual e livremente do progresso e das riquezas comuns; no qual seja garantida a sua existência como membros úteis de uma sociedade e a sua subsistência, quando não estiverem em condições de preencher esse papel.

O Brasil dispõe hoje de todas as premissas materiais para seguir esse caminho. Dispõe de um parque industrial cuja potencialidade não está sendo aproveitada, dispõe de terras ricas para serem cultivadas racionalmente e possui trabalhadores à procura de trabalho. Tirados esses meios de produção da mão dos capitalistas, latifundiários e especuladores que só visam lucros e dividendos, os recursos do povo brasileiro estão em condições de assegurar uma riqueza e um bem-estar comum inimagináveis na nossa sociedade baseada na exploração. Povos e países, então menos desenvolvidos que o Brasil de hoje – Rússia de 17, China de 50, Cuba de 59 –, já deram o passo decisivo nesse caminho, libertando-se da exploração capitalista e imperialista.

2. Socialismo e revolução são inseparáveis

O socialismo não é um mero desejo, nem tampouco uma elaboração artificial pela qual se pretende reformar o mundo. O socialismo é resultado da evolução histórica da humanidade, colocado na ordem do dia, quando a velha sociedade exploradora se torna um empecilho ao progresso geral – quando os homens tomam consciência desse fenômeno. Isto quer dizer que o socialismo é o resultado de lutas de classes e de revoluções, que representam os momentos críticos dessas lutas. Esse fenômeno universal se dá também, evidentemente, no Brasil.

A evolução geral da sociedade brasileira fez com que se cristalizassem, de modo crescente, dois polos – tanto na vida econômica como política: o capital e o trabalho, ou a burguesia (nacional ou estrangeira) e o proletariado. Com a expansão do modo de produção capitalista na cidade e no campo, o poder real da sociedade brasileira está sendo exercido mais e mais pela classe capitalista – a burguesia. Ela domina o Estado, reforma-o e o moderniza conforme suas necessidades particulares e o coloca assim, de modo mais eficiente, a serviço do regime de exploração do trabalhador.

Nesse sentido, nós vivemos sob uma ditadura de fato, da burguesia, antes como depois de 64.

Essa ditadura de classe foi velada durante muito tempo. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial até o golpe de abril de 64, realizavam-se eleições e respeitavam-se outras normas – a “harmonia dos três poderes”, soberania do poder civil, relativa liberdade de organização e manifestações – visavam dar ao regime um aspecto democrático. No fundo, o monopólio exercido pela burguesia pelo seu poder econômico e representativo por intermédio de rádios, TV, jornais etc., e a ajuda do voto de cabresto fornecido pelos latifundiários, permitiu sempre às classes dominantes eleger seu Congresso, dócil aos seus interesses e hostil às aspirações das massas trabalhadoras. Além disso, tirado o direito de voto a analfabetos e soldados, retirando o direito de disputar as eleições aos comunistas, a democracia burguesa foi sempre uma democracia para a burguesia e uma ditadura real para os trabalhadores.

Quando as contradições de classe tornaram-se agudas e as classes dominantes tiveram que se descartar mesmo das normas democráticas vigentes, apelaram para o poder militar. Para manter seus privilégios, ameaçados pelo movimento popular que crescia, as classes dominantes preferiram a ditadura aberta.

O outro polo da sociedade brasileira é representado pelo proletariado. Ele cresce ao mesmo tempo em que se desenvolve o capitalismo, pois trata-se justamente da classe que cria com as suas mãos as riquezas da sociedade capitalista. Trata-se da classe que não tem a propriedade dos meios de produção, que não possui mais que sua força de trabalho, que não ganha mais do que o suficiente para viver e trabalhar no dia seguinte. Ao contrário de todas as outras classes da sociedade brasileira, o proletariado não encontra nas reformas da atual sociedade perspectivas para a sua libertação. Em qualquer sociedade capitalista, reformada ou não, ele será sempre um explorado. Para se libertar da exploração a classe proletária não pode deixar de lutar pela abolição de qualquer exploração, isto é, de toda a propriedade privada da produção. Não pode deixar de lutar pela emancipação de todas as classes oprimidas. Esta posição objetiva da classe operária industrial torna-a receptiva a uma concepção materialista e dialética da luta de classes, ao marxismo-leninismo, torna-a líder natural de todo o movimento

dos trabalhadores da cidade e do campo que desalojará as classes dominantes no processo revolucionário.

Revolução significa que o poder passa de uma classe para outra. Quando o proletariado toma o poder, trata-se de uma revolução socialista, pois o proletariado no poder não pode fazer outra coisa do que instaurar o regime socialista.

3. O caminho passa pela ditadura do proletariado

O proletariado no poder significa, pois, concretamente, tomar o Estado das mãos da burguesia. Mas poderá simplesmente o proletariado contentar-se em tomar conta dos Ministérios, do Exército, da Polícia, de todo esse aparelho estatal burguês podre e corrupto, formado com o fim de garantir o poder das classes exploradoras? Não poderá. O proletariado vitorioso terá, antes de tudo, de quebrar e destruir esse aparelho estatal burguês-latifundiário que serviu à ditadura dessas classes.

Mas o proletariado não pode desistir, de todo, do Estado. O proletariado no poder terá de assegurar o seu domínio contra a resistência das velhas classes exploradoras que fomentarão a contra-revolução interna e que, principalmente, recorrerão à reação externa. Para vencê-las, para superar a herança do velho regime, para mobilizar os recursos populares para a construção do socialismo, será necessário, durante certo tempo, a formação de um Estado Operário que exercerá a **Ditadura do Proletariado**.

Ela será a ditadura contra as velhas classes exploradoras e suas tentativas de restauração. Mas ao mesmo tempo será a ditadura da imensa maioria do povo brasileiro que, pela primeira vez, decidirá o próprio destino. Essa ditadura será por isso, para as massas trabalhadoras, mais democrática que qualquer “democracia” que conhecemos em nossa história.

Somente sob esse regime será possível realizar as transformações econômicas, políticas e sociais necessárias para livrar o povo dos males do subdesenvolvimento, da miséria, do sofrimento e da ignorância, aos quais o mundo capitalista e imperialista o condenou. Somente sob uma Democracia Socialista será possível levantar rapidamente o nível cultural das grandes massas, para que possam desfrutar das conquistas científicas e técnicas do nosso século.

Mas a revolução socialista não poderá se concluir no Brasil independentemente da revolução mundial. Para que os trabalhadores possam desfrutar livremente de seu trabalho será preciso apagar de vez a ameaça do imperialismo e a exploração capitalista sobre os outros povos.

O capitalismo unificou os interesses dos proletários de todo o mundo, e sobre a base dessa solidariedade internacional contra os mesmos exploradores levanta a unidade revolucionária dos trabalhadores de todos os países.

Na medida em que estiver assegurado o caminho socialista, na medida em que desaparecer o perigo da reação interna e externa, a revolução socialista renunciará ao seu Estado. Na medida em que desaparecerem as contradições de classe com a construção socialista interna e mundial, a Ditadura do Proletariado será superada e o Estado dos trabalhadores brasileiros definhará. A República Socialista do Brasil integrar-se-á numa sociedade comunista universal.

IV – POR UM GOVERNO REVOLUCIONÁRIO DOS TRABALHADORES

1. A revolução dos trabalhadores

O proletariado chega à consciência socialista a partir das lutas econômicas e políticas que trava contra o poder burguês, na medida em que a vanguarda aponta os objetivos que elevam o nível de luta e formam uma consciência de classe. No caminho da revolução socialista no Brasil coloca-se, como primeiro passo, a luta pela destruição das bases sociais da ditadura. Nessa luta, travada hoje, o proletariado acumula suas forças para as transformações revolucionárias que será chamado a dirigir.

Ao combater a ditadura de um ponto de vista de classe – combatendo os sustentáculos econômicos de poder e opressão – amadurecemos as condições sociais para a revolução dos trabalhadores.

O golpe militar que, em abril de 64, se abateu sobre quase todas as conquistas até então obtidas, não foi um acidente na política brasileira. Foi a decorrência necessária da crise do regime burguês-latifundiário no país. Incapaz de oferecer uma saída popular

para a crise econômica que se abateu sobre a produção nacional, a burguesia teve que apelar para um “regime forte”, para um regime que possibilitasse uma solução à custa dos trabalhadores. Reerguer a taxa de lucro à base da exploração dos trabalhadores foi a palavra de ordem das classes dominantes que deu o sentido ao golpe de abril. A concentração das riquezas, a racionalização das empresas, o aceleração do domínio dos grandes monopólios – com a consequente intervenção do imperialismo em maior escala – acompanham o processo capitalista no país. Para essa política econômica de defesa do lucro e corte geral dos salários foi preciso um regime político mais opressor e repressivo. Por isso a ditadura aberta não é um fenômeno passageiro na vida brasileira; ela é o resultado de uma política burguesa, quando a burguesia não pode mais exercer a ditadura de maneira velada. Por isso, também, a única saída revolucionária contra essa ditadura é a revolução dos trabalhadores.

2. A frente dos trabalhadores da cidade e do campo

Assim como a opressão sistemática sobre o movimento popular tem uma base social – a necessidade burguesa de aplicar uma política impopular – a conquista das liberdades públicas para os trabalhadores só pode ser conseguida destruindo-se o poder dos grandes capitalistas (nacionais e estrangeiros) e latifundiários. Os sindicatos permanecem sob controle ministerial, o direito de greve praticamente suspenso, as reivindicações salariais controladas, as eleições reduzem-se a uma grotesca farsa de partidos organizados pelos próprios padrões da ditadura, todas as garantias públicas suspensas – por que? – para que os monopólios engordem com os salários que deixam de pagar aos operários, para que o latifúndio permaneça espoliando os trabalhadores do campo, para que o povo não disponha dos meios de se revoltar contra tal política.

Combater a ditadura através de uma luta de classe significa combater a soma de poderes concentrada nas mãos dos grandes capitalistas e latifundiários. Poderes que eles exercem através do controle da economia, através dos governantes e dos magistrados que eles colocam nas câmaras, nos tribunais e nos governos, através da propaganda, da Polícia e do Exército. Só a destruição desse poder elimina a opressão sobre o povo, o recurso da violência

sobre as manifestações de massas, a ameaça do fascismo como golpe extremo das classes dominantes.

Para isso é preciso mobilizar as classes cujos interesses estejam na aniquilação dos grandes exploradores. As classes trabalhadoras da cidade e do campo são as grandes massas que nada têm a perder com o extermínio da ordem vigente. É em torno da classe operária industrial – seu setor mais concentrado e organizado – que as massas exploradas deverão levar a luta contra a ditadura e os seus sustentáculos sociais, formando a **Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo**.

As bases para a formação desse proletariado revolucionário devem ser os próprios locais de trabalho. O movimento sindical de cúpula serve aos desígnios do reformismo e da burguesia. Uma pequena fração burocratizada fala pela classe e amortece os conflitos de classe. Os pelegos falam pela classe enquanto ela não fala por si mesma, enquanto a voz dos operários nas fábricas não intervém na luta política. Organizar os operários em **Comitês de Empresa** é, assim, mobilizar a classe independentemente das instituições ministeriais que a burguesia procura revesti-la e controlá-la. O nível de luta dos Comitês de Empresa refletirá naturalmente o nível atingido pela classe em cada local; mas não há dúvida de que a sua constituição contribuirá para fazer avançar essa mobilização. Livres e ligados diretamente à classe, tais comitês são o instrumento básico para sustentarmos a luta econômica e política da classe operária. Também na organização sindical se fará sentir essa política de base; travaremos a luta sindical na perspectiva de libertação dos sindicatos do controle do Estado burguês.

A grande massa dos aliados da classe operária é constituída pelos trabalhadores do campo. Radicalizados pela miséria extrema a que são levados no atual regime, mas impotentes ante o poder e as armas das classes possuidoras, essas massas rurais – assalariados puros, parceiros, meeiros, pequenos camponeses etc. – dependem de uma vanguarda armada que leve ao campo a perspectiva e a experiência da organização do proletariado urbano. Quando essa vanguarda mostra o caminho concreto da destruição dos seus opressores, abre também, para os trabalhadores do campo, a aliança com os operários industriais.

Da pequena-burguesia surgem também contingentes que se juntarão à luta proletária. Vacilante pela sua própria posição na sociedade, a pequena-burguesia, enquanto classe, procurará sempre um caminho próprio – inviável a longo prazo – entre o imperialismo e o socialismo. Cabe à vanguarda comunista ao mesmo tempo atrair as camadas proletarizadas da pequena-burguesia e combater as concepções próprias que ela traz de sua classe. O movimento estudantil, que tem uma grande tradição de luta na América Latina, pode servir grandemente à revolução dos trabalhadores na medida em que faz da sua luta pela liberdade de organização uma luta intransigente contra o regime, sem conciliação e integrado na frente dos trabalhadores.

Os soldados, cabos e marinheiros, originados das camadas pobres da população, podem ser ganhos para a Frente dos Trabalhadores. A ascensão política do povo brasileiro, nos anos anteriores ao golpe, mostrou como esses setores podem ser ganhos para a luta de classes, juntando-se aos operários e cindindo horizontalmente o aparelho de repressão das classes dominantes. Exatamente por trabalharem sob a disciplina dos guardiães armados do regime, a propaganda revolucionária entre soldados e marinheiros tem a grande importância de minar as bases dos instrumentos materiais da opressão política.

Mobilizar o proletariado no caminho da **Revolução dos Trabalhadores** é, pois, o traço que distingue a vanguarda operária revolucionária do reformismo pequeno-burguês. Consequentes com seus objetivos puramente liberais – a “redemocratização” –, os reformistas baseiam sua estratégia em “amplos movimentos de opinião pública”, em “pressões de massa” e em divisões verticais do Exército com setores progressistas contra setores entreguistas. A esquerda revolucionária, verificando que a única garantia para a conquista das liberdades para os trabalhadores está na destruição mesma das bases sociais do golpe, baseia sua luta na revolução dos trabalhadores contra o regime. Nesse processo a classe operária deve liderar as amplas lutas dos camponeses, dos assalariados em geral, dos soldados e marinheiros, que fazem parte do potencial revolucionário do país.

4. O governo revolucionário dos trabalhadores

A revolução dos trabalhadores coloca o problema do poder revolucionário. O tipo de governo visado, que surge da

própria insurreição, representa em nossa propaganda, desde hoje, a alternativa que oferecemos à ditadura militar das classes dominantes.

Embora as circunstâncias que temos em frente não permitam previsões de detalhes sobre a formação do governo de transição de caráter revolucionário que pode preceder e levar à ditadura do proletariado, o conteúdo de classe de tais governos provisórios deve ser definido desde já, para distingui-los claramente de todas as tentativas de atrair o apoio dos trabalhadores para governos reformistas e populistas, destinados justamente a evitar a revolução socialista.

O proletariado consciente e sua vanguarda revolucionária só poderão apoiar e integrar governos provisórios quando estes se apóiam na força material da classe operária e dos seus aliados no campo, aos quais juntar-se-á parte da pequena burguesia assalariada e proletarizada. Tal governo será resultado de uma Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo.

Esse governo, que só se imporá e só subsistirá pela força material e das armas dessa coligação revolucionária de classes, surgida em torno do proletariado industrial, será um **Governo Revolucionário dos Trabalhadores** e será composto pelas forças políticas dispostas a travar a luta contra o imperialismo e a reação interna com métodos revolucionários. Para isso, não poderá deixar de atacar as bases sociais da reação e do imperialismo na cidade e no campo e estabelecer uma democracia revolucionária dos trabalhadores, garantindo-lhes os direitos políticos que a democracia burguesa nunca concedeu às classes exploradas no Brasil.

Tendo por missão demolir os pilares da reação, o Governo dos Trabalhadores deverá tomar as seguintes medidas básicas:

- Destruição final das atuais forças armadas organizadas para a repressão contra as classes populares; organização de milícias dos trabalhadores.

- Encampação dos monopólios imperialistas e nacionais; planificação dos setores básicos da economia.

- Nacionalização da terra e liquidação do latifúndio; organização de cooperativas, fazendas coletivas e entrega da terra aos camponeses, de acordo com as condições locais.

- Completa liberdade de organização e manifestação para as classes trabalhadoras.

- Política externa antiimperialista e de solidariedade ativa aos movimentos evolucionários, principalmente da América Latina.
- Retirar dos grandes capitalistas o controle da grande imprensa.
- Convocação de um Congresso eleito pelos trabalhadores da cidade e do campo, como base política do novo regime.
- Medidas drásticas de combate à carestia e de elevação do nível de vida do povo, como confisco dos estoques dos especuladores, controle operário dos preços, elevação geral dos salários e congelamento dos preços.

Semelhante governo será de transição pelo seu caráter e sua origem. Será resultado de frentes e alianças surgidas na luta de forças e lideranças radicais da cidade e do campo. Será de transição igualmente pelo fato de o proletariado não poder conservar o poder político sem destruir simultaneamente as bases econômicas e sociais do domínio das velhas classes exploradoras, sem instalar sua ditadura. Na medida em que essa consciência toma conta das massas trabalhadoras – e a prática do governo de transição tem de acelerar esse processo – as massas trabalhadoras seguirão a facção mais radical e mais conseqüente do governo revolucionário, que as liderará e as levará a instalar a Ditadura do Proletariado, a forma de governo da revolução socialista, a única alternativa ao domínio imperialista.

V – AS TAREFAS DA VANGUARDA

1. A formação do partido revolucionário da classe operária

A constituição de um **Partido Revolucionário** que lidere a classe operária, ideológica e organizatoriamente, independentemente de toda influência burguesa, permanece a grande tarefa da vanguarda revolucionária do país, a premissa da revolução socialista. Para que o proletariado possa levantar sua bandeira e liderar todas as massas exploradas da nossa sociedade, é preciso que ele vença decisivamente as ideologias burguesas e pequeno-burguesas do reformismo e do populismo em suas próprias fileiras, que o enfraquecem na luta de classes.

Para que a luta contra a ditadura seja travada conseqüentemente e sem compromissos, no caminho da revolução dos trabalhado-

res, para que o processo revolucionário seja levado até o objetivo da sociedade socialista, é indispensável a hegemonia do proletariado. É indispensável que o marxismo, a teoria do socialismo científico, penetre na classe operária, que se funda com o movimento operário existente e que guie a sua luta. O partido revolucionário que lidera a classe operária é o resultado dessa fusão da teoria marxista com o movimento operário vivo.

A classe, espontaneamente, não chega à teoria comunista, não adquire consciência que a torna uma classe para si. Espontaneamente a classe desenvolve uma resistência contra a exploração capitalista, há a disposição para a luta, mas é o partido quem dá a essa ação um sentido revolucionário, levando-a além dos limites estreitos da atuação sindical e populista. Caberá a esse partido liderar e lançar o exército do proletariado industrial na luta de classes latente que se desenrola no país, para que a importância que o proletariado brasileiro já tem na vida econômica se faça sentir devidamente no cenário político. Caberá a esse partido realizar na prática a Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo, materializar a aliança entre o proletariado independente e as demais classes exploradas. Caberá ao partido coordenar todas as demais classes exploradas. Caberá ao partido coordenar todas as formas de luta contra a ditadura e o imperialismo, na cidade e no campo, legais, clandestinas e armadas, para o assalto final das massas trabalhadoras contra a sociedade burguesa-latifundiária.

2. Partido e classes

A formação de um partido revolucionário que lidere a classe operária será resultado do enraizamento do programa e das concepções de luta defendidas atualmente pela Política Operária nos setores mais combativos do proletariado brasileiro. Simultaneamente, será fruto do amadurecimento do conflito latente entre as bases e as lideranças nas organizações reformistas tradicionais e nas correntes centristas que se formaram nas lutas internas verificadas na esquerda. A Política Operária acelerará essa formação, na medida em que elabora e se empenha pelo programa proletário da revolução socialista, na medida em que propaga na luta diária o caminho revolucionário dos trabalhadores, na medida em que dirige seus esforços para a organização do proletariado

como classe independente, na medida em que indica o combate revolucionário ao poder burguês.

Como partido revolucionário da classe operária e, hoje, como organização revolucionária proletária, temos de travar a luta e fazer as demais correntes consequentes travar a luta em três frentes principais.

Temos de desencadear a resistência mais elementar contra a exploração capitalista, a *luta econômica*. Embora se trate ainda de uma forma burguesa de luta da classe operária, isto é, da tentativa de aliviar o proletariado ou de parte dele, dos piores excessos do sistema, representa um passo indispensável e inicial para a movimentação e organização da classe, uma escola para futuras batalhas contra o sistema capitalista em si. Cada campanha salarial, cada greve, cada operação tartaruga é uma luta parcial que servirá ao movimento revolucionário para transformar a solidariedade de classe do proletariado em consciência de classe, isto é, para fazê-lo compreender o conjunto da luta de classes e o seu próprio papel.

Isso só é possível mediante uma estreita relação da luta econômica diária com a *luta política*, isto é, a luta do proletariado, ou da sua parte mais consciente, contra a sociedade existente e contra suas instituições. A luta política proletária é um constante confronto de classe. A nossa sociedade é burguesa-latifundiária; a nossa classe dominante, a burguesia, aliada ao imperialismo. O sentido da luta política nas nossas condições só pode ser, portanto, de opor o proletariado e seus aliados à burguesia e seus aliados; só será uma luta consequente se for travada em torno dos objetivos políticos do proletariado: a destruição do domínio de classe da burguesia e a elevação do proletariado como classe dominante.

Mas essa luta política só será travada consequentemente por um proletariado que tenha se libertado da tutela ideológica da burguesia e que tenha assimilado, em diversos níveis, a teoria do socialismo científico, como foi elaborada e desenvolvida pelo marxismo-leninismo. E isso exige a constante *luta ideológica*, baseada na teoria do socialismo científico, não só contra o impacto da ideologia burguesa, exercido diariamente sobre as massas trabalhadoras por intermédio dos modernos

meios de comunicação – como rádio, imprensa, televisão – à disposição da burguesia, como também contra os próprios ideólogos burgueses e pequeno-burgueses, que se aproximam da classe operária. O reformismo e o revisionismo do nosso movimento operário, em grande parte, são resultados do domínio ideológico pequeno-burguês do passado, e o processo de proletarização de grandes camadas da classe média faz que numerosos quadros políticos cheguem ao proletariado como porta-vozes da ideologia pequeno-burguesa dos mais diversos matizes.

Somente a constante *luta ideológica*, fundamentada na teoria do marxismo-leninismo, pode, de um lado, transformar esses elementos em revolucionários e, de outro, repelir as ideologias pequeno-burguesas que, na prática, visam amarrar novamente o proletariado à política burguesa.

3. A frente de esquerda revolucionária

É o partido revolucionário, baseado na experiência internacional do marxismo-leninismo, que saiba unir teoria e prática e aplicá-las às condições concretas do país, que preenche essas funções. Mas o partido não nasce pronto; ele se forja na luta e pela luta, e é durante essa luta que devemos estabelecer a unidade das forças que levantaram a bandeira do marxismo-leninismo.

O estabelecimento de uma unidade de ação da esquerda revolucionária, em torno de princípios básicos e com fins imediatos de luta contra a ditadura, será um passo decisivo para a mobilização da classe operária. Ao mesmo tempo, essa unidade cria condições mais favoráveis para que a linha proletária e revolucionária se apresente com maior impacto na vida nacional: como alternativa ao reformismo dominante. A plataforma que apresentamos para a formação de uma Frente de Esquerda Revolucionária resumiu os pontos de princípios que distinguem hoje os revolucionários proletários no país:

- reconhecimento do caráter socialista da revolução no Brasil;
- reconhecimento da hegemonia do proletariado e da formação de uma Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo como premissa da revolução;

- luta por um partido revolucionário que lidere a classe operária, à base da teoria do marxismo-leninismo;
- reconhecimento da luta armada e, especificamente, da luta de guerrilhas;
- organização da classe operária nos lugares de trabalho, e desenvolvimento de uma agitação revolucionária na classe.

VI – A GUERRA REVOLUCIONÁRIA

A revolução no Brasil será proletária ou deixará de ser revolução, e isso implica a necessidade da insurreição operária como ato de tomada do poder. O papel que o proletariado tem nesse processo, sua mobilização e liderança na luta e coordenação com seus aliados no campo, por sua vez, dá uma importância primordial à organização política do proletariado – o partido – como instrumento da tomada do poder. A luta de classes, todavia, não adia os problemas até que o partido de classe esteja criado e a nossa tarefa como vanguarda é enfrentar todas as situações com os recursos que temos à mão, em cada fase da luta.

Atualmente uma das formas básicas da luta de classe no continente é a guerra de guerrilha travada no campo, que aproveita o potencial revolucionário local como catalisador de um movimento em escala nacional.

Trata-se de uma luta prolongada, mas a internacionalização da luta no Brasil, com a notória aliança entre o imperialismo ianque e as burguesias nativas da América Latina para enfrentar a revolução aberta ou latente, dará um caráter prolongado à fase armada da revolução brasileira. A guerrilha tem sua importância nessas condições, por permitir a manutenção da luta por longo tempo, mesmo nas fases de descenso do movimento de massa. Iniciando-se com poucas e isoladas forças, com que conta a vanguarda operária, irá crescendo à medida que for alcançando as primeiras vitórias contra o exército da reação e que vai delineando os objetivos de luta para os trabalhadores do país inteiro.

A guerrilha, como forma de combate à ditadura burguesa-latifundiária, mina e desgasta todo o aparelho de repressão, tanto do ponto de vista militar, quanto econômico e político. A guerrilha

preenche este papel quando desencadeada em uma fase e em condições em que a sua ação acelera o surgimento de uma situação revolucionária, isto é, uma situação em que a luta de classes atinge o auge, colocando na ordem do dia a tomada do poder pelas classes oprimidas. Para isto, tem que apelar às classes revolucionárias do país, ao proletariado e seus aliados, para a luta comum a ser travada em todas as frentes contra o sistema explorador. Realizando, desde o início, em miniatura, a Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo, a guerrilha potencializará a voz da vanguarda clandestina em todo o país, preparando o reagrupamento das forças das classes revolucionárias para a luta final.

A primeira tarefa política do foco guerrilheiro há de ser, desta maneira, a de colocar claramente no cenário político do país uma nova liderança, uma alternativa revolucionária ao poder das classes dominantes. O fato consumado do foco de guerrilha elevará o nível da luta, apressará a unificação das forças da esquerda revolucionária e a constituição do partido revolucionário da classe operária. Da instalação do foco até a insurreição do proletariado da cidade, haverá um caminho prolongado, mas será um caminho só, com um objetivo traçado: a Revolução dos trabalhadores brasileiros no caminho do socialismo. Será essa a nossa contribuição decisiva para a construção de uma nova sociedade no mundo, liberta para sempre da exploração do homem pelo homem. Ao mobilizar os operários sob a bandeira da luta de classes ouvir-se-á, também, dos rincões deste país, o brado de guerra:

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNI-VOS!

Caminho e caráter da revolução brasileira*

ERNESTO MARTINS

PARTE I **REVOLUÇÃO SOCIALISTA OU CARICATURA DE REVOLUÇÃO**

Por outra parte as burguesias autóctones perderam toda a sua capacidade de oposição ao imperialismo – se alguma vez a tiveram – e só formam seu vagão de reboque. Não cabem dúvidas, ou revolução socialista ou caricatura de revolução. (“Mensagem à Tricontinental”, E. Guevara.)

Guevara, nos últimos anos de sua vida, havia chegado à conclusão, expressando-a por escrito, que a revolução na América Latina será socialista ou será uma caricatura de revolução. Com isto se afastou publicamente das correntes aparentemente radicais que não pretendiam passar da caracterização “popular” e “democrática” da atual fase de luta e que simplesmente se negaram a definir o caráter do processo revolucionário, fugindo da definição sob pretexto de

(*) O presente trabalho foi escrito em 1970 por Érico Sachs, sob o pseudônimo de Ernesto Martins, provavelmente quando o autor se encontrava exilado no México. Com quatro partes distintas, circulou no mesmo ano no Brasil entre militantes da esquerda revolucionária, em edição mimeografada providenciada pela organização Política Operária. A presente versão baseou-se em cópia mimeografada da edição original. As notas de pé de página são dos Organizadores.

não querer “cicatriz” o problema. Já se tornava extremamente difícil defender a debilitada tese da “revolução burguesa na América Latina” e a definição de Guevara foi um golpe a mais contra o populismo “teórico” nas esquerdas em toda América Latina, as quais se viram obrigadas a uma precipitada revisão de suas concepções ideológicas e, não poucas vezes, se sentiram forçadas a enfatizar profissões de fé socialista para poder sobreviver.

Para a elaboração de uma estratégia e tática marxista no continente, o simples abandono da tese da revolução burguesa não é o bastante. O recuo tático e as profissões de fé socialista, na maioria das vezes, servem só para encobrir o conservadorismo das concepções de luta superadas e a manutenção de princípios e práticas pequeno-burguesas sob um rótulo novo.

Já o movimento revolucionário que se nomeia marxista-leninista tem que ter claros não só os objetivos da luta, como também os meios para alcançar a meta.

As implicações da Revolução Socialista

Que significa a afirmação de que a revolução na América Latina é socialista?

Aplicando o conceito aos temas concretos da luta de classes nos diversos países da América Latina, evidentemente tem implicações diferentes nas regiões do continente diferenciadas pelo seu grau de desenvolvimento e composições de classe. Parte, no entanto, das premissas de que: a) há um denominador comum na estrutura, na história e no futuro dos países latino-americanos, e b) que o processo revolucionário é continental ao menos no que diz respeito à parte latina do continente.

Parte igualmente de outra premissa, tirada da experiência histórica da América Latina.

Já que o processo revolucionário é continental no sentido de que só nesta dimensão vencerá a inimigo comum, o imperialismo, e enfrentará os problemas sociais herdados do domínio de uma burguesia subdesenvolvida, a solução terá que ser socialista. Somente os objetivos socialistas e as classes que os encarnam podem desenvolver a solidariedade continental necessária à luta de emancipação e superar os particularismos “chauvinistas” e interesses locais, que caracterizam a fase das lutas burguesas.

Então, isto significa que a América Latina já está na iminência da revolução? Que nos encontramos diante de uma situação revolucionária ou em véspera de sua eclosão, na qual as condições para a instalação de um sistema e de governos socialistas já estão dadas?

Evidentemente que não. A caracterização socialista da revolução, em si, não significa mais que constatar que hoje não há mais lugar no continente para outras revoluções a não ser as socialistas, tomando revolução no sentido marxista de mudança de domínio de classes e transformação da sociedade, tanto da sua infra como da sua superestrutura.

Significa que, enquanto se mantiverem intactas as bases e as estruturas burguesa-capitalista, todos os movimentos, mesmo os iniciados com método revolucionário, ficarão no meio do caminho, isto é, produzirão caricaturas de revolução. E revoluções feitas pela metade, como a história já nos ensinou, acabam em reações contra-revolucionárias. Estas conclusões são feitas, e não podem ser feitas de outro modo, independentemente do fato de que a situação esteja ou não madura para lançar a palavra de ordem da revolução socialista, de que as classes exploradas estejam ou não prontas para acatá-la, de que todas as condições estejam dadas, etc. Esse aspecto da questão se relaciona com as tarefas da vanguarda revolucionária, da sua estratégia e tática a seguir – e que representa outro ponto do debate. A constatação do objetivo da revolução socialista parte do fato de que o ciclo das revoluções burguesas, mesmo tal como existiu nas condições latino-americanas, se esgotou como fator de progresso social. Não significa que essas revoluções burguesas tenham sido concluídas, levadas até o final, como se deu em países de capitalismo clássico, dos quais a França é o exemplo mais nítido. Indubitavelmente, as “tarefas” que as revoluções burguesas deixaram não passam de aspectos secundários das futuras revoluções socialistas. Desde a “questão agrária” até as “tarefas democráticas” existe uma série de problemas que a sociedade burguesa em decadência já não soluciona.

Não menos importante para essas conclusões é o fato comprovado de que dentro das bases e da estrutura burguesa-capitalista não há solução para o problema mais agudo entre os que oprimem os povos deste continente, problema que freia e corta todas os

caminhos do progresso e impede o desdobramento de suas forças produtivas: o domínio imperialista. Nenhum povo, e não só desta parte do globo, soube se liberar das garras da exploração imperialista sem romper as bases capitalistas das relações de produção. O único país que conseguiu escapar ao “domínio imperialista” foi Cuba. E conseguiu unicamente mediante uma revolução socialista.

Cuba não deu esse salto de uma maneira premeditada. Nem a guerrilha na serra, nem as organizações de luta dos operários nas cidades tinham se colocado objetivos socialistas de revolução. Mesmo depois da insurreição vitoriosa o governo revolucionário tentou primeiro expropriar somente os capitalistas estrangeiros, deixando intacta a economia de mercado.

Viu-se forçado em seguida a expropriar sua própria burguesia para não pôr em perigo todo o processo revolucionário. Com isso criou um fato consumado nas lutas de classes na América Latina, um novo ponto de partida para seu processo revolucionário e delineou seu objetivo histórico. Essa é a importância primordial que a revolução cubana tem para nós, independentemente da interpretação que seus próprios dirigentes podem dar e da estratégia e tática que podem nos recomendar.

O que é a “Revolução Popular?”

O populismo reinante nas esquerdas procura diluir sistematicamente as categorias marxistas, originadas em uma concepção materialista da história da sociedade da qual evidentemente não compartilham. Por muito tempo tentou e evidentemente ainda tenta por outros meios substituir conceitos marxistas definidos como revolução burguesa ou socialista, por indefinidas revoluções “populares”. Consequente com essa linha populista, parte de “movimentos” e “lutas populares” para chegar através da formação de “frentes populares” ao apoio a “governos populares”. Se Marx já denunciou esse populismo no seu tempo (em que as contradições de classes ainda não haviam alcançado a agudeza de hoje) e Engels não poupou observações sarcásticas sobre o “Estado Popular” dos social-democratas alemães – Lênin por sua vez dedicou considerável lugar nas suas polêmicas para restabelecer os conceitos revolucionários do marxismo. Hoje, a tarefa se coloca de novo e em escala muito maior. Com a expansão do marxismo desde a

segunda Guerra Mundial (hoje todo mundo é marxista-leninista), o populismo penetrou novamente no movimento operário. E hoje ninguém se dá ao trabalho, ao incômodo de dizer que está “revisando” o marxismo e o leninismo. A profissão de fé de adesão à doutrina dos fundadores do socialismo científico serve de “salvo-conduto” para as “teorias” e práticas mais absurdas.

Sem dúvida esta não é a única porta pela qual o populismo entrou no movimento comunista internacional. Além do revisionismo iniciado por Stálin, que inventou as “Frentes Populares” como pretensa tática de “Cavalo de Tróia” e as “Democracias Populares” para não espantar a burguesia ocidental com Repúblicas Socialistas e Ditaduras do Proletariado, em consequência da guerra se deu o fenômeno de revoluções como as asiáticas, que eram populares de fato, de um ponto de vista marxista e sob o prisma marxista. Eram populares justamente porque não eram proletárias. Eram revoluções agrárias, levadas adiante e realizadas por camponeses em países em que o proletariado era numericamente reduzido demais para chefiar (encabeçar) fisicamente a revolução. Naqueles países era igualmente insignificante o papel da pequena burguesia urbana, e muito mais reduzida numericamente que esta a burguesia incipiente. Nesses países o campesinato era o povo, a força motriz da revolução.

Entretanto, transportar esses modelos de revolução agrária para sociedades industrializadas, com suas divisões de classes cristalizadas e antagonismos em outro nível, choca-se não só com qualquer dialética da luta de classes como também serve geralmente a segundas intenções. Essas tentativas mecanicistas de generalizar experiências podem, consciente ou inconscientemente, serem ocasionadas pelo fenômeno de querer ver o desenvolvimento das lutas de classe em escala internacional como continuação da própria revolução (assim como existiram gerais que viram em cada nova guerra o prosseguimento da guerra anterior). Cabe aos revolucionários dos demais países retificar esse erro a tempo.

Mas o modelo também é transportado consciente ou inconscientemente (o resultado será o mesmo) porque convém para sustentar concepções políticas já existentes de antemão. Pois se na China, por exemplo, o papel da pequena burguesia da cidade, como classe, era insignificante, não sucede o mesmo nas sociedades industriais. Nestas, a pequena burguesia tem reivindicações

próprias que pesam na luta de classe, uma delas, e não a menos importante, é representar o povo, falar em nome do povo, estar por cima da contradição trabalho assalariado-capital. E mesmo quando se radicaliza, quando participa de movimentos revolucionários e “aceita” o marxismo, traz consigo suas concepções populistas e procura, agora sob o rótulo “teórico”, opô-las ao “sectarismo” da luta de classe proletária. E é por isso mesmo que as profissões de fé revolucionárias não produzem sempre uma prática consequente.

Para os marxistas, as possibilidades históricas e, portanto, os objetivos de um determinado processo revolucionário, têm que ser definidos com toda a clareza, para que se possa desenvolver uma estratégia correspondente.

Só queremos recordar de passagem a atuação de Marx. Mesmo dizendo na Revolução de 1848 que o proletariado “tenha interesse em tornar a revolução permanente”, deixava claro que a fase então presente era burguesa e elaborava uma estratégia e uma tática apropriadas para a revolução burguesa. O que previa na estratégia era melhorar a situação do proletariado, deixá-lo em situação mais favorável para iniciar a luta pela revolução socialista. O mesmo pode-se verificar na atuação de Lênin, que em 1905 não deixou dúvidas de que se tratava de abrir as portas do capitalismo russo, mas em 1917 formulou clara e insofismavelmente o objetivo da revolução socialista e da Ditadura do Proletariado nas “Teses de Abril”. Ainda que Lênin tenha falado da “revolução ininterrupta”, nunca aceitou a diluição subjetivista da “revolução permanente” de Trotsky, por exemplo.

Os dois teóricos do socialismo científico trataram a revolução socialista como duas etapas histórica e qualitativamente distintas, que podiam se encontrar em um processo revolucionário “permanente” ou “ininterrupto”, mas que tinham de ser distinguidos tanto por seus objetivos inerentes como pelas alianças de classe que lhes servem de bases.

Lênin, em o “Estado e Revolução”, se refere especificamente a “revoluções populares” e usa o adjetivo para distinguir o desenvolvimento da Revolução Russa de 1905, um movimento com ampla participação de massas populares, da revolução turca de 1911, realizada por jovens oficiais através de golpes militares.

Não usa o termo para substituir os conceitos fundamentais de revolução burguesa ou socialista, mas sim para distinguir dois modos de realização da revolução burguesa como se deram na realidade. Não aplicou essa distinção para a revolução socialista, pois desta supôs, de antemão, que só poderia ser realizada através da intervenção das massas populares. E nesse sentido nossos populistas são conseqüentes, pois na maioria dos casos se escondem concepções e objetivos burgueses sob o pretexto da “revolução popular”. Basta dizer que quase todos eles deixaram “aberta uma porta” para que os burgueses nacionais dêem sua adesão a tais movimentos.

O exemplo concreto da revolução chinesa

O exemplo clássico em nossa época de uma revolução que pode ser chamada de popular é dado pela revolução chinesa. Trata-se justamente de um processo histórico em que as duas fases, a da revolução burguesa e a da socialista, se encontraram, em que uma revolução agrária desembocou no socialismo.

As circunstâncias históricas concretas que possibilitaram a execução da revolução chinesa são conhecidas. A revolução burguesa, cujos inícios se situam nos levantes dos Taiping, foi retomada sob a direção de Sun Yat-Sen, que criou o Kuomintang como instrumento político partidário. Os comunistas chineses, depois de discussões internas, entraram no Kuomintang, onde encontraram suas bases de massas e procuraram criar um polo proletário para impelir o processo adiante e radicalizá-lo. Depois da traição do Kuomintang, o PC não soube reconhecer o momento adequado para separar-se dele e se tornou vítima do terror contra-revolucionário. Isso mais as aventuras ultra-esquerdistas do fim da década dos anos 20 destruíram não só as organizações comunistas nas cidades como também eliminaram praticamente o numericamente reduzido proletariado chinês como fator político ativo, o qual não interveio como classe senão até o fim da guerra civil. Os comunistas sobreviventes se deslocaram até o interior e criaram as bases camponesas armadas. A revolução se tornou agrária, alimentada pelos remanescentes do feudalismo asiático.

No entanto, as lutas proletárias anteriores haviam criado um Partido Comunista e o fato de que a burguesia chinesa traiu o

campesinato e desistiu de uma luta frontal contra o feudalismo no campo, fez com que os camponeses aceitassem a liderança comunista para completar a tarefa da revolução burguesa. Esse aspecto da revolução burguesa, antifeudal, foi completado na China sem e contra a burguesia, como Mao-Tse-Tung sublinhou mais de uma vez. Entretanto, o fato de os comunistas terem conquistado essa liderança dos camponeses, mais a influência do exemplo e o escudo material da vizinha União Soviética, permitiu aos comunistas chineses a instauração de um poder socialista, ainda que fosse socialista somente em sua tendência, como ocorreu na própria Rússia Soviética em 1917.

O caráter popular dessa revolução e da República que criou foi proporcionado pelo seu caráter agrário, pelo fato de terem sido os camponeses a sua força motriz, os quais representavam a imensa maioria da sociedade agrária chinesa e pelo fato de que os camponeses em rebelião podiam e tinham que ignorar por muito tempo as divisões de classe nas cidades.

Inseparável da revolução chinesa é o conceito da Guerra Popular Revolucionária que se caracterizou pela prolongada confrontação armada entre unidades guerrilheiras camponesas e o Exército da repressão. Protegidas por bases liberadas, essas unidades guerrilheiras cresceram durante mais de 20 anos de luta, de regimento a brigadas, divisões e exércitos. A revolução vai do campo até as cidades, que são cercadas e tomadas no final da guerra e cuja libertação marca o fim da guerra civil.

É duvidosa a interpretação que frequentemente se dá ao papel da burguesia nacional chinesa. Apesar de existirem as já citadas constatações de Mao sobre que a revolução foi feita sem e contra a burguesia, falam mais alto outras versões, igualmente de fonte chinesa que insistem em uma pretensa “colaboração da burguesia nacional”. Nestas versões se apóia Lin Piao, no célebre “Viva o triunfo da guerra popular” (que leva como subtítulo “A significação internacional da teoria do Camarada Mao-Tse-Tung sobre a guerra popular”) quando recomenda aos povos do mundo capitalista subdesenvolvido a inclusão das burguesias nacionais na luta.

A falta de clareza sobre o papel da burguesia chinesa na Revolução é facilitada provavelmente pelo fato de que os comunistas

chineses, durante a guerra contra o Japão, convidaram a burguesia chinesa para a formação de “frentes nacionais” (quando Mao-Tse-Tung desenvolvia a teoria dos Quatro Meses). Mas mesmo essa frente surgida com o Kuomintang, que se deu e se manteve sob pressão soviética e norte-americana sobre Chang Kai-Chek, não passava de um armistício mal disfarçado em uma guerra civil que recrudescera quando o perigo japonês foi eliminado. Os comunistas nunca conseguiram a formação de um governo de coalizão para a coordenação comum do esforço de guerra.

A burguesia nacional chinesa participou do dispositivo de Chiang Kai-Chek no seu território, ou colaborou forçadamente com os japoneses nos territórios ocupados, da mesma maneira como colaboraram os burgueses continentais europeus com o nazismo. A facção da burguesia chinesa que chegou a colaborar com a Revolução e que continua colaborando, o fez depois da vitória comunista e o fez porque não tinha outra saída, levando em conta os meios de coerção que o governo revolucionário dispunha. Isso é o que há de concreto sobre a “colaboração de burguesia nacional”, mas trata-se evidentemente de uma experiência dificilmente aplicável a nosso terreno na atual fase de luta.

É evidente também que nossos companheiros chineses conhecem esses fatos tão bem como nós. Se continuam sustentando a ficção da “colaboração da burguesia nacional” e recomendam a participação das burguesias nacionais na “revolução antiimperialista e antifeudal” dos povos da Ásia, África e América Latina, isso tem causas e razões concretas.

Em primeiro lugar, generalizam a situação reinante na China pré-revolucionária a todo mundo capitalista subdesenvolvido e abstraem as condições sociais e históricas reinantes nas diversas regiões. Para eles trata-se evidente e genericamente de vencer as fases burguesas do processo revolucionário (Revoluções Nacional-Democráticas), que desembocarão, como na China (Nova Democracia), no socialismo, mas que quer ser tratado e iniciado à base de alianças de classe da revolução burguesa. O que, pelo menos no caso da América Latina, já não corresponde aos fatos.

Em segundo lugar, mesmo nos casos onde ainda se coloca na ordem do dia as revoluções burguesas, a participação de burgue-

sias nacionais em revoluções se torna cada vez mais duvidosa. A burguesia hoje prefere o caminho das reformas e dos compromissos, que não põe em risco sua base social. Se, no entanto, a ficção contrária é sustentada deve-se provavelmente ao fato de que no caso chinês ajudou a neutralizar agressões internas e externas a parte revolucionária chinesa. Mas no caso chinês a ficção pôde ser proveitosa aos revolucionários em virtude de condições internacionais particulares, reinantes na ocasião. O armistício na guerra civil se enquadrou na aliança formada entre uma potência socialista, a União Soviética, e parte do campo imperialista, contra outra coalizão imperialista mais agressiva. Essa possibilidade de aproveitamento de contradições interimperialistas passou. A situação internacional agora é completamente diferente. Hoje, quando aparece a contradição entre sistemas sociais, isto é, entre socialismo e capitalismo, como a contradição fundamental da política mundial, quem se torna vítima da ficção do papel revolucionário das burguesias nacionais é o próprio movimento revolucionário, como demonstrou, entre outros, o caso da Indonésia.

A experiência chinesa representa um enriquecimento ao marxismo e às revoluções do nosso século precisamente pela capacidade que os comunistas chineses demonstraram em adaptarem as lutas de classe no seu país em situações concretas e novas. Seus ensinamentos são aproveitados e igualmente adaptados em todas as regiões em que predominem condições socialmente similares às da China pré-revolucionária, onde o campesinato representa a força motriz da revolução por não ter surgido um proletariado industrial bastante desenvolvido para exercer o papel de coveiro do capitalismo. Entretanto, querer generalizar o modelo chinês como válido para todo o “mundo colonial e semi-colonial”, isto é, para o mundo capitalista subdesenvolvido, é atuar tão esquematicamente como atuaram os “conselheiros” de 1927, quando insistiram junto aos chineses que sua revolução tinha que se comportar à maneira russa. O mundo subdesenvolvido não é tão homogêneo, e hoje muito menos que um quarto de século atrás, quando os exércitos de guerrilheiros entraram em Pequim.

Querer que a revolução, no Brasil ou no Chile, se comporte conforme o modelo chinês é desconhecer toda uma realidade de

desenvolvimento capitalista nos dois países e no continente. Propagar nesses países a guerra popular revolucionária, a revolução do campo à cidade, é ignorar o papel que o proletariado já conquistou nas lutas de classe nos citados países e abrir as portas do movimento revolucionário ao populismo pequeno-burguês, que continua ignorando a importância da contradição trabalho assalariado-capital, que domina a vida de seus países e que proporciona a base imperialista do continente.

Na sociedade capitalista – insistiu Lênin mais de uma vez – já não podemos falar de povo genericamente. O povo se dividiu em classes, que se comportam conforme os interesses sociais criados pela sociedade capitalista. Nosso problema mais urgente é dar consciência de classe ao proletariado e o único caminho para isso é não deixar nenhuma ilusão sobre os interesses de classes existentes na sociedade.

Lutamos contra uma sociedade capitalista

Política Operária, desde a sua fundação (pode-se dizer que foi essa uma das razões de sua fundação), defendeu a tese da revolução socialista como única solução possível dos problemas sociais no continente e especificamente no Brasil. Fomos os primeiros e por muito tempo os únicos no país que se deram ao trabalho de uma fundamentação teórica e que procuraram tirar as consequências práticas da situação. Ainda que, desde logo, devemos muito aos trabalhos pioneiros de companheiros de outros países latino-americanos, como o equatoriano Manuel Agustín Aguirre.*

Tínhamos chegado a duas conclusões básicas:

a) que a América Latina não conheceu em sua história revoluções burguesas no sentido europeu ou asiático, onde a burguesia das cidades compactuava e até participava de uma luta popular contra uma velha ordem feudal.

A América Latina não conheceu o feudalismo como ordem social própria, apesar das tentativas espontâneas dos descobridores e conquistadores de transportar para o Novo Mundo os valores

(*) Manuel Agustín Aguirre (1903-1992). Considerado um dos maiores teóricos marxista-leninistas do Equador. Foi professor da Faculdade de Ciências Econômicas de Quito e Assessor Econômico da Confederação dos Trabalhadores do Equador – CTE. Vide artigo "A América Latina e o socialismo", in Rev. Movimento Socialista nº 2, Rio de Janeiro, dez/1959.

reinantes ainda em suas pátrias. O continente foi conquistado, povoado e desenvolvido (isto é, subdesenvolvido) em função do capitalismo mundial, no início principalmente pelo capitalismo mercantil, e formado pelas necessidades deste. Participou passivamente desse sistema capitalista desde o início, fonte de acumulação primitiva para as metrópoles e reserva para futuras expansões do sistema. Quando se libertou do estado colonial direto, continuou como fornecedor de matérias-primas, mercado e domínio das metrópoles capitalistas até ser absorvido e integrado ao imperialismo, que englobou essas regiões em um sistema mundial sem necessitar destruir e decompor velhas relações feudais, como na Ásia, por exemplo. A miséria latino-americana, tal como a conhecemos através de sua história, já é miséria da própria sociedade capitalista.

O problema da transformação social que encontramos na América Latina se desenrolou dentro do quadro de uma sociedade capitalista. Trata-se do deslocamento do peso da burguesia do campo para a cidade, fenômeno que foi acompanhado pela destruição dos chamados governos oligárquicos, como no Brasil em 1930.

A “revolução burguesa”, na medida em que se deu, não foi tanto uma luta contra o feudalismo, mas sim uma luta entre a burguesia industrial nascente contra a antiga estrutura mercantil e rural. A sociedade “pré-revolucionária” era formada por um capitalismo primitivo e primário, mas que apesar de tudo já era capitalismo na sua essência. A “revolução burguesa” no Brasil acabou em compromissos com a bênção do imperialismo e é característico que o movimento “revolucionário” não chegou a tocar no campo. A facção rural da classe dominante ganhou tempo para se transformar em industrial e para adaptar o primitivo capitalismo rural às novas necessidades. Isso quer dizer que a revolução burguesa no Brasil (e em geral na América Latina), em termos de transformação social, não se deu como “negação” de uma sociedade pré-capitalista, mas sim “como transformação de quantidade em qualidade” na base da ordem social existente. Dentro do compromisso das classes dominantes, a hegemonia da burguesia da cidade foi assegurada pelo crescimento de seu poder econômico.

Foi A.G. Frank* quem analisou melhor e aprofundou mais os estudos do desenvolvimento capitalista na América Latina. Mostra concretamente, nos casos do Brasil e Chile, as origens e o crescimento das classes dominantes nativas e suas relações com as burguesias da Metrópole capitalista. A grande contribuição de Frank consistiu em demonstrar, com base em investigações históricas e de análises da sociedade atual: a) que durante quatro séculos a função de nosso sub-desenvolvimento dentro do capitalismo mundial como fornecedor de recursos para a acumulação nas metrópoles não mudou; b) por que não há perspectivas de libertação dos países subdesenvolvidos dentro de relações de produção capitalistas. A classe dominante do continente não fez mais e não faz mais do que se adaptar às necessidades do capitalismo mundial, sem poder superar seu papel de dependente. Esta “continuidade na troca” representa um fator fundamental na análise histórica e dialética. Mas no instante de realçar o fenômeno da “continuidade na troca”, Frank deixa em segundo lugar o significado do salto qualitativo que representa a transformação das economias agrário-mercantis, de características coloniais, em capitalistas industriais subdesenvolvidas dentro do contexto geral das lutas de classes em escala internacional. Entretanto, não se apercebeu da importância do surgimento do proletariado industrial e de sua intervenção no cenário da política latino-americana, e isso explica por que, apesar de ver claramente a incapacidade da burguesia de encabeçar ou participar de qualquer movimento revolucionário e de ver a solução socialista como a única saída para os problemas vitais do continente, considera, entretanto, essa luta sob o ângulo da “libertação nacional”.

Para a discussão em termos de uma estratégia revolucionária, tal como se está dando atualmente, é importante ter em mente

(*) Andre Gunder Frank (1929-2005), um dos principais cientistas sociais radicais do fim do século XX. Em 1960, decidiu estudar as condições no terceiro mundo e visitou Cuba e a Gana de Nkrumah. Posteriormente, abandonou o cargo de professor de economia na Michigan State University, EUA, e transferiu-se para a América Latina. Publicou o ensaio “O desenvolvimento do subdesenvolvimento” e em seguida o seu livro muitíssimo influente *Capitalismo e subdesenvolvimento na América Latina* (1967), argumentando que a abordagem reformista de quase todas as teorias do desenvolvimento estava errada. “O subdesenvolvimento”, escreveu, “não é devido à sobrevivência de instituições arcaicas e à existência de escassez de capital em regiões que permaneceram isoladas do fluxo da história mundial. Ao contrário, o subdesenvolvimento era e ainda é gerado pelos mesmos processos históricos que também geraram desenvolvimento econômico: o próprio desenvolvimento do capitalismo”.

o quanto essa situação contém de elementos que podem ser levados em conta. Tanto a revolução russa como a chinesa, em escala ainda maior, tiveram tarefas da revolução burguesa para cumprir. A mais importante era a da transformação do campo, que havia sido o baluarte do antigo regime. Em ambos os casos – na China novamente em grau muito maior – essa ingerência da revolução burguesa influenciou ativamente para assegurar a vitória socialista.

A situação na América Latina já não é a mesma. Ainda que o campo conserve toda sua potencialidade revolucionária e a aliança entre operários e camponeses (e entre operários e trabalhadores do campo – isso varia de país para país) seja uma das bases fundamentais de qualquer estratégia revolucionária, existem características próprias que influem no transcurso da luta.

Em primeiro lugar a não existência de uma sociedade feudal no continente faz com que tampouco haja, na maioria dos países, tradições de “guerras camponesas”, como se deram na história europeia e asiática. Uma exceção a essa regra está representada pelos países que antes da conquista já dispunham de uma ordem agrária tácita, destruída pelos brancos. A rebelião das populações indígenas e mestiças não restabelece, evidentemente, a antiga ordem, mas torna-se um elemento da revolução burguesa, lhe dá o caráter popular e contribui para o restabelecimento do poder burguês-capitalista nas cidades, ainda que contra a vontade da burguesia. O grande exemplo é o México, mas a revolução boliviana de 1952, mesmo não contando com a participação ativa camponesa na fase de luta, trouxe resultados não menos radicais. A atual reforma do Peru, de caráter preventivo, mostra que a força da pressão indígena não se esgotou ainda. Nesses países, a transformação do estatuto agrário deu-se principalmente pela criação do minifúndio. Entretanto, a burguesia peruana está procurando outro caminho, o da formação de cooperativas agrocapitalistas.

No resto da América Latina a transformação se dá principalmente pela chamada racionalização e modernização dos latifúndios, isto é, a inversão do capital com base em um cálculo industrial, na agricultura. Nesse sentido, Cuba pré-revolucionária representa provavelmente o exemplo clássico no continente. Isso significa a existência de um proletariado assalariado e de um semi-proletariado

(meeiros) no campo capaz de desenvolver formas de luta próprias, que se aproximam das do proletariado industrial.

Ambas as formas de transformação burguesa no campo não resolvem o problema agrário. A sociedade capitalista na América Latina não assegura a existência nem do pequeno camponês, nem do assalariado rural. E a luta no campo, que se agrava e se aprofunda a longo prazo, já se desenrola no terreno da economia da sociedade capitalista, isto é, em um nível mais alto, como demonstrou Cuba.

Em termos gerais pode-se constatar que a revolução burguesa, tal como se deu na América Latina, tinha duas tarefas essenciais a cumprir: a) levar a burguesia urbana ao poder, e isso com todas as consequências de adaptação do aparato estatal à sua necessidade; b) a transformação do campo, cuja estrutura criada pelo capital mercantil-colonial já não corresponde às necessidades da expansão da burguesia industrial e urbana, integrada ao sistema imperialista.

E isso indica que as tarefas que a revolução burguesa deixou para nós já não têm o mesmo peso na revolução como tiveram na China e ainda na Rússia. Pesarão, na verdade, na construção do socialismo, quando sentirmos a incapacidade da burguesia de criar uma sociedade industrial que nos facilite a expansão das forças produtivas em bases socialistas.

O papel do imperialismo

O auge do processo de industrialização da América Latina deu-se em uma fase do imperialismo que foi caracterizada por August Thalheimer,* em 1956, como sendo de “cooperação antagônica”, sob a égide dos Estados Unidos.

O resultado da Segunda Guerra Mundial trouxe para o mundo capitalista uma situação em que as contradições interimperialistas, que dominam as relações internacionais desde a fim do século passado, se tornaram secundárias em vista de uma contradição mais profunda e fundamental entre os dois sistemas sociais que dominam o globo.

(*) August Thalheimer (1884-1948), militante e teórico comunista alemão. Participou da Liga Espartaquista Alemã (grupo Spartacus), de K. Liebknecht e Rosa Luxemburgo. Doutor em Filosofia, foi dirigente do PC alemão (KPD) e considerado por Lênin como “o melhor marxista da Alemanha”. Expulso do PC alemão em janeiro de 1929, funda a Oposição Comunista Alemã (KPD-O) juntamente com Brandler. Morreu no exílio em Cuba, impedido de retornar à Alemanha pelos aliados, no pós-guerra. Sua produção teórica é praticamente desconhecida no Brasil.

A expansão do campo socialista e o predomínio material e tecnológico dos Estados Unidos no mundo capitalista fazem com que as potências imperialistas mais débeis se submetam às mais fortes, em uma pirâmide invertida que é dominada pelos Estados Unidos, a superdotada potência imperialista e policial do sistema capitalista. Essa integração do mundo imperialista não elimina nem supera nenhum dos antagonismos existentes no sistema, entre as potências imperialistas e entre elas e as não imperialistas, as quais são objeto da exploração imperialista. Sem dúvidas, evita que esses antagonismos cheguem às últimas consequências de confrontações armadas entre potências imperialistas, em virtude de uma cooperação que predomina contra a ameaça do socialismo e da revolução mundial.

A cooperação antagônica entre as potências imperialistas encontra sua prolongação lógica nas relações entre essas e as burguesias nacionais do mundo capitalista subdesenvolvido. Na América Latina e no Brasil, isso teve como consequências gerais: a) que ficou limitado o campo de manobras para as burguesias nativas, que periodicamente souberam explorar as contradições entre potências imperialistas (Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, etc.) para melhorar suas próprias posições; b) uma aceitação e crescente dependência do domínio do imperialismo norte-americano em uma associação econômica, na qual o capital imperialista participa na industrialização, ocupa posições de mando virtual e influi decisivamente no ritmo das atividades econômicas.

A “cooperação antagônica” não libera o mundo capitalista de choques internos em todos os níveis, altos e baixos. Há momentos em que o antagonismo parece predominar, em que as burguesias nacionais ameaçam com uma política externa “independente”, se rebelam contra os esquemas do Fundo Monetário Internacional e nacionalizam empresas estrangeiras particularmente impopulares. O mesmo fenômeno se dá entre as próprias potências imperialistas nos momentos de relaxamento periódico da tensão internacional. Desaparece quando surge um novo recrudescimento da tensão internacional e, como na França em 1968, quando o regime capitalista está posto em cheque. A prazo, prevalece a cooperação pela manutenção do sistema.

Na América Latina, o fenômeno é particularmente presente nas cidades e no campo e nas crises econômicas agudas. Nos momentos em que os antagonismos vêm à superfície, a oposição burguesa, entretanto, não visa ao sistema em si e é limitada de antemão pelos interesses de autoconservação. A oposição é dirigida unicamente contra o sistema de distribuição da mais valia produzida pelo proletariado do continente, da qual o imperialismo leva a parte de leão.

Quando consegue melhorar sua posição na sociedade com o imperialismo (o que nem sempre acontece na realidade), a burguesia nativa continua colaborando com o imperialismo em novos termos.

Que esse processo está vivo no continente demonstram os exemplos do Peru e da Bolívia de antes do golpe de Banzer. O Peru, na mesma semana em que expropriou a empresa de má fama *International Petroleum Co*, outorgou outras três concessões de exploração petroleira a companhias norte-americanas “independentes” em condições “mais vantajosas” e não deixou de entregar novamente suas minas de cobre ao imperialismo norte-americano. Na Bolívia, onde o processo parecia tomar rumos mais radicais pouco antes do golpe de Banzer houve um recesso que indicava que a burguesia boliviana não estava disposta a correr o risco de provocar um choque com o imperialismo que poderia pôr em perigo sua precária estabilidade interna. Tanto na Bolívia como no Peru, o regime oscilou entre ditadura militar aberta e tentativas de um populismo controlado. Seu instrumento de “cooperação antagonica” nas suas diversas fases é o Exército, e este tem seu papel específico a desempenhar nos governos burgueses do continente.

Exército e revolução burguesa

Na maioria dos países da América Latina o papel desempenhado pelo Exército está em estreita dependência do desdobramento da revolução burguesa. No Brasil, por exemplo, o processo de transformação das tropas coloniais em exércitos a serviço da nascente burguesia urbana começou cedo. É conhecido o papel de Deodoro da Fonseca na questão dos escravos fugidos e do Exército na instalação da República. Se a consciência burguesa dos oficiais se expressava através do positivismo, isso refletia o estado de espírito da burguesia da época, que não nasceu sob sig-

nos revolucionários. Esse aburguesamento do corpo de oficiais foi facilitado pelo fato de que a classe média e a pequena burguesia foram as fontes de recrutamento. E se, por um lado, a carreira da hierarquia militar possibilitou um ascenso na escala social e abriu perspectivas da integração de uma minoria nas classes dominantes, por outro lado, o grosso dos oficiais trazia consigo a ideologia da classe média isolada do poder. O fenômeno persiste até hoje e os exércitos, desde sua formação no sentido moderno, desempenham o papel de tropas de choque da burguesia, em sua ascensão como em sua decadência.

A Revolução de 1930, no Brasil, se deu sob o signo do “tenentismo” e representou de certo modo o auge de um movimento que esses jovens oficiais iniciaram em 1922. Entretanto, mais importante que o signo em si foi o fato da revolução ter se dado praticamente sob a direção de uma parte do Exército, que não perdeu o controle do movimento em âmbito nacional, e onde o perdeu localmente o recuperou em seguida. Ainda onde houve armamento da população civil, isso se realizou sob a vigilância de unidades do Exército e sob o mando de oficiais. Mas os tenentes revolucionários não continuaram sendo tenentes para sempre e tampouco “revolucionários”. Acompanhando o desenvolvimento de sua classe de origem, deram lugar aos coronéis e generais que prepararam o realizaram o Golpe de Estado em 1964.

O Brasil, seguramente, não é o único exemplo nesse sentido. Na Bolívia o processo foi mais rápido e mais radical. Nesse país, o Exército foi praticamente extinto na Revolução de 1952. Os oficiais foram mortos ou fugiram para o exterior, com exceção de uma pequena minoria que havia participado da tomada de La Paz. Os governos revolucionários, que no início representavam uma coalizão entre representantes da pequena burguesia nacionalista e cujas bases foram proporcionadas por camponeses, que continuavam apoiando o regime. Esse exército criado “para proteger a revolução e a democracia” a princípio débil, começou a crescer e a se fortalecer, tornando-se um dos pilares do Estado e, finalmente, o próprio árbitro do Estado, quando a burguesia já não soube governar com os recursos populistas.

O Peru nunca conheceu uma revolução burguesa como a boliviana nem ainda nos moldes da brasileira de 1930. A lembrança

dos governos oligárquicos está entretanto presente. A situação do campo peruano continua mais explosiva ainda do que na Bolívia, por exemplo, que teve uma válvula de escape em 1952, com a divisão das terras. Nessas circunstâncias, a atuação do Exército peruano tem um duplo caráter: a) reformador, no sentido de adaptar a estrutura social do país às necessidades da burguesia urbana, e b) preventivo, no sentido de eliminar o potencial revolucionário existente, principalmente no campo, para garantir o desenvolvimento da sociedade burguesa-capitalista.

O que os oficiais “revolucionários” peruanos e bolivianos têm em comum é sua ideologia nacionalista, que pode adquirir matizes os mais diversos, mas que se situa no terreno da defesa da sociedade burguesa. Isso, dito de passagem, é também característica de um grande setor da oficialidade brasileira de mais baixa graduação (a “interdependência” de Castelo Branco nunca chegou a ser popular entre eles). Mas as consequências práticas desse nacionalismo latente dependem das necessidades objetivas de suas burguesias, às quais estão servindo, e do nível da “cooperação antagônica” que está prevalecendo. E nesse sentido não há diferença entre os militares peruanos e bolivianos, a não ser que estes mataram Che Guevara, e aqueles “só” mataram De La Puente. Em ambos países os guerrilheiros continuam presos e as forças armadas matarão de novo se a ordem social for ameaçada.

O que os regimes militares entendem por política nacionalista é que todas as decisões nacionais passem por suas mãos, que sejam eles que cuidem dos termos e das condições de cooperação com o imperialismo. Entendem que são eles mesmos os “donos em sua casa” sua própria polícia, que serão eles os que prendem e matam seus próprios operários revolucionários e guerrilheiros. Que são eles mesmos os que oprimem e governam a seus próprios povos, de acordo com a hierarquia de sua oficialidade.

O caminho mais longo nessa direção foi percorrido pelo Exército brasileiro. De “guardião das tradições democráticas” se tornou símbolo continental de gorilismo, fazendo sombra até a seus inspiradores argentinos. Hoje, o Exército brasileiro instalou uma máquina de terror em moldes fascistas, a qual se distingue de seus precursores italianos e alemães somente pelo fato de não haver conseguido uma mobilização de massas como sustentáculo

de seu regime. A estrutura e a situação geral do país ainda não gerou o fenômeno fascismo. Somente permitiu copiar os métodos de repressão.

Entretanto, o que a ditadura militar brasileira tem em comum com o fascismo (e ainda com o bonapartismo populista) é que se trata de um governo indireto da burguesia. Ainda que haja deixado cair a máscara democrática e a ditadura está aberta e nua, foi necessário que ela fosse confiada ao Exército quando, no momento da crise, a própria burguesia se sentiu incapaz de exercê-la de maneira tradicional e velada. Lançou mão do instrumento que já havia servido no passado, no caminho de ascenso ao poder.

Nesse sentido, a ditadura militar no Brasil não passa de um capítulo a mais da “revolução burguesa”. Esperemos que seja o último.

Processo revolucionário e governo de transição

Dissemos que a revolução no Brasil será socialista por não restar alternativa para que o processo revolucionário se imponha no país.

Dissemos também que a constatação do caráter socialista da revolução não quer dizer que a situação já esteja madura para desencadeá-la e, implicitamente, colocar o problema da formação de um governo socialista.

Que significado tem isto na prática? Significa que não estamos interessados nas lutas que não tenham objetivos socialistas? Significa que não estamos interessados em derrubar a ditadura militar se esta derrubada não conduzir ao estabelecimento de um governo socialista no país? E, finalmente, significa que não podemos mais apoiar a nenhum governo se não for socialista?

Evidentemente que não. Uma tal conclusão seria contrária a toda a experiência da luta de classes e a todos os ensinamentos do marxismo revolucionário.

Em princípio apoiamos todas as lutas parciais, todo o movimento que ajude de fato a objetivos socialistas, quer dizer, nossa estratégia atenta a melhorar a situação do proletariado e de sua vanguarda na luta de classe, para colocá-la em posição favorável ao enfrentamento da revolução socialista. No caso concreto do Brasil, nas atuais circunstâncias, não podemos partir da premissa que a derrubada da ditadura militar já leve automaticamente a uma solu-

ção socialista. Isso não corresponde às relações das forças sociais existentes na país. Além disso, a experiência geral ensina que o processo revolucionário é mais complexo.

Não seremos nós, evidentemente, que engrossaremos o coro da oposição burguesa e pequeno-burguesa da “redemocratização”. Ao contrário, o combatemos. Em primeiro lugar, porque não temos interesse em restabelecer o antigo *status quo*, que consolidará novamente o domínio da burguesia com uma folha de parreira “democrática”. Em segundo lugar, porque, se houver uma derrocada do presente regime militar, o equilíbrio artificial da sociedade burguesa estremeceria tanto que qualquer nova experiência em termos de república democrática não passará de um intervalo para que a classe dominante prepare outra forma de ditadura aberta. Qualquer democracia real e duradoura que seguir a derrubada da ditadura militar, para impor-se terá que ter um caráter revolucionário, isto é, terá que se apoiar nas classes revolucionárias do país – inclusive militarmente.

Em outras palavras, pode e deve surgir uma fase de transição em que a velha ordem burguesa esteja estremecida, mas o salto qualitativo para uma nova ordem não foi dado e não pode ser dado ainda de imediato. Como deve se comportar o proletariado e seus aliados frente ao poder que a burguesia já não está em condições de exercer, ainda que o momento da revolução socialista não esteja maduro?

Isso coloca o problema do governo de transição

Trata-se de uma das noções de estratégia de luta do marxismo revolucionário que se perderam durante os anos do reformismo stalinista e que foi definida justamente em uma época em que Lênin e os comunistas procuraram elaborar, pela primeira vez, uma estratégia global da revolução mundial: nos quatro primeiros Congressos da III Internacional Comunista. A resolução adotada (no IV Congresso) prevê que o proletariado e os partidos comunistas, que não integram e nem apóiam os governos burgueses, podem se encontrar em situações nas quais se impõe a participação e a sustentação de governos não socialistas, sob a condição que esse ato leve adiante o processo revolucionário (como foi a perspectiva naquele momento) e evite a vitória de um movimento de direita que tenda a destruir o movimento

operário (fascismo). Tal governo já não será burguês, será um “Governo Operário” nos países altamente industrializados, onde os partidos operários estiverem em condições de formá-lo, e será um “Governo Operário e Camponês” nos outros onde o proletariado não poderá governar sem o apoio efetivo do campo. Adverte a resolução do Congresso que não se trata ainda de um governo socialista nem da Ditadura do Proletariado e não deve ser confundido com eles.

Nós, no Brasil, levando em conta as particularidades do país, definimos esse Governo de Transição como o “Governo Revolucionário dos Trabalhadores”, a ser formado por uma Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo.

Levando em conta, igualmente, as particularidades do país, acreditamos que o surgimento desse governo não pode ser produto de um processo eleitoral e terá, para se impor, que resultar da intervenção ativa e violenta das massas trabalhadoras.

Acreditamos que tal governo não pode exercer seu poder por intermédio dos instrumentos “democráticos” tradicionais – Congresso, Judiciário, Polícia, Exército, etc., os quais têm que ser neutralizados e eliminados. Tem que se apoiar diretamente nas organizações de massas dos trabalhadores e suas forças armadas, e estimular seu crescimento.

Essa é a característica principal que distingue o Governo Revolucionário dos Trabalhadores dos governos “populares” e “democráticos” que, sob rótulo radical, procuram salvar e conservar o aparelho estatal burguês e governar com ele. Estes serão “governos de transição” da burguesia e para a burguesia e procurarão fazer com que a estrutura básica da sociedade burguesa passe ileso pelas convulsões até que possa ser nova e abertamente consolidada.

Tomemos os exemplos já clássicos de governos de transição na América Latina: Bolívia e Cuba. O Governo Revolucionário de La Paz, em 1952, foi de transição. Mas o já mencionado domínio da liderança pequeno-burguesa que, além disso, soube assegurar-se o apoio camponês e, por outro lado, a falta de perspectiva e clareza da representação do proletariado, que ficou isolado, fez com que os sucessivos governos se tornassem de “transição” para o restabelecimento da ordem burguesa.

Em Cuba, por outro lado, o Governo de Transição encontrou sem maiores dificuldades o caminho mais curto para a revolução socialista. Realizado à base da aliança entre os trabalhadores da cidade e do campo e apoiado nas forças armadas revolucionárias – do exército convencional não sobrou uma pedra em pé – a revolução marchou para frente apesar e graças à defecção da ala pequeno-burguesa do Movimento 26 de Julho.

A prática das lutas sociais na América Latina comprovou que o Governo de Transição, entretanto, não é um poder socialista, nem a Ditadura do Proletariado, assim como a democracia revolucionária não se identifica com a democracia socialista. Representa uma encruzilhada no caminho revolucionário. Se esse governo se limita aos métodos de democracia burguesa, ou tenta restabelecê-la, prepara o caminho para a restauração do poder burguês. Para se impor e se manter deve lançar mão de métodos democráticos que sobrepassem e destruam a democracia burguesa, ainda não sendo, entretanto, socialista.

Pode-se perguntar por que o proletariado, se está em condições de estabelecer tal governo, não institui imediatamente a Ditadura do Proletariado e o socialismo. Mas, essa pergunta abstrai as relações de forças existentes em cada momento concreto do processo revolucionário. Abstrai a situação de seus aliados nos diversos momentos do processo e dos termos em que estão dando seu apoio à classe operária. Abstrai, finalmente, a situação do próprio proletariado, de sua atuação objetiva e de sua consciência nas diversas fases de luta.

O Governo de Transição se justifica e se impõe em um momento da luta de classe em que as massas já se encontram em rebelião contra a velha sociedade mas ainda não alcançaram as consequências práticas para enfrentar a construção de uma nova. Quando ainda não compreendem que para garantir a expropriação das propriedades imperialistas é necessário também expropriar, econômica e politicamente, a própria burguesia. Quando não compreendem ainda que para acabar a exploração e a miséria é necessário trocar as relações de produção com toda sua superestrutura. Isto é, se justifica e se impõe em um momento em que já há rebelião contra a ordem burguesa mas essa rebelião se dá ainda dentro do quadro ideológico burguês herdado da velha sociedade. Mas será

a própria agudização das contradições sociais durante o Governo de Transição e o papel impulsor que a vanguarda revolucionária desempenhará em seu meio o melhor e mais rápido meio de elevar a consciência das massas trabalhadoras ao nível necessário para uma revolução socialista.

Está também implícito aqui que o Governo de Transição não representa uma solução social a longo prazo. Seu tempo de vida está limitado, de um modo natural. Nenhuma classe operária pode governar por muito tempo com base em uma estrutura social burguesa capitalista. Ou dá o passo decisivo para a Ditadura do Proletariado ou será vencida pelas leis econômicas sociais capitalistas e terá que ceder o lugar novamente às forças burguesas aliadas ao imperialismo.

O papel que o Governo de Transição desempenhará (será importante porque decidirá se situações potencialmente revolucionárias desembocarão em transformações sociais ou serão contornadas pela classe dominante) estará na dependência direta da possibilidade desse governo mobilizar e se apoiar nas massas trabalhadoras e da situação da classe que teoricamente representa a força matriz e hegemônica do próprio processo revolucionário: o proletariado.

E isso quer dizer que todo processo revolucionário depende do nível e dos rumos que as atividades das vanguardas estão tomando atualmente no país. Para que desempenhem o papel de vanguarda hoje não basta mais as profissões de fé sobre objetivos socialistas. Ao fim e ao cabo todo mundo “quer” o socialismo. Ser vanguarda marxista-leninista no Brasil é saber tirar as consequências práticas da caracterização socialista do processo revolucionário. Significa, pelo menos, contribuir na prática para a maturação dos fatores que levam à revolução socialista.

PARTE II
A FORÇA MOTRIZ DO PROCESSO REVOLUCIONÁRIO

“E a revolução no Brasil será proletária ou não será revolução...”

(II Congresso da ORM – Política Operária, 1962)

Se a caracterização socialista da revolução no Brasil foi uma das causas fundamentais do surgimento da Política Operária, outra, não menos decisiva, foi a sua definição proletária. A intervenção direta da classe operária e sua liderança sobre as demais classes e camadas oprimidas da sociedade é premissa para a revolução, nas condições do Brasil, atingir os objetivos socialistas que a história coloca na ordem do dia. Isto é, para não ficar no meio do caminho, para não se tornar “caricatura de revolução”.

Para chegar a essa conclusão partimos da análise da sociedade brasileira. Esta tinha dado passos decisivos no caminho da industrialização na década de 50, quando a parte industrial do Produto Nacional ultrapassou a contribuição agrária, tradicionalmente preponderante. Podemos nos poupar de citar as estatísticas correspondentes que são amplamente conhecidas e divulgadas: basta lembrar que, tomando em conjunto a produção industrial e os chamados Serviços, o total começou a perfazer mais da metade do Produto Nacional e essa situação evidentemente não mudou mais, a não ser no sentido de uma crescente acentuação dos fatores industriais capitalistas.

Essa análise e suas conclusões óbvias pairavam sobre a vineta de delegados reunidos pela primeira vez, vindos dos quatro cantos do país para elaborar as diretrizes da Política Operária em escala nacional, e foram confirmadas poucos anos depois. O golpe militar de 1964 foi um nítido produto das contradições de trabalho assalariado e capital, que tinham se tornado fundamentais na sociedade brasileira. Foi produto direto da crise econômica cíclica do capitalismo brasileiro, começada em 1961/62, tendo atingido o seu ponto mais baixo em 1964/65 e da qual o regime começou a sair lentamente dois anos mais tarde. Foi, de certo modo, o cartão de visita do capitalismo brasileiro no cenário econômico mundial. Não é que o país não tenha conhecido o fenômeno das crises cíclicas

no passado, mas o conheceu como apêndice da economia mundial e em consequência das crises nas metrópoles capitalistas. A crise brasileira, iniciada em 1961, entretanto, foi legitimamente nacional e se deu justamente numa fase de alta da conjuntura econômica, tanto nos Estados Unidos como nos centros do Mercado Comum Europeu. Foi a saturação da mais recente onda de industrialização no Brasil e suas consequências sociais e políticas que fizeram a classe dominante temer pela manutenção do sistema e entregar o poder às forças armadas, como garantia da ordem existente.

O proletariado como força motriz

Uma vez estabelecida a contradição fundamental como sendo entre capital e trabalho assalariado, tínhamos de enfrentar as consequências. Tratava-se antes de tudo de definir a força motriz do processo revolucionário. Está implícito na concepção materialista e histórica do marxismo que a força motriz da revolução se encontra nos centros de produção, que sustentam a sociedade, e como estes, lenta mas seguramente, tinham-se mudado para as cidades como resultado da industrialização, não havia mais dúvidas sobre o papel do proletariado industrial como classe hegemônica no processo revolucionário. Falar de uma classe hegemônica significa raciocinar em termos de uma aliança de classes e esta, em termos brasileiros, tinha de abranger além da classe operária industrial, os trabalhadores do campo e as camadas radicalizadas da pequena burguesia urbana. Falamos de camadas radicalizadas e não da pequena burguesia, contraditória e dividida e que representa também uma reserva da burguesia na luta de classes (a justeza dessa análise foi igualmente confirmada em 1964, quando a grande maioria da pequena burguesia aderiu e apoiou o golpe militar). A formação dessa aliança revolucionária e, concretamente, a mobilização do potencial revolucionário do campo, o despertar e a organização dos onze milhões de trabalhadores rurais e camponeses de duvidosas posses de terra, na luta de classes no terreno de uma sociedade preponderantemente capitalista-industrial, exige a presença de uma classe operária que tivesse consciência do seu papel e capacidade de liderança. Isso quer dizer que nas condições da sociedade brasileira a hegemonia proletária não pode se limitar a uma liderança ideológica (como foi o caso na China), mas implica

a intervenção e a liderança física dos quatro milhões de operários no processo revolucionário. Isso significava também que o partido revolucionário tem de ser um partido operário e que as vanguardas marxista-leninistas existentes têm de encontrar o caminho para o proletariado, se quiserem desempenhar o papel que pretendem.

Já assinalamos que a caracterização da revolução brasileira como socialista não significa ainda que as condições já estivessem maduras para pô-la na ordem do dia da luta imediata. Tampouco, o fato de constatar o papel hegemônico do proletariado no processo revolucionário não significa ainda que a classe operária brasileira já estivesse em condições de exercê-lo. Há, porém, uma diferença implícita nas duas colocações. Como a revolução socialista depende do fato do proletariado exercer realmente o papel hegemônico e como este não se limita ao ato da revolução, mas é necessário no processo revolucionário em todas as suas fases, o problema fundamental das lutas de classe no país é o da formação dessa classe operária capaz de dar conta da sua missão.

Esse problema fundamental se revelou em todos os momentos da política brasileira que levou ao golpe militar. Foi confirmado diariamente na política nacional pelo fato do proletariado não estar exercendo esse papel independente e muito menos hegemônico. Ele atuava como instrumento de facções da classe dominante e estava à mercê da política delas. Trinta anos de reformismo e de política de colaboração de classes do Partido Comunista Brasileiro tinham atrasado o processo histórico que Marx chamava de transformação do proletariado de classe **em si** em classe **para si**, da formação de uma classe operária independente, livre da tutela ideológica e política da burguesia e oposta à sociedade burguesa.

O que significa “classe operária **para si**” em condições latino-americanas?

Historicamente, isto é, até hoje, o nível político mais alto atingido por um proletariado, neste continente, foi sem dúvida em Cuba. Foi o país onde o proletariado agiu **como classe** mesmo quando a ditadura de Batista destruiu as suas organizações de massa legais, procurando substituí-las por entidades oficiais sob o controle do Estado. A classe operária cubana formou suas organizações clandestinas (os Comitês de Defesa) que continuavam a dirigir a luta nas empresas. O proletariado, que já contava com

a experiência da greve geral contra Machado, em 1933, soube conservar e reforçar sua consciência de classe coletiva também sob a repressão de Batista. E foi essa consciência e a oposição ativa ao regime que a guerrilha conseguiu catalisar e que conduziu à greve insurrecional e à revolução socialista. Todavia, e isso explica também a política interna e externa de Cuba nos dias de hoje, a organização proletária em Cuba não chegou a um nível de representação política direta da classe, como os “soviets” no início da Revolução Russa, ou órgãos semelhantes que outras revoluções produziram. O proletariado cubano entregou o poder executivo a uma cúpula revolucionária, que fala em seu nome e isso explica porque Cuba, até hoje, não se preocupou em adotar uma Constituição Socialista.

Atualmente, na América Latina capitalista, o proletariado mais amadurecido como classe é, sem dúvida, o chileno. Trata-se de um proletariado que, embora dominado por partidos reformistas, age como classe. É em sua imensa maioria socialista ou comunista, “marxista”, levando em conta as limitações do reformismo oficial. Pode flutuar e hesitar entre socialistas, comunistas e agrupamentos menores, mas não dará mais a sua confiança e seu voto aos representantes políticos da burguesia, que é reconhecida como classe antagonica (a não ser que as lideranças reformistas o recomendem, mas mesmo isso já criou dificuldades). Se esse potencial de classe na luta política chilena – como nos casos francês e italiano – não se traduz em ações mais consequentes, isso se deve a circunstâncias políticas e históricas, que não se limitam àquele país.

O proletariado mais agressivo, nos últimos anos, mostrou ser o argentino. Foi na República Argentina, principalmente no interior, onde o operário industrial foi às ruas, as massas parcialmente armadas, para enfrentar a repressão. Os operários de Córdoba deram uma lição prática de luta de classe ao proletariado de toda a América Latina. A consciência do proletariado argentino, todavia, ainda se esconde por baixo de uma ideologia peronista, que se torna um ônus para a formação da classe independente. Existe uma grande discrepância entre o movimento real do proletariado argentino e as formas sob as quais toma consciência de sua luta. A superação dessa discrepância é uma condição para a formação da classe **para si**.

Entre as classes operárias maiores do continente, é provavelmente a mexicana que se encontra num estágio de amadurecimento mais remoto ainda. Tradições históricas particulares – país de maior revolução agrária do continente e que mais tarde iniciou o processo de industrialização – atrasaram o processo de formação política do proletariado. A isso se juntou o fato de o Partido Comunista Mexicano nunca ter preenchido o papel de um partido do proletariado e o resultado foi a institucionalização do movimento operário dentro do partido burguês oficial (PRI) nas últimas duas décadas de quase ininterrupta expansão do capitalismo mexicano.

A posição do proletariado brasileiro se situa hoje entre os graus de desenvolvimento do argentino e do mexicano. Rompeu as amarras de uma integração oficial, que no Brasil se deu principalmente por intermédio de um sindicalismo estatal, sob o controle do Ministério do Trabalho, mas não encontrou ainda suas formas de organização próprias, que lhe permitissem travar a luta como classe em escala nacional. Foi a própria ditadura que mais contribuiu para afastar o proletariado dos organismos sindicais oficiais. Sendo o congelamento salarial uma das metas do golpe de Estado, a Ditadura tem pouca margem para desenvolver uma demagogia trabalhista. O proletariado compreendeu isso instintivamente e resistiu como classe ao golpe. Na medida em que se pode movimentar como classe depois do golpe – geralmente em escala regional –, manifestou-se contra a ditadura. As greves gerais de Minas e de Osasco, no fundo, eram greves políticas, apesar das reivindicações terem se limitado ao terreno salarial. Não se pode afirmar, todavia, que o proletariado brasileiro já tenha adquirido a sua independência e maioria. Apesar do desencanto com o trabalhismo e o desgaste das antigas lideranças populistas, o vácuo ainda não foi preenchido pelo surgimento de uma liderança política operária e isso significa que fica aberta a possibilidade de novas influências burguesas e pequeno-burguesas, estranhas à classe.

Esse atraso da classe operária brasileira se deve antes de tudo ao atraso das suas chamadas “vanguardas”, a histórica, representada pelo PCB, mas não menos das novas, produto da desintegração do PCB, como veremos em seguida. Mas para compreender o fenômeno em toda a sua amplitude temos de fazer um balanço crítico do desenvolvimento objetivo do proletariado brasileiro nos últimos anos.

O caminho do proletariado brasileiro

A atual classe operária brasileira se formou e se desenvolveu durante o Estado Novo – a ditadura bonapartista de Getúlio Vargas, e nos anos do pós-guerra, nas fases de expansão industrial do país. Ela é produto dessas fases mais recentes da industrialização, iniciadas com a instalação da indústria pesada, começada em Volta Redonda, e pouco ou quase nada tem em comum com o jovem proletariado brasileiro da Primeira Guerra Mundial, formado em grande parte por imigrantes de tradição anarquista, bastante combativos para produzir as greves gerais que abalaram São Paulo e Rio de Janeiro, entre 1917 e 1919. A quebra na continuidade do crescimento, no sentido político, a ruptura entre as gerações, foi causada pela repressão do Estado Novo, que destruiu o sindicalismo livre operário e, simultaneamente, inaugurou uma política paternalista de legislação social e de salário mínimo, apoiada num sindicalismo oficial e estatal. Essa situação só foi possível também em virtude da atuação desastrosa do Partido Comunista Brasileiro, que, sob a nova orientação do Komintern e a liderança de Prestes, tinha perdido o caráter de partido operário – a começar pela infeliz tentativa de quartelada de 1935 – e, isolado da sua base de classes, não sobreviveu à clandestinidade do Estado Novo como organização nacional.

Dividido em grupos regionais e ideológicos e sem atividade no seio do proletariado, acentuou-se no meio do Partido a influência e a liderança pequeno-burguesa, à base de apoios “à burguesia progressista” e “antifascista”, os quais tiveram continuidade lógica em apoios “às forças progressistas no seio do governo”, da “política de industrialização” e do “esforço de guerra”. Isso tudo ainda se deu numa fase de violenta repressão ao movimento operário e enquanto os próprios quadros comunistas estavam sendo presos e torturados.

O resultado dessa situação foi que a jovem classe operária, formada agora em grande parte por migrantes do campo, ficou *durante quase uma década sob a influência unilateral da demagogia governamental*, sem que a esquerda tivesse força material ou ideológica para se opor a isso e quebrar o monopólio burguês.

Com o fim da guerra, a anistia política e a reorganização do PCB em bases legais, essa linha política foi oficializada. Quando a

burguesia brasileira, cansada da tutela do Estado Novo, procurou se desfazer da ditadura e estabelecer uma democracia burguesa, que lhe garantisse uma participação maior e mais direta no exercício do poder, Getúlio Vargas pôde mobilizar massas operárias em sua defesa, alegando que a volta de “políticos” destruiria a legislação trabalhista criada por ele. O PCB não via caminho melhor nessa situação do que apoiar Vargas. Estabeleceu-se a aliança trabalhista-comunista. Prestes aparecia ao lado do ex-ditador nos comícios públicos. “Constituinte com Getúlio”, “Getúlio é governo de fato” e outras foram as palavras de ordem que dominavam os comícios-monstros do Rio e São Paulo, onde o Partido reunia massas operárias não menos numerosas do que o ex-ditador.

Apesar da confusão reinante no seio do proletariado e por baixo do trabalhismo reinante, havia uma profunda radicalização das massas. Os salários reais tinham caído durante a ditadura para menos da metade e o relaxamento da repressão e do clima político geral, em 1945, bastavam para que o proletariado se lançasse em ondas de greves de massa inéditas na história do país e que arrastavam as camadas mais atrasadas e getulistas do proletariado. Este movimento espontâneo da classe operária teria sido a maior oportunidade para um partido revolucionário erradicar o trabalhismo do seu meio e reduzi-lo às suas bases peleguistas. O Partido Comunista, entretanto, conseqüente com sua nova linha, prestou-se a desempenhar o papel de “bombeiro” para apagar o fogo. O governo exibiu entrevistas filmadas em todos os cinemas do país, nas quais Prestes se pronunciava contra as greves e apelava para os operários a “apertar o cinto” e a fazer “sacrifícios patrióticos”.

Pela mesma razão, tanto antes como depois da queda final de Vargas, o Partido Comunista Brasileiro negou-se a atacar a estrutura sindical criada pelo Estado Novo nos moldes do sindicalismo italiano dos tempos do fascismo, contentando-se com postos de cúpula nas direções sindicais, em aliança com os velhos pelegos. A estrutura sindical não mudou até os dias de hoje. É evidente que o pós-guerra era decisivo para a formação, ou não-formação, de um proletariado independente no Brasil. Não pode ser subestimada a importância do fato de o proletariado brasileiro não conhecer sindicatos operários livres desde 1937 e, praticamente, desde aquela

época, não ter tido vida sindical. E isso foi, talvez, nas condições brasileiras, o fator mais poderoso de atraso do amadurecimento da classe.

Esse aspecto, todavia, só representou uma face da política de colaboração de classes. Outro foi a completa ausência de propaganda e educação socialista no seio das massas. Não houve nem ao menos uma agitação anticapitalista. Qualquer colocação de classe dos problemas foi evitada sistematicamente, em nome de uma pretensa revolução democrático-burguesa, posteriormente “nacionalista” e “antiimperialista”.

As consequências políticas não se fizeram esperar. A política burguesa do PCB, que tinha se adaptado ao nível do trabalhismo, decepcionou as massas e destruiu sua combatividade. Os apoios eleitorais a políticos burgueses “progressistas”, como Ademar de Barros em São Paulo, o qual poucos meses depois de sua eleição começou uma política de repressão contra a classe operária e os próprios comunistas, desmobilizaram essa política também no terreno eleitoral. A decepção das massas se traduziu em passividade e apoliticismo crescentes. O número dos membros do PCB caiu de 200 a 40 mil, entre 1945 e 1947 – última vez que foram publicadas cifras oficiais. E a retificação da linha partidária, tentada com o Manifesto de Agosto (que não passou de uma reação sectária ao oportunismo anterior), não mudou mais a situação geral de declínio do movimento operário.

Uma nova ascensão do movimento de massas iniciou-se em 1957/58 e inaugurou novo marco no desenvolvimento do proletariado como classe. O movimento começou lentamente, como resultado da intensificação da política inflacionista do governo Kubitschek. O PCB, embora ainda desfrutasse do monopólio “marxista” na classe operária, enfrentou essa nova onda em posição mais fraca do que em 1945. Liquidando a fase sectária do Manifesto de Agosto, procurou adaptar-se a uma situação de semilegalidade e o fez voltando às posições de colaboração de classe com a burguesia, sob um novo rótulo. Prestes, voltando do esconderijo, inaugurou a política de “apoio à burguesia nacional” e o novo programa do Partido foi adaptado a uma pretensa revolução “nacionalista-democrática”. Igualmente foi renovada a aliança com o trabalhismo, que tinha revigorado sob a direção de Goulart, herdeiro de Getúlio Vargas.

As contradições de classe no Brasil estavam se aprofundando. O ritmo de expansão econômica sob o governo Kubitscheck só foi possível se sustentar ao preço da intensificação do processo inflacionário, que aumentou não só as contradições no seio das classes dominantes, mas também, fundamentalmente, entre as classes dominantes e o proletariado.

A intranquilidade no meio do proletariado se manifestou primeiro por uma série de greves isoladas e movimentos parciais. O ritmo destas, entretanto, estava crescendo e em pouco tempo deu lugar às greves gerais. Sob a pressão desse movimento de massas, o governo desistiu de aplicar as leis de repressão da Consolidação Trabalhista, fez concessões e limitou-se a recorrer à corrupção, mediante os recursos do Fundo Sindical. As greves vitoriosas automaticamente foram tratadas como “legais”. Não houve mais intervenções nos sindicatos e as diretorias eleitas foram empossadas.

A política governamental foi novamente facilitada pela aliança trabalhista-comunista, que apoiou praticamente o “desenvolvimentismo” de Kubitscheck.

O barômetro da situação de classe do proletariado, nessa primeira fase de nova ascensão, foram as eleições presidenciais de 1960, que revelaram profunda divisão do proletariado brasileiro e o pouco amadurecimento de sua consciência de classe. O voto operário no país se dividiu principalmente entre os dois candidatos burgueses, entre o “nacionalista” General Lott, e o demagogo populista Jânio Quadros. Este já tinha unificado em torno de si praticamente toda a burguesia brasileira e o capital estrangeiro, contando ainda com a esmagadora maioria do voto das classes médias, como protesto contra a inflação. O voto operário só foi unânime na eleição do vice-presidente, João Goulart. O atraso do proletariado se manifestou de modo duplo: primeiro, por ter dado os seus votos a candidatos burgueses, inimigos naturais de sua classe e, segundo, pelo fato de não ter dado pelo menos o seu voto como uma classe unida, e ter-se deixado dividir pela burguesia.

Não havia dúvida que a consciência de classe tinha regredido, de certo modo, em relação a 1945. Isso se via tanto pela votação dos candidatos apoiados pelos comunistas, como pelo número de comunistas eleitos, que era ridículo em comparação ao pleito de 1945, apesar do número de eleitores inscritos ter crescido para mais

do dobro. O vácuo criado pela decepção com a política do PCB não foi preenchido pela esquerda. Os votos iam para as diversas facções do trabalhismo populista.

Isso, todavia, só foi a primeira fase. A situação não ficou nesse pé. A renúncia de Jânio e a tentativa de estabelecer a primeira Junta Militar aceleraram rapidamente o progresso de radicalização das massas. Radicalização, entretanto – já havíamos visto isso antes –, ainda não significou conscientização. Por enquanto a luta política se travava ainda sob matizes burgueses. A investidura de Jango como Presidente da República tinha como consequência imediata um renascimento das ilusões reformista-populistas, alimentadas pelo PCB. Em seguida, com as decepções em torno da gestão de Jango e o desgaste de Jânio, causado pela sua renúncia, e na medida em que o PCB perdia posições e o controle da situação, foi outro líder burguês, Brizola, ex-governador do Rio Grande do Sul, quem penetrou no proletariado nacional.

A aceleração da inflação aumentou a intranquilidade da classe operária. A desvalorização constante dos salários reais tinha financiado, em grande parte, a expansão industrial. No fim da década dos anos 50, a burguesia brasileira, todavia, já tinha chegado à conclusão de que o ritmo inflacionário atingido não lhe ofereceria mais vantagens. De um lado, a desvalorização da moeda não impedia mais a queda da taxa de lucro e não representava mais garantia contra a crise cíclica; de outro, criava um fator de instabilidade social com consequências imprevisíveis. No início, o reajustamento salarial, à base do salário mínimo, se dava de dois em dois anos. Em seguida, passou a vigorar de ano em ano. Depois da renúncia de Jânio, impôs-se um reajustamento virtual de seis em seis meses e os operários do Rio de Janeiro e de São Paulo começaram a exigir aumentos periódicos de três em três meses. A política nacional da época girava em grande parte em torno da corrida entre preços e salários.

O PCB se viu obrigado a protestar publicamente contra os “sacrifícios impostos ao povo”, mas pela boca dos seus ideólogos partidários defendia a inflação como único recurso de desenvolvimento de um país subdesenvolvido. Na prática tinha de tomar alguma medida e, assim, convocou greves gerais de apoio ao governo, como a célebre greve a favor do “Gabinete Nacionalista

de San Thiago Dantas”, na época em que a burguesia tentava a experiência parlamentarista.

O modo como se realizaram as greves gerais também refletia a situação de classe do proletariado. Na Guanabara, por exemplo, onde as tradições proletárias estavam mais diluídas por influências pequeno-burguesas e pela proximidade do foco do peleguismo – o Ministério do Trabalho –, o PCB e seus aliados não confiavam no acatamento da palavra de ordem pelos operários, que não dispunham de organizações de base nas empresas. Os reformistas também não se dispunham a encorajar esse tipo de organização de base, pois o receava como fator de radicalização da luta. Encontraram então um expediente para solucionar o problema: limitaram-se a parar as duas estradas de ferro, a Central e a Leopoldina, e as barcas dos transportes marítimos Rio-Niterói. Como 80% do proletariado tinha de usar esses meios de transporte para chegar aos lugares de trabalho, a greve geral estava “declarada” e “cumprida”.

Em São Paulo, onde o proletariado era politicamente mais retraído em virtude das decepções do passado, também as chamadas greves políticas (em apoio a políticos burgueses) geralmente fracassaram. Mas na greve de reivindicações operárias, de 1962, o proletariado paulista se lembrou das suas tradições de luta e a parede funcionou nos próprios locais de trabalho, onde organizações de base foram improvisadas na hora.

É preciso levar em conta também que as greves não eram nacionais. Limitavam-se a uns poucos centros industriais maiores. No interior do país não havia organização. Somente no decorrer das greves e sob a pressão de baixo, se formou a Central Sindical, a base da aliança entre PCB e pelegos, mas que não chegou a alterar o nível de organização operária no país.

Foi nessa situação que o proletariado enfrentou a crise política que precedeu ao golpe militar de 1964. Para completar o quadro, é preciso destacar alguns fenômenos ainda.

Primeiro, a penetração de Brizola no meio da classe operária. Para conseguir isso, adaptou a sua linguagem à situação radicalizada. Falava em “classes dominantes” e “explorados” – sem com isso descuidar das suas relações com a burguesia nacional, na medida em que essa ainda lhe dava crédito. A decepção com Jan-

go e a atitude dúbia do PCB fez com que ele conseguisse vencer as desconfianças do proletariado industrial e que suas alocações radiofônicas encontrassem um público crescente. Seus apelos a favor da criação de “Grupos de Onze” encontraram eco nas regiões mais afastadas do país e células e bases sindicais inteiras do PCB começaram a ignorar praticamente as diretrizes partidárias e se colocaram à disposição de Brizola.

Em segundo lugar, o campo começou a se movimentar em seguida à classe operária e em dependência da cidade. Pouco tempo antes tinha fracassado o intento de organizar as “Ligas Camponesas” em escala nacional. As Ligas só tomaram importância regionalmente, no Nordeste, especificamente nas regiões açucareiras de Pernambuco e Paraíba. No resto do Brasil, não passavam de pequenas ilhas isoladas. Em troca, os primeiros anos da década de 60 assistiram ao surgimento de sindicatos rurais e à organização de camponeses em bases improvisadas, acompanhadas de invasões de terras. O movimento só estava em seu começo e como os camponeses não tinham condições de se organizarem, nem nacionalmente, nem em âmbito regional, ficou à mercê do ritmo das conjunturas da luta de classes nas cidades.

Em terceiro lugar, deu-se no decorrer da crise um processo de decomposição no seio das forças armadas. O movimento dos sargentos e o ainda mais radical dos marinheiros ameaçavam cindir horizontalmente as forças armadas, provocando espontaneamente uma aproximação entre os setores mais combativos do proletariado e os militares rebeldes. Ambas as partes sentiam o que a Política Operária formulou publicamente: “o movimento dos sargentos e dos marinheiros tinha de formar a cobertura armada da classe operária no presente estágio da luta”. E, quando houve a confraternização entre metalúrgicos e marinheiros no sindicato de São Cristóvão e a conseguinte adesão dos fuzileiros navais, mandados para prender os marinheiros, estava dado um exemplo histórico de “modelo” da revolução proletária no Brasil.

Foi, evidentemente, uma antecipação de “modelo”, que ainda não correspondia às relações de forças existentes e que, além disso, não contava com o elemento do trabalhador rural presente – a não ser indiretamente pela origem social dos marinheiros – mas que indicava o caminho. A burguesia compre-

deu a ameaça e tratou de dar o golpe, antes que o movimento se alastrasse.

Resumindo, os poucos meses antes do desfecho do golpe tinham contribuído mais do que anos anteriores para o amadurecimento objetivo da classe operária. A classe estava em movimento e por isso mesmo a situação estava contraditória. As manifestações de certos setores avançados ainda não refletiram a consciência geral da classe, que ainda não ultrapassara o nível do trabalhismo. Isso foi demonstrado pelo comício monstro em frente à Central do Brasil, convocado pelas três facções, que então predominavam: Jango, Brizola e o PCB. Mas na hora do golpe, quando as ditas correntes estavam em franca debandada e tinham desaparecido, o proletariado foi a única classe urbana que se mantinha como classe contra o golpe. Foi uma posição defensiva, mas a classe estava unida. Estava sem liderança. A velha, reformista e populista, tinha desaparecido e a nova, revolucionária, não tinha surgido ainda. E sem um partido revolucionário não se completa o processo de transformação da classe *em si* em uma *para si*.

A colocação política depois do golpe

A ditadura militar mudou as condições de luta, mas não alterou o problema fundamental das relações de classe e do processo revolucionário no Brasil.

O problema fundamental continua a ser a formação do proletariado, a conquista de sua independência ideológica e política. A mobilização das massas proletárias sob bandeira própria e sua intervenção ativa na política nacional é o único meio para alterar as relações de classe, que deram lugar à ditadura militar.

A essa conclusão a Política Operária já tinha chegado depois do golpe e seu primeiro Pleno Nacional o declarou nas suas “Teses Tiradentes”:

O traço essencial que caracterizou a política nacional antes do golpe e que possibilitou a instauração da ditadura militar sem uma resistência das massas e dos partidos políticos foi a ausência de um movimento operário independente, capaz de aglomerar em torno de si o campesinato e as camadas radicalizadas da pequena burguesia. O populismo reinante no movimento das massas trabalhadoras, que diluiu as fronteiras de uma política de classe mediante a

penetração das concepções e ilusões pequeno-burguesas no proletariado, permitiu que este ficasse a reboque de uma das frações da classe dominante, que o traiu para evitar um aguçamento das lutas sociais, entregando a proteção da sociedade burguesa-latifundiária às Forças Armadas e escolhendo o acerto com o imperialismo norte-americano.

Isso não significa que nós restringimos o processo revolucionário no Brasil à atuação do proletariado, como os nossos críticos de ontem e hoje gostam de dar a entender. Estava perfeitamente claro para nós que o proletariado isolado não pode, nas condições da estrutura social do Brasil, lançar-se sozinho à luta revolucionária da conquista do poder e da transformação da sociedade. Ele tem os seus aliados naturais em potencial: os trabalhadores do campo e as camadas radicais e proletarizadas da pequena burguesia urbana. Mas qualquer aliança de classe a ser criada se torna ilusória e não passará além das quatro paredes dentro das quais costuma ser gerada, enquanto não houver a transformação qualitativa do proletariado, que lhe permita de fato exercer o papel de liderança e levar os seus aliados potenciais a uma luta mais consequente. Por isso as “Teses Tiradentes” constatavam:

A formação dessa classe operária independente continua sendo a tarefa fundamental de qualquer movimento consequente no país... é a premissa de qualquer luta revolucionária consequente, seja contra a exploração imperialista, seja contra a opressão da reação interna.

A transformação do proletariado em classe política e independente não pode ser confiada à ação espontânea da história. Esta só cria as condições objetivas. A criação da classe para si pressupõe a atuação consciente e contínua de um agente da história, a vanguarda revolucionária que, na medida em que o processo avança e é acelerado por ela, se transforma em partido político do proletariado. E o partido surge na medida em que a classe operária fornece os quadros para integrá-lo e segue a sua orientação na luta.

Apesar de depois da derrota de abril, provocada por uma prolongada política reformista e revisionista das esquerdas, todas as condições objetivas para uma conscientização da classe operária

estarem dadas, o proletariado dificilmente dará esse passo decisivo sozinho, de força própria. Para a formação da classe operária independente é necessária a atuação de agitadores e propagandistas revolucionários, que definam para ela os seus interesses, despertem a sua solidariedade de classe e a autoconfiança na sua força, liderem-na nas lutas parciais e indiquem claramente os seus objetivos finais. Essas tarefas só podem ser preenchidas pelas vanguardas marxistas-leninistas existentes, que no decorrer da luta se transformem em partido. O processo da formação da classe operária independente está estreitamente ligado ao surgimento do partido revolucionário da classe operária e o progresso deste reflete o amadurecimento da classe operária. (Teses Tiradentes)

Foi esta a estratégia com que a Política Operária entrou na luta clandestina contra a ditadura. Ou melhor, foi esta a linha estratégica elaborada, pois uma estratégia na luta de classe só existe na medida em que se formam as forças materiais, os “exércitos” a serem levados para a batalha. Nossa tarefa ainda consistia e ainda consiste em criar a força material, o “exército” proletário.

Como organização política, como vanguarda marxista-leninista, a Política Operária subordinou todos os aspectos da luta de classes, o estudantil, o do campo, a luta armada e sua forma particular de guerra de guerrilha, ao objetivo estratégico da mobilização e organização do proletariado industrial. E como toda estratégia é uma questão de economia de recursos disponíveis, concentrou todas as suas forças e quadros:

- nas indústrias-chave, cujo movimento repercuta em toda a classe, e
- no movimento estudantil, que naquela altura era a grande fonte de quadros revolucionários com a mobilidade exigida pelas condições de clandestinidade e os quais, naquele momento, eram indispensáveis para a organização de vanguardas operárias.

Trabalhamos em dois níveis. Primeiro, penetramos diretamente nas fábricas e nos bairros, formando quadros operários, criando organizações de base e dando o exemplo da atividade revolucionária no seio da classe; segundo, dirigimo-nos à nova esquerda, que estava surgindo depois do golpe de maneira confusa, mediante uma série de lutas internas nas organizações tradicionais, principalmente o PCB. Grande parte da nossa literatura estava destinada a esse fim

e concentrava seu peso na importância, na orientação e nas particularidades do trabalho operário. Os resultados se fizeram sentir durante a reorganização da nova esquerda e o estabelecimento de frentes formais e tácitas nas fábricas e bairros. Fomos favorecidos nesse sentido pelo começo de um movimento em ascensão da classe operária, em 1966, que atingiu o seu auge em 1968, para recuar novamente perante a repressão do novo golpe.

Nem as greves gerais de Minas nem de Osasco teriam sido realizadas sem o insistente e concentrado trabalho da Política Operária no seio do proletariado e junto às esquerdas.

O fato de quase toda a nova esquerda ter acompanhado a onda do trabalho operário nos dois anos de relativo ascenso não significa que já tivesse se definido para uma linha proletária de luta de classe. Ao contrário, quando a onda começou a declinar, em fins de 1968, e a atingir em seguida o seu ponto mais baixo, os novos revolucionários escolheram objetivos mais “imediatos” e sua concepção de “luta armada” os fez desertarem do trabalho nas fábricas. A consequência geral foi a liquidação, destruição e desaparecimento de grande parte das organizações operárias construídas nos últimos dois anos, com seus núcleos de operários revolucionários, Comitês de Empresas e redes de distribuição de literatura. Quando o proletariado, no ponto baixo da onda, mais precisou da assistência das vanguardas, ficou abandonado e mais uma vez se criou uma situação em que a imensa maioria da classe operária ficou submetida a um monopólio da influência governamental.

O “marxismo-leninismo” da maioria da nova esquerda não teve muito fôlego. Mas, para poder dar continuidade à luta, impõe-se o esclarecimento do problema fundamental para a esquerda brasileira: em que consiste a concepção marxista-leninista da luta de classes e da revolução proletária? Impõe-se voltar às fontes, para ter o critério da medida.

Marx, Lênin e o papel do proletariado

Desde que Marx, na “Miséria da Filosofia”, definiu o processo de transformação do proletariado de classe *em si* a classe *para si*, isto é, da transformação de uma classe que existe objetiva e passivamente em uma classe consciente do seu papel na sociedade e que se lança na luta pela sua emancipação, dedicou sua vida e

obra à aceleração do processo histórico que considerava premissa para a libertação de toda a humanidade. Não o fez de maneira “obreirista” ou populista, cortejando ou idealizando o proletariado, como tinham feito Proudhon e outros, antes e depois dele. Marx se dispôs a educar a classe operária a fim de dar-lhe consciência do seu papel, procurando transmitir a ela o máximo dos conhecimentos das leis da sociedade e da luta de classes, os quais ele mesmo, em companhia de Engels, descobrira e sistematizara. Como educação, Marx não entendeu uma atitude paternalista ou acadêmica e sim a assistência e orientação na luta diária que o operário trava contra o capital, nas lutas parciais e políticas no seio e contra a sociedade burguesa e que servem de escola para a formação de um proletariado com consciência de classe. De certa fase em diante, como instrumento principal dessa luta surgiram os partidos políticos da classe operária, para cuja formação Marx e Engels apelaram por ocasião da liquidação da Primeira Internacional. Esses partidos políticos operários, por sua vez, não eram outra coisa senão a fusão do socialismo científico, do marxismo, com o movimento operário vivo da época. A penetração da teoria revolucionária nas massas tinha-se transformado em força material.

Depois da morte de Marx, Engels continua a obra na mesma direção e no mesmo sentido, assistindo diretamente às vanguardas revolucionárias e aos partidos já criados em uma dúzia de países europeus (e alguns americanos), no empenho de formar o proletariado mundial independente, coveiro do capitalismo. A tarefa dos revolucionários – escreveu ele, e isso era quase um testamento legado aos companheiros de luta – em todos os países modernos (industrializados) consiste em organizar o proletariado em partido político.

Lênin retomou essa herança em circunstâncias particulares. Retomou-a num país que não tinha feito ainda nem a tentativa de revolução burguesa e onde esta ainda estava na ordem do dia; e a retomou numa época que se destacou pelo início da revolução mundial.

No começo da sua atividade política militante, colocou de imediato a fundação do partido do proletariado da Rússia como problema fundamental e primordial. Vejamos como coloca a questão no texto “Tarefas dos social-democratas russos”:

O trabalho socialista dos social-democratas russos consiste em fazer propaganda das doutrinas do socialismo científico, em difundir entre os operários um conceito justo sobre o atual regime econômico-social, sobre seus fundamentos e seu desenvolvimento, sobre as diferentes classes da sociedade russa, sobre suas relações mútuas, sobre a luta dessas classes entre si, sobre o papel da classe operária nessa luta, sua atitude perante as classes que estão em decadência e perante as que estão em crescimento, sua atitude perante o passado e o futuro do capitalismo, sobre a tarefa histórica da social democracia internacional e da classe operária russa.

Nosso trabalho, antes de tudo e sobretudo, é dirigido para os operários de fábrica das cidades. A social-democracia russa não deve dispersar suas forças, deve se concentrar na atividade entre o proletariado industrial, que é mais suscetível de assimilar as ideias social-democratas, é o mais desenvolvido intelectualmente e politicamente, o mais importante pelo seu número e pela sua concentração nos grandes centros políticos do país. Por isso se enganam profundamente os que acusam a social-democracia russa de estreiteza, de tender a fazer caso omisso das massas da população trabalhadora, para atender somente aos operários de fábricas. Ao contrário, a agitação nas camadas avançadas do proletariado é o caminho mais seguro, o único caminho para conseguir também o despertar de todo o proletariado russo.

Ao radical russo parece frequentemente que o social-democrata, em lugar de chamar de um modo direto e imediato os operários avançados à luta política, afirma a necessidade de desenvolver o movimento operário, de organizar a luta de classes do proletariado; parece-lhe que a social-democracia *retrocede* assim do seu democratismo, relega a um segundo plano a luta política. Mas, se há *retrocesso*, somente pode se tratar do retrocesso do qual fala o provérbio francês: ‘é preciso recuar para saltar melhor’.

A um partidário da “Vontade do Povo”^{*} o conceito da luta política é equivalente ao conceito da *conjura* política... Mas (os social-democratas) sempre acreditaram e continuam a acreditar que essa luta não deve ser realizada por alguns conjurados, e sim por um partido revolucionário, que se apóie no movimento operário. Acham que a luta contra o absolutismo não deve consistir em organizar conjuras, e sim, em educar, disciplinar e organizar o proletariado. (“As tarefas dos social-democratas russos”. Grifos de Lênin.)

(*) Populistas, posteriormente “Socialistas Revolucionários”. (E.M.)

Não pretendemos abusar de citações, mas aqui Lênin coloca de maneira sucinta os problemas fundamentais da formação de um proletariado como classe e as tarefas decorrentes de uma vanguarda. É evidente que a questão da concentração de forças não é um *princípio* do marxismo: trata-se de um problema de *relações de forças* e do grau de amadurecimento do proletariado. Questão de princípio é a formação e organização do proletariado, mas todo movimento tem de saber decidir se o número de quadros disponível é bastante para que a organização se dedique a mais de uma frente e desempenhe de fato um papel na luta de classe.

Que essa concepção de luta deu os resultados desejados nas condições russas já evidenciara a Revolução de 1905, cujos traços marcantes Lênin destaca no seu relato do mesmo nome:

A peculiaridade da revolução russa consiste precisamente em que foi uma revolução *democrático-burguesa*, pelo seu conteúdo social, enquanto que pelos seus meios de luta foi uma revolução *proletária*... foi simultaneamente uma revolução proletária, não só por ser o proletariado a sua força dirigente, a vanguarda do movimento, mas também porque o meio especificamente proletário de luta, a greve, foi o meio principal das massas em movimento...

Somente as ondas de greve de massas, que se estendiam por todo o país, despertaram as vastas massas camponesas do seu sono letárgico. A palavra 'grevista' adquiriu para os camponeses um sentido completamente novo, chegando a ser algo como rebelde ou revolucionário, conceitos que antes se expressava com a palavra de 'estudante'. Mas como o 'estudante' pertencia às camadas médias, à gente de 'letras', aos 'senhores', ficava estranho ao povo. O 'grevista', ao contrário, havia saído do povo, figurava entre os explorados.

Não se deve perder de vista que essa situação descrita por Lênin se deu sete anos depois da publicação de "Tarefas", citado mais acima, quando se tinha dado início ao trabalho sistemático na classe operária e dois anos depois da fundação do Partido, que foi em 1902. Os liberais ainda puderam duvidar da capacidade revolucionária do proletariado russo. O Partido era fraco e os quadros poucos, mas como salientou o próprio Lênin:

Não obstante, o panorama mudou por completo no curso de uns poucos meses. As centenas de social-democratas revolucionários se transformaram 'prontamente' em milhares, os milhares se con-

verteram em dirigentes de dois ou três milhões de proletários. A luta proletária suscitou uma grande efervescência e, em parte, um movimento revolucionário no seio de uma massa de camponeses de cinquenta a cem milhões de pessoas; o movimento camponês repercutiu no Exército e provocou insurreições de soldados, choques armados de uma parte do Exército contra outra. Assim, pois, um país enorme, de 130 milhões de habitantes, se lançou à Revolução... (“Sobre a Revolução Russa de 1905”)

Se citamos aqui o exemplo de revolução proletária dado por Lênin, não o fazemos com o intuito de querer substituir a análise dos fatores que caracterizam as lutas de classes no Brasil, nem queremos dizer com isto que a situação na Rússia, em 1905, era semelhante à do Brasil de hoje. Ao lado das particularidades nacionais, sociais, culturais, etc., que **toda** revolução apresenta, há ainda a particularidade específica da revolução russa de 1905 ter sido democrático-burguesa, dirigida contra os remanescentes feudais, que se mantinham sob a forma do absolutismo. Mas o que a Rússia já tinha em comum com os países industriais era a existência do proletariado e, conseqüentemente, o papel que desempenhava nas lutas de classe. Por isso mesmo podemos citar o caso russo como *exemplo* de colocação do problema. Lênin mostra o *método* marxista aplicado à prática revolucionária.

Podemos escolher outros exemplos: a luta de classes em escala internacional está rica em experiências, positivas e negativas, e todas aquelas colhidas em países capitalistas, onde já existe uma contradição fundamental e a polarização de trabalho assalariado e capital, revelam problemas fundamentais semelhantes, causados pela estrutura de classes da sociedade capitalista. Se escolhemos Lênin, de primeira mão, é porque o líder revolucionário russo ainda está, cremos, acima da suspeita de “revisonismo”, “pacifismo”, etc., porque “teoricamente” ainda representa um critério, um ponto de referência, numa fase de luta que se destaca pela absoluta falta de critérios, sejam teóricos ou práticos.

Mesmo assim, isso não quer dizer que os pontos de vista de Lênin não possam estar superados. O marxismo não é um dogma fossilizado, no qual os “papas” já pensaram todos os problemas para nós, antecipada e definitivamente. Marxismo é antes de tudo método e é experiência acumulada e aproveitada. Mas é método

materialista dialético. E na medida que surgem constantemente novas experiências, experiências que contradizem as anteriores, elas devem poder ser digeridas e aproveitadas à base da concepção materialista da sociedade e da dialética da luta de classes.

Acreditamos que isso foi feito no caso da revolução chinesa, que foi uma contribuição completamente nova ao marxismo de então. No caso da América Latina (inclusive da Revolução Cubana) e, especialmente no do Brasil, o aproveitamento crítico dos novos fatores na luta de classes e da própria experiência passada ainda está num modesto início. A discussão sobre os rumos da revolução brasileira não chegou ainda ao nível de um debate entre marxistas-leninistas, de um lado, e não-marxistas e não-leninistas, de outro.

Olhemos mais de perto e veremos por que.

PARTE III A TEORIA E A PRÁTICA

“Pois sem o povo trabalhador são impotentes
todos os gêneros de bombas.” (Lênin)

Em que consiste o tão falado papel da classe operária?

Hoje todo mundo concorda que o proletariado é a classe mais revolucionária da sociedade, à qual cabe a liderança na luta das demais classes oprimidas e exploradas. Como todo o mundo é “marxista-leninista”, paga este tributo teórico à causa, mas...

Geralmente há um “mas” no fim da definição. Não nos referimos aqui aos malabarismos “teóricos” do velho PCB cuja “prática” bastou para desmoralizar qualquer justificativa por escrito. Se olharmos a nova esquerda, saída das rebeliões internas do PCB e do movimento estudantil, veremos igualmente que a “hegemonia do proletariado” toma as formas mais diversas e duvidosas.

Para a cisão “chinesa”, o PCdoB (que, dito de passagem, encara a revolução brasileira como burguesa-democrática e continua a propagar “frentes de unidade patrióticas”), a hegemonia da classe operária é ideológica e se manifesta através da liderança do partido revolucionário (concretamente, do PCdoB). A revolução, que se realiza mediante a Guerra Popular,

vai do campo para a cidade e sua força motriz principal são os camponeses brasileiros. Não é preciso um conhecimento particularmente aprofundado para saber que o PCdoB decalca o modelo da revolução chinesa para o cenário nacional. Raul Villa* já tratou extensamente da esterilidade teórica e prática dessa corrente, mas para não pensar que as coisas tenham mudado no meio-tempo, basta ler o último documento do PCdoB, divulgado pela Agência Sinjua, no qual se reafirma que: a) a revolução brasileira tem um caráter nacional e democrático; b) a questão camponesa é o problema chave da revolução brasileira; e c) portanto, as cidades não podem ser o cenário principal da guerra de libertação do povo brasileiro.

Assim mesmo, nem o PCdoB pode ignorar a existência de um proletariado industrial no Brasil. O papel que lhe atribui, entretanto, na luta prática, é puramente auxiliar:

Não obstante, isso não significa que as grandes cidades não tenham um importante papel a desempenhar. Nos centros urbanos se encontram três milhões de operários e uma grande camada da pequena-burguesia, as quais, junto com os camponeses e assalariados agrícolas, constituem as forças motrizes da revolução. (Retraduzido do espanhol – E.M.)

É evidente que não tem nenhum papel de liderança para o proletariado neste “modelo” de revolução. As grandes cidades têm “importante papel”, mas não são o *cenário principal*. E se a “questão camponesa” é o problema chave da revolução, o papel do proletariado se reduz, na prática, ao de um simples aliado, no *mesmo nível* da “grande camada da pequena-burguesia” – nas melhores tradições do populismo prestista. Não é por acaso a ausência prática do PCdoB nas lutas operárias contra a ditadura. Estava ausente nas greves de Minas como também na de Osasco. E onde poderia ter estado presente, como na Guanabara em 1968, sabotou a greve dos metalúrgicos da mesma maneira e dentro da mesma linha do velho PCB.

(*) “Raul Villa” foi um pseudônimo utilizado durante a ditadura militar por Eder Sader, dirigente da organização Política Operária. O autor está se referindo ao texto “Os Ensina-mentos de Mao-Tse-Tung e a Guerra Revolucionária no Brasil”, de Raul Villa, que circulou em edição mimeografada em outubro de 1968.

Pela concepção teórica que essa corrente tem da revolução brasileira e pela sua prática política diária, a “hegemonia do proletariado” do PCdoB, não passa de um princípio abstrato, de um tributo obrigatório que se paga aos clássicos do marxismo, mas não tem consequência prática alguma.

No extremo oposto da escala das organizações da nova esquerda brasileira, encontramos os grupos e agrupamentos, que surgiram direta ou indiretamente sob o impacto do “debrayismo” adaptado às suas necessidades imediatas. Para tais correntes, independente das divergências que as separam entre si, o partido não pode desempenhar o papel “chinês”, de representante ideológico do proletariado junto ao “povo”, pois negam de antemão o papel do partido político do proletariado nas lutas de classe, substituindo-o, em nome da “luta armada”, por uma vanguarda militar, geralmente por “Comandos Político-Militares”.

Com essa liquidação das concepções leninistas de luta, negam automaticamente o papel do proletariado no processo revolucionário, pois é justamente por intermédio da formação do partido político revolucionário que o proletariado se constitui como classe independente na sociedade burguesa e se torna capaz de liderar as demais classes e camadas de classe na luta comum.

Tomando o agrupamento que, embora já não seja o mais importante, também influenciou decisivamente no sentido ideológico para a formação de grupos análogos, o de Marighela, vemos que o papel da classe operária é tão pouco definido como o foi no caso anterior, do PCdoB. Não encontramos as fórmulas simplistas da “revolução do campo para a cidade...”, mas “a cidade é a zona de luta complementar”, “a zona rural é a estratégica” e a cidade “a zona tática”. Trata-se evidentemente de uma variante da “guerra popular”, mas com uma diferença: o papel do camponês é tão pouco definido como o do operário na luta atual. O vácuo é preenchido pela classe média: “ela constitui atualmente uma das forças mais combativas”.

Veremos em seguida que esse “atualmente” não é tão transitório como poderia parecer e que a classe média “combativa” serve de base para a elaboração de toda uma estratégia. Para compreender melhor o fenômeno, lemos em “Operações e táticas de guerrilhas” (retraduzido do espanhol):

Os revolucionários não podem atingir seus objetivos a não ser com o apoio das classes capazes de lutar para a conquista do poder. No Brasil, em consequência de condições históricas e do fato da motivação patriótica, essas classes são o proletariado, os camponeses e a classe média. Graças aos seus interesses e a sua posição, seja em relação ao socialismo, seja em relação à libertação nacional, essas classes se opõem aos grandes capitalistas e latifundiários e são inimigos do imperialismo norte-americano. O proletariado é a única classe cujo interesse imediato é o socialismo, mas todas as classes que se opõem às classes dominantes e ao imperialismo são unidas pelo seu interesse pela libertação nacional.

Trata-se de um documento escrito em linguagem “marxista” herdada do PCB. Também no velho partido é obrigatório respeitar a hierarquia “teórica” de proletariado, camponeses e classe média, sem que isso implicasse nas consequências práticas que a formulação poderia sugerir. Também no velho PCB se falava da classe média, ignorando as suas contradições internas, procurando um denominador comum entre ela e o proletariado, mas que sempre sacrificava os interesses do proletariado aos da classe média. No presente caso, o proletariado é a única classe cujo interesse “imediato” é o socialismo, mas o objetivo é a “libertação nacional”.

O grupo de Marighela foi um dos últimos a fazer a profissão de fé da luta pela revolução socialista. E o fez em seguida ao Manifesto de Guevara e sob pressão das próprias bases, descontentes com a não definição que perdurou por muito tempo. Mas o que a profissão de fé significa na luta prática, mostra o citado documento (e todos os demais), é que o socialismo é subordinado a uma pretensa “libertação nacional”. Dizemos pretensa porque trata-se da ficção de poder libertar o país sem romper o sistema capitalista, sem uma revolução socialista. E essa, justamente, é a ficção própria da classe média, da pequena burguesia. E essa ficção perdura quando e enquanto o proletariado não está sendo preparado, ideológica e organizatoriamente, para se colocar à testa do processo revolucionário. Essa autolimitação se manifesta igualmente no declarado objetivo da revolução brasileira, que consistiria na formação de um “Governo Popular Revolucionário” e igualmente nos diversos “programas de unidade”, que não ultrapassam o terreno de uma revolução democrático-burguesa.

Mas trata-se de uma revolução democrático-burguesa sem nenhum traço de hegemonia proletária na luta.

Encontramos o tema e a formulação com as mais diversas variações. A ex-Colina, que mais tarde integrou a VAR, colocou-se no mesmo ponto de vista quando defendeu que “a classe média tinha de abrir as portas para a luta proletária”. Na prática, essa linha não deve ter dado certo, pois não foi por puro acaso que na greve industrial de Minas não foi possível mobilizar os estudantes para ações de apoio e de solidariedade, e que entre as poucas fábricas que não entraram em greve estavam justamente aquelas “sob controle” da Colina.

No seio das dissidências estudantis do Rio de Janeiro e de São Paulo, as quais posteriormente se juntaram a Marighela, uma das piores acusações lançadas contra inimigos internos e externos era ser “insurrecionalista”, que era tido como sinônimo de “revisionista” ou “reformista” e dirigido contra aqueles que viam no levante do proletariado urbano o auge do processo revolucionário. Esses companheiros que ficaram sinceramente surpreendidos quando descobriram que os leninistas tinham sido “insurrecionalistas”, não tinham deixado em nenhum momento das suas atividades políticas de pagar o seu tributo ao papel do “proletariado na revolução brasileira”.

É evidente que, por baixo de uma fina capa de “marxismo-leninismo” e por trás das profissões de fé de revolução socialista, se abrigam as concepções mais diversas de luta de classe. E do mesmo modo como – nas palavras de Marx – não se pode julgar um indivíduo pelo que ele pensa de si mesmo, não podemos julgar as correntes dessa nova esquerda pelas suas profissões de fé.

Entre essas concepções mais diversas há de tudo, menos uma concepção proletária de luta de classes e da revolução. O proletariado entra aqui “em termos”, como princípio e álibi. Na melhor das hipóteses, a guerrilha, o “exército popular” ou de “libertação nacional”, age em seu nome, toma o poder em seu nome e, pelos planos militares pré-estabelecidos, exercerá o poder em seu nome.

Essas concepções anti-materialistas e irracionais de luta de classes e da revolução têm evidentemente as suas causas e origens sociais. Não só que se alimentam na luta diária na pequena burguesia radical, como as “concepções teóricas” igualmente refletem

uma origem social. Mas a irracionalidade pequeno-burguesa não pára aqui. Ela encontra a sua continuidade lógica na “estratégia e tática”, independente da fraseologia marxista, sob a qual pretende se esconder.

A concepção estratégica

Tomemos o documento de fundação da VAR, em 1968. Começa dizendo que o espectro da luta armada ronda a América Latina. E que os fuzis nas mãos dos explorados e oprimidos estão ameaçando jogar por terra seu domínio secular.

É de supor que o documento explicasse melhor porque chegou o momento da luta armada. Mas nada disso acontece. Depois de constatar que o capitalismo nasceu do feudalismo e se transformou posteriormente em imperialismo, e de prestar o seu tributo à revolução socialista e à hegemonia do proletariado, chega à conclusão que o único caminho é “um longo processo de luta armada, que levará atrás de si massas crescentes e resolutas até a tomada do poder”. A forma de luta armada é a guerra de guerrilhas.

O documento não coloca nem a luta armada, nem a sua forma específica, dentro do contexto da luta de classes no Brasil. Para a VAR, a guerrilha é a luta de classes, é a revolução. A luta armada existe independente de qualquer consideração de conjuntura e é uma consequência do fato do capitalismo ter se transformado em imperialismo.

Marighela, por sua vez, apelou para a “guerra revolucionária”. Declarou essa guerra formalmente em circulares “aos homens das classes dominantes”, nas quais se anuncia a instalação de um “Imposto Compulsivo Revolucionário”. Sua concepção de guerra revolucionária, ou luta de guerrilha, era mais complexa do que as expostas no documento da VAR. Dividiu a guerra revolucionária em três fases: a da guerrilha urbana, a da rural e a do Exército Revolucionário de Libertação Nacional, sendo que a primeira fase era tida como premissa do surgimento das seguintes. Marighela, todavia, só “teorizou” *a posteriori* uma prática imposta pelas circunstâncias. Institucionalizou a guerrilha urbana depois de uma série de tentativas frustradas de guerrilha no campo e ele, como todos os outros grupos semelhantes, se especializou na atividade “preparatória” da segunda fase rural. De resto, a concepção sobre

luta armada e guerrilha é idêntica à da VAR. Em 1968, Marighela chegou à conclusão que:

A primeira fase da guerrilha revolucionária está em vias de se completar, o que não significa, de maneira alguma, diminuir o ritmo da guerrilha urbana, e da guerra psicológica (...).

A segunda fase da guerrilha revolucionária é a guerrilha rural. E não surge por casualidade. É fruto de tudo quanto se preparou e realizou anteriormente dentro da lei básica da guerra e segundo o plano estratégico e tático global estabelecido de antemão. E é através da guerrilha que criaremos o exército revolucionário de libertação nacional, o único que tem capacidade para aniquilar as forças militares dos gorilas. (“Sobre a guerrilha rural”)

Em que se baseia esse plano estratégico geral? Em alguma experiência viva de luta de classes na América Latina? Marighela explica:

O princípio básico da estratégia revolucionária nas condições de uma crise política permanente é desencadear tanto na cidade como no campo um tal volume de ações revolucionárias que o inimigo se vê obrigado a transformar a situação política em uma situação militar. Então, o descontentamento alcançará todas as camadas e os militares serão responsáveis absolutos por todos os abusos. (“Sobre problemas e princípios estratégicos”.)

Não se pode afirmar que se trate de uma estratégia elaborada à base de experiência das lutas de classe no continente, ou à base de uma análise das relações de classes da sociedade brasileira, a qual procuramos em vão nos documentos – a não ser que se queira tomar como análise a simples constatação de que o povo está oprimido e descontente. Trata-se de uma *estratégia* construída à base de premissas subjetivas. Da premissa de ser a ação do revolucionário que cria a situação revolucionária. Com isso, depois de ter liquidado o conceito do partido revolucionário do proletariado como instrumento de formação da classe independente, Marighela abandona um segundo princípio básico do marxismo-leninismo.

Tanto para Marx, como para Lênin, os revolucionários não *criam* as situações revolucionárias e não *fazem* as revoluções. Esse conhecimento foi uma das premissas para o socialismo se tornar científico. Os revolucionários só podem aproveitar as situações revolucionárias que a própria sociedade produz, na medida

em que aprendem a discernir as leis sociais que regem a vida da sociedade e transformar essas situações em revolução, na medida em que souberem mobilizar e dirigir a classe revolucionária para preencher o seu papel. Pois revolução significa a substituição do domínio de uma *classe* por outra *classe*.

Toda a atividade militante, tanto de Marx como de Lênin, estava marcada pela defesa e aplicação desse conhecimento. Marx, no fim da sua primeira experiência revolucionária de 1848, foi obrigado a enfrentar a facção Willich-Schapper na Liga dos Comunistas, porque essa queria continuar as insurreições a todo custo. Mostrou ele como a situação revolucionária tinha sido provocada pela crise econômica e como a superação dessa crise impedia naquele momento um recrudescimento do movimento revolucionário, que tinha sofrido derrotas militares. A situação mudara e os revolucionários tinham de se adaptar às condições criadas para poder preparar o proletariado para enfrentar melhor as novas situações revolucionárias, que surgiriam inevitavelmente, porque é a própria sociedade que se encarrega de produzi-las. Mas os revolucionários certamente não preencheriam seu papel se insistissem em bater com a cabeça contra a parede. O mesmo problema, em outros termos, Marx enfrentou ainda quase no fim da vida, nas lutas com os adeptos de Bakunin, cujos conceitos subjetivos de revolução tinham contribuído para a dissolução da Primeira Internacional.

Lênin começou a sua atividade marxista com a luta contra os “narodnikis”, os populistas russos, conservadores das tradições da conjura e do terrorismo como armas principais de libertação do povo. E terminou a vida debatendo-se com tendências voluntaristas dentro da própria Internacional Comunista, onde facções e partidos inteiros não queriam se conformar com o fato da primeira onda da revolução mundial ter passado. E insistiu na mudança das táticas, adequando-as a uma situação não revolucionária, porque se não se preparar o proletariado durante as fases de relativa estabilidade do capitalismo, não se será capaz também de aproveitar a próxima situação revolucionária.

Um dos aspectos fundamentais da estratégia e tática do marxismo-leninismo é justamente levar em conta a conjuntura revolucionária na elaboração das linhas políticas. E é justamente essa experiência que os quatro primeiros congressos da Interna-

cional Comunista, com a colaboração direta de Lênin, procuraram sistematizar em escala mundial.

A situação do Brasil em 1968 de maneira nenhuma pode ser considerada como revolucionária. Ao contrário, o país saiu da crise econômica cíclica. Tanto em 1968, como em 1969, a expansão foi ao redor de 9% ao ano. A crise política existente, que levou ao segundo golpe militar de dezembro de 1968, deve-se ao fato de as Forças Armadas precisarem convencer parte da classe dominante da necessidade de continuar a ditadura (e isso implicou no seu reforço), apesar do alívio da crise econômica e da retomada da expansão. A oposição burguesa encontrou respaldo na classe média, desiludida com a ditadura. De outro lado, havia um ascenso do movimento da classe operária que, encorajada pela expansão econômica e pela absorção do desemprego industrial dos últimos anos, começou a reagir contra o rebaixamento do nível de vida que sofrera. O campo estava quieto ainda, sem nenhum indício de que o movimento nas cidades já o tivesse atingido. Tudo isso forneceu um terreno propício para a retomada da luta em um nível de consciência mais alto do que antes de 1964. Mas estávamos longe de poder colocar em cheque o sistema social.

Apesar disso, Marighela *declarou* a guerra revolucionária na cidade e no campo. O resultado foi um confronto direto entre parte da esquerda clandestina e o aparelho de repressão; confronto que se deu absolutamente sem a participação das massas, nem sequer em termos de um apoio protetor – e o resultado dessa luta desigual nas cidades foi o sacrifício da imensa maioria dos quadros que constituía o “movimento armado”.

Até aqui, nós citamos Marighela como expoente de toda a corrente da luta armada, apesar do fracionamento existente. Embora ele tenha se preocupado mais do que qualquer outro em fundamentar teoricamente a sua posição – fundamentação que frequentemente não foi aceita pelos demais – a *prática* de todos os grupos da chamada guerrilha urbana foi a mesma. Mas agora temos o direito de perguntar porque justamente Marighela, com seus trinta anos de responsabilidades de liderança no Partido Comunista Brasileiro – e não Lamarca, que vem de um setor completamente diferente – tomou essa atitude, da qual não podia ignorar que se chocava frontalmente com toda a experiência e ensinamento leninistas. É

verdade que, pouco antes do seu assassinato pela polícia paulista, em uma entrevista concedida a Conrad Detrez, na revista “Front”, declarou não ser mais marxista-leninista “ortodoxo”. Mas até onde existe aqui um marxismo-leninismo “não-ortodoxo”?

Parece ter sido a concepção fundamental e contraditória que teve da revolução brasileira o que melhor explica os equívocos de Marighela. Embora não aceitasse os esquemas e modelos dos nossos “chineses” ortodoxos – esse caminho lhe parecia problemático demais para o Brasil, onde o campesinato tem outras características – acreditou que a revolução poderia se movimentar do campo para a cidade. A solução acreditou ele ter encontrado no precedente cubano e assim tomou elementos emprestados das duas revoluções para a formação do seu “plano estratégico”. O fato é que não aceitou o “foco catalisador” de Che Guevara e se decidiu pelo “Exército de Libertação”. Mas não é toda síntese que é dialética.

O exemplo chinês era importante para o plano dele, porque foi justamente na China onde a conjuntura revolucionária, os altos e baixos nas lutas de classes, não tiveram o mesmo peso como nos países industrializados, e nunca chegaram a provocar uma interrupção na luta armada, uma vez desencadeada. Em primeiro lugar, porque na China e principalmente no interior do país, o capitalismo era pouco desenvolvido e rudimentar, de maneira que o ciclo econômico pouco influía. Em segundo lugar, a própria revolução tinha se tornado agrária. E, terceiro, mas nem por isso menos importante, porque os comunistas chineses tinham podido estabelecer “regiões libertadas”, com administração e governo próprios e podiam, portanto, aguardar em posições fortificadas o recrudescimento da conjuntura revolucionária no país.

Essa perspectiva não se dá para a revolução brasileira, embora hoje se fale muito também sobre um “Vietnã” no Brasil. Esquece-se, todavia, que os camponeses sul-vietnamitas podiam lutar esse tempo todo, porque tinham um *binterland* no norte e, atrás do norte, tinham a China e a Rússia para aguentar a guerra prolongada. Na América Latina, por enquanto, somente a reação poderia contar com semelhante apoio material para uma luta prolongada em termos de regiões geográficas. E Marighela sabia disso, e o disse claramente:

Em nenhum momento a guerrilha brasileira deve defender áreas, territórios, regiões, ou qualquer base ou posição fixa. Se atuásse-

mos assim, permitiríamos ao inimigo concentrar suas forças em campanhas de cerco e aniquilamento contra posições conhecidas e vulneráveis. (“Sobre problemas e princípios estratégicos”).

Esta já é uma experiência da Revolução Cubana. Uma outra conclusão que, todavia, Marighela não quis tirar é que a guerra revolucionária em Cuba, a guerrilha, foi iniciada em um momento de grave crise econômica (e social) em que um entre quatro cubanos estava desempregado e em que Cuba não conseguia vender a maior parte da sua colheita de açúcar, a espinha dorsal da sua economia.

A mesma incongruência se manifesta nas funções que Marighela atribui à guerrilha rural. Para ele, é um núcleo do Exército de Libertação. Na prática, isso significa que, como na China, a revolução vai do campo para a cidade, que é tomada e libertada. Ele deixa isso claro:

Somente quando as forças armadas da reação já estiverem destruídas e a máquina do Estado militar burguês não puder mais atuar contra as massas, é que deve ser decretada a greve geral na cidade em combinação com a luta guerrilheira, para ser vitoriosa. (Idem)

Aqui temos uma interpretação um pouco unilateral da experiência cubana. Quando a guerrilha desceu da serra, as forças armadas de Batista não estavam destruídas ainda, apesar de todas as derrotas que sofreram. Ainda perfaziam 15 vezes, pelo menos, o número de guerrilheiros em armas. A máquina do Estado Militar burguês, todavia, não pôde agir mais contra as massas porque estas estavam em greve geral insurrecional vitoriosa, o que permitiu à guerrilha entrar em Havana sem dar um tiro. Foi a combinação desses dois fatores, o da guerrilha, que possibilitou a greve nas cidades e vitória dessa greve que permitiu à guerrilha penetrar nas cidades, que representou o traço fundamental da Revolução Cubana. Mas em Cuba não houve “Exército de Libertação Nacional”. A guerrilha foi o *catalisador* de um processo revolucionário, “um pequeno motor que punha em movimento um grande motor”, como disse Fidel. E os dois motores se movimentaram na mesma direção.

Como surgirá então o Exército de Libertação Nacional no Brasil? Da mesma maneira como na revolução chinesa? Esse caminho Marighela já tinha eliminado parcialmente, quando negou a

possibilidade de regiões libertadas. Ele, porém, é mais claro ainda sobre situação do nosso campo:

Não é provável que das lutas reivindicatórias (dos camponeses) surjam guerrilhas rurais no sentido estratégico. Os camponeses brasileiros têm consciência política limitada e a tradição das suas lutas não vai além do misticismo ou do banditismo, sendo ainda recente e limitada sua experiência de luta de classes sob a direção do proletariado. (Idem)

Se estes são os fatos que predominam no campo, e nós concordamos que essa é a realidade, como se formará então o Exército de Libertação Nacional, a arma estratégica da revolução? Com os quadros estudantis e de ex-estudantes, vindos das cidades? Isso é uma atitude tão idealista como a de lançar esses quadros em um confronto armado com o aparelho de repressão das cidades. Já que Marighela teve a lucidez de ver que o movimento camponês surgiu sob o impacto do proletariado da cidade, suas conclusões deviam ser diferentes.

A população do campo, trabalhadores assalariados, meeiros, posseiros e pequenos camponeses, só vai se movimentar, organizar e intervir nas lutas de classe em escala nacional, em torno de um movimento proletário nas cidades, em torno de uma classe operária, que defenda os interesses elementares dos seus aliados no campo e os ensine a lutar, dando o exemplo da própria luta. Por isso, no presente momento e por algum tempo, o “problema chave” não é a “questão camponesa” e, sim, a situação do proletariado sem o qual não resolveremos o problema do campo; e a “zona estratégica” é a cidade, onde essa classe operária tem de ser formada e mobilizada.

E por isso, a guerrilha só pode desempenhar no Brasil um papel semelhante ao que desempenhou em Cuba, isto é, de catalisador de um processo revolucionário, cuja principal força motriz é o proletariado industrial. Todavia, preencherá essa função somente dentro da conjuntura revolucionária. No Brasil, no presente momento, não existe situação revolucionária ou mesmo pré-revolucionária, que lhe permitisse desempenhar esse papel. O sacrifício, nos últimos dois anos, dos recursos materiais das esquerdas na chamada guerrilha urbana, reduz atualmente mesmo as chances de sobrevivência de um foco guerrilheiro, independente do seu desempenho político.

“Luta armada” como nova versão da “ação direta”

Estreitamente ligado à concepção de Marighela de “guerra revolucionária” contínua e independente da conjuntura econômica e política da sociedade capitalista, é o seu conceito de “luta armada”. Em “O papel da ação revolucionária na organização” ele explica o que vê de novo na sua estratégia e tática:

Nas atuais condições do Brasil existem entre os revolucionários duas concepções distintas de trabalho de massa e de relações com o povo. Uma dessas concepções é a das organizações que partem das reivindicações imediatas e, através dessa atividade, buscam ganhar as massas para a revolução.

A ditadura militar, em troca, não admite a luta reivindicatória e lança contra ela decretos proibitivos, leis de exceção e, sobretudo uma potência de fogo crescente e, portanto não vacila em reprimir com chumbo as manifestações de rua.

As organizações que restringem suas atividades ao trabalho de massas através da luta reivindicatória e com vistas a sua transformação em luta política, terminam reduzidas à impotência frente à superioridade armada do inimigo.

A outra concepção, acerca do trabalho de massas e das relações com o povo, é o das organizações cuja preocupação fundamental consiste em partir para a luta armada e tem como fim enfrentar a ditadura através de um poder de fogo mesmo pequeno, mas manejado pelos revolucionários e pelos movimentos de massas.

Ao redor desse poder de fogo, que surge do nada e que vai crescendo pouco a pouco, a massa se aglutina, constrói a sua unidade e marcha até a tomada do poder.

Se na primeira parte da citação Marighela explica porque nas condições brasileiras acha impossível (?) realizar o trabalho de agitação, propaganda e organização no seio da classe operária, o qual é o “pão de cada dia” do revolucionário marxista, na segunda resume o seu conceito de luta de classes nas novas circunstâncias: é o “poder de fogo” dos revolucionários, o qual “surge do nada”, mas que “vai crescendo pouco a pouco” e em torno do qual “a massa se aglutina” até tomar o poder.

Esse conceito de “luta armada” revelou dois pontos capitais fracos. Em primeiro lugar, apesar das reiteradas afirmações de se tratar de uma nova “concepção acerca do trabalho de massas” e

que “as massas se aglutinam” em torno desse “potencial de fogo”, não há lugar para as “massas” nessa forma de luta, travada por grupos herméticos que pensam *substituir* a ação das massas, que a ditadura militar “não admite”.

Em segundo lugar, e isso a experiência de dois anos mostrou para quem não soube aproveitar as lições da história, a massa longe de se aglutinar em torno do “potencial de fogo”, se retraiu, caiu na passividade e a “Vanguarda Político-Militar”, apesar da auréola romântica que conseguiu criar em muitas camadas, está hoje mais isolada do que no início da sua ação. É precisamente a falta de ligação com as massas de trabalhadores e sua falta de atividade política que fez, após as primeiras ondas de euforia, com que os grupos armados hoje, em vez de aumentarem o seu “poder de fogo”, não pudessem nem substituir as perdas que sofreram nesta luta desigual.

Dissemos que este aspecto da questão era novo para aqueles que não souberam aprender com a história das lutas de classes. Pois aquilo que Marighela e os demais grupos apresentaram como algo de “novo” nas condições brasileiras, a “luta armada”, não passa de um rótulo novo para um conteúdo antigo, apresentado como “ação direta” pelos anarquistas ou de “terror estimulante” pelos populistas russos.

Que se trata de uma tática terrorista, Marighela não nega. Na mesma obra, já citada, assinala:

Sendo nosso caminho o da violência, do radicalismo e do terrorismo (as únicas armas que podem ser opostas eficientemente à violência inumerável da ditadura), os que afluem a nossa organização não vêm enganados e, sim, atraídos pela violência que nos caracteriza.

Novo, na experiência brasileira, só era o fato de apresentar essa tática como “marxista-leninista”, de querer reduzir a concepção de revolução armada e violenta a táticas terroristas. Dessa maneira, o “dever de cada revolucionário é fazer a revolução”, levado às últimas consequências, nos leva de volta aos tempos de Max Stirner.*

(*) Johann Kaspar Schmidt, conhecido pelo pseudônimo de Max Stirner (1806-1856). Foi um escritor e filósofo alemão, com trabalhos centrados no existencialismo, niilismo e no anarquismo individualista.

Para o marxismo e para o leninismo, *luta armada* sempre foi e continua sendo *luta de classes armada* e não a obra de grupos ou indivíduos, por mais heróicos que se possam revelar. Luta armada significa armar uma classe ou uma facção de classe, mas significa, em todo caso, armar massas de oprimidos.

Marx deixou claro isso em todas as revoluções européias que assistiu e especialmente em relação às táticas bakuninistas e blanquistas. Lênin defendeu e fomentou a guerrilha urbana na Revolução Russa de 1905. Mas se tratou de uma situação revolucionária e a guerrilha urbana servia para preparar o levante do proletariado de São Petersburgo e de Moscou. O que ele entendia por guerrilha urbana era a ação de pequenos grupos de operários armados que saíram das fábricas para dizimar e desmoralizar as forças da repressão.

A luta armada, em termos marxistas, sempre foi e continua sendo inseparável da estratégia geral da revolução, que pode ser desenvolvida levando em conta os fatores materiais da luta de classe, as conjunturas, altas e baixas, do desenvolvimento da sociedade. Isso diz respeito igualmente à forma peculiar de luta armada, o foco guerrilheiro. Isolado do contexto geral da luta de classes, tende a substituir o movimento de massas, em vez de catalisá-lo, e dez anos de experiências latino-americanas assim o demonstram. O fato de nós sabermos que a revolução é um ato violento e que se realiza por intermédio de uma luta armada, não quer dizer que ser revolucionário é ter atividade de violência e viver com a arma na mão. Querer que os quadros “sejam atraídos pela violência que nos caracteriza”, é regredir para uma atitude anarquista primária, é não ter aprendido nada do marxismo-leninismo e ter esquecido o pouco que sabia.

Traduzido isto para a situação atual do Brasil, significa que não há luta armada no país e não há situação que a justifique do ponto de vista da luta proletária. O que há é a tentativa de substituir a luta de classes por ações armadas de grupos isolados das massas. E seu isolamento das massas é o preço da sua sobrevivência como grupos armados.

Combater a ficção da “luta armada” e reduzi-la às suas verdadeiras proporções de tática terrorista não significa aderir a uma “linha pacífica”, como procuram fazer crer os apologistas da dita

tática. No Brasil de hoje o uso da arma na luta diária se impõe e se justifica permanentemente frente à repressão. Mais de uma vez se deram libertações de presos políticos de arma na mão. Expropriações são um recurso legítimo de uma organização clandestina, principalmente depois do Ato 5. Igualmente não se discute a validade de sequestros, quando realizados em termos políticos. Isso tudo, entretanto, não passa de atos defensivos de um movimento clandestino frente à repressão e só tem sentido como ações complementares de uma política militante no seio das massas trabalhadoras e não como substituto dessa.

A expropriação é uma questão de relações de forças e de segurança da organização ilegal. Nenhuma organização com uma linha proletária atuante vai se lançar em atos de expropriação, quando estes impedem e desorganizam o trabalho operário e a forçam a um duelo com a máquina de repressão. O diabo não se cutuca com vara curta. Quando, todavia, a expropriação se torna praticamente a única atividade de grupos inteiros, e esse é o caso na maioria deles, de fato se torna *tática* e se torna tática terrorista. Quando centenas de jovens são lançados nessa atividade, como sendo a atividade revolucionária, eles próprios começam a acreditar que estão expropriando a burguesia, como caminho da revolução. Quando essa atividade é divulgada, procura-se dar essa crença ao “povo”: “Fizemos dos assaltos a bancos uma modalidade popular da ação revolucionária”, diz Marighela em “As perspectivas da revolução brasileira”.

O resultado foi que durante dois anos a grande maioria dos grupos “dispersos e isolados entre si” se lançou a torto e a direito em expropriações de bancos, independente de saber se podiam ou não usar esse dinheiro e também dos caminhos incontáveis que esses recursos tomaram. Resultado também foi que a grande maioria dos pequenos grupos sucumbiu no confronto e os maiores não escaparam à sangria. Grande parte dos reagrupamentos havidos nos últimos dois anos na nova esquerda foi produto da destruição de grupos inteiros, cujos restos se reuniam sob novo rótulo. Foi esse o caso da Colina, cujos militantes sobreviventes em liberdade tiveram de abandonar Belo Horizonte e que, fundindo-se com a antiga VPR, que tinha sofrido perdas semelhantes, fundaram a VAR. Ambas as organizações tinham perdido as suas bases operárias,

arrastadas pelas quedas dos seus aparelhos militares. Destino semelhante tinha sofrido uma das organizações mais enraizadas no proletariado de Minas, a “Corrente”. Tendo uma posição dúbia – trabalhava com a Política Operária nas fábricas, porque Marighela não tinha orientação para o trabalho operário, e colaborava com Marighela no setor militar, porque a Política Operária “subestimava a luta armada” – toda a organização foi arrastada pelas aventuras armadas. Um fim parecido estava reservado ao PCBR na Guanabara, quando a direção e a espinha dorsal da organização caiu, após a formação de um “Comando Político-Militar” por uma oposição interna. E na própria ALN, de Marighela, as bases operárias que o tinham acompanhado na cisão ficaram em pleno abandono porque não cabiam no esquema de “luta armada” e procuraram outras organizações para uma orientação do trabalho no seio da classe operária.

Não é de admirar que as massas não se tenham “aglutinado”. A classe média não aderiu. Na pequena burguesia sempre dividida, a maioria conservadora não tinha muita compreensão para as táticas terroristas que contrariavam seus instintos de propriedade e de segurança. A parte esquerdizante e radicalizada da pequena burguesia mostrou simpatia e mesmo entusiasmo, no sentido de que, finalmente, *alguém* estava fazendo alguma coisa, mas as suas atividades se limitaram a computar os casos de expropriações e, frente ao terror policial crescente, essa camada recuou.

Reação semelhante, e com os mesmos resultados, atingiu grande parte da classe operária, a oposição natural mais pronunciada contra o regime. Entretanto, a parte mais consciente do proletariado, aquela que se empenha em organizar a classe e tem consciência dos problemas de luta, não pode dar-se por satisfeita. Para ela não há lugar nesse duelo entre “grupos armados” e repressão, a não ser que se separem da classe e se integrem aos grupos militares. Além disso, viram como, nos últimos dois anos, se perderam sistematicamente os seus quadros em virtude da “luta armada” e se perdeu o apoio de organizações inteiras que, bem ou mal, sustentavam as atividades nas fábricas.

Não foi sem motivos que a massa não se “aglutinou”. E os quadros dessa “luta armada” já o sentem. Esse sentimento se manifestou nas declarações de alguns dos quarenta presos trocados pelo

embaixador alemão, quando da sua chegada à Argélia. Carlos Minc Baumfeld* declarou ao “Der Spiegel” que a guerra contra a ditadura mais brutal da América Latina será prolongada, de dez a vinte anos. E isso, “não só por causa da superioridade do inimigo”, mas antes de tudo porque as massas do povo brasileiro se encontram “num nível muito baixo de consciência política”. Responsável por essa situação, segundo o ex-sargento Darci Rodrigues, são em parte as próprias esquerdas, “que se preocuparam demasiadamente pouco com a consciência das massas”.

E a luta será mais prolongada ainda se as vanguardas marxistas não abandonarem sua posição duvidosa frente à “luta armada” e se decidirem conseqüentemente por uma linha de luta proletária. Os desvios e as aventuras têm de ser desmascarados e combatidos e esse é o único caminho para a alternativa revolucionária se impor no Brasil. Silêncio é conivência hoje, como foi antes de 1964, quando combatemos o oportunismo de direita responsável pelas derrotas da classe operária. Devemos a clareza de nossas posições a respeito desse assunto aos inúmeros quadros operários conscientes dos problemas da sua classe e da revolução brasileira; eles estão esperando orientação em escala nacional. Eles, com um heroísmo anônimo, esses anos todos, ficaram nos seus postos – nas condições mais adversas – e levaram à frente, com os recursos que tinham à disposição, a obra revolucionária e não deixaram que a flama se extinguisse. Eles não nutriram as ilusões imediatistas da esquerda “armada” e não tinham as satisfações duvidosas das ações espetaculares que repercutiram na imprensa burguesa. Mas sabiam e continuam sabendo que não só não se liberta um povo de 90 milhões com “ações espetaculares”, como também não se transforma uma sociedade dessa maneira. Estes são os fiadores da futura revolução socialista e proletária do Brasil.

E mais uma vez Lênin

Se nós, para encerrar esse capítulo, evocamos mais uma vez Lênin, não o fazemos para forçar paralelos históricos. Os paralelos se impõem, todavia, através da história das lutas de

(*) Atual Ministro do Meio Ambiente do Governo Lula. Ex-militante da VPR – Vanguarda Popular Revolucionária, foi um dos prisioneiros políticos libertados através do sequestro do embaixador alemão em junho de 1970.

classes da época moderna, na medida em que sucessivos países são absorvidos pela evolução do capitalismo, criando as várias classes que constituem a sociedade burguesa. E estas classes, em condições de estrutura social semelhante, desenvolvem frequentemente reações ideológicas semelhantes. Isso se dá também em relação a uma classe criada pela sociedade burguesa, a qual, falando francês, português, russo ou espanhol, parece traduzir as mesmas ideias de uma língua para outra, embora insista cada vez mais em estar fazendo uma contribuição nova e original para a solução dos problemas dos seus países. Trata-se da pequena burguesia da sociedade capitalista, também chamada de classe média pelos anglo-saxões, mais pragmáticos. Trata-se do berço da maioria das ideologias dominantes, desde os preconceitos da vida diária até as “ciências sociais” das universidades burguesas. É da pequena-burguesia que surgem os ideólogos que dizem ao capitalismo nacional o que fazer para proteger seus interesses autóctones e que dizem ao proletariado o que fazer para proteger os seus “interesses” socialistas. Às vezes são os mesmos ideólogos que se encarregam das duas tarefas. E quanto menos desenvolvido o movimento operário, e quanto mais baixo o nível de sua fusão com o marxismo, mais alta é a voz dos ideólogos da classe média.

Por isso parece que nós – e não somente nós – estamos agora na fase das doenças infantis, pelas quais outros povos passaram antes de nós. Em todo caso não se pode negar que nós estamos debatendo alguns dos problemas fundamentais e de princípio do socialismo proletário que Lênin já enfrentou em 1902.

Lembremo-nos que os nossos terroristas fazem questão de reafirmar em todos os seus documentos que a chamada “luta armada” não está em contradição com o trabalho de massas, que, ao contrário, é hoje a única maneira de “aglomerar” massas, etc. Marighela pretende apresentar uma tática nova, quando diz, em “O papel da ação revolucionária na Organização”:

De acordo com esse ponto de vista, o movimento de massas não terá condições de subsistir se não estiver escudado no próprio poder de fogo dos revolucionários. Nossa organização é seguidora dessa concepção revolucionária e por isso não pode ser acusada de subestimar o movimento de massas.

Fato é que os socialistas-revolucionários russos apresentaram argumentos análogos para defender a mesma posição. Não dispomos dos documentos originais deles, mas Lênin deixa pouca dúvida a respeito quando verifica em “Aventureirismo Revolucionário”:

Os socialistas-revolucionários ao defender o terror, cuja inutilidade tem sido demonstrada pela experiência do movimento revolucionário russo, declaram que admitem o terror unicamente ligado ao trabalho de massas e que, por isso, não os afetam os argumentos com que os social-democratas russos refutavam (e têm refutado extensamente) a conveniência deste método de luta...

Não repetiremos os erros dos terroristas, não nos distrairemos do trabalho entre as massas – asseguram os socialistas-revolucionários; porém, ao mesmo tempo, recomendam zelosamente ao Partido atos como o assassinato de Sipiaguin por Balmáshev, ainda que todo o mundo saiba e veja muito bem que este ato não teve – nem poderia ter, pela forma como foi realizado – nenhuma relação com as massas e que aqueles que o cometeram não confiavam nem contavam com nenhum apoio ou ação concreta da multidão. Os socialistas-revolucionários não percebem, ingenuamente, que sua inclinação para o terror está unida por mais estreitas relações causais ao fato de ter-se encontrado desde o primeiro momento, e de seguir encontrando-se, à margem do movimento operário, sem tratar sequer de se converter no partido de uma classe revolucionária que sustente sua luta de classe.

E se Marighela afirma que a ditadura militar “não admite a luta reivindicativa” e lança contra ela “sobretudo uma potência de fogo crescente e, portanto, não vacila em reprimir com chumbo as manifestações de rua”, que, portanto, o seu caminho é de “violência, do radicalismo e do terrorismo, as únicas armas que podem ser opostas eficientemente à violência inumerável da ditadura...”, o que o distingue de um socialista-revolucionário do início do século? Lênin, citando os socialistas-revolucionários:

Contra a multidão, a autocracia tem os soldados; contra as organizações revolucionárias, a polícia secreta e não-secreta; porém, o que poderá salvá-la de indivíduos isolados ou de pequenos círculos, que se preparam constantemente para o ataque, inclusive conservando secretas relações entre si e que atacam? Nenhuma força ajudará contra a imunidade à captura. Portanto, nossa tarefa é clara: afastar todo verdugo autoritário da autocracia pelo único meio que a autocracia nos deixou: a morte.

Mesmo a receita da “dispersão das forças” é recomendada também por Marighela que, no apelo “Ao povo brasileiro”, aconselha a atacar por todos os lados com muitos grupos armados e de pequenos efetivos “compartimentados uns dos outros e sem elos de ligação”. E essa falta de imaginação dos adeptos da “ação direta” através das décadas de luta de classe tem como consequência problemas que se repetem no seio de classes operárias jovens:

Exortar ao terror, à organização de atentados contra os ministros por pessoas isoladas e círculos desconhecidos entre si, num momento em que os revolucionários *carecem* de forças e meios *suficientes* para dirigir as massas, que já se põem de pé, significa implicitamente não só interromper o trabalho entre as massas como desorganizá-lo de maneira direta... os duelos, justamente porque não passam de *duelos* dos Balmáshev, causam somente uma impressão efêmera de momento e levam afinal inclusive à apatia, à espera passiva do *duelo* seguinte. (Grifos de Lênin – Idem.)

E que não se diga que no Brasil a situação é diferente porque na “nossa” prática terrorista a ênfase é dada a “pequenos grupos” e não à ação isolada de indivíduos. Os pequenos grupos “compartimentados uns dos outros” e cada um travando a sua própria “luta armada”, agem da mesma maneira descoordenada, como os indivíduos agiram e são tão isolados do movimento de massas como os indivíduos o eram.

E para não deixar dúvidas sobre a posição de princípio de Lênin a respeito do problema, queremos deixar aqui algumas das suas conclusões:

A social-democracia estará sempre em guarda contra o aventureirismo e denunciará implacavelmente as ilusões que terminam de maneira inevitável no mais completo desengano. Devemos ter presentes que um partido revolucionário é digno deste nome unicamente quando dirige *de verdade* o movimento de uma classe revolucionária. Devemos ter presente que todo movimento popular adquire formas infinitamente diversas, elabora sem cessar novas formas e abandona as velhas, criando variações ou novas combinações das formas velhas e novas. E é nosso dever participar de maneira ativa nesse processo de elaboração de métodos e meios de luta.

Sem negar em princípio, de maneira alguma, nem a violência nem o terror, exigimos que se trabalhasse na preparação de formas de violência que previssem e assegurassem a participação direta das massas. Não fechamos os olhos ante a dificuldade desta tarefa, porém trabalharemos com firmeza e tenacidade para cumpri-la, sem que nos turvem as objeções de se tratar de “um futuro longínquo e impreciso”. Sim, senhores, somos partidários também das futuras formas do movimento e não somente das passadas. Preferimos o longo e difícil trabalho que tem futuro e não a “fácil” repetição do que já foi condenado pelo passado.

E o que fazer?

“Mas – ouvimos objetar os amigos bem-intencionados –, qual é a vossa alternativa de luta armada? Afinal, a luta armada já se tornou um fato consumado no Brasil de hoje”.

Não estamos tão convictos que essa forma de “luta armada” já se tenha tornado “fato consumado” no sentido de uma instituição nas lutas de classe do país. Trata-se de um movimento que tem as suas origens sociais e há condições objetivas que o favorecem – como o declínio do movimento de massas depois de 1968. Mas por isso mesmo representa também uma “onda” que está sujeita a se esgotar. As reservas dos grupos armados ainda vivem do afluxo de quadros que o movimento de massas anterior a 1968 criou, mas, como já vimos, foram forçados a desistir do trabalho político entre as massas e a condição do seu aperfeiçoamento e de sua segurança depende do seu isolamento conspirativo. Acontece, todavia, que as perdas são inevitáveis no confronto com o aparelho de repressão e o fato de não haver, da parte deles, o mínimo de trabalho de massas necessário – com uma constante triagem de quadros – para substituir as perdas, põe limites físicos a esse modo de “ação direta”. Esse fenômeno já está bem sensível nas condições brasileiras.

Em segundo lugar, há os resultados concretos. Quando, após todos os sacrifícios e o heroísmo individual e coletivo dos militantes que se dedicam a esse gênero de combate à ditadura, se descobre que tudo isso não abalou e não abala a máquina repressiva, nem a administrativa, nem o ritmo de expansão econômica, então chega um momento de desilusão política. Quando se descobre que para a ditadura a ação dos grupos armados é uma ocasião propícia de

eliminar boa parte do potencial em quadros revolucionários do país e que esse gênero de “luta armada” tem o efeito de alfinetadas contra o elefante, o animal enfurece-se, mas não deixa de ser elefante vivo – então chega a hora desses militantes perguntarem se não se está pagando um preço alto demais para essa experiência. Quando, finalmente, se descobre que, após cada golpe bem sucedido, a massa, depois da euforia inicial, volta a ser o que era antes, mas não se “aglomera”, chega a hora de perguntar se os meios atingiram os fins. E a pergunta será colocada. E quanto mais cedo, menos doloroso será o desfecho.

Qual é a nossa alternativa de “luta armada”? É armar massas, é armar classes.

Já salientamos que para nós o auge da luta armada é a insurreição dos trabalhadores como ato físico da revolução. E a nossa “estratégia de luta armada” é prepará-la politicamente e militarmente, como na guerra de guerrilhas, quando as condições o possibilitam. Mas, por isso, não limitamos o uso de armas à insurreição e à guerrilha. Quando necessário, uma reunião armada é um ato de defesa natural contra um inimigo que atira – mas ainda não é “luta armada”. Uma demonstração de rua armada igualmente ainda não é “tática de luta armada”, embora possa se transformar nisso. Há uma questão de critério na atuação do revolucionário e esse vai guiá-lo para evitar “cutucar o diabo com vara curta”. Queremos somente lembrar que tais formas de proteção e de defesa já estavam presentes na vida política no país. Mesmo depois do Ato 5, nossos companheiros realizaram comícios na entrada da “Volkswagen”, em São Paulo, com cobertura armada para possibilitar a fuga dos operários e uma retirada, em caso de chegada da polícia. Sabemos também que nesse, como em casos anteriores, agiu-se com meios insuficientes, mas a experiência indica o caminho do futuro.

Antes de tudo, porém, queremos deixar claro, que “luta armada” não é, para nós, nenhum fetiche para substituir a luta de classes. Para nós a guerra continua sendo “a continuação da política com outros meios”. E o problema é criar as condições políticas para poder passar para o estágio da luta armada, para poder armar a classe.

Quando falamos em criar as condições políticas, referimo-nos às condições que uma vanguarda revolucionária *pode* criar, isto é,

formar e organizar a classe operária, e a sua luta armada será a continuação lógica da sua luta política consciente contra o regime. E o próprio regime se encarregará de preparar o terreno para isso.

Dar consciência de classe ao proletariado não se consegue indo às fábricas para convidar os operários a aderir à “luta armada”. Isso, na melhor das hipóteses, se consegue com um ou outro operário, desligando-o da classe. Organizar o proletariado, tampouco, se consegue querendo transformar toda greve em luta armada. Com isso só se consegue dificultar gratuitamente as greves. Formar e organizar o proletariado só se consegue mediante um trabalho político, de conscientização, de agitação e propaganda, de lutas diárias e de lutas parciais contra o regime.

E por isso insistimos de novo: é a formação dessa classe operária, ou pelo menos dos seus setores decisivos, que repercutem na classe toda, a premissa que cria as condições de luta armada. A mobilização do proletariado repercutirá em toda a sociedade brasileira e modificará as relações de forças na luta de classes. Não só preparará ela mesma como exército de guerra civil e representará o polo nacional para a organização das massas camponesas, como se fará sentir nas próprias forças armadas, em escala muito maior do que em 1964.

Mas, nesse processo, nós temos um papel ativo a preencher e esse não consiste em travar uma luta armada mirim e querer provocar uma mini-guerra civil, *esperando* que as massas se “aglomerem”. Para ganhar as massas proletárias é preciso trabalhá-las, conscientizá-las e ensiná-las a lutar.

Afinal, como diz a canção que foi cantada justamente porque ia ao encontro das aspirações das massas:

“Esperar não é saber, quem sabe faz a hora não espera acontecer”.

PARTE IV

PROLETARIADO BRASILEIRO E REVOLUÇÃO MUNDIAL**A herança do passado**

Para compreender e julgar a situação criada no Brasil temos de levar em conta o fato de que a sua esquerda e seu movimento operário não venceram ainda a crise, na qual está se debatendo desde o pós-guerra; pelo menos, foi o que se tornou patente com a derrota sofrida em 1964.

Devemos compreender, também, que essa crise não é somente “nossa”. Situações semelhantes à do Brasil se encontram em todo o continente, nos mais diversos níveis; e não só no continente, pois a crise afeta igualmente, embora de modo diferente, o proletariado dos países altamente industrializados e lá tem causas ainda mais antigas do que entre nós, que surgimos mais tarde no cenário das lutas de classes proletárias.

Trata-se da crise geral do movimento comunista, que foi fundado e fundamentado teoricamente por Lênin e seus companheiros nos tempos da Terceira Internacional, que não chegou a preencher o papel para a qual estava destinada. Para avaliar o alcance desse fato, temos de ter clareza sobre o que o leninismo significou e continua significando no desenvolvimento do marxismo e do movimento operário militante.

Já mencionamos que toda a atividade política de Marx e Engels consistia em fazer penetrar a sua teoria do socialismo científico no movimento operário da época. O grande instrumento do qual podiam se utilizar foi a Associação Internacional dos Trabalhadores, a Primeira Internacional. Esta tinha um papel limitado e de fato não sobreviveu ao choque entre os continuadores das velhas seitas utópicas e os marxistas, mas um dos seus resultados mais importantes (embora demorasse a surgir) foi a fundação de partidos políticos da classe operária na maioria dos países industrializados de então. Já assinalamos também que esses partidos representaram o resultado material da fusão do marxismo com o movimento operário da época, causa e efeito da formação de uma classe operária *para si*, e que cresceram e se fortaleceram de tal maneira que em fins do século passado poderiam pensar em se reunir novamente em uma Internacional. Formaram a Se-

gunda Internacional, que foi a primeira criada à base da doutrina de Marx e Engels.

Esta Segunda Internacional, revolucionária durante a primeira parte da sua existência (como divisor de águas pode-se, *grosso modo*, tomar o ano de 1905), representava o marxismo, teórico e prático, tal como tinha sido deixado por Marx e Engels. Não demorou, todavia, para que a Segunda Internacional degenerasse completamente como instrumento de lutas revolucionárias e se adaptasse à sociedade burguesa-capitalista e se integrasse nela. Como pôde acontecer isso? Principalmente por três razões.

Em primeiro lugar, foi fundada em condições em que a luta proletária ainda se desenvolvia no terreno da sociedade burguesa. Na maioria dos países das seções associadas à Internacional, o problema da revolução burguesa não tinha sido solucionado e as “Repúblicas Democráticas” encabeçavam os programas de ação. E mesmo nos países onde este problema estava superado, como a França, não se podia colocar o problema da revolução socialista, da tomada do poder pela classe operária.

Em segundo lugar, a rápida expansão do marxismo nas últimas décadas do século passado foi acompanhada pelo rebaixamento do seu nível. Rosa Luxemburgo já tinha chamado a atenção para o fato de que o marxismo representa um edifício teórico imenso e uno, mas que toda a geração de militantes só tirava dele o que necessitava para a luta imediata. Lênin, por sua vez, destacava o perigo da penetração de elementos pequeno-burgueses no movimento operário, os quais em vez de assimilar o socialismo científico, traziam consigo as ideologias da pequena burguesia para as fileiras proletárias, e ele considerava esse fenômeno responsável pelo revisionismo. A limitação dos objetivos de luta, em parte imposta pelas condições da sociedade burguesa de então, favorecia na maioria dos partidos da Segunda Internacional o desenvolvimento dos fenômenos citados por Lênin e Luxemburgo. O marxismo começou a “limitar-se” aos argumentos necessários à luta pela conquista dos direitos da classe operária dentro da sociedade capitalista e pela democracia política, “enriquecido” frequentemente pelas interpretações dos “aliados” pequeno-burgueses.

Em terceiro lugar, o capitalismo começou a passar por uma mudança qualitativa, conhecida hoje como fase do imperialismo. Essa mudança, lenta e imperceptível no começo, teve para o movimento operário uma série de consequências práticas e teóricas. De início permitiu às burguesias européias a elevação do nível de vida das massas trabalhadoras. Esse fenômeno em si não interrompeu o crescimento da classe, nem restabeleceu a tutela burguesa sobre ela. A elevação do nível de vida não foi um presente da burguesia, foi conquistada em duras lutas de classes, nas quais o proletariado expandiu e melhorou as suas formas de organização. Mas a burguesia *podia* satisfazer grande parte das reivindicações operárias e neutralizar a combatividade do proletariado. Os objetivos dessa luta se tornaram um “fim em si”, processo que foi facilitado pela crescente fraqueza teórica dos partidos da Internacional e que criou as bases materiais do reformismo.

No campo teórico tornou-se claro, para a minoria de esquerda existente na Segunda Internacional, encabeçada por Lênin e Luxemburgo, que o imperialismo e suas consequências tinham de ser interpretados à luz do método. O marxismo “popularizado”, reinante na Segunda Internacional, não dava para isso e uma das razões do seu fracasso foi a sua incapacidade de enfrentar a nova situação. Mas mesmo o “edifício” teórico que Marx e Engels tinham deixado ao proletariado não dava mais para enfrentar as novas tarefas. O socialismo científico tinha de ser desenvolvido e isso só poderia ser feito à base do próprio método materialista e dialético de Marx e Engels. Para poder desenvolvê-lo, antes de tudo, era preciso restabelecer as categorias revolucionárias do marxismo, “esquecidas” nos tempos da Segunda Internacional. Lênin empreendeu essa obra; não foi o único que se dedicou a isso, mas foi quem realizou o trabalho mais completo e mais sistemático. Adaptou o marxismo à fase imperialista do capitalismo.

O que tinha sido inicialmente uma necessidade teórica, logo se tornou uma imposição prática com a Revolução de Outubro na Rússia. Pela primeira vez um proletariado tinha realizado uma revolução vitoriosa e tomado o poder, e isso mudou radicalmente as condições e objetivos de luta em toda a Europa e não demoraria para despertar a Ásia. A época da revolução mundial tinha se iniciado.

Estava claro para Lênin e seus companheiros, aos quais se juntaram os revolucionários de todos os países, que o proletariado não estava preparado para enfrentar a conjuntura revolucionária em plena expansão nos países mais industrializados. Estava sob o domínio dos partidos da Segunda Internacional que, de reformistas, tinham se transformado em defensores abertos da sociedade capitalista. O problema fundamental era transmitir ao proletariado europeu as experiências da revolução russa e reviver suas próprias tradições revolucionárias. Novamente, na história das lutas de classe, se impunha a fusão de uma teoria revolucionária, o leninismo, com o movimento operário existente. Não se tratava de simples repetição da história. Tratava-se de uma fusão em nível mais alto e que podia aproveitar o que o marxismo revolucionário tinha criado no passado. O instrumento dessa fusão foi a Terceira Internacional, a Internacional Comunista.

A nova Internacional nasceu em bases precárias. O único partido que liderava de fato uma classe operária era o Partido Comunista Russo. Havia um segundo, o búlgaro, dos chamados “corações estreitos”, ala revolucionária da social-democracia búlgara, que há muitos anos trabalhava em relações estreitas com os bolcheviques, mas que não pesava muito na escala internacional. Existia a Liga Espartaquista alemã, em torno de Luxemburgo e Liebknecht (que pouco depois foram assassinados), mas que somente em 1921, após a absorção dos socialistas independentes, se tornaria efetivamente um partido dirigindo um setor da classe operária. Os principais partidos, o francês, italiano, etc. se formaram depois da criação da Internacional em Moscou. Lênin, apesar de ciente dessas fraquezas, tinha tido pouca escolha. Fundou a Internacional assim mesmo para criar uma liderança revolucionária, que pudesse enfrentar as tarefas que a situação revolucionária colocava na ordem do dia. Ele tinha pouco tempo, a tentativa tinha de ser feita, antes que a onda revolucionária se esgotasse.

A tentativa falhou. Em 1921/22, Lênin e a liderança da Internacional tinham chegado à conclusão que a primeira onda da revolução mundial tinha passado, sem que a Ditadura do Proletariado se estabelecesse além das fronteiras russas. A tarefa da Internacional era adaptar a sua estratégia e tática à nova situação criada e pre-

parar o proletariado para que pudesse enfrentar a próxima onda revolucionária em melhores condições.

O ponto vulnerável da nova Internacional foi a fraqueza dos partidos que a compuseram. Não tanto a fraqueza numérica em termos de militantes; essa foi superada em muitos países em relativamente pouco tempo, mas a sua fraqueza teórica, agravada pela falta de experiência e tradições próprias. Os partidos comunistas tinham de amadurecer para poder cumprir a sua missão e essa foi uma das preocupações maiores de Lênin, principalmente depois de 1921, quando era evidente que eles tinham tempo para isso. Significava, todavia, na realidade, que a Terceira Internacional ainda não era produto da fusão do leninismo com o movimento operário existente. Na melhor das hipóteses era um produto incompleto; mas tinha a sua razão de ser como instrumento desse processo em andamento.

O processo de fusão e de amadurecimento dos partidos nacionais não chegou a se consumir. A fraqueza ideológica e material dos partidos tinha criado uma extrema dependência de parte deles em relação ao Partido Comunista da União Soviética, o “partido dirigente”, o único que tinha feito uma revolução vitoriosa, e esse fenômeno se acentuou depois da morte de Lênin, em 1924. Não é que antes não tenha existido, mas o próprio Lênin procurou superar essa deficiência do órgão internacional. Em uma das suas últimas intervenções, no 4º Congresso, Lênin lançou uma advertência que era ao mesmo tempo uma autocrítica. Disse que a Internacional tinha adotado demasiadas resoluções “russas”, isto é, redigidas em uma linguagem que o proletariado do Ocidente não entendia. A classe operária do Ocidente não podia fazer a revolução imitando a russa, mas criando as suas próprias formas de luta, adaptadas à sua realidade.

Os sucessores de Lênin não tinham essa preocupação. Empenhados em agudas lutas internas, as facções hostis do PCUS se preocupavam antes de tudo em obter dos demais partidos da Internacional apoio contra os seus adversários. Tanto Stalin como Trotsky subordinavam os problemas e o futuro do comunismo mundial aos seus interesses faccionistas. E a fraqueza e dependência da Internacional, por sua vez, fizeram com que ela forçosamente apoiasse a facção mais forte, a que se identificava com a liderança da União Soviética, para em seguida tornar-se um simples instrumento dela.

O resto de voz e de autodeterminação que a Internacional tinha tido ainda nos tempos de Lênin, foi perdido na fase das lutas de facções no partido russo. A espinha dorsal da Internacional foi quebrada na Alemanha, com o afastamento de mais de 5.000 quadros, na maioria velhos espartaquistas e que mais tarde formaram a Oposição Comunista Alemã.* O exemplo alemão foi repetido nos principais partidos, onde Stalin se apressava em ocupar os cargos com elementos de confiança dele.

Apesar disso, mutilada e expurgada, a Internacional ainda era revolucionária. Seu ultra-esquerdismo simplório e sua tática do “social-fascismo” causou a derrota do proletariado alemão, mas seu objetivo de luta ainda era a revolução mundial e na atuação diária, não tinha ainda abandonado os princípios da luta de classes proletária. A grande reviravolta veio com o 7º Congresso da Internacional, com a política da “Frente Popular”, quando Stalin, através da volta de Dimitroff, descobrira a existência de uma “burguesia progressista” nos países imperialistas do Ocidente, a qual merecia o apoio.

A nova linha foi posta a prova, quase imediatamente depois, na Espanha, onde um proletariado combativo tinha respondido ao golpe militar com uma insurreição, isto é, com um início de revolução. Foi, de fato, a primeira vez, desde os tempos de Lênin, que se tinha criado uma situação revolucionária num país europeu. O Comintern e o Partido Comunista Espanhol enfrentaram essa nova situação criada com a palavra de ordem inédita: primeiro ganhar a guerra civil, depois a revolução.

Havia se formado na Espanha um segundo partido comunista, o Partido Operário de Unidade Marxista (POUM). Era um partido ainda novo, com a existência de um ano, aproximadamente. Sua maior fraqueza era ser um partido regional da Catalunha, mas tinha uma visão nítida dos problemas globais da Espanha. Reivindicava, para ganhar a guerra contra Franco: a) a imediata independência do Marrocos espanhol, onde Franco tinha a sua base; b) a imediata expropriação das grandes propriedades de terras, para ganhar os camponeses, soldados do exército de Franco e c) o estabelecimento de um governo operário, pois somente tal governo poderia travar uma guerra revolucionária e essa era a única perspectiva para derrotar o fascismo.

(*) Entre eles, August Thalheimer.

O Partido Comunista Espanhol não pôde acompanhar esse programa. Era parte do Comintern e este já tinha se colocado definitivamente a serviço da política externa soviética – o que é a explicação para a reviravolta do 7º Congresso. E a política externa soviética visava a aliança com as chamadas “burguesias democráticas” para melhorar a situação internacional da URSS. E nessas condições o PCE tinha de formar governos de coalizão com os aliados burgueses espanhóis, os liberais, que nunca teriam aceito a perda das colônias, ou a simples expropriação das terras e, muito menos, uma guerra revolucionária. Portanto, o objetivo da guerra foi limitado ao restabelecimento da República Democrática, a única solução que a estrutura social da Espanha naquele momento não permitia. O desfecho da revolução espanhola é conhecido.

A Internacional morreu de fato na Espanha. A sua dissolução posterior por Stalin, durante a guerra, quando a sua mera existência se tornou um ônus para a política externa soviética, só confirmou um fato consumado. Mas a Espanha não testemunhou somente a degenerescência do stalinismo, que tinha dado início ao “revisonismo moderno”, dominante até hoje nos partidos sob influência soviética. O trotskismo passou pela mesma prova de fogo ao enfrentar uma situação revolucionária no Ocidente e falhou do mesmo modo. Se os stalinistas afogaram a energia revolucionária do proletariado espanhol em “Frentes Populares”, os trotskistas atacaram sua vanguarda revolucionária, porque esta não repetia o “esquema” da revolução de outubro na Rússia. A esterilidade do trotskismo se tornou evidente na incapacidade de admitir outras situações revolucionárias do que aquelas que lhe deram origem. O que não impediu ao próprio Trotsky de atacar a vanguarda revolucionária com toda fúria do profeta desprezado.

As consequências do novo revisionismo – desta vez sob rótulo comunista – estavam, porém, para se revelar ainda em toda a sua amplitude. A guerra civil espanhola foi seguida pela guerra mundial e o desfecho desta criou novamente uma profunda crise no capitalismo europeu e uma situação revolucionária de proporções muito mais vastas do que ocorreu no pós-primeira guerra e dessa vez estendia-se sobre largas regiões do mundo. Foi essa a segunda onda da revolução mundial, anunciada e esperada por Lênin, mas cuja irrupção não mais assistiu. O desfecho dessa segunda onda

revolucionária nos países altamente industrializados do continente europeu é igualmente conhecido. A onda da revolução se expandiu na Europa ocidental, na França, na Itália, mas o problema da revolução socialista nem sequer foi colocado. Na Alemanha ocidental, a revolução foi sacrificada de antemão à política externa soviética, que pretendia salvar a aliança com as “Democracias Ocidentais” para os tempos de pós-guerra. O mesmo destino sofreu a revolução grega.

Onde mais claramente se pôde ver o novo papel dos partidos comunistas, foi exatamente na Itália e na França. Repetindo a prática dos partidos da Segunda Internacional no pós-primeira guerra, líderes comunistas entraram em governos burgueses, geralmente como ministros de trabalho, neutralizando assim o antagonismo da classe operária. E os operários italianos e franceses, julgando que a presença de ministros comunistas era um passo em direção ao socialismo, tiveram de descobrir posteriormente que a participação dos seus partidos nos governos de coalizão não tinha servido para outra coisa senão para restabelecer o antigo regime e evitar a revolução. Uma vez consolidado o sistema burguês e a ameaça revolucionária superada, a burguesia deu aos seus ministros os ponta-pés históricos e governou com a democracia-cristã. Os ministros comunistas não tinham ao menos sabido preencher a função que Stalin lhes havia atribuído: não souberam evitar a guerra fria. E o proletariado europeu tinha perdido pela segunda vez a chance de se desfazer do domínio capitalista na Europa. Com uma diferença, aliás. Em 1945, o proletariado europeu era revolucionário. Tinha se libertado das ilusões reformistas sobre o caminho democrático-parlamentar, e pensou que seus partidos o estavam levando para a revolução.

Ouçõ perguntar os companheiros: – Mas por que levantar agora esse peso de um passado que para nós é história? É tão importante isso frente à situação e aos problemas que estamos enfrentando?

É importante, sim. E é decisivo para nós compreender e digerir este passado, para poder superar as suas consequências. Trata-se de certo modo, do nosso passado, pois somos parte do movimento comunista internacional. Sentimos as suas consequências no cenário nacional e internacional, que hoje não podem mais ser separados. A crise do movimento revolucionário mundial, que nos envolve em todos os passos de nossas atividades, é consequência direta do fato de não ter sido aproveitada a situação revolucionária do pós-guerra.

“Erros” históricos desse gênero não se cometem impunemente e o preço que pagamos é a presente desarticulação do comunismo mundial, é o fato das vanguardas revolucionárias nos diversos países, isoladamente, ainda terem de “remar contra a corrente”.

Em segundo lugar, temos aí as consequências diretas sobre o jovem movimento operário brasileiro. Não sofremos, no Brasil, uma influência visível nem da Primeira nem da Segunda Internacional. Somos filhos legítimos da Internacional Comunista, que ajudou a formar o PCB com quadros em sua maioria vindos do anarquismo. As tradições ainda se fizeram sentir por muito tempo, mas dentro da disciplina da Internacional que foi acatada. Se tomarmos a história do PCB, vemos o reflexo da história do Comintern projetada sobre um país subdesenvolvido. O PCB, fundado em 1922, já durante a situação pós-revolucionária, precisou de alguns anos para se firmar e tomar corpo. Logo em seguida veio o curso ultra-esquerdista do Comintern, que encontrou a sua versão nacional sob a forma do “obreirismo” (para a satisfação dos velhos anarquistas). O agravamento do ultra-esquerdismo, o “social-fascismo”, etc., teve como consequência uma maior acentuação do sectarismo nacional, que ia da dissolução do “bloco operário-camponês” até o abstencionismo na Revolução de 1930, sob o pretexto de se tratar de um conflito “interimperialista”. A mudança da Internacional para a Linha da “Frente Popular” e do apoio às burguesias progressistas, virou no Brasil “Aliança Libertadora Nacional”, que na prática abriu as portas do partido aos aliados pequeno-burgueses sob a égide de Prestes. Durante a guerra, setores do partido começaram a apoiar as forças “progressistas o anti-fascistas” no seio do governo Vargas. As tentativas de Stalin de conservar a aliança com os anglo-saxões no pós-guerra foram apoiadas eficientemente por Luiz Carlos Prestes, quando apertou a mão do embaixador norte-americano em praça pública, mas o partido descobriu a existência do inimigo principal com o início da guerra fria. O “Manifesto de Agosto” coincide com os temores do governo soviético de uma próxima Terceira Guerra Mundial e a volta de Prestes, em 1958, se dá novamente sob o signo da “coexistência pacífica”, a ponto do Partido se recusar a participar de manifestações contra a visita de Eisenhower ao Brasil. E todas essas fases, voltas e reviravoltas, ajudaram a forjar e deformar o proletariado brasileiro e seus expoentes políticos.

Não podemos, certamente, afirmar que a política mundial não nos afeta “em casa”. E não podemos igualmente querer solucionar os nossos problemas ignorando os problemas globais da revolução mundial. O passado pesa, enquanto não for superado, mas só será superado na medida em que aprendemos a experiência.

Para aprender a experiência, é preciso compreender, por exemplo, porque a Internacional Comunista, fundada justamente para combater e superar o reformismo da Segunda Internacional, vinte anos depois acabou do maneira inglória como neo-reformista e que partidos inteiros tomaram o mesmo rumo. Claro que há os fatos da subordinação da Internacional à política externa soviética, que foi um dos traços essenciais do stalinismo. Mas as afamadas palavras de Stalin – “já que essa gente não faz revolução nem em mil anos, que faça alguma coisa para nós pelo dinheiro que recebem” – são expressão de uma situação extrema, de plena degenerescência de um movimento revolucionário. O problema é: como chegaram ao ponto de degenerar assim? Como é que, de um estado-maior da revolução mundial, se transformaram em simples instrumento da política externa da União Soviética?

Há um fenômeno novo nas lutas de classes internacionais. Um fenômeno que Lênin já tinha visto, mas que com todo seu impacto é produto da época pós-leninista. Trata-se das relações entre os países, onde o proletariado já tomou o poder e o proletariado dos países capitalistas, onde o proletariado ainda luta pelo poder. Seus interesses e pontos de vista não coincidem sempre, mesmo quando se trata de dois fatores revolucionários – e aí abstraímos o caos extremo da política soviética durante e depois de Stalin.

Em primeiro lugar, há a tendência de toda revolução vitoriosa de ver a revolução mundial como continuação da própria. Isso é compreensível, pois os revolucionários vitoriosos se inclinam a generalizar sua experiência e as condições de luta que as formou. O fenômeno tem a sua complementação natural na atitude das novas gerações de revolucionários nos países capitalistas as quais começam a querer copiar o processo revolucionário vitorioso, que “deu certo”. Quando, depois de algum tempo, sacrifícios e desgastes, se descobre que as meras cópias e imitações “não deram certo”, vemos facilmente a tendência oposta de jogar fora “a experiência revolucionária”, que é identificada com o “marxismo-leninismo”,

começar experiências pragmáticas, ou se adaptar ao ambiente dominante, que geralmente é reformista. Não há dúvida que esse fenômeno facilitou a decadência do Comintern.

Em segundo lugar, há a tendência inerente aos governos revolucionários de identificar suas necessidades e perspectivas com as existentes nos processos revolucionários dos países capitalistas. Esta existiu claramente nos primeiros anos da Rússia revolucionária, quando o problema principal consistia em romper o isolamento da República Soviética e quando “revolução mundial” significava ajuda do proletariado ocidental ao Estado Operário. Tal atitude foi responsável pela análise errada da situação na Polônia, a qual tinha provocado a marcha a Varsóvia, em 1921, e foi igualmente responsável pelas experiências com o “Outubro Alemão”, em 1923, quando todas as facções do Partido russo insistiram em que a situação na Alemanha estaria “madura”.

Esse fenômeno não pertence ao passado. Não há dúvidas que experiências que os dirigentes cubanos fazem há uma década com o movimento revolucionário no continente, deve-se à sua ânsia de romper o isolamento do socialismo cubano no continente, diminuir a sua dependência da ajuda material da União Soviética e vencer os pontos de estrangulamento econômicos e sociais. Os seus constantes apelos à “luta armada”, em todas as circunstâncias, refletem de um lado a tendência da generalização da própria experiência e, de outro, a procura de soluções “mais rápidas”.

A defesa dessas necessidades nacionais da revolução vitoriosa pode ser tentada com métodos aparentemente revolucionários, mas que estes não são os únicos recursos válidos, mostram as recentes declarações de Fidel sobre as possibilidades de vitória “pacífica” do socialismo no Chile e as interpretações cubanas duvidosas sobre o caráter do regime militar peruano. Já antes, a imprensa cubana tinha revelado uma estranha incompreensão da greve de Maio na França, país com que manteve relações relativamente boas, pelo menos com o governo de De Gaulle. Em todos esses casos se revelam tendências de subordinação dos interesses da revolução mundial e do proletariado internacional aos nacionais do país socialista.

No caso da China, o mesmo fato se manifesta em um nível diferente. O seu problema não é tanto o rompimento imediato do seu isolamento, para o qual a liderança chinesa encontrou meios de

suportá-lo. O problema cardinal da China é o conflito com a União Soviética, que contém muitos elementos de contradição nacionais, de potências, cuja não solução é outra herança do stalinismo. A China está empenhada em projetar esse problema sobre o proletariado mundial, sob a forma da “luta contra o revisionismo”. As meias-verdades da luta chinesa contra o revisionismo (para ela Stalin era um revolucionário e o revisionismo começou com Kruchev), mostram que se trata de uma luta ideológica, que é manejada com fins limitados – os da política externa. Não se trata de um balanço e de uma crítica do revisionismo, que seria de fato do interesse da revolução mundial, mas da criação de um mito (o da política stalinista revolucionária), que é um obstáculo para o proletariado revolucionário vencer a sua crise.

Colocando nesta luta “contra o revisionismo” os Estados Unidos e a União Soviética praticamente no mesmo pé (eles estão unidos para dividir o mundo), essa atitude é fundamentada “teoricamente” na “volta ao capitalismo” do regime soviético e o “social-imperialismo” de Moscou, que lembra perigosamente a “teoria do social-fascismo” do Comintern da década de 30 e, de fato, trata-se de fundamentar uma linha ultra-esquerdista em escala mundial e nas atuais relações internacionais. Na prática, a liderança chinesa nega hoje a contradição fundamental entre o capitalismo e o socialismo, que determina em última instância as relações internacionais e a política mundial, desde o fim da guerra e continua determinando.

Também no caso chinês, temos um outro precedente da subordinação de interesses do proletariado de um país capitalista aos da potência socialista. Temos a experiência da Indonésia, onde um partido comunista de orientação chinesa praticou uma política de colaboração de classes, em função das relações externas da China com a Indonésia. Também nesse caso os resultados são conhecidos.

É evidente que as contradições de interesses, que surgem entre potências socialistas e o proletariado de países capitalistas, não podem ser antagônicas, nem fundamentais. A prazo, os interesses são comuns. Trata-se da derrota do capitalismo mundial, uma velha aspiração do proletariado de todos os países e cuja sobrevivência estrangula, em diversos graus, o desenvolvimento da economia e da sociedade em todos os países do mundo socialista. “Solidarie-

dade Internacional”, porém, não pode mais significar o sacrifício dos interesses do proletariado e da revolução mundial a interesses imediatos de potências socialistas. Solidariedade Internacional significa encontrar em todos os momentos de luta um denominador comum entre interesses divergentes, que não sacrifique problemas vitais de ambas as partes e que não comprometa os objetivos finais da revolução mundial.

Somos parte da revolução mundial

Hoje enfrentamos novamente a tarefa da fusão da teoria revolucionária com o movimento operário em escala mundial. Novamente não se trata de simples repetição da história. A penetração da teoria revolucionária na massa só é possível quando é constantemente desenvolvida, enriquecida e confrontada com a realidade em mudança. Desde os tempos de Lênin, a sociedade capitalista continuou a se desenvolver e as lutas de classes não pararam. O campo socialista se expandiu, o movimento revolucionário atingiu os quatro cantos do globo. Vivemos na época da revolução mundial. Se o “Manifesto Comunista” ainda falava do “espectro do comunismo” que rondava a Europa, nos tempos de Lênin a teoria já se tinha tornado força material na Europa e na Ásia e hoje se tornou realidade na América.

Há uma série de problemas novos surgidos na época pós-leniniana, os quais têm de ser assimilados dentro do marxismo-leninismo. As relações entre as potências socialistas e o proletariado dos países capitalistas só representa um entre muitos. Outro, fundamental, representa as mudanças qualitativas que o imperialismo sofreu após a Segunda Guerra. Há a tendência de integração dos países imperialistas mais fracos pelos mais fortes. Hoje, as metrópoles não precisam mais de tropas coloniais para dominar o mundo subdesenvolvido. Desapareceram as perspectivas de guerras interimperialistas pela repartição do mundo, frente às ameaças da existência de um campo socialista o da revolução mundial. Todos esses fenômenos caracterizados como “cooperação antagônica” e que determinam as relações das potências imperialistas entre si e entre as potências imperialistas, de um lado, e as burguesias nacionais dos países subdesenvolvidos, de outro, ainda estão à espera de análises mais profundas.

Uma contribuição completamente nova na época pós-leniniana foi a Revolução Chinesa. Não se trata só do fato da Revolução Chinesa ter mudado radicalmente as relações de forças entre capitalismo e socialismo em escala mundial. Pela primeira vez, uma revolução agrária pôde tomar rumos socialistas e esse fenômeno criou um impacto inédito entre os povos da Ásia e da África, especialmente.

Outros problemas novos surgiram com a industrialização de vastas regiões da América Latina, onde se criou um tipo de país capitalista-industrial subdesenvolvido, com suas formas de dependência específica com a metrópole imperialista. O mesmo fenômeno colocou na ordem do dia a questão da revolução proletária em países de estrutura subdesenvolvida e das formas concretas sob as quais o jovem proletariado conquistará seu papel hegemônico no processo revolucionário.

Um dos problemas fundamentais é o dos rumos que a próxima onda da revolução mundial pode tomar. Criou-se nas últimas décadas a noção da “estratégia periférica” da revolução mundial que, deslocando-se para a periferia do mundo capitalista, estava travando uma batalha de cerco das metrópoles. A revolução ia do campo à cidade, sendo que as regiões subdesenvolvidas representavam o “campo” e as metrópoles, “as cidades” em escala mundial. Essa concepção, definida pela primeira vez por Bukharin no Congresso dos Povos Orientais em 1920, hoje não está mais tão bem fundamentada, como parecia há uns anos atrás. Em primeiro lugar, não há essa “imunidade” do proletariado dos países imperialistas à revolução, como às vezes se pretende fazer crer. Se a classe operária da Europa Ocidental em 1918 ainda teve ilusões democrático-burguesas, em 1945 ela as tinha perdido e se tornou vítima de uma armadilha histórica, pensando que suas lideranças comunistas a estavam levando para a revolução, e o seu posterior reformismo foi uma reação ao fracasso das esperanças revolucionárias e à reconstrução do capitalismo europeu. O Maio francês revelou a existência de um potencial revolucionário e indica igualmente – tanto como as lutas na Itália – uma retomada do processo revolucionário em países imperialistas. Em segundo lugar, a onda revolucionária, depois de ter mudado de rumos para o Oriente, atingindo a China, Coréia e o Vietnã

do Norte, declinou da mesma maneira como no Ocidente. Ela estagnou nas Filipinas, Índia e Indonésia, do mesmo modo como na Europa. O último impulso desta segunda onda da Revolução Mundial alcançou Cuba, mas não chegou mais a atingir o continente americano.

E, finalmente, está no interesse do proletariado mundial que o próximo ciclo da revolução mundial atinja os países industrializados do Ocidente. A vitória da revolução num país da Europa Ocidental colocaria toda a luta de classes em escala mundial em nível mais alto. Teria repercussão inevitável em todo o campo socialista no sentido de uma superação dos fenômenos de degenerescência da Ditadura do Proletariado, que a União Soviética projetou, de uma ou de outra maneira, sobre essa parte do mundo. Conferiria à Revolução Mundial um novo centro impulsionador, representado pelo proletariado de um país capitalista desenvolvido, com um potencial industrial correspondente ao seu dispor. Seria o caminho mais curto para o comunismo mundial vencer e superar a sua crise. Pois não esqueçamos que em última instância a crise foi provocada pelo fato da revolução ter parado nas portas do Ocidente e todas as revoluções terem se realizado em países com um proletariado fraco em diversos graus. Não esqueçamos também que o socialismo é resultado e negação da sociedade capitalista. E, se o imperialismo soube causar uma inversão dos rumos da revolução mundial, no sentido de se ter iniciado nos países mais atrasados, a história mostra que pagamos um preço por isso. As revoluções em países subdesenvolvidos produzem um “socialismo subdesenvolvido”, já disse Paul Baran e nós seremos maus revolucionários se procurarmos encobrir esse fato. Evidentemente, não podemos esperar que as revoluções se produzam nas condições históricas mais favoráveis, mas as tentativas de transformar os males em virtudes não nos ajudam a vencer a crise.

É nesta situação que se dá a nova fusão do marxismo-leninismo com o movimento operário. Ela está se dando num momento de curva baixa da conjuntura revolucionária no mundo, mas o ponto mais baixo da curva parece superado. A relativa estabilidade do mundo capitalista está chegando novamente a um fim e suas crises estão se anunciando de maneira inconfun-

dível. Seus primeiros sintomas foram a crise do dólar e do ouro que, nos Estados Unidos, o baluarte do capitalismo mundial, se transformou em queda de produção e crescimento de desemprego. A radicalização do proletariado europeu mostrou que ele não se integrou no “neo” capitalismo, e se sua combatividade ainda não se traduziu em ações reais consequentes, isso se deve ainda à velha liderança reformista da qual tem de se descartar. A sociedade capitalista, entretanto, produz sempre de novo os seus coveiros.

A nossa fraqueza, na presente situação, é de não dispormos de um órgão internacional para uma tarefa que tem de ser vencida em escala internacional. E essa situação de fato não pode ser vencida artificialmente. Uma nova Internacional, um novo Estado-Maior da Revolução Mundial, só pode surgir como resultado da existência de partidos revolucionários, que liderem realmente a classe operária. O problema consiste hoje na criação desses partidos revolucionários do proletariado em cada país. Soluções artificiais como a fundação da “Quarta Internacional” por Trotsky, não mudaram as relações de forças e se tornaram uma caricatura de qualquer associação internacional do proletariado. A chamada “Quarta” que não chegou a se tornar uma Internacional, criou durante seus 30 anos de existência uma miniatura do Comintern, sustentada por seitas, que se dividiram e subdividiram a às vezes se fundiram de novo em lutas internas, que refletiram a sua impotência de intervir nas lutas de classes.

Não menos artificiais, todavia, são as tentativas de criar novos centros da revolução mundial, nos moldes e em substituição da velha Moscou perdida. É artificial, porque a luta do proletariado mundial não pode ser mais dirigida por um centro geográfico. O centro, que faz falta, deve ser criado pelas vanguardas revolucionárias do proletariado mundial. A tentativa de substituir a caída imagem de Stalin pela de Mao-Tse-Tung como chefe mundial do comunismo, a prática dos partidos “pró-chineses” é motivada, em grande parte, pelo desejo de que o prestígio da revolução chinesa resolva para eles as dificuldades que encontram de se tornar vanguarda real de um movimento revolucionário. É um velho sonho querer colher sem precisar plantar, mas que esse caminho não é, na realidade, uma solução para nossos problemas mostra-o a

esterilidade dos “partidos chineses”, tanto entre nós como na Europa – e isso um quarto de século depois da vitória da revolução chinesa e mais de uma década depois de o maoísmo ter declarado a sua independência.

O papel da Rússia Soviética como centro coordenador da revolução mundial já tinha sido limitado pelas particularidades em que se desenrolaram as suas lutas de classes e sob as quais se deu a sua revolução. O proletariado russo mal conhecia a vida sindical e os poucos sindicatos existentes não tiveram papel na insurreição operária nem precisavam ser levados em conta como possíveis adversários da revolução. A falta de experiência democrática e de autogestão do proletariado russo, que durante a maior parte da sua existência teve de enfrentar o absolutismo mais primitivo da Europa, dificultou o aproveitamento da experiência da sua vitória pela classe operária do Ocidente. As mesmas causas dificultaram igualmente a compreensão das condições de luta do proletariado ocidental pelos líderes revolucionários russos – fato que se fez sentir com maior peso depois do afastamento de Lênin, mas que já tinha sido responsável pela adoção de resoluções “russas” por parte da Internacional. Mais limitadas ainda são as possibilidades da revolução chinesa para figurar como centro “orientador” do proletariado mundial. A experiência de luta operária da revolução agrária chinesa está muito menos desenvolvida do que era a dos bolcheviques para enfrentar os problemas da luta proletária em países mais industrializados. E, ao contrário da liderança revolucionária russa, a qual em grande parte conhecia o Ocidente, tinha convivido com sua classe operária e participado ativamente da luta contra o revisionismo e o reformismo da Segunda Internacional, a liderança revolucionária chinesa, pelas condições em que travou sua luta, foi forçada a um isolamento nacional, que implicava uma ignorância de fato dos problemas da luta de classes nos centros do mundo capitalista e do neo-revisionismo stalinista. Basta comparar as obras de Lênin e as de Mao-Tse-Tung para ver a diferença da problemática de luta e de experiências. Experiência viva.

Há mais de vinte anos, ainda em pleno pós-guerra, quando surgiu em diversos países o clamor para a fundação de uma

nova Internacional, August Thalheimer, pouco antes do seu falecimento em Cuba, previu que o proletariado internacional ia carecer desse instrumento de luta durante um intervalo de tempo bastante grande. Saliou ele a necessidade de continuar a obra interrompida da fase leninista da Terceira Internacional e isso só poderia ser feito adaptando os seus princípios gerais à realidade nacional de cada país. O caminho da criação de uma nova Internacional começa pela formação de partidos nacionais.

Há um outro aspecto do problema, sobre o qual Thalheimer chamou a atenção. Num mundo em que a terça parte da sua população já fez a revolução socialista, é difícil querer formar uma Internacional sem a participação de pelo menos uma parte dos partidos no poder. E a experiência mostra ser conveniente que participem mais de um partido de países socialistas para neutralizar o efeito de dependência dos partidos dos países capitalistas e para evitar que os problemas específicos de uma potência socialista pesem demasiadamente sobre a Internacional.

Essa perspectiva, que temos de enfrentar, não significa que temos de nos encerrar em nossa realidade nacional e esperar condições favoráveis no resto do mundo para a formação de uma nova Internacional. Não é essa a concepção leninista de luta de classes em escala mundial. Temos de estabelecer e estreitar os vínculos com todas aquelas organizações semelhantes à Política Operária, que estejam dispostas e em condições para uma cooperação regional ou internacional e para uma permuta das experiências de luta. Isso diz respeito, especialmente, às vanguardas revolucionárias que lutam em condições semelhantes às nossas na América Latina, mas não relega a um segundo plano as ligações com grupos e correntes revolucionárias nos países capitalistas desenvolvidos. Podemos e devemos, inclusive, formalizar essas ligações e criar órgãos de cooperação e de intercâmbio internacional, quando for possível. Isso é um caminho para a criação de uma nova Internacional, mas devemos estar cientes que ainda não é a Internacional, nem pode substituí-la.

E a colaboração mais efetiva que podemos dar ao movimento comunista internacional é prosseguir e avançar na luta pela formação do partido revolucionário do proletariado brasileiro. Temos consciência do fato de que a luta que travamos no Brasil é

parte de uma luta que se desenrola hoje em quase todos os países do mundo capitalista. Fazemos parte dessa vanguarda comunista internacional que continua a obra de Marx e Lênin, que mudou a face do globo e continua a mudá-la.

E por isso continuamos marchando, “a certeza na frente e a história na mão”, como diz a já citada canção.

Nosso trabalho nos sindicatos*

1

Qualquer tática que definirmos no terreno sindical tem de levar em conta o caráter e o papel dos sindicatos brasileiros, em princípio e na atual conjuntura. Antes de tudo, temos de deixar claro e acima de qualquer dúvida, que os nossos sindicatos foram criados e estruturados pelo Estado burguês-latifundiário para que a classe dominante pudesse controlar e dominar o proletariado. Foram criados e estruturados não como instrumento de luta de classe e sim para evitar essa luta; não para defender os mais elementares interesses econômicos da classe operária e sim como parte do aparelho estatal que serve para dominá-la e oprimi-la.

Criados pelo Estado Novo conforme padrões fascistas italianos e outros, os sindicatos permanecem até hoje com estas mesmas características. A ditadura militar não precisou remodelar sua legislação; herdou a que já estava em vigor, praticamente inalterada pela experiência “democrática” e populista de depois da guerra.

Os sindicatos desempenham esse papel não só em virtude das coações que pesam sobre eles, em forma de estatutos padrões, comissão de enquadramento, tutela financeira, etc., mas, igualmente, em virtude de todo um sistema legislativo da Justiça

(*) Documento assinado por Ernesto Martins e apresentado no Ativo Nacional Operário do POC – Partido Operário Comunista, em junho de 1968. Fonte: “Andar com os próprios pés”. Belo Horizonte: SEGRAC, 1994.

do Trabalho, dissídios, etc., que visam a neutralizar todos os conflitos entre capital e trabalho, à base de “acordos” e soluções jurídicas. Foi o conjunto desse sistema que, durante mais de uma geração, ajudou a atrasar a formação de uma consciência de classe no proletariado. Mais ainda, impediu que se criasse a forma mais simples de consciência de classe, a consciência sindical do proletariado brasileiro.

2

Não podemos, portanto, falar de sindicatos operários no Brasil em termos convencionais. Não podemos comparar os nossos sindicatos aos dos operários franceses, chilenos ou mesmo americanos, nem encarar nossa atividade neste setor do mesmo modo como o fazem os revolucionários na França, no Chile ou nos Estados Unidos, que enfrentam o problema sindical.

Naqueles países, os sindicatos mais reformistas ainda são sindicatos livres. São reformistas porque refletem a situação do proletariado e da sua liderança política, mas são órgãos de classe. Não são órgãos do Estado, nem estão sob seu controle. E esse caráter livre dos sindicatos naqueles países permitirá que eles se transformem em órgãos revolucionários, na medida em que todo o proletariado rompa com a atual política e liderança reformistas.

Não podemos, portanto, aplicar na nossa atividade os conceitos comuns que se encontram na literatura marxista sobre trabalho em sindicatos operários livres, inexistentes no país. Temos de escolher uma tática que ajude a destruir a máquina sindical oficial e estatal.

3

Nossa atitude mais clara seria o simples boicote ao sindicalismo oficial e o apelo à formação de sindicatos operários clandestinos. Foi essa a conduta dos bolcheviques em relação aos famosos sindicatos de Zoubatov, formados pelas autoridades de Petersburgo para conservar os operários russos fiéis ao Tzar. Foi essa também a posição dos operários italianos e alemães em relação aos sindicatos fascistas e nazistas. E continua sendo essa a atitude dos revolucionários espanhóis em relação aos sindicatos “verticais”. A atitude de boicote, nessas circunstâncias, é a mais clara e inequívoca para

denunciar o caráter contra-revolucionário do sindicato, embora nem sempre possa evitar que o operário se sindicalize, já que a repressão os obriga frequentemente a isso. Importante, todavia, é a forma como o operário entra nesses sindicatos: com ilusões ou com consciência de classe.

Se não recomendamos essa tática nas nossas condições, no presente momento é, antes de tudo, por paradoxal que possa parecer, devido à falta de uma consciência sindical de nossa classe operária. Nos casos precedentes, que citamos, a reação czarista, fascista ou nazista estava reprimindo e perseguindo violentamente sindicatos operários livres, para substituí-los por oficiais e enquadrados no Estado. Estava pondo as lideranças operárias nas cadeias e impondo funcionários estranhos à classe. Os operários defendiam suas lideranças e seus sindicatos, com os quais eles se identificavam e consideravam como inimigas as novas instituições com seus funcionários.

Esse fenômeno não se daria em nossas condições. Devido ao oportunismo das lideranças das esquerdas, nosso proletariado, há uma geração, não sabe realmente o que são sindicatos operários, o que são sindicatos livres. Por bem ou por mal identifica sindicalismo com a estrutura existente (o descontentamento das grandes massas se limita ao governo ou ao Ministro do Trabalho) e por esse critério se interessa ou se desinteressa dos sindicatos, sendo que o desinteresse prevalece na maioria. Por essa razão também, um boicote dos sindicatos, no presente momento, não levaria à fundação de sindicatos clandestinos, mas deixaria um vácuo.

Sobre uma coisa, entretanto, temos de ter clareza. Podemos aceitar a alternativa de não boicotar sindicatos oficiais do Estado burguês, porque, ao contrário dos casos acima citados, a reação verde-amarela não conseguiu desenvolver um dinamismo ideológico próprio ao fascismo europeu, o qual dominava a vida sindical. O Ministério do Trabalho proíbe a política nos sindicatos. Ele se limita a proibir porque não tem nada a oferecer nesse terreno.

4

Já que decidimos não boicotar os sindicatos oficiais, temos de definir claramente em que consiste nossa atividade no seio deles. Ao que visa nossa atividade sindical? Quais os meios para atingir os fins?

Fica subentendido que os atuais sindicatos não são instrumentos de luta de classe. Que se trata de instrumentos da classe dominante no seio do proletariado. Que nossa obrigação é quebrar a presente estrutura sindical.

A primeira tarefa nossa, como revolucionários é, portanto, levar essa luta e esse objetivo para dentro dos sindicatos. Isso significa não só que nós não podemos ter nenhuma ilusão sobre o caráter do sindicato e, portanto, não podemos, em nenhuma circunstância, nos conformar com a presente estrutura sindical, como também que temos de deixar bem clara essa nossa atitude diante da classe operária, a fim de não alimentar ilusões em seu seio e não contribuir para que ela se conforme com a situação, mesmo em caso de vitórias parciais.

Assim, temos que chegar até o limite extremo compatível com a situação, não só para desmascarar as lideranças sindicais, como a própria estrutura, e travar a luta sindical contra o Ministério do Trabalho. Isso exige que toda atividade sindical seja acompanhada por um trabalho educativo, que em toda reivindicação econômica sejam levantadas as implicações e consequências políticas. E significa, antes de tudo, que não devemos nos limitar na luta às formas organizatórias que o sindicato hoje oferece. As assembleias sindicais, que podem chegar a ter uma importância excepcional em diversos momentos da luta, não bastam absolutamente para organizar e mobilizar a classe. Temos de criar as organizações de base, como Comitês de Empresas, que ultrapassem a estrutura sindical. Mas, onde houver possibilidades, em certos ramos industriais mais combativos, de criar bases sindicais nas fábricas e Conselhos de Representantes de Fábricas junto às diretorias sindicais (igualmente proibidos pelo Estatuto Padrão) nós não devemos menosprezar essas formas de organização.

E aí chegamos ao segundo ponto essencial, que deve orientar nossa atividade nesse terreno. Devemos encarar os sindicatos como instrumento para chegar às fábricas. O trabalho sindical não pode ser nunca um fim em si. Só pode ser encarado como meio para atingir um fim, e este é a classe operária reunida nos centros de produção.

Não estamos, entretanto, querendo dizer que encontramos massa nos sindicatos. Ao contrário, o que os caracteriza é o seu

alheamento das bases e das fábricas. Devido à tradicional estrutura oficial sindical, mesmo nos áureos tempos da legalidade, a porcentagem dos trabalhadores sindicalizados não ultrapassou 20% do total do proletariado e nem mesmo essa porcentagem tinha vida sindical. Assembléias que reuniam 1 a 2% dos operários já eram tidas como sucesso. Depois do golpe, o desinteresse e a descrença só podiam aumentar. O que nos interessa nos sindicatos são as possibilidades legais que oferecem para chegarmos às fábricas e para servir como polos de concentração da classe no auge de campanhas ou de crises. Mas, para isso, teremos de cavar o caminho do sindicato para a empresa. A massa encontramos na fábrica e não nas sedes sindicais.

5

O fato de precisarmos usar os sindicatos para esse fim não nos deve fazer esquecer as limitações que a sua estrutura nos oferece, nem nossa hostilidade fundamental em relação ao sindicalismo oficial em si. Não podemos, de maneira nenhuma, partir de uma tática de aceitar responsabilidades em direções sindicais em qualquer circunstância e em qualquer lugar. Só o devemos fazer quando houver premissas para um trabalho mais consequente, isto é, uma atividade que ultrapasse a atual rotina burocrática, que é um sustentáculo do presente *status quo*.

A atividade sindical, assim como a que exercemos no seio do proletariado, deve visar aos mesmos objetivos: a) organizar a classe operária pelas bases e b) criar lideranças operárias em todos os níveis. De nada adianta mandarmos operários conscientes para diretorias sindicais reacionárias, onde serão minoritários, incapazes de modificar a qualidade de atuação do órgão dirigente e, por cima, ainda co-responsáveis pela política peleguista. Em tais casos, em vez de se tornarem líderes da classe, nossos quadros se desgastarão. A decisão de participar de chapas e diretorias tem de ser fruto maduro de uma tática que visa aos nossos objetivos gerais de luta. Não pode ser resultado de atitude pragmática (“é preciso estar junto à massa”) ou motivada por vantagens materiais (“no sindicato tem um mimeógrafo e papel”), atitude que seria uma continuação do oportunismo tradicional das esquerdas em relação aos sindicatos e à luta em geral.

Finalmente, não poderemos realizar nenhuma atividade consequente na cúpula dos sindicatos, se não criarmos bases, ideológicas e organizatórias, que nos sustentem entre as massas operárias. Se um quadro nosso aceitar um lugar numa diretoria sem organizar a massa em seguida nos lugares de trabalho, sem mobilizar essa massa contra o Ministério do Trabalho, o governo e o sistema em geral, ele se deixou enquadrar dentro da presente estrutura sindical e do regime vigente.

6

Aproveitar a atual estrutura sindical para uma atividade revolucionária não significa apoiá-la. Isso deve ficar bem claro para uma organização revolucionária. Diretorias sindicais sindicalizam e, frequentemente, fazem campanhas nesse sentido. Como Partido, não podemos apoiar campanhas de sindicalização para não deixar dúvidas e confundir a massa a respeito de nossa posição diante do sindicalismo oficial e estatal. Não podemos, mesmo nos casos de sindicatos com direções boas e combativas; nem mesmo quando as direções sindicais são nossas. Em tais casos, o problema deve ser deixado nas mãos das referidas diretorias, que saberão resolvê-lo. O objetivo vai ser então o de usar o sindicato para organizar as bases. A nossa atitude, como organização política, frente ao sindicalismo oficial, não pode ser determinado por fatores meramente conjunturais.

7

Entre as medidas que se impõem, há a formação de pactos, públicos ou não, de sindicatos, ou oposições sindicais. Os pactos tomam as formas mais diversas, mas se justificam sempre quando colocam em cheque a política salarial ou econômica do governo. Isso oferece um ponto de partida para campanhas de massas mais consequentes. Um exemplo recente foi o MIA que, todavia, revelou toda a fraqueza de uma luta sindical limitada quase totalmente a uma atuação de cúpula, sem nenhum trabalho de base. Mesmo nos lugares onde tomamos a vanguarda dessa luta, a prática mostrou que também não soubemos tirar todas as consequências da situação. Ainda estamos discutindo a nossa participação nessa campanha, mas a experiência tem

de ser aproveitada para que o Partido se prepare para situações mais radicais.

Outro passo seriam as Oposições Sindicais, que prometem uma atuação sindical mais consequente ainda. Trata-se, geralmente, de grupos minoritários em diversos sindicatos, que tomam contatos para uma atuação comum, inicialmente em escala local. Todavia, não quer dizer que somente minorias ou chapas derrotadas possam participar dessa coligação, pois o sentido não é a oposição a determinadas diretorias e sim a criação de uma oposição organizada contra a presente estrutura sindical. Posição tão consequente, geralmente, surge primeiro entre minorias. Mas estas, trabalhando bem, e isso depende em parte de nós, poderão tomar conta de sindicatos e continuarem a oposição organizada contra o sistema.

8

A presente tática, aqui proposta, requer de nós a capacidade de julgar realisticamente toda situação que se apresente. Exige que se julgue essa situação, sem perder de vista os objetivos de nossa atitude revolucionária em conjunto, que tem de prevalecer em todas as fases da luta. Não há dúvida que, nas atuais condições, a militância sindical apresenta o perigo de desgaste e desvios, dentro do quadro da ordem existente. Saberemos superar esses perigos se não tomarmos essa “faixa legal”, que o sindicalismo apresenta, como um fim em si. Às vezes é preferível provocar intervenções a aceitar uma política sindical dentro dos moldes oficiais prescritos. Mas, tais provas de força têm de ser preparadas pela organização das bases, pela educação das massas e pela formação de legítimas lideranças operárias. Neste caso, poderemos passar também para o boicote de determinados sindicatos, visto que a conduta das massas permitirá a formação de entidades clandestinas e toda luta sindical será levada ao nível do sindicalismo operário e livre.

9

A luta por sindicatos operários livres deve estar presente em todas as fases da atividade sindical. Não porque achamos possível conquistar esse direito neste momento, mas porque faz parte da educação da classe. O desmascaramento da presente estrutura sindical é uma condição para que se forme a classe operária inde-

pendente. Isso exige que não nos limitemos à palavra de ordem do “sindicalismo livre” e sim que denunciemos a todo momento e instante os fatores concretos do “arrocho sindical” – Ministério do Trabalho, Estatuto Padrão, Comissão de Enquadramento, reconhecimento das diretorias pelo Ministério, controle financeiro, etc., para que todo operário reconheça o inimigo e saiba como age. Isso faz parte da formação da consciência de classe do proletariado. Nunca devemos esquecer que a grande maioria do proletariado não sabe como funciona um sindicato operário, nem a diferença existente entre este e um sindicato oficial.

10

Finalmente, não devemos esquecer que a luta no sindicato é apenas um dos terrenos de nossa atuação no meio do proletariado brasileiro. Os sindicatos não abrangem a classe, e no presente momento não podemos nos limitar aos sindicatos sem abandonar a imensa maioria do proletariado, que tem de ser levada à luta. Assim, também, não é aconselhável que o trabalho no meio operário, as Coordenações operárias e órgãos locais orientadores fiquem exclusivamente entregues a quadros sindicais. Estes grupos são inclinados a se fixar unicamente num dos aspectos da luta operária. Para ter uma visão mais completa, temos de poder contar com mais quadros nas fábricas, aos quais tem de ser dada a necessária formação para influir diretamente nas atitudes e na conduta geral da nossa luta, ao lado dos demais militantes. É a experiência em todos esses setores que contribuirá para tornar mais concreta a tática diária do Partido.

A crise que se avizinha... A crise pela qual passamos*

ERNESTO MARTINS

Outra mudança das regras do jogo

O episódio das férias forçadas do Congresso não representa certamente um sinal de força do regime militar. Mais uma vez teve de mudar as regras do jogo para garantir a sua continuidade. Para o próprio governo Geisel, implica uma admissão pública do fracasso definitivo dos planos originais da institucionalização do regime, isto é, da tentativa de tecer um véu democrático para esconder a nudez do regime militar.

Esse fracasso já se tinha esboçado em agosto de 1975, quando Geisel se viu forçado a declarar como “mal-entendido” e inexistente a sua antes anunciada política de “distensão” e de “abertura”. Havia, todavia, ainda sintomas de uma tentativa de seguir os planos primitivos de uma maneira mais modesta, isto é, em nível mais baixo. A realização das eleições municipais fazia parte desse esquema. Mas justamente as últimas eleições, com suas restrições suplementares, revelaram também aos mais ingênuos os limites estabelecidos de antemão pelo regime. Eleições podiam funcionar

(*) Publicado na Revista Marxismo Militante – Exterior, abril/1977. Fonte: “Andar com os próprios pés”. Belo Horizonte: SEGRAC, 1994.

como válvula de escape para o descontentamento popular, mas não podiam pôr em perigo nem alterar o fato da ditadura militar. A oposição, qualquer que fosse, não podia nem sequer estorvar o governo dos militares. A oposição burguesa em torno do MDB respeitou essas regras do jogo até o ponto em que lhe era possível e seu maior receio era justamente receber votos demais, para “não pôr em perigo” as eleições de 1978.

Mesmo a oposição burguesa não conseguiu satisfazer os militares insaciáveis e ela teve de fazer um gesto para justificar a sua razão de ser perante as massas descontentes, que lhe deram seu voto. Isso bastou para desencadear a reação gorilesca.

Desde o golpe de 1964, o Congresso por duas vezes não correspondeu às expectativas do regime militar. Em dezembro de 1968, quando se negou a levantar a imunidade de dois deputados, e agora quando não reuniu os votos necessários para a reforma judiciária. Ambas as vezes foi posto em recesso. Há uma diferença, todavia. Em 1968, foi uma maioria de votos que se opunha às exigências governamentais. Dessa vez, bastou uma minoria para criar alarme entre os militares.

Desta vez, a ditadura militar limitou-se a transformar o recesso numa manobra extra-parlamentar. Deu uma “demonstração de força” imediata, uma advertência do que é capaz de fazer e aproveitou o momento para impor a legislação, que não encontrou a maioria necessária no Congresso. Matou dois coelhos com uma cajadada, pois aproveitou inclusive a ocasião para mudar novamente o sistema eleitoral, a fim de fortalecer as suas posições desgastadas no pleito de 1978. Finalmente, aboliu a necessidade dos dois terços para emendas constitucionais, para evitar futuros “incidentes” com o Congresso.

O recesso não durou mais do que 15 dias. Duas razões devem ter influído nessa decisão do governo Geisel. Em primeiro lugar, a situação não está favorável para experiências mais radicais. O regime militar brasileiro está fazendo um esforço desesperado para não ser posto no mesmo nível do chileno, uruguaio e argentino. Necessita de mais respeitabilidade e aparência de estabilidade interna face aos seus credores internacionais, de fato e em potencial. Em segundo lugar, julga não necessitar de medidas tão extremas como em 1968/69, nem dispõe atualmente de pretextos

da “subversão terrorista” e da “guerra interna” para convencer a maioria das classes dominantes da necessidade de tais recursos. A aparente autoconfiança do regime, entretanto, poderá revelar-se de fôlego curto. Está evidente que o descontentamento com a situação criada não se limita mais às classes exploradas. As crescentes dificuldades econômicas e financeiras repercutem não só na classe média, como também na própria burguesia, insatisfeita com a pouca influência direta que exerce sobre os negócios governamentais.

O pano de fundo

O sintoma mais grave do novo desgaste do regime se deu provavelmente por ocasião da saída do ministro da Indústria e Comércio, Severo Gomes, do governo Geisel. Assim foi interpretado também por parte da imprensa internacional, que começou a preocupar-se novamente com a situação brasileira, coisa que não chegou a fazer nem com as últimas eleições.

Naquela ocasião, órgãos ingleses chegaram a descrever Severo Gomes como “defensor aberto de uma volta ao sistema democrático” e, ao mesmo tempo, como porta-voz da facção mais poderosa da nossa classe dominante, da burguesia paulista. Essa impressão do órgão inglês é confirmada aparentemente por pronunciamentos feitos por expoentes industriais no jornal “O Estado de São Paulo”, no sentido da necessidade de um “retorno à democracia” e de “eleições diretas do presidente da república”, apoiados por declarações semelhantes do próprio presidente da Câmara de Comércio de São Paulo, Papa Júnior.

Tão simples, porém, a situação não nos parece. O ex-ministro nunca deu a falar por suas inclinações democráticas. A reputação que conquistara em público era de um defensor de soluções mais ou menos “nacionalistas”, que pôde advogar com certa liberdade. Tudo indica que foi justamente por essas posições e suas repercussões no seio das Forças Armadas que chegou a participar do governo. Servia ao regime como válvula de escape, tanto mais que não eram as suas soluções que chegavam a ter força de lei e, sim, as de Mário Henrique Simonsen. Se Severo Gomes, recentemente, descobriu o seu amor a “soluções democráticas”, é de se supor que simplesmente chegou à conclusão de que dentro dos quadros

do presente regime não havia possibilidade para pôr em prática as soluções por ele pleiteadas.

Em todo o caso seria difícil considerá-lo representante da burguesia paulista. Esta, um ano atrás, ainda estava em choque direto com o então ministro Severo Gomes, quando promoveu pelas colunas do “O Estado de São Paulo” a campanha de “desestatização”. Se o ex-ministro e círculos da burguesia paulista encontraram agora um denominador comum – a volta à democracia – isso significa que também a burguesia paulista chegou à conclusão de que suas diversas reivindicações não encontram solução satisfatória no presente regime.

De fato, uma das características do presente momento é o cansaço de uma parte da burguesia da tutela da ditadura militar. Deseja retomar a influência sobre os negócios de Estado, deseja exercer diretamente seu domínio por intermédio dos seus partidos e deputados no Congresso, ao qual pretende restituir o poder de decisão. Não é essa a primeira vez que isso se dá. Durante o governo Costa e Silva, em 1968, assistimos a algo semelhante, quando facções da classe dominante acharam que as Forças Armadas já tinham cumprido o seu dever, tinham restabelecido a ordem no país e que podiam devolver, pelo menos parcialmente, as rédeas do poder aos civis. A diferença entre 1968 e hoje consiste no fato de que naquela ocasião a crise cíclica do capitalismo brasileiro estava sendo vencida e a expansão econômica, que estava se iniciando, ajudou a neutralizar esse gênero de descontentamento e de oposição. Hoje, tais perspectivas não estão à vista.

Com isso não queremos afirmar que o Brasil esteja sendo novamente atingido pela crise cíclica. Esta, dois anos atrás, ameaçou o país, mas não chegou a atingir as proporções que se podiam esperar. É verdade que a crise econômica mundial, desencadeada (mas não causada) pelo aumento dos preços no petróleo, provocou também no Brasil uma redução pela metade da taxa de crescimento em 1975. Um ano depois, entretanto, ela estava novamente em 8,8%, no que diz respeito à expansão geral, e em 11% no setor industrial. Tais taxas de crescimento certamente não permitem falar de crise, nem mesmo aplicar o eufemismo da recessão. Fato é que a economia brasileira pôde aproveitar rapidamente a recuperação do mercado mundial, no decorrer do ano passado, sem ter atingido

um ponto tão baixo como o dos Estados Unidos ou da Alemanha Ocidental, por exemplo. Acontece, entretanto, que a recuperação geral do capitalismo nas metrópoles é lenta e irregular e uma nova prosperidade, como os países industriais a conheceram no pós-guerra, não é esperada nem mesmo pelos economistas burgueses. O impulso que pode partir daí para a economia nacional dificilmente ultrapassará a intensidade atual e isso torna improvável uma volta às taxas de expansão da fase do governo Médici.

O que entrou em crise, porém, foi a política financeira do regime. Já teve como efeito o abandono dos planos governamentais de substituição das importações de bens de investimento. Manifesta-se, por um lado, pelo crescimento inédito da dívida externa (cerca de 30 bilhões de dólares) e do déficit da conta corrente (6,8 bilhões) e, por outro lado, pela inflação interna, a qual, conforme dados oficiais, perfez 46% em 1976.

O alto nível da dívida externa, que a leva a um ponto de saturação, terá diversas implicações para o futuro. Em primeiro lugar, dificulta as possibilidades da burguesia brasileira superar as suas dificuldades internas, apelando para o mercado financeiro internacional. Mas, muito mais grave e de consequências mais imediatas é o crescimento calamitoso das obrigações anuais decorrentes das prestações de serviços e amortizações da dívida. Se essas, em 1976, já chegaram a quase metade dos ingressos das exportações, calcula-se para o ano em curso que atingirão 51%.

A impossibilidade de reduzir o nível da inflação interna representa no momento o calcanhar de Aquiles do regime. Minando o equilíbrio social erguido nos últimos anos, com a ajuda das baionetas, o regime receia tomar medidas deflacionistas, que certamente precipitarão a crise econômica. A marcha da inflação, entretanto, hoje como no tempo de João Goulart, se de um lado adia a eclosão da crise econômica, por outro, potencializará os seus efeitos no dia em que estourar. Nesse sentido, a atual crise financeira não é mais do que um sintoma de uma futura queda da conjuntura econômica, com todas as suas consequências.

É contra esse pano de fundo que o descontentamento da burguesia e o seu cansaço da ditadura militar têm de ser vistos. Ela não atravessa hoje um momento tão crítico para necessitar dos militares, a fim de reprimir as massas, ou pelo menos julga poder

dispensar essa ajuda pelo fato das suas reivindicações, em vista das dificuldades crescentes, não encontrarem ouvidos junto ao executivo militar-tecnocrático.

Isso, porém, só representa um lado da moeda. Outro é o descontentamento crescente das camadas mais baixas da hierarquia social. Atinge novamente as classes médias, que no passado puderam ser neutralizadas pelas cascas que sobraram do ritmo de expansão econômica. Embora, segundo as estatísticas, no Brasil 10% da população (e isso inclui as classes médias superiores) disponha de 48% dos ingressos, e as vendas de produtos domésticos terem aumentado em 8% no ano passado, a inflação atinge e dificulta as poupanças. A classe média inferior e assalariada, por sua vez, é atingida mais diretamente. Assim, o aumento previsto para funcionários públicos neste ano, não ultrapassará 25%, o que implica uma queda dos vencimentos reais, em virtude da taxa de inflação existente. Além disso, esse reajustamento virá com três meses de atraso. É também essa camada a mais atingida pelo recente aumento, de fato, do preço da gasolina. Não é de se admirar quando, nessas circunstâncias, surgem boatos sobre intranquilidade e prisões entre oficiais de patente inferior.

Materialmente mais desesperada ainda é a situação da classe operária. Foram esquecidas muito depressa as promessas de uma próxima restauração do nível salarial de antes de 64 e os planos de um crescimento do mercado interno dos quais se falava ainda antes do Primeiro de Maio do ano passado. O último aumento “inédito”, evidentemente, já foi tragado de longe pelo crescimento do custo de vida. Greves, portanto, não são mais novidade, mas se a manifestação de rua dos operários de construção de Curitiba ainda pôde ser suprimida pela censura da imprensa, o mesmo não se deu mais com as paredes dos transportes públicos em São Paulo e Porto Alegre. A palavra “greve”, depois de anos, reapareceu na imprensa brasileira.

A situação no campo também não é mais a mesma. A própria burguesia rural se encarregou de lançar a semente da intranquilidade. De um lado, o fenômeno dos “bóias-frias” aproxima o trabalhador do campo das formas de luta e de organização do operário industrial. De outro, a atividade dos grileiros, que acre-

ditaram poder valer-se do escudo militar, provocou a resistência dos posseiros em escala crescente.

Perspectivas e alternativas

A ditadura militar está hoje em posição defensiva. Isso não significa ainda que já esteja na iminência de cair. Mas, independentemente do espaço de tempo que o processo de sua deterioração levar, temos de encarar as diversas alternativas que se apresentam, e que se podem distinguir nesse momento.

Queremos deixar claro, e sempre defendemos esse ponto de vista, que o proletariado brasileiro tem todo interesse na queda da ditadura. A quebra do aparelho repressivo é necessária para que se reagrupe, movimente e organize como classe, sob bandeira própria, para continuar a luta sob condições mais favoráveis.

O proletariado, entretanto, não pode ter interesse que o regime militar seja seguido por uma república democrática, na qual a classe dominante exercerá a sua ditadura de maneira velada, mas direta, e na qual as bases sociais, que permitiram o golpe de abril de 1964, sejam conservadas ou restabelecidas. E qualquer república burguesa que se consolidar não pode deixar de manter ou restabelecer essas bases sociais, mesmo reformadas.

Quais são essas bases sociais, principais sustentáculos da ditadura? Em primeiro lugar, a grande burguesia nas cidades, os trusts e consórcios nacionais e estrangeiros, que dominaram todos os governos nacionais na história recente do Brasil e que, sempre que ameaçados os seus lucros ou privilégios, apelarão às forças de repressão existentes. Em segundo lugar, os expoentes do latifúndio, que apesar das contradições existentes, são aliados da burguesia urbana. Enquanto não forem mudadas as estruturas do campo, dominarão grande parte do eleitorado do interior, controlarão as Assembléias estaduais e a nacional (e qualquer Constituinte), e, em conjunto com a parte reacionária das classes médias das cidades, sustentarão o regime do grande capital.

Finalmente, como instrumento potencial de qualquer ditadura, aberta ou velada, temos as Forças Armadas, que atualmente fornecem o Executivo, subjugando os demais poderes do Estado burguês.

Temos precedentes recentes de queda ou liquidação de ditaduras abertas da burguesia, que ilustram possíveis alternativas.

Em Portugal, a iniciativa partiu das fileiras do próprio Exército, respectivamente da hierarquia inferior da sua oficialidade. O 25 de Abril colocou o proletariado em cena, aliado aos trabalhadores dos latifúndios do sul do país e grande parte de unidades radicalizadas das Forças Armadas. Com o aprofundamento das contradições internas criou-se uma situação revolucionária, que não pôde ser aproveitada, principalmente por falta de uma vanguarda consequente e ligada às massas. Uma vez passado o auge da radicalização, iniciou-se um processo de restauração das instituições e da sociedade burguesa, que hoje atingiu um equilíbrio precário, sob forma da república parlamentar.

Na Espanha (como também na Grécia, por outras razões), a ditadura militar entrou num beco sem saída. Atualmente assistimos à tentativa de sua liquidação política, de uma “redemocratização” controlada pela classe dominante com a ajuda das potências ocidentais, na qual as bases tradicionais da sociedade espanhola devem ser resguardadas. O fiador da manutenção dos privilégios nesse processo continua sendo as Forças Armadas, que até agora se mantêm intactas. Até agora, não se esboçou uma situação revolucionária na Espanha.

Se queremos apontar precedentes típicos no nosso hemisfério, temos de recuar um pouco no tempo. Na Bolívia, em 1952, uma revolução iniciada por parte do Exército, mas levada à vitória pela intervenção dos mineiros armados, destruiu grande parte da máquina estatal, comprometida com a ditadura, inclusive as Forças Armadas, que foram dissolvidas. Um governo de transição, sob a liderança pequeno-burguesa, encarregou-se de reconstruir as instituições burguesas, a começar por um exército “democrático”, que pouco a pouco foi liquidando conquistas da revolução e que acabou estabelecendo nova ditadura militar.

Em Cuba, finalmente, uma guerra de guerrilha foi o catalisador de um movimento revolucionário, que desembocou numa greve geral insurrecional vitoriosa. Também nessa ocasião as Forças Armadas burguesas foram liquidadas e desta vez a medida foi definitiva. Um governo de transição revolucionário, que se apoiou em milícias na cidade e no campo, desapropriou a classe dominante e levou o país em direção à ditadura do proletariado e do socialismo.

Esse esboço sumário, evidentemente, não tem a pretensão de uma análise, e visa unicamente lembrar alternativas reais, que se deram em momentos de liquidação de ditaduras abertas da burguesia e – que seja dito de passagem – de ditaduras que não correspondiam mais, naqueles momentos, às necessidades subjetivas das classes dominantes.

O que nos interessa, no caso, é o fato dos dois momentos extremos nos processos assinalados estarem presentes no desenvolvimento da situação brasileira. De um lado, o descontentamento de frações decisivas da classe dominante com a prolongada tutela da ditadura militar e seu desejo subjetivo de uma “redemocratização” das instituições, que não ameace as estruturas da sociedade existente. Trata-se, evidentemente, de um risco calculado, pois existem no país as forças sociais rebeldes, tanto nas cidades como no campo, cujo despertar e movimentação ameaçam romper os estreitos limites da sociedade burguesa-latifundiária.

Assim mesmo, parte da burguesia está disposta a correr esse risco. Talvez porque confie que mais de uma década de repressão tenha domado essas forças e que o descontentamento existente possa ser dirigido para canais reformistas. A sua autoconfiança talvez tenha sido reforçada pela experiência grega e o seu futuro comportamento dependerá do desenrolar das coisas na Espanha.

Uma possibilidade parece que podemos excluir: a das Forças Armadas nacionais desempenharem um papel análogo ao das portuguesas. Apesar do descontentamento reinante nas suas fileiras, nenhuma facção significativa dos oficiais tomará iniciativas que possam levar a uma situação revolucionária. Isso não exclui a possibilidade de tentativas de substituir um governo militar por outro, nem a possibilidade de cisões e rachas no seu meio.

Parece-nos, todavia que isso só se dará em consequência e no decorrer de um movimento de revolta popular aberto, que repercutirá no seio das Forças Armadas.

No extremo oposto, não se distingue também no Brasil possibilidades para um movimento de guerrilha, que possa desempenhar o papel análogo ao de Cuba. A única guerrilha rural maior e mais prolongada, a do Araguaia, se revelou frágil demais para poder sobreviver e distante demais para poder repercutir nas cidades.

Dissemos que existem hoje no país as forças sociais que uma vez despertadas e em movimento ameaçam romper as bases da sociedade atual. Mas, existem em potencial. Não se pode afirmar que haja no seu meio forças que se movimentam conscientemente nessa direção. Nesse sentido se explica a tranquilidade da burguesia. A década de repressão isolou os pequenos grupos de revolucionários da classe. A ditadura militar, entretanto, soube reprimir, mas não solucionou as profundas contradições do nosso capitalismo subdesenvolvido – antes as agravou e uma nova irrupção aberta das lutas de classes colocará muito mais incisivamente do que no passado a questão da ordem social existente.

Proletariado e vanguarda revolucionária

Seria evidentemente do nosso interesse, como revolucionários, que o proletariado tornasse a liderança da luta contra a ditadura militar e a derrubasse num confronto direto. O proletariado seria a única classe capaz de transformar essa vitória numa derrota da classe dominante, até o ponto de tornar improvável ou pelo menos muito difícil uma nova ditadura, mesmo velada, da burguesia. Entretanto, não podemos ter ilusões. Momentos revolucionários criam surpresas, mas não milagres. Pelo estado atual da consciência e experiência da classe operária, é de se prever que ela não exercerá esse papel ainda nas condições de clandestinidade. Temos de partir da premissa que será no decorrer e em consequência da derrubada do regime que a classe adquirirá o grau de consciência, coesão e organização, que lhe permitirá liderar aliados nas lutas de classe.

Se constatamos essa situação, não é para nos conformar com ela. Como comunistas não podemos deixar de lutar pela independência do proletariado e no sentido da conquista da sua hegemonia nas lutas das classes oprimidas. A nossa atividade de hoje tem de preparar o terreno para amanhã. A única marca que podemos deixar na conjuntura atual, como revolucionários, é que as atuais lutas em miniatura contenham os germes de um futuro movimento de massa de amanhã.

Se nos referimos aqui à esquerda brasileira e ao papel que desempenhou em relação ao proletariado, não queremos voltar a tratar do reformismo e populismo. O que está em foco atualmente é a chamada Esquerda Revolucionária, respectivamente o que

dela restou após 13 anos de clandestinidade. O que nos interessa aqui, também, não é o seu passado, mas sim, o papel atual e o que poderá desempenhar no futuro. Partimos do fato que se trata de grupos infinitamente minoritários, que existem à margem da classe operária (sem falar dos trabalhadores do campo), e que, todos juntos, pela sua presença física, não atingiriam mais do que uma parcela mínima da classe operária. Porém, o que limita a sua ação não são somente essas relações de forças desfavoráveis, e nem mesmo o fato não desprezível da repressão. O que pesa mais sobre essa Esquerda Revolucionária é a sua origem social pequeno-burguesa e a não representatividade de elementos operários dentro dela. Não se pode elaborar “táticas” e “estratégias” sem levar em conta esses fatos, nem analisar e avaliar as “táticas” e “estratégias” em voga sem considerar esses fatores quantitativos e qualitativos.

Há poucos anos atrás, parecia que a fraqueza de cada um dos principais grupos da Esquerda Revolucionária seria compensada, em parte, por uma aproximação dos pontos de vista básicos, pela criação de uma “tendência proletária”, que permitiria estabelecer um contrapeso ao reformismo e ao populismo existentes. Essa aproximação foi interrompida em fins de 1974, em virtude de divergências surgidas em torno de duas questões: a da tática eleitoral e a da luta pelas liberdades democráticas. As incompatibilidades que surgiram em torno das novas posições assumidas por duas organizações, a AP e o MR-8, todavia só eram expressão de divergências muito mais profundas e que se referiam fundamentalmente ao papel do proletariado brasileiro na presente fase das lutas de classes.

A questão eleitoral

Tanto a AP como o MR-8 abandonaram na campanha eleitoral de 1974 a posição de voto nulo e decidiram apoiar candidaturas individuais, de “autênticos”, na chapa do MDB. Era esse o abandono de uma posição que as duas organizações sustentaram praticamente desde a promulgação do AI-2. Acharmos que não foi casual esse recuo – tampouco foi casual o momento em que se deu.

O governo Geisel, que no início se apresentou como “governo de distensão” e de “abertura”, chegou a despertar uma série de ilusões democratizantes nas classes médias, que, aliás, até hoje não desapareceram inteiramente, apesar das decepções sofridas. O

esforço governamental de institucionalizar o regime para conferir-lhe maior respeitabilidade e estabilidade, foi tomado em vastos setores das classes médias como o início de um processo de redemocratização, dando margem a uma série de esperanças e boatos. A expectativa do presidente Geisel “governar com o MDB” só era um dos muitos rumores, postos em circulação por “entendidos” e “bem informados”.

Não queremos afirmar que as duas organizações mencionadas, AP e MR-8 (há outras, evidentemente), compartilharam desse gênero de ilusões democratizantes. Mas a mudança de tática eleitoral, sem dúvida, indicou que viram alterações qualitativas na situação do regime, que já justificavam uma participação nas eleições. Quais eram essas alterações da situação em relação aos governos anteriores do regime militar, nunca conseguiram explicar direito. É evidente, porém, que o crescimento do descontentamento das massas não seria razão para agora aceitar as regras do jogo do regime, que antes rejeitamos. Tampouco, a sua explicação de participar das eleições, para desmascarar a “farsa eleitoral” poderia ser tomada como razão séria. Não havia razões também para reavaliar o papel do órgão da “representação popular”, do Congresso, que continuava sendo uma folha de parreira para cobrir a nudez da ditadura militar. O que fica como explicação da mudança de posições – já que não supomos que as duas organizações tenham compartilhado diretamente as ilusões democratizantes em voga – é que não souberam simplesmente resistir à onda que tomou conta das classes médias. Para isso contribuiu não só a sua própria origem pequeno-burguesa, como organização, como igualmente a sua fundamentação política, “teórica”, das relações entre proletariado e pequena burguesia, assunto do qual trataremos logo mais adiante.

Antes, porém, queremos ver de perto um aspecto da justificação teórica e “marxista” da sua atual posição. Entre outros, o DN da AP procura lançar mão de Lênin e da participação dos bolcheviques nas eleições da Duma na Rússia czarista. Se os bolcheviques participaram nas eleições, porque nós não podemos participar?

Há toda uma argumentação em torno dessa colocação do problema, no documento da AP, mas o problema fundamental não é tocado. Acontece que a lei eleitoral russa permitia mesmo aos

operários mandar os seus representantes de classe para a Duma. Os operários russos não só podiam votar nos candidatos social-democratas, como podiam seleccionar entre eles os representantes bolcheviques, que no Legislativo formavam uma fração à parte dos mencheviques e dos socialistas-revolucionários. Assim, os bolcheviques defendiam as suas posições da tribuna parlamentar, podendo ler de lá, inclusive, declarações de Lênin, redigidas no exterior. As tradições liberais do século XIX obrigavam as autoridades tzaristas a respeitar as imunidades parlamentares (mesmo durante as campanhas eleitorais) e quando se sentiam incomodadas por oposições no seio da Duma, não tinham outro recurso do que dissolvê-la e convocar novas eleições, nas quais todas as forças políticas participavam de novo. Essa imunidade ficou em vigor até a Primeira Guerra Mundial. Quando os deputados bolcheviques votaram contra os créditos de guerra, foram presos e exilados para a Sibéria. Durante todo esse tempo, o Legislativo na Rússia serviu como tribuna pública e legal para uma propaganda revolucionária, para a defesa das reivindicações do proletariado e para a educação e mobilização das massas. Dito de passagem, não foram só os bolcheviques que seguiram essa tática. Antes deles, os revolucionários alemães já a tinham ensaiado durante a fase das Leis de Repressão de Bismarck, quando o seu partido estava na ilegalidade.

Lênin procurou sistematizar essa tática eleitoral, que ele via em função da conquista e manutenção das posições independentes do proletariado. O 2º Congresso da Internacional Comunista recomenda essa tática aos partidos irmãos nos países onde for possível realizá-la. (A AP prometeu traduzir e publicar essas resoluções e esperamos que o faça em breve.) E para garantir que a tribuna parlamentar seja de fato usada para a propaganda revolucionária, a resolução adotada exige que os parlamentares eleitos se submetam, por todos os meios, à disciplina do partido, ou renunciem, caso não defendam os seus pontos de vista integralmente.

Podemos afirmar que no Brasil de hoje existem condições para uma tática eleitoral dessas? Evidentemente não. O proletariado brasileiro, para votar, é obrigado a escolher candidatos de outra classe, da pequena-burguesia, numa legenda de um partido burguês. É evidente que esses candidatos, uma vez eleitos, não estão dispostos nem em condições de defender reivindicações

proletárias e muito menos ainda uma política proletária. Os mais radicais entre eles, os autênticos, não passam do nível populista pequeno-burguês e os apelos lançados ao proletariado de votar neles, na prática, só visam revalorizar o populismo perante os operários mais conscientes. Na prática, essa tática eleitoral só tem o efeito de frear o processo de formação de uma classe operária independente no Brasil.

A luta pelas “liberdades democráticas”

A cobertura ideológica dessa tática eleitoral é fornecida pela plataforma de luta pelas “liberdades democráticas”. Também nesse caso, origem e função da nova formulação são evidentes. Não é por acaso que não surgiu em 1970 nem em 1972 e sim em 1974, com o governo Geisel.

Também nesse caso são feitos empréstimos junto a Lênin e aos bolcheviques. Lênin distinguia entre “tarefas socialistas” e “tarefas democráticas” do proletariado e dos revolucionários russos. As “tarefas democráticas” estavam em função da ainda não realizada revolução burguesa na Rússia, que teve um auge em 1905 e que foi completada politicamente em fevereiro de 1917. Daqui em diante desapareceram as “tarefas democráticas” dos objetivos de luta dos bolcheviques, que se concentraram em torno das “tarefas socialistas”, tais como agora definidas nas “Teses de Abril”.

Há hoje um consenso geral entre os grupos, que se consideram da Esquerda Revolucionária, que o problema da revolução burguesa, antifeudal, no Brasil, como tinha sido colocado pelo PCB, está definitivamente superado. Por isso, os defensores das “plataformas democráticas” geralmente evitam entrar no assunto e fazem de conta que a formulação das metas de luta, mesmo intermediárias, não tem nada a ver com o caráter de uma futura revolução. Queremos deixar claro, também, que, como comunistas, não podemos estar contra a defesa (ou conquista) de direitos democráticos da classe operária no seio da sociedade burguesa. Quando lutamos pela liberdade sindical, pela abolição do controle dos sindicatos pelo Ministério do Trabalho, nós lutamos por um direito democrático do proletariado, que a classe dominante lhe negou durante a “redemocratização” do país em 1945. Quando denunciemos os preparativos de golpes e lançamos apelos à resistência em 1964, procuramos defender os

direitos democráticos que o proletariado brasileiro ainda desfrutava no seio da sociedade burguesa, até aquele momento. Coisa diferente, porém, é querer fazer desses direitos da classe operária no seio da sociedade burguesa uma “plataforma”, uma “bandeira”, um objetivo, que limita forçosamente a luta proletária. Na prática torna-se uma luta pela redemocratização, pela democracia burguesa, uma luta pela substituição de ditadura aberta, mas indireta, da burguesia, por uma ditadura velada, mas direta.

Aí não contam as justificações ideológicas dos autores dessa linha política, que alegam tratar-se de simples “tática”, nem as suas intenções subjetivas, que podem ser as mais sinceras possíveis. O que conta são os resultados de semelhante política, a experiência colhida no mundo inteiro durante mais de meio século – e há pouco em Portugal, onde o proletariado se tornou vítima das ilusões democráticas criadas e espalhadas pelo PCP desde os tempos da luta clandestina.

Fato é que em momentos em que a classe operária luta por objetivos que direta ou indiretamente ameacem os pilares da sociedade burguesa, a “bandeira democrática” se torna a bandeira da classe dominante e de seus defensores. Foi sob essa bandeira que Kerensky e Kautsky lutaram contra a revolução proletária na Rússia e foi sob a mesma bandeira que Mário Soares, com o apoio de Will Brandt e os países da CEE, liderou a ofensiva contra o proletariado português.

Queremos ficar com esses paralelos históricos dentro de proporções justas. Aplicando essa experiência ao nosso caso temos que ver que o proletariado brasileiro ainda está longe de representar uma classe politicamente independente, capaz de desempenhar um papel semelhante ao da russa em 1917. Nem mesmo pode no presente momento ser comparado à classe operária portuguesa, depois do 25 de Abril, quando iniciou a luta por objetivos socialistas, embora com métodos inadequados (democráticos). O proletariado brasileiro ainda tem de despertar da imobilidade, de organizar-se e manifestar-se como classe. Isso só pode se dar na medida em que lute em torno de suas reivindicações, em que as lutas locais e isoladas de hoje se alastrem, se tornem regionais e se encontrem em nível nacional. Mas, a força motriz de tais lutas só pode ser as suas reivindicações específicas de classe.

Os nossos amigos da AP e do MR-8 não pensam assim. O seu problema fundamental é “acumular forças” na luta contra a ditadura militar. É a velha história das frentes bastante amplas, pois a amplitude é confundida com força. Para conseguir semelhantes frentes e aliança é preciso um denominador comum e como as reivindicações proletárias evidentemente não seriam aceitas pelas massas pequeno-burguesas – o grande aliando – são as fórmulas pequeno-burguesas que teriam de ser aceitas pelo proletariado. Trata-se justamente dessas fórmulas gerais e vagas, que excluem reivindicações determinadas do proletariado, que Marx e Engels já denunciaram em sua “Mensagem à Liga.”

Na situação brasileira, a fórmula vaga das lutas pelas “liberdades” ou “direitos democráticos” barra o caminho para a conquista da independência política da classe operária. Os nossos amigos, entretanto, não esperam tanto. O seu raciocínio não se adianta ao dia de amanhã e toda a sua argumentação é saturada pelo imediatismo, pela necessidade da “aliança” com a pequena burguesia. Mas como o nosso proletariado ainda não age como classe independente e não está em condições reais de concluir tais alianças “táticas” ou “tácitas” em termos próprios, essa política se resume em levar os operários a uma liderança pequeno-burguesa.

Não faltam tentativas “teóricas” para fundamentar essa política. Novamente a AP (que mais se empenha nesse sentido) já em 1975, num documento publicado nos Brasil Socialista nº 2, procura expor esse seu ponto de vista:

Mas, argumenta-se, e a hegemonia? Não é condição essencial para fazer qualquer frente, garantir, de antemão, a hegemonia para o proletariado? Na verdade, isso seria ótimo, se fosse assim tão fácil. Garantir de antemão a hegemonia significa expressar já um determinado conteúdo, força material na relação com o aliado, que o leva a ser praticamente forçado a aceitar – sem alternativa – a direção proletária. Mas, e aí voltamos ao ponto de partida, como chegamos a tal situação de força? Sem praticarmos nenhuma aliança, supõe-se para aqueles que defendem tal ideia, pois aí não estaria garantida a hegemonia. Mas, nesse caso, não se praticaria nenhuma política de alianças até o proletariado ser tão forte, tão forte... que não mais precisaria praticamente fazer alianças. Isso não é política revolucionária, isso é especulação voluntariosa, extremamente daninha aos processos revolucionários.

A luta pela hegemonia é uma constante em qualquer aliança que qualquer organização ou partido proletário faça. É fundamental. Mas, falamos em luta pela hegemonia porque é exatamente assim que entendemos a questão: um processo, e não um dado *a priori*. Não se trata de uma questão ganha de antemão, não se sabe como... Não será exatamente a invocação do papel histórico da classe operária – como vanguarda do processo e a única consequentemente revolucionária até o fim – que virá garantir-lhe a hegemonia. Trata-se concretamente de criar as condições para o exercício da hegemonia. E isso sempre significou, historicamente, uma questão básica: dispor de força. E não somente a força que emana das posições políticas justas, mas a sua tradução material em organização de massa, em capacidade efetiva de intervenção no processo.

Citamos o trecho por inteiro, para não sermos acusados de deturpar o raciocínio. Mas, o que se conclui de semelhante argumentação? Evidente que, já que não temos essa força, “organização de massa” e “capacidade efetiva de intervenção no processo”, temos de deixar a hegemonia para a pequena-burguesia – já que “a luta pela hegemonia é uma constante em qualquer aliança”. E a aliança em si é pressuposta como necessária.

Entretanto, acontece também que os autores dessa argumentação lançam mão de um pequeno recurso oratório. A problemática da hegemonia do proletariado aqui é evidentemente forçada, para poder “destruí-la” mais facilmente. Simplesmente não é atual – em virtude das relações de forças existentes. O problema real, agudo e fundamental das lutas de classes no Brasil é o da formação de um proletariado politicamente independente, o da conquista da independência da classe operária. E essa questão não é nem mencionada sequer.

É verdade que também a conquista da independência da classe é uma questão de relação de forças, produto de todo um processo histórico do país, de condições objetivas, dentro das quais o papel das vanguardas políticas só representa um fator entre outros. Mas o mínimo que se pode supor de uma vanguarda é que não se opo-nha a esse processo, que não procure freá-lo. Exatamente isso os apologistas democráticos estão fazendo quando tentam perpetuar a tutela ideológica pequeno-burguesa sobre o proletariado, quando tentam ativamente colocar massas proletárias sob hegemonia

pequeno-burguesa. Pois o reconhecimento do fato do proletariado não estar em condições de exercer um papel hegemônico nas lutas das classes oprimidas, em si ainda não implica o reconhecimento da hegemonia pequeno-burguesa.

Fato é que sem a conquista da sua independência política, o proletariado nunca estará em condições de exercer um papel hegemônico. E, caso se perpetue essa situação da tutela pequeno-burguesa sobre a classe operária, os defensores das plataformas democráticas poderão discorrer até o Dia de São Nunca sobre o grato problema de hegemonia e relações de forças.

Evidentemente, o raciocínio de que um proletariado forte não precisar de aliados não é nosso. Fica por conta da AP. O que um proletariado, fraco ou forte, não precisará, entretanto, é um conceito de alianças como está sendo defendido pelos autores do trecho acima citado. Onde se inspiraram para a sua afirmação de que “política revolucionária” é “política de alianças?” Certamente não no marxismo, certamente não no leninismo. Essa colocação do problema é tipicamente pequeno-burguesa e, entre nós, tem o seu precedente em trinta anos de prática do PCB, sempre à procura de aliados pequeno-burgueses, burgueses progressistas e nacionalistas-democráticos. Parafraseando um célebre dito: roce um revolucionário pequeno-burguês e aparece um aliancista pacato.

De nossa parte, achamos que continua válida a recomendação que Marx e Engels já deram aos membros da Liga Comunista:

Para o caso de uma luta contra um adversário comum, não é preciso de união especial. No momento em que se trata de dar combate ao adversário, os interesses dos dois partidos coincidem e, da mesma forma como se deu até agora, a aliança intencionada somente para aquele momento se estabelecerá por si mesma.

Ou, como Lênin disse mais tarde, na luta contra a tentativa contra-revolucionária de Kornilov: “Marchar separados, bater juntos”.

A força motriz da luta proletária

À parte todas as outras considerações, é absolutamente irreal supor que o proletariado brasileiro se movimente, organize e que vá às ruas em torno de reivindicações tão vagas, como os “direitos” ou as “liberdades democráticas”. O proletariado pode, inclusive,

votar em candidatos na chapa do MDB, que professem a necessidade de democracia, mas isso não o movimentará como classe, nem o organizará como tal.

A força motriz da luta do proletariado, hoje e por algum tempo, só pode ser encontrada na sua situação material. É a luta contra a carestia, contra a inflação, contra o “arrocho” salarial.

Que não nos digam que isso é economicismo. As lutas proletárias têm que tomar forçosamente as reivindicações econômicas como ponto de partida. Uma classe que não luta pela sua situação econômica, não estará em condições de formular uma política própria.

O grande problema político, hoje no Brasil, é a intervenção do proletariado nas lutas de classe sob bandeira própria. Nenhuma receita bolada por organizações de “vanguarda” pode preencher esse vácuo existente. As alternativas “políticas” apresentadas nesse sentido não passam de variante de política pequeno-burguesa e não visam mais do que usar as massas trabalhadoras como carne de canhão para uma política pequeno-burguesa.

Que já existem condições objetivas para uma política revolucionária de massas mostram, entre outras, as últimas eleições. Não é casual nem gratuitamente que a metade dos 250 mil votos nulos entregues no Rio de Janeiro ostentou inscrições reclamando pela falta e pelo preço do feijão e arroz. Revela não só a hostilidade de grande setor da massa, como também a sua indiferença em relação às formas pequeno-burguesas de política. Não é casual nem gratuito também o fato do balanço eleitoral e a análise no nº. 8 do Brasil Socialista nem sequer mencionarem o fato.

Se a situação material da classe é a grande alavanca que os comunistas têm de aprender a manejar, o segundo passo consiste em encorajar e fomentar as formas de organização de base do proletariado. Isso pode tornar atual novamente a propagação dos comitês de empresa, de bairro, de comissões operárias ou de outros órgãos, que se cristalizarão no decorrer da luta. Nesse terreno, não queremos dar conselhos táticos de fora. Para desdobrar táticas é preciso estar no meio e poder julgar de perto o amadurecimento de uma situação. Importante é, porém, ter em mente que o que nos interessa mais é a organização da classe nos centros de produção, onde se decidirão as lutas principais.

Não menos importante é o surgimento de uma literatura de fábrica, que denuncie a situação existente, formule as reivindicações locais e nacionais e que prepare o caminho para que os operários possam tirar conclusões políticas da situação. Se os primeiros passos nessa direção devem ser dados pelos grupos de vanguarda, é igualmente importante despertar a iniciativa dos próprios operários. O fornecimento de recursos técnicos elementares e um auxílio na redação podem despertar iniciativas no seio da classe e contribuir decisivamente para o surgimento de um movimento mais vasto no seio dela.

A crise da Esquerda Revolucionária

É evidente que a situação do país está se desenvolvendo em direção de um crescente aguçamento das contradições. Já assinalamos que a Esquerda Revolucionária está despreparada para enfrentar as exigências dessa nova fase. A sua crise geral foi aprofundada pela situação da pequena burguesia, esfarelada em diversas frações.

A crise da Política Operária resulta em parte do isolamento, da prolongada clandestinidade e da falta de experiência real de lutas proletárias de uma geração mais nova, o que reduz forçosamente o papel que poderia desempenhar na atual situação. O que mais pesa do que as divergências propriamente ditas e que mais contribuiu para criar a presente situação (assuntos que tratamos nesta edição) é o fato da Organização – ou suas frações – não terem conseguido enraizar-se na classe e, em parte, terem abandonado a formação de quadros políticos operários. Com isso perderam a ocasião de intervir nas lutas por intermédio de novas lideranças operárias em diversos níveis. Estamos convencidos que a superação dessa falha será a premissa e o início da recuperação da PO, que pela linha política basicamente proletária das suas frações ainda se destaca nitidamente de toda a esquerda pequeno-burguesa. E enquanto rejeitarem a combaterem as tentações imediatistas em voga, fica aberto o caminho para uma superação da crise.

Não estaria completo o quadro da Esquerda Revolucionária sem mencionar o MEP, a antiga Fração Leninista. Saída de uma cisão da PO, numa fase ultra-esquerdista desta e tomando caminhos próprios durante alguns anos, as duas organizações pensaram reunir-se novamente em 1974. A cogitada fusão tinha sido mal encaminhada

pelos dois lados. A necessária discussão dos problemas pendentes nas bases devia ser realizada depois do fato consumado. Quando a PO, na última hora, recuou para colocar o problema em novas bases, o MEP não reagiu politicamente. Reagiu à maneira dos ofendidos. Integrou a frente anti-PO, composta por AP, MR-8 e alguns dissidentes da Organização e baixou a sua argumentação ao nível deles. O MEP tinha razões e plena liberdade para criticar a PO, mas as suas reações emocionais lhe impediram de dar uma contribuição própria para a superação da crise na Esquerda Revolucionária.

Desde então, o MEP ficou numa posição intermediária, que não podia satisfazer nem gregos nem troianos. Pretendia conciliar pontos de vista inconciliáveis. Continuava pleiteando o Voto Nulo, mas não combatia o participacionismo. Rejeitava a fórmula da “luta pelas liberdades democráticas”, mas ao mesmo tempo procurava usar eufemismos, como luta pela “liberdade de reunião”, “de manifestação”, etc., dos quais se prometia uma aproximação dos pontos de vista opostos. Finalmente, procurou manter a ficção da existência de uma “tendência proletária” na esquerda brasileira, da qual nós teríamos nos afastado. Mas, mesmo passando por cima do fato de não termos sido nós que mudamos de “táticas”, a “tendência” se desfez obviamente em 1974. Não era possível sobreviver como tal, tendo no seu meio duas correntes opostas, das quais uma luta pela classe operária independente e a outra procura mantê-la amarrada ao carro da pequena-burguesia.

Sabemos que esse quadro não atinge toda a Esquerda Revolucionária, composta ainda de diversos grupos e restos de agrupamentos em vias de se reorganizar. Pensamos especialmente em grupos e quadros individuais, que integraram a PO no passado e que se afastaram, principalmente durante a fase ultra-esquerdista. A eles, na medida em que os alcançamos, só podemos dar o conselho de não se venderem por um prato de lentilha. A PO, como está, evidentemente não representa uma resposta aos problemas candentes das lutas de classe no país, mas ela também não falou ainda a sua última palavra. Se possível, pedimos a esses companheiros entrar em contato direto com esta Revista. Nesse caso, evidentemente, terão de tomar as providências para despachar a correspondência fora das fronteiras nacionais.

O PSB e a fase atual da luta de classes*

ÉRICO SACHS

Todo programa político tem o seu papel limitado pela situação objetiva na qual foi elaborado. Quando há mudanças qualitativas dessa situação, isto é, do nível da luta de classes, o programa pode deixar de responder aos problemas colocados pela luta diária. Isso não diz respeito, geralmente, aos objetivos finais do movimento e, sim, à análise da situação presente, às perspectivas a curto e médio prazo e às suas consequências táticas e mesmo estratégicas.

O PSB não escapa a essa regra. Elaborado há mais de quinze anos – no início da ditadura militar – influenciou, em grau maior ou menor, uma nova esquerda, independentemente se o aceitava ou rejeitava. Hoje estamos perante a necessidade de reavaliar a situação, o nível da luta de classes no país e a atualidade do PSB.

Quinze anos de ditadura aberta mudaram algo na face desta terra. Não solucionando nenhum dos problemas que levaram ao golpe militar de 1964, aprofundaram as contradições latentes no seio da sociedade brasileira. Houve, antes de tudo, uma forte

(*) Escrito por Érico Sachs, provavelmente no início dos anos 80. O documento foi encontrado como anexo de uma versão mimeografada do Programa Socialista para o Brasil publicada pela organização MR-PO – Movimento pela Reorganização da Política Operária.

expansão das forças produtivas, que teve como consequência um crescimento da classe operária, em termos relativos e absolutos. Esse crescimento não foi meramente quantitativo. O proletariado deu passos decisivos em direção ao seu amadurecimento como classe – embora ainda se encontre no meio do caminho. Mas fato é que o populismo, como sistema e estrutura política, desmoronou e não ressurgirá nos antigos padrões. A derrocada do populismo não levou a grande massa do nosso proletariado à procura de novos caminhos políticos – nesse sentido se criou, antes, um vácuo. A luta está hoje, em sua maior parte, em nível econômico, isto é, sindical. Já se criou, entretanto, uma situação em que a luta pela liberdade sindical – que em 1965 ainda não passava de uma palavra de ordem propagandística e educativa – se torne uma premissa indispensável para a mobilização política da classe. Esse terá que ser o próximo passo.

Nesse sentido, a linha estratégica do PSB, que consiste em formar e fazer avançar o processo objetivo da criação da classe operária independente, foi plenamente confirmada. O problema hoje consiste em levar em conta as circunstâncias concretas dentro das quais o fenômeno se dá, para poder elaborar uma linha política correspondente.

Outra questão que se coloca é reavaliar a situação do Brasil dentro do contexto do capitalismo mundial, isto é, as formas concretas sob as quais o domínio do imperialismo é exercido neste país. As questões do subdesenvolvimento e da dependência, que em grande parte ainda são tratadas como lugares comuns, hoje exigem definições mais precisas. A expansão econômica da década de 70 deu ao país um papel de destaque no mundo subdesenvolvido. Por outro lado, a prática política do regime militar mostrou que também países dependentes não se submetem docilmente às exigências de uma potência imperialista. Isso chegou a surpreender muita gente, mas para nós, a definição de “cooperação antagônica” ficou comprovada. Hoje, trata-se de dar conteúdo à definição, à base da experiência dos últimos anos.

Finalmente, nesse contexto, é preciso constatar que os autores do PSB não facilitaram muito a tarefa, quando falaram do “bloqueio” do desenvolvimento capitalista do Brasil e tomaram a política econômica do regime militar como sintoma de “estagnação”. É verdade

que o PSB não estava sozinho com esta interpretação; economistas, como Celso Furtado, incorreram em erro análogo. O que facilitou esse equívoco foi o fato de a crise cíclica de 1963/66 ainda não ter sido superada. Isso, em grande parte, foi responsável pelo nosso despreparo frente ao “milagre econômico”.

No campo, as mudanças não são menos significativas. A contínua penetração de métodos capitalistas na agricultura, a generalidade do fenômeno dos “bóias-frias” prepara o terreno para lutas sociais em escala inédita no país. Ajuda a destruir as velhas estruturas do coronelismo e aproxima as formas de luta dos trabalhadores rurais às do proletariado urbano. Desde já, o sindicalismo está presente em regiões do interior e os sindicatos rurais farão parte de uma futura Central Única dos Trabalhadores.

O desenvolvimento das lutas de classes no campo, todavia, ainda é contraditório. Em primeiro lugar, as diferenças regionais ainda são maiores do que no setor industrial. Em segundo lugar, o desenvolvimento é mais lento do que nas cidades. Apesar disso, contém um potencial explosivo latente, principalmente no Nordeste. Para adaptar o Programa à nova situação, impõe-se um estudo mais detalhado e aprofundado das peculiaridades regionais e setoriais da nossa agricultura. Nada mudou, evidentemente, o nosso objetivo estratégico de uma Frente Única dos Trabalhadores da Cidade e do Campo.

Não devemos perder de vista também que o desenvolvimento da última década e meia produziu uma mudança nas relações de forças existentes no seio da aliança das classes dominantes. O peso e a influência do latifúndio continuaram a diminuir em relação à indústria e ao capital financeiro. A ditadura militar em si é um terreno pouco propício para a defesa de interesses específicos de setores da classe dominantes. A ditadura aberta defende, por excelência, os interesses do setor dominante, da grande burguesia. Entretanto, mesmo a volta a formas democrático-burguesas de governo não restabeleceria as antigas relações de forças de antes de 1964. A expansão do setor industrial criou fatos consumados que impediriam isso.

No que diz respeito às relações internacionais, podemos verificar um quadro semelhante de mudanças dentro de uma continuidade básica.

O confronto latente entre dois sistemas sociais, o do Ocidente capitalista e imperialista e o campo socialista, continua a representar a contradição fundamental da política mundial.

No campo imperialista houve certas mudanças quantitativas. As potências européias reunidas na Comunidade Econômica conseguiram fortalecer seu potencial econômico e diminuir a distância que as separava do norte-americano. Durante as últimas duas décadas, a produtividade da indústria européia-ocidental cresceu em ritmo mais acelerado do que a norte-americana. Embora os EUA ainda conservem a dianteira, a diminuição dessa distância chegou a provocar a crise do dólar, a desvalorização maciça da moeda norte-americana. O conseqüente aguçamento da concorrência no mercado mundial levou, por sua vez, ao restabelecimento parcial de barreiras protecionistas.

Assim mesmo, a hegemonia norte-americana no bloco ocidental e na OTAN não está posta em questão. As potências européias podem hoje pressionar com mais força pela defesa dos seus interesses no seio da aliança, mas elas têm plena concordância que dependem do potencial militar norte-americano para a sobrevivência como economias capitalistas.

A crise do petróleo, isto é, a negativa dos países produtores de petróleo de fornecer às nações industriais o seu produto a preços baixos, revelou publicamente a dependência do Ocidente em relação ao fornecimento de matérias-primas. O petróleo, entretanto, somente precipitou a crise cíclica de 1973/76, sendo esta a mais grave do capitalismo mundial no pós-guerra. Até hoje não está superada inteiramente, dando lugar à estagnação em diversos países. Os próprios EUA já enfrentam nova crise. Entretanto, seria precipitado esperar que essa situação beneficie automaticamente as forças revolucionárias nos países industriais. Até agora só beneficiou a direita, como mostra, entre outras, a eleição nos EUA.

O campo socialista conseguiu se expandir nestes últimos quinze anos. O imperialismo norte-americano foi derrotado no Vietnã. O Iêmen do Sul, Moçambique e Angola juntaram-se ao campo. E a revolução etíope tomou o caminho socialista. Assim mesmo, o Campo Socialista também não está livre de crises internas, embora de caráter diferente. Há uma crise estrutural, que irrompeu abertamente na Polônia e que se deve à resistência latente da classe

operária contra a tutela burocrática, que já se tornou um entrave para a maioria dos países socialistas.

A crise mais grave, porém, consiste na divisão do campo socialista. As contradições entre as suas maiores potências, a URSS e a China, romperam a frente única antiimperialista em escala mundial e favorecem objetivamente as forças de sustentação do capitalismo internacional. Esse fenômeno não desmente a polarização do mundo em dois campos antagônicos, o imperialista e o socialista. A China só pode desempenhar atualmente seu papel de aliada potencial dos EUA contra a União Soviética, aproveitando-se da contradição existente para uma política imediatista e de curta visão. Embora não acreditemos que essa constelação de forças em escala mundial seja definitiva, o PSB tem que entrar nesse assunto imprevisível no passado.

A parte do Programa que trata das recomendações táticas, certamente é a mais desatualizada. A proposta da FER, por exemplo, da Frente da Esquerda Revolucionária, visava quebrar o monopólio do pelego-comunismo sobre o proletariado. A própria história se encarregou disso. Hoje esse monopólio está quebrado e as tarefas já são outras.

Não conseguimos, na realidade, materializar a FER. A culpa certamente não foi nossa. Não encontramos receptividade para esse gênero de luta nas organizações – o PCdoB e o MRT – que naquela época poderiam compor conosco. O que ficou desses aliados potenciais de então, hoje está no campo democratista e isso não é pura coincidência. De resto, embora em circunstâncias completamente diferentes, uma espécie de frente de esquerda realizou-se espontaneamente no PT – embora não abranja todo o PT. A esquerda em si, inclusive aquelas frações que no passado consideramos ER, por sua vez, está passando por um processo de reagrupamento. Uma parte, praticamente não sobreviveu; outra foi e continua indo para a direita. O que hoje existe em matéria de grupos e grupúsculos certamente não representa a última palavra da esquerda brasileira.

Sobre o capítulo da guerrilha, como instrumento de luta revolucionária, já tivemos ocasião de observar que ocupa um lugar de destaque em demasia no Programa. Isso foi resultado das lutas internas de então, principalmente com a ala debrayista.

Hoje, o Programa deve avaliar a experiência da luta de guerrilha em Cuba e na Niquarágua, entre outras, mas a atual situação brasileira não coloca o problema na ordem do dia. Importante seria um balanço da nossa experiência com a chamada “guerrilha urbana”, que sacrificou uma geração de revolucionários e que contribuiu para o esfacelamento das organizações operárias durante a clandestinidade.

Concluindo, podemos dizer que a linha estratégica elaborada no PSB continua válida. É de se admirar talvez o fato de uma parte tão grande do Programa ter resistido ao tempo. Mas, assim mesmo, o Programa não responde mais às nossas necessidades atuais e futuras. Isso tem de ser remediado, se quisermos que o PSB desempenhe seu papel da mesma forma como o fez no passado.

O PT e o partido revolucionário*

ERNESTO MARTINS

1

A fundação do PT, resultado das greves operárias dos anos 78 a 80, inaugurou uma nova fase da luta de classes no país. Nascido no ABC de São Paulo, ponto de irradiação das greves, a ideia da formação de um partido independente alastrou-se pelo país com maior ou menor intensidade, da mesma maneira como tinham se propagado as ondas das lutas sociais.

A ideia original dos sindicalistas de fundar um partido de classe independente de todas as facções burguesas atraiu, com certo atraso, organizações de todos os matizes e intelectuais de esquerda que, em muitas regiões onde os sindicalistas autênticos do ABC não tinham influência e contatos diretos, se encarregavam da fundação dos primeiros organismos. Dessa maneira, começaram simultaneamente as lutas por área de influência e posto de comando no seio do partido. Quando este estava finalmente estruturado, nas primeiras convenções nacionais, ficou claro que existia uma divisão em sua liderança. A direção nacional estava nas mãos dos sindicalistas que, *grosso modo*, defendiam uma po-

(*) Escrito por Érico Sachs em 1983, em Recife, PE. Fonte: "Andar com os próprios pés". Belo Horizonte: SEGRAC, 1994.

sição de classe, principalmente pela boca de Lula. As lideranças regionais estavam em sua maior parte nas mãos de organizações tradicionais da esquerda, sectárias ou semi-populistas, que, com sua ideologia e postura pequeno-burguesa, se revelavam uma barreira para a penetração do PT na classe operária, e esse estado de coisas está perdurando até hoje.

2

As eleições representaram a hora da verdade. Enquanto em São Paulo o partido conquistou quase 10% dos votos do colégio eleitoral do Estado, no resto do país, com exceção do Acre, ficou abaixo dos 5%. Em alguns Estados havia menos votos que filiados inscritos. Em São Paulo, o voto operário foi decisivo; no Acre, o dos trabalhadores rurais. E as eleições mostraram que o Partido dos Trabalhadores só era viável como partido dos operários e trabalhadores rurais. A pequena-burguesia dispunha de seus órgãos tradicionais de expressão e não ia construir o PT. A pequena burguesia só se interessará pelo PT na medida em que este se torne um fato consumado na vida política do país.

Não pretendemos desconhecer o desenvolvimento desigual da classe operária nas diversas regiões do país. Mas, em primeiro lugar, as direções regionais em muitos lugares não se preocuparam em se dirigir àquelas camadas mais jovens e inexperientes do proletariado nacional, limitando-se a concentrar suas atividades nas camadas da classe média. Em segundo lugar, há um movimento dos trabalhadores rurais nas regiões menos desenvolvidas que também não mereceu a devida atenção das lideranças desde a fundação do partido, de maneira que o partido não conseguiu se enraizar nas classes trabalhadoras.

3

O resultado eleitoral decepcionou muita gente, mas não deve nos desanimar ou fazer que mudemos nossa tática no seio do PT. Nossa tarefa, como comunistas, consiste em tornar o PT um partido dos trabalhadores da cidade e do campo. Isso significa que temos de expandi-lo no meio do proletariado e organizar sua parte mais consequente em torno do partido. Esse objetivo não se consegue com medidas administrativas. Só se conseguirá mediante um tra-

balho político de penetração e conscientização da classe, à qual atribuímos papel fundamental na revolução brasileira.

No que diz respeito ao nosso papel, isso significa em primeiro lugar que temos que deixar de ser um grupo de pequenoburgueses com uma herança unilateral de política estudantil. Sem quadros operários em nossas fileiras, dificilmente penetraremos na classe. Mas não é só a composição orgânica do nosso grupo que nos deixa despreparados para essas tarefas fundamentais de qualquer movimento comunista que mereça esse nome. Até agora não houve nenhuma formação de quadros que preparasse o grupo para a propaganda anticapitalista e socialista, indispensável para despertar a consciência de classe do operariado. Não houve nenhuma preparação para enfrentar a tarefa de organizar setores da classe operária. Tudo que fizemos se limitou à agitação que por si só não permite a capitalização. No que toca ao nosso papel no PT, isso significa que temos de nuclear operários por categoria e por bairro, educá-los politicamente e apoiá-los efetivamente nas suas lutas. Temos de jogar todo o nosso peso numa política de nucleação. Os reformistas preferem fazer política à base de diretórios zonais, pois isso dilui a base classista do partido e facilita os conchavos de cúpula. Em resumo, temos que transpor as barreiras que nos separam do mundo dos trabalhadores.

4

E o partido revolucionário da classe operária?

O problema foi colocado na discussão acompanhado por acusações de costume, “que não temos tática nem estratégia” para sua formação. Não é verdade, companheiros, temos uma linha estratégica para formação do partido revolucionário. Deixamos claro desde o início das atividades da Organização que a formação do partido revolucionário no país não depende da vontade subjetiva dos revolucionários. Semelhante partido só pode surgir como representante (e não auto-nomeado) da classe operária, ou pelo menos de uma fração da classe. O movimento operário no Brasil já cresceu demais, não é mais um campo virgem para que se possa formar um partido à margem da classe. Isso condenaria o partido de antemão à existência de uma seita impotente.

Dissemos também que esse processo está ligado estreitamente ao amadurecimento do nosso proletariado como classe “para si”. Trata-se de dois lados de um mesmo fenômeno, que contêm entre si o que Engels chama de correlação de crescimento.

Duvidamos também que os companheiros que levantaram o problema desconheçam essas teses fundamentais da Organização, e isso mostra a sua argumentação: “Então temos de esperar com os braços cruzados que surja a classe para si, para enfrentar o problema do partido revolucionário?”

Não, companheiros, não temos de esperar “com os braços cruzados”. No próprio congresso de fundação da PO, quando foi levantada essa tese, consideramos o papel da PO como um “catalizador” no processo de formação do partido da classe. Isso implica evidentemente um papel ativo. Naquela fase, quando o PCB ainda mantinha um papel de monopólio no meio da esquerda brasileira, dirigimos a nossa atenção às contradições e futuras cisões no seio dele. O desenvolvimento posterior nos deu razão. O destino do PCB é conhecido, mas do seio do PCB não surgiram as forças de renovação do movimento operário brasileiro. As diversas cisões não viam outra saída do que lançar-se em atividades militaristas de desespero (PCdoB, PCBR, ALN etc.). De resto, todas as tentativas de formação do partido revolucionário fracassaram por falta de lastro na classe operária.

O surgimento do PT mudou a situação e colocou o problema da formação do partido revolucionário em uma perspectiva mais concreta. Não é que o PT já seja o partido revolucionário, ou que esteja às vésperas de sua transformação em semelhante partido. Mas o PT, produto legítimo das lutas de classe no país, ofereceu-se como instrumento indicado para levar avante o processo de amadurecimento e organização política da classe. Nenhum processo é linear. Já tratamos das dificuldades surgidas quando o elemento ideológico pequeno-burguês pretende colocar-se na liderança do partido. Mas, na medida em que o PT tome pé na classe, na medida em que o operariado participe politicamente da vida do partido e se identifique com ele, se criarão as condições para superar a liderança e a tutela pequeno-burguesa. Isso não se dará sem conflitos, lutas internas e prováveis cisões, mas é nesse terreno que temos que

desempenhar o nosso papel ativo, e esse papel só poderá ser desempenhado eficientemente em escala nacional por uma Organização nacional de comunistas. Quer dizer que a formação do partido revolucionário nessa fase de luta não pode ser uma palavra de ordem. Levantá-la agora só teria o único efeito de nos isolar, de nos caracterizar como fração e restringir a nossa influência. Não é nem uma palavra de ordem propagandística e sim um objetivo estratégico.

Nessas circunstâncias, não se pode falar “de uma falta de uma tática” para formação do partido revolucionário. Tática só se pode desenvolver à base de fatos e situações concretas, e estes ainda não foram criados. A procura de medidas táticas nas atuais circunstâncias implica forçosamente em receitas e expedientes.

A discussão com outras organizações que se dizem comunistas existe, na prática, no seio do PT e parte de atividade comum ou divergente no seio do partido. Ela, todavia, não está ligada ainda à formação do partido revolucionário e sim a uma estratégia a prazo de criação das condições materiais, sociais e políticas para o surgimento de um partido revolucionário.

O perigo inerente a essa perspectiva de desenvolvimento reside na “impaciência revolucionária” de querer antecipar ou precipitar o processo. Isso destruiria as perspectivas reais existentes. Esse processo só poderá ser levado adiante junto com as bases operárias do partido e não contra elas. Só assim o partido revolucionário nascerá enraizado na classe.

Temos de rejeitar aqui certas acusações, de que nossa preocupação com a formação de quadros e lideranças políticas operárias representam uma modalidade de “obreirismo”. A formação de quadros e lideranças políticas operárias é inseparável da formação e amadurecimento da classe, processo que pretendemos acelerar. É tarefa fundamental de um movimento comunista, e o padrão para julgar grupos ou organizações é justamente sua atividade prática nesse sentido.

5

Nossa luta é pelo Partido Revolucionário, marco indispensável no caminho da Revolução Socialista neste país. E a revolução socialista no Brasil só pode se dar como revolução proletária apoiada

diretamente pelos trabalhadores do campo. São essas duas classes que representam o sustentáculo potencial no processo revolucionário, independente de quantas camadas de outras classes sejam atraídas e integradas pelo movimento em ascensão.

Essa visão está obstruída parcialmente para grande parte da esquerda brasileira devido aos acontecimentos que se dão na América Central. Mas se esquece facilmente que o Brasil não é a Nicarágua, não é El Salvador, onde não existe (e não pode existir) hegemonia proletária na luta, onde os objetivos da revolução ainda não são socialistas e sim anti-oligárquicos e antiimperialistas.

O Brasil, com seus milhões de operários industriais e outros tantos trabalhadores do campo, com uma burguesia industrial e financeira que já exerceu o poder diretamente (e que atualmente procura retomá-lo), representa uma sociedade mais complexa e um terreno mais acidentado para as lutas de classe do que as repúblicas agrárias centro-americanas.

Essa realidade não podemos perder de vista, da mesma maneira como rejeitamos todas as tentações de aplicar mecanicamente “modelos” de revoluções passadas em outras regiões e países com situações completamente diferentes. Temos de saber conservar a distância crítica frente às revoluções em curso a fim de não sucumbirmos a fatores emocionais. Temos de aprender de cabeça clara, aplicar a experiência revolucionária mundial à nossa realidade existente.

Estudar e conhecer essa realidade brasileira, estudar e aprender a experiência do marxismo-leninismo (e não se limitar a tirar o chapéu perante os clássicos, como fiéis perante os santos) faz parte da atividade de uma Organização comunista.

Andar com os próprios pés...*

ÉRICO SACHS

I

O que é uma política operária nas condições concretas das lutas de classes no país? Essa pergunta chegou a ser recolocada praticamente em toda mudança de conjuntura, quando surgiram mudanças nas condições de luta. Foi colocada por nós dentro de um contexto político fundamental, que visava à necessidade da libertação do proletariado brasileiro da tutela da burguesia, da formação de uma classe politicamente independente e oposta à política burguesa, e da sua transformação – conforme as palavras de Marx – em uma classe para si.

Salientamos tratar-se de um processo histórico, produto da evolução da própria sociedade capitalista, o qual não dependia só de nós e da nossa atuação. Nós tínhamos um papel nesse processo, na medida em que contribuíssemos para acelerá-lo e empurrá-lo para frente. Chegamos a definir essa tarefa fundamental como nossa “linha estratégica”.

Ressaltamos também que a classe operária tinha progredido nos últimos vinte anos em direção à sua independência política e orgâ-

(*) Escrito por Érico Sachs em fevereiro de 1985, no Rio de Janeiro. Foi um dos últimos textos do autor destinados à publicação antes da sua morte, ocorrida em 9 de maio de 1986. Fonte: “Andar com os próprios pés”. Belo Horizonte: SEGRAC, 1994.

nica, mas que ainda se encontrava no meio do caminho. A fundação do PT e da CUT testemunhou isso. O passo decisivo, porém, ainda não foi dado. O proletariado tinha ainda de aprender a andar com os próprios pés. As últimas eleições e a situação sindical em seu conjunto mostram, ao lado do progresso, as limitações do mesmo até agora.

Uma linha estratégica é válida enquanto os objetivos que visa não tiverem sido atingidos. Enquanto isso não se der, ela determina a nossa situação política diária, a nossa tática. Queremos analisar aqui, sob esse ângulo, a situação criada com a campanha das eleições diretas.

II

Queremos deixar claro que essa campanha, desencadeada e liderada por forças burguesas, falhou, sobretudo por uma avaliação errada das relações políticas e sociais em jogo. Dissemos “avaliação errada”, mas no fundo a questão é mais complexa, pois por trás dos “erros” pesam interesses de classes.

“Eleições diretas para presidente” foi a fórmula apresentada para uma campanha que visava à liquidação da ditadura militar que dominava o país desde o golpe de 1964. E o que devia ser o capítulo final do regime militar foi apresentado como um problema meramente parlamentar. Se a oposição no Congresso conseguir maioria, a democracia será restabelecida... A tarefa era convencer deputados e senadores.

O curioso nessa situação foi que em nenhum momento se levantaram cogitações sobre a atuação e reação do inimigo. Será que ele se conformaria com uma possível derrota parlamentar? E quando se levantavam vozes lembrando que o governo mantinha sólida maioria no Senado, os “otimistas” não se deixaram abalar – se a Câmara aprovar, o Senado será forçado a seguir o exemplo. E praticamente ninguém perguntou se as Forças Armadas acatariam de fato uma derrota no Congresso. Há, entretanto, bastantes indícios que desmentiam esta possibilidade.

A estratégia dos altos comandos das três Armas seguida pelo Governo prevê uma retirada lenta e gradual das posições conquistadas em 1964 e reforçadas em 1968. O que a oposição estava exigindo era uma debandada dessas posições. E os militares sabiam que uma debandada, uma vez iniciada, não se

sabe onde e quando para. Não estavam dispostos a correr esse risco. E muita gente já esqueceu o papel dos altos comandos por ocasião da explosão do Rio-Centro, quando estes proibiram virtualmente o presidente da República de seguir a pista dos conspiradores.

O que achamos errado não foi o fato de se ter exigido a debandada, mas os métodos usados para consegui-la. Comícios ordeiros e pacíficos, sem outro meio de pressão, evidentemente não bastam para isso. Uma força oposicionista que renuncia conscientemente a qualquer escalada do conflito priva-se dos meios de pressão. Até os garimpeiros de Serra Pelada sabiam da necessidade de métodos mais radicais para impor as suas reivindicações – sem querermos entrar no mérito das mesmas.

III

O “equivoco”, a má avaliação “das forças sociais e políticas”, que fizeram com que o imenso potencial mobilizado se perdesse finalmente em conchavos nos corredores do Congresso Nacional e nos gabinetes dos Governadores estaduais, tem a sua origem na ideologia das diversas frações da classe dominante.

O denominador comum é o cansaço com a ditadura e a tutela militar sobre instituições civis. O verso da medalha consiste no receio presente em todas as facções burguesas – em escala maior ou menor – de uma perda do controle do movimento de base. A polarização se dá entre a “abertura lenta, gradual e controlada”, e as “diretas já”. O objetivo é a volta à situação de antes de 1964.

Há nuances nesse aspecto que vão de um extremo ao outro, mas nenhuma fração da classe dominante deseja pôr em risco a ordem social vigente. Ninguém pretende serrar o galho em que está sentado.

IV

Para o PT, a aceitação das palavras de ordem burguesas, a já adesão ao Comitê Suprapartidário e a conseqüente submissão a um “centralismo democrático” implicaram uma renúncia antecipada à luta por um papel hegemônico da classe operária e a autolimitação do *status quo* que implica automaticamente a manutenção do presidencialismo, com todas as suas conseqüências.

Acontece que, dentre todas as formas de governo que a democracia burguesa produziu, a do presidencialismo é a mais retrógrada e é a menos democrática. Concentrando um grande poder de decisão nas mãos de um só homem, o sistema presidencialista foi comparado com uma “monarquia temporária” de quatro a seis anos, a ser revogada por outra do mesmo prazo. Fato é que o sistema presidencialista na América Latina, em grande parte, manteve um caráter semi-bonapartista, que facilitou mais de uma vez o passo decisivo do estabelecimento de uma ditadura bonapartista.

Pode parecer que todos esses problemas foram superados pelo próprio desenvolvimento dos acontecimentos. Então, por que discuti-los ainda? Não podemos concordar com esse posicionamento. Em primeiro lugar, temos de ter consciência de que a ditadura não desmoronou frente à estratégia das oposições unidas. Estas não souberam impor-se nem no Congresso. O que derrotou a ditadura foram contradições internas, o fracionamento do partido governamental, no que o sr. Maluf teve o seu indiscutível mérito. A ditadura foi derrotada por uma frente, formada pelo MDB e os dissidentes do partido governamental, à base de concessões mútuas. É evidente que essas concessões contêm os elementos do continuísmo que marcam a “Nova República” desde o seu nascimento e que facilitam ao sr. Tancredo a sua propagação do “pacto social”.

Em segundo lugar, a campanha pelas diretas, assim como foi levada, reforçou a ala direitista no próprio PT. Só não houve, como consequência, maior pressão para a ida ao Colégio Eleitoral e o voto a favor de Tancredo porque a candidatura Maluf já estava desmoronando a olho nu.

Atualmente, os direitistas se agrupam em torno da palavra de ordem da convocação de uma Assembléia Constituinte. A frente não é nova. Formada por seitas de origem ideológica chinesa e russa (stalinistas e trotskistas) aliadas aos semi-liberais, que representam camadas da classe média no PT, tentou mais uma vez virar a mesa nas discussões internas. A direção, apoiada na grande maioria dos militantes, se negou a dar apoio à palavra de ordem, que nas circunstâncias teria significado apoio à Constituinte. As novas deliberações da liderança, que implicam a participação na campanha pró-Constituinte, campanha que ao ver da liderança seria

uma nova edição da campanha das “diretas já”, anulam as posições anteriores, justas e corajosas.

A Constituinte virá, disso não há dúvida. Ela virá, antes de tudo, porque a classe dominante precisa dela para negociar uma nova superestrutura, que corresponda às novas relações de forças, após a derrocada da ditadura aberta e indireta da burguesia. O objetivo da Constituinte é o estabelecimento de uma ditadura direta da burguesia, isto é, direta porque sem o intermédio das Forças Armadas, mas velada, sob um manto de democracia. Esse fato já justificaria a desconfiança que um partido de trabalhadores deveria nutrir em relação à Constituinte convocada nas condições de hoje.

Parece haver um mal entendido em tudo isto. O fato de a Constituinte vir e estar na ordem do dia não significa de maneira alguma que temos de apoiá-la. Temos de participar dela. Temos de levantar no meio das forças políticas adversas as reivindicações da classe operária e dos trabalhadores em geral. E temos de aproveitar as contradições no seio da classe dominante para conseguir alguma coisa. Mas não podemos espalhar ilusões em torno da Assembléia. Ilusões democráticas desarmam as classes dominadas. Nossa tarefa é armar os trabalhadores com desconfiança para que possam exercer pressão de fora para dentro, tal como em qualquer política parlamentar revolucionária.

Rio, fevereiro de 1985

Frágua inovadora: o tormentoso percurso da POLOP*

VICTOR MEYER

Introdução

No começo de 1961, no interior de São Paulo, realizava-se o Congresso de fundação da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária, mais conhecida como POLOP. Seu impacto intelectual sobre o pensamento radical de esquerda no Brasil, sua influência política sobre frações importantes da esquerda organizada, do movimento estudantil e mesmo do movimento operário, seriam fortemente crescentes ao longo dos anos 60. Na década seguinte, período de auge da ditadura militar, mergulharia num doloroso processo de isolamento social, seja pelos cruentos ataques que sofreu da polícia política – DOPS, Polícia Federal, OBAN e demais signos do terror anticomunista daqueles anos – seja pela diáspora dos quadros no exílio e recorrentes fragmentações internas. Somente nos primeiros anos da década de 80 se firmaria um movimento interno de “volta às raízes”, longa-

(*) Escrito por Victor Meyer em fins de 1999 para uma publicação em CD organizada por Eduardo Stotz. Incluído no livro “O tempo no Planetário e outros ensaios”, Stotz, Eduardo Navarro, Ed. do Autor, Rio de Janeiro, 2008. A presente versão segue de acordo com original digitado pelo próprio Autor.

mente preparado: tarde demais, pois o contingente de militantes remanescentes estava demasiadamente reduzido e distante do centro dinâmico das lutas sociais brasileiras, na maré montante das greves, da fundação do PT e da gestação da CUT. A POLOP reconheceu a importância política própria do PT, mas ao mesmo tempo entendeu os seus limites; por isso, aderiu ao novo Partido, mas ao mesmo tempo tentou manter-se como organização autônoma. Sem êxito nesse último projeto, extinguiu-se no decorrer da primeira metade dos anos 80.

Durante a fase ascendente, até 1968, participou da Organização um número expressivo de destacados intelectuais, vários dos quais iriam adiante compor o núcleo dirigente do PT. No movimento estudantil, no seu auge histórico, a POLOP sustentou várias vice-presidências da diretoria da UNE eleita no vigésimo nono Congresso, aquela que seria posta à testa das grandes mobilizações de 1968. No movimento operário, sua presença se fez sentir com relativa importância nas greves de Contagem e Osasco. Por outro lado, ainda na sua fase expansiva, polarizou uma ação aglutinadora sobre a esquerda revolucionária, cujo ponto mais alto foi a formação do Núcleo Marxista-Leninista, em 1967, conjugando-se com a Dissidência do PC no Estado da Guanabara e com a Dissidência do PC no Rio Grande do Sul. Juntamente com esta última Dissidência, formaria o POC (do qual se retiraria no começo de 1970). Num sentido contrário, da POLOP saíam facções fundamentais para a construção de várias organizações que se dirigiram à guerrilha urbana: a Colina, parte da VPR, parte da VAR-Palmares, além de outros agrupamentos menores. Mais adiante, nos primeiros anos 70, da POLOP sairia a Fração Bolchevique, depois denominada MEP.

O caráter expansivo da POLOP num contexto tão especial da história das lutas de classes no Brasil, sustentado apesar do traumático teste histórico representado pelo golpe militar de 1964, tem sua expressão máxima na elaboração de um documento básico, o *Programa Socialista para o Brasil*, apoiado sobre um conjunto de textos de fundamentação que configurariam um método de análise, um ideário articulado e uma estratégia de luta.

Seria uma precipitação supor-se que tudo isso teria desaparecido pela ação do tempo. É verdade que a memória da esquerda revolucionária brasileira, de um modo geral, dentro da qual se

encontram os registros particulares da POLOP, constitui-se numa dessas realidades que o curso da vida cotidiana confina à vala comum do esquecimento. Tempos de reação, os três últimos lustros decretaram a morte do proletariado, o fim das utopias e, nas franjas do pensamento único que a velha ordem social tentou e ainda tenta impor, a intelectualidade majoritária permitiu-se criar um *index* de temas excluídos do campo das discussões. Contudo, as realizações do passado resistem em sua integridade de fatos consumados, retêm suas próprias luzes.

O presente texto ensaia uma discussão nesse terreno: um olhar sobre uma vertente da esquerda revolucionária dos anos 60 e 70, uma volta ao suposto tempo perdido.

1. A juventude: “...Era preciso libertar as palavras...”

Érico Sachs, mais conhecido pelo pseudônimo *Ernesto Martins*, escreveu em 1981 um texto comemorativo dos 20 anos da POLOP. Evocando o contexto em que vivia a esquerda brasileira nos últimos anos 50 e primeiros 60, disse que a nova Organização tomou para si a tarefa de “libertar as palavras de seu caráter de meros chavões”. Essa proposição suscita interrogações: o que havia de errado com as palavras?

Diríamos que todas as palavras básicas do discurso da esquerda estavam presas a grilhões, a um sentido prévio situado fora da órbita da experiência viva. Por exemplo, a singela e tão importante palavra “proletariado”: ela não continha determinações dinâmicas nem alusões a um conjunto de pessoas envolvidas numa modalidade específica de ação prática, vivendo tais ou quais problemas fundamentais de existência. O “proletariado”, falado pela boca da velha esquerda oficial, era um conceito marcado por um idealismo objetivo, por uma determinação já contida em um ou outro manual traduzido de línguas estrangeiras. O ponto de partida era o conceito (...*no princípio era o verbo...*): certo grupo de pessoas, no Brasil, deveria forçosamente enquadrar-se nesse conteúdo límpido, apriorístico. O mesmo se poderia dizer da palavra “revolução”. A palavra estava dicionarizada em manuais (também traduzidos do exterior) que a prognosticava em detalhes. Tanto que já não aparecia de forma solta (sugerindo dúvidas supostamente ociosas), pois vinha sempre com um complemento auto-suficiente e esclarece-

dor: “revolução democrático burguesa” (quer dizer: revolução em etapas, determinadas alianças na primeira etapa, outras alianças na segunda etapa, o esquema era fechado e já dado). E o que dizer da palavra “socialismo”? Também estava nos manuais, ainda que para defini-la fosse necessário recorrer a toda uma gama de palavras previamente instituídas: o *socialismo* adviria como superação da *revolução democrático burguesa*, quando o *proletariado* firmasse aliança com os *camponeses* e se fizesse ao poder com um partido único, o *partido comunista*. A tarefa do revolucionário seria, em primeiro lugar, assimilar o estatuto já pronto dessas e de tantas outras palavras, que assim apareciam plenas, nítidas e... aprisionadas, inutilizadas.

Declaradamente marxista, de tal modo que se intitulava Organização Revolucionária Marxista, a POLOP encarava de uma maneira radicalmente distinta a sua relação com o pensamento de Marx. O marxismo, como afirma o documento *Caminhos e Caráter da Revolução Brasileira*, é, sobretudo, experiência humana pensada e aproveitada. Então era preciso pensar a experiência brasileira, e por esse caminho elevar-se a uma “análise concreta da situação concreta”. Nessa perspectiva, não haveria nenhum manual que nos aliviasse a tarefa, as palavras tinham que ser reelaboradas, ou seja, preenchidas de determinações trazidas de uma observação ativa da vida social brasileira. Em que sociedade vivíamos? Importava combater mitos (como o do feudalismo, como o da burguesia nacional) para chegar-se à conclusão de que o Brasil era uma sociedade capitalista industrial, cujo Estado era composto pela burguesia integrada ao capital internacional e internamente associada ao velho latifúndio, e que, nessas circunstâncias, a única transformação social duradoura seria de caráter socialista. Essa foi uma das primeiras conclusões levadas ao documento básico, o *Programa Socialista para o Brasil*.

E o proletariado? Certamente não seria aquele, o da mitologia dos manuais. Sua importância política no Brasil não aparecia como mera dedução a partir de um destino transcendental já concebido, mas sim como conclusão retirada da análise específica das contradições presentes na vida nacional. E, além disso, o proletariado brasileiro tampouco era uma classe já formada como tal, em condições de exercer os papéis que lhe reservavam os manuais existentes.

Na ótica da POLOP, havia no Brasil um operariado em tortuoso movimento prático, que há décadas regredira de uma organização livre, datada dos primórdios da industrialização, para uma atitude de reboque em suas relações com o populismo burguês; regredira à condição de um operariado sem objetivos políticos próprios e sem uma organização própria, pois os sindicatos faziam parte do aparelho do Estado. Então o proletariado, enquanto classe independente, simplesmente não existia ainda no Brasil. Foram esses elementos de uma análise concreta que forneceram a matéria constitutiva dos conceitos estratégicos levados ao *Programa Socialista para o Brasil*: qualquer transformação duradoura na sociedade brasileira exigiria antes a formação do proletariado como classe – com ideologia, ação política e organização independentes das classes dominantes.

Críticos precipitados objetavam quanto ao caráter inexpressivo do contingente numérico da classe operária brasileira. Objeção descabida, pois a análise da POLOP prosseguia em suas considerações fundamentais. Desdenhando as teses transpostas de outras realidades, que mencionavam uma esquemática “aliança operário-camponesa”, o Programa Socialista para o Brasil constatava, pela via da análise histórica, que aqui se delineavam as condições para uma ampla frente dos trabalhadores. Ainda não se conheciam, como hoje, movimentos interclasses de grande envergadura, tais como as mobilizações e organizações populares de bairros, o Movimento dos Sem-Terra, dos Sem-Teto, de desempregados, etc. Mas a experiência viva já permitia concluir pela existência de uma gigantesca camada de trabalhadores proletarizados, em sua maioria assalariados, embora também havendo os pequenos-proprietários em proletarização, nas cidades, nos campos e na confluência cidade-campo. A história das ligas camponesas e dos sindicatos rurais, assim como a história do movimento estudantil, dos bancários e outros, já esboçavam essas potencialidades, tão evidentes aos olhos do observador de hoje, mais de 30 anos depois. Debruçada sobre a radicalização das lutas no período imediatamente anterior ao golpe de 64, o documento “Caminho e Caráter da Revolução Brasileira” via no precedente de um movimento de operários e marinheiros, no Rio de Janeiro, um exemplo ilustrativo, ainda que isolado, da possibilidade futura de hegemonia do proletariado numa frente constituída pela ampla maioria da sociedade brasileira, pelos trabalhadores da base da

pirâmide social criada pelo capitalismo. O *Programa Socialista para o Brasil* não se dirigia apenas à classe operária: divisava a organização das massas em seu sentido mais amplo, através da consigna da *Frente dos Trabalhadores da Cidade e Campo*.

Fazia-se necessário, contudo, levar ainda mais longe o combate aos chavões. As concepções mais gerais acerca do movimento comunista mundial apareciam no Brasil demasiadamente presas a um dilema entre fórmulas, das quais a mais forte era, notoriamente, a retórica estalinista ou, talvez, àquela altura, neo-estalinista. Havia um modelo de revolução solidamente implantado pelo PC, transposto da União Soviética. A alternativa seria um esquema de fórmulas antigas trazidas diretamente do discurso de Trotski, o que não seria tampouco uma solução, por mais que parecessem positivas muitas das posições em seu tempo defendidas pelo fundador do Exército Vermelho. Ademais, naquele contexto já de crise da hegemonia soviética dentro do comunismo mundial, os dilemas propostos pela esquerda majoritária apareciam no Brasil com nuances variadas, já ultrapassando os antigos termos da luta interna do Partido Comunista da União Soviética. Da distante China, chegavam as ideias maoístas, arrastando com elas todo um conjunto de palavras-acorrentadas, de chavões: libertação nacional, unidade do povo, combate ao Estado Fantoche, etc. Por último, o fascínio da revolução cubana estimulava, em outra direção, um idioma centro-americano, o mito do Estado Títere e de uma luta democrática tal como sugerida por uma sociedade rural-oligárquica. A POLOP recusou o comunismo alinhado a esses diversos paradigmas mundiais. Influenciada pelo antigo núcleo crítico e independente dos comunistas alemães (Rosa Luxemburgo, Franz Mehring e August Thalheimer, entre outros), cujo pensamento havia inspirado o ideário da posterior Oposição Comunista Alemã (1929), antiestalinista, ousou propor a autonomia criadora de uma elaboração original.

2. O envelhecimento: necessidades e possibilidades embaralhadas (miragens dentro das trevas)

A maturação do Programa Socialista para o Brasil estendeu-se desde a *Convocatória* para o Congresso de fundação, documento datado de 1960, até o Quarto Congresso da Organização, em 1967. Um processo dramaticamente afetado pelo golpe militar de 1964.

Mas o golpe forçou uma rediscussão generalizada dentro das diversas correntes organizadas da esquerda no Brasil e, nesse contexto, a POLOP, já então estruturada em rigorosa clandestinidade, firmou-se como alternativa ao pensamento oficial. As greves de Contagem e Osasco, em 1968, sugeriam possibilidades imediatas para a realização da linha estratégica condensada no recém-aprovado Programa Socialista.

Mas o AI-5, com o terror militar subsequente, interrompeu o processo emergente de um movimento operário radical e jogou por terra o movimento estudantil. Grande parte da classe média aderiu passivamente à nova ordem, ou simplesmente pagou para ver o milagre econômico. O movimento comunista brasileiro, em suas diversas vertentes, entre elas a POLOP, mergulhou numa zona de sombra, isolou-se de suas bases sociais possíveis. A dura travessia dos anos 70 seria aberta com as sucessivas ondas de prisões, que dizimavam em poucos dias os mais variados aparatos clandestinos construídos desde 1964. Vários dentre os quadros políticos mais experientes – precisamente por serem mais vulneráveis ao cerco militar – saíram do país e iniciaram um exílio que se estenderia por quase uma década.

A POLOP endureceu os métodos de segurança para se salvar da ditadura. Desfalcada pelas quedas, renovando-se com quadros cada vez mais jovens, à medida em que as lideranças mais antigas conheciam a prisão e a tortura, a sigla mantinha-se em integridade apenas aparente. Por trás da capa da continuidade, a organização concretamente refazia-se numa instabilidade ininterrupta. Novas cabeças, que emergiam e saíam de cena como em ondas, tinham que decifrar o dilema vital entre a teoria e a prática. Pois a elaboração teórica e os êxitos práticos que tanto sensibilizaram o grupo na década anterior abriam expectativas bem definidas quanto ao que deveria ser feito; mas, por outro lado, as novas condições traziam um dado fundamental imprevisto: os trabalhadores não se manifestavam, fazia-se um pesado silêncio no Brasil.

Imersa naquele mundo, dentro da POLOP se perdeu um elo fundamental com a tradição metodológica que presidira a elaboração do *Programa Socialista para o Brasil*. O enigma em que então se transformara a relação entre a teoria e a prática foi resolvido

pelo apelo às meras deduções da teoria. Esquecendo-se de que a realidade, mesmo que sob aquela forma especial de uma inóspita paralisia, sugeria suas próprias verdades, a Organização operou um giro sobre si própria e passou a tomar como referencial a própria teoria acumulada nas elaborações pretéritas. Impactada pelo vazio aparente do movimento real, voltou-se para os textos. Paradoxalmente, repetia-se o problema que combatia desde o seu surgimento: as palavras desligaram-se do campo das experiências sociais para autoalimentar-se em si próprias. Perderam a dimensão da liberdade, tornaram-se os grilhões que iriam aprisionar a Organização durante longos anos. Assim voltada para dentro de si, todo consenso obtido internamente seria precário. O referencial arbitrário da pura teoria somente poderia suscitar a cizânia, e esse foi o destino da POLOP durante quase toda a década de 70.

O movimento de volta às raízes partiu do Grupo no Exílio, onde estava Érico Sachs, o *Ernesto Martins*. Os primeiros documentos de crítica lembravam que a codificação das conclusões teóricas no corpo de um programa, como foi o caso do *Programa Socialista para o Brasil*, apenas indicava uma *possibilidade* para o curso da vida prática. As meras possibilidades não podiam validar-se por si mesmas nem ser elevadas automaticamente ao *status* de guia para a prática imediata. O conhecimento das necessidades, por outro lado, tinha que apoiar-se numa reflexão da prática social efetiva e não na mera interpretação da teoria. Dessa forma, o Grupo no Exílio voltava aos pontos de partida dos tempos da fundação. Os textos clássicos do marxismo foram novamente retomados numa outra perspectiva: não como conclusões, mas como premissas. Lembrou-se de Marx: *não basta que a ideia exija a sua realização, é preciso sobretudo que a realidade aceite a ideia*. Lembrou-se de Lênin: *não se pode substituir o primado da prática pelos conceitos histórico-universais: a verdade é concreta*. O grupo começou um lento movimento de recusa às letras mortas. Mas já era muito tarde para refazer uma organização nos padrões passados, dadas as novas circunstâncias históricas. O ano já era o de 1978.

A história dos “rachas” da POLOP nos anos 70 tornou-se motivo de anedotas em alguns círculos da esquerda. Essa atitude de escárnio se explica, em parte, por um certo espírito autofágico então criado, aqui e ali, pelo isolamento da clandestinidade; e, em parte,

porque não poucos segmentos da esquerda já então começavam a transitar explicitamente para fora do marxismo e precisavam de argumentos fáceis para mostrar-se superior à *bêtise* dos marxistas. De uma forma ou de outra, a demolição da memória da militância não seria uma ação dirigida unicamente contra a POLOP, mas contra toda a esquerda revolucionária brasileira. Criou-se uma quase unanimidade, esmagadora e hostil, um rolo compressor contrário a todos os signos de um passado recente, de uma ação política organizada que, em seu devido tempo, parecia heróica. Gerações mais generosas, quem sabe, poderão fazer a crítica da crítica, decompondo e desmistificando, por sua vez, o sentido geral dessa unanimidade condenatória que se abriu contra a esquerda revolucionária dos anos 70. O pensamento da contra-militância poderá talvez ser visto, por sua vez, como mera expressão de um rebaixamento das pretensões humanas, simples reação contra o férreo compromisso com o futuro da humanidade, tão presente na militância revolucionária. E, afinal, onde a reação anti-militância vê o infantilismo da ação concreta da esquerda revolucionária dos anos 70, outros talvez possam ver o “errar criador do pensamento crítico”. Os julgamentos não são nem serão jamais definitivos (mas tudo aquilo que foi feito persiste intocável, em sua irreversibilidade).

No entanto, voltando à POLOP dos anos 70, parece que nem tudo foi confusão. A organização teria conseguido, naqueles anos trevosos, pelo menos uma elaboração fecundamente original: as teses de crítica que sustentou frente ao movimento pelas liberdades democráticas.

Não se tratava de mais uma volta aos textos para a reafirmação de princípios. A organização argumentava que o movimento pelas liberdades democráticas, tal como desenvolvido na segunda metade dos anos 70, estava limitado ao terreno da ordem constituída, não representava uma plataforma revolucionária de crítica à ditadura e, nessa medida, apenas ajudava a oposição burguesa a retirar “suas castanhas do fogo”, livrando-se dos seus tutores fardados, cuja rigidez e código de continências já eram, então, indesejados.

A evolução social e política brasileira, posteriormente, iria dar razão a essa crítica. É certo que a década seguinte foi marcada pela expansão do PT e da CUT, grandes marcos da história das lutas sociais; mas essas grandes novidades nasceram sob a iniciativa das

greves de 1978-80, cuja gênese e desenvolvimento estavam desligados do movimento pelas liberdades democráticas. Esse último teve o seu desfecho na luta pelas Diretas-já, um movimento de índole utópica que se manteve sempre preso a um certo cretinismo parlamentar. Tanto que, quando o Parlamento ultra-reacionário, longamente manipulado pela ditadura militar, finalmente votou contra as diretas, em abril de 1984, o movimento pelas liberdades democráticas não pôde continuar, foi ao chão, imobilizado pelos seus próprios limites legalistas. De certa forma ajudou a Frente Liberal (depois Nova República) a *retirar suas castanhas do fogo* (de dentro da ditadura). Um segundo *round*, avassalador, sepultaria esse movimento alguns anos depois, ao se tornar afinal uma realidade a Assembléia Constituinte (consigna central na plataforma das liberdades democráticas) e cujo epílogo foi a hegemonia do *Centrão*.

3. A incerta hora da morte

O movimento de *volta às raízes* não conseguiu salvar o grupo remanescente da POLOP, nos primeiros anos 80. Numericamente insignificante, isolado do epicentro das grandes mobilizações que envolviam o nascimento do PT e da CUT, ainda fragmentado em mini-facções regionais, fez-se uma dissolução lenta sem um desfecho bem definido no tempo.

Entretanto, enquanto o grupo organizado se desfazia, parecia que o PT, em suas posições iniciais, em seus documentos programáticos, assumia – se bem que de forma contraditória – as linhas gerais de uma tese que, já nos idos de 1961, fora defendida isoladamente pela POLOP: a perspectiva de independência dos trabalhadores frente à burguesia, a defesa de uma política independente contra as diluições populistas e os pactos sociais da velha esquerda reformista antes dominante, a reafirmação (implícita, é verdade) de um *núcleo duro* representado pela classe operária industrial no interior de um amplo e multiforme movimento de trabalhadores (esboço de uma *Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo?*). Essa realidade era, certamente, contraditória: pois, se parecia verdade que o PT assumia uma perspectiva de independência dos trabalhadores frente à burguesia, apoiado sobretudo no núcleo operário do ABC paulista, era também verdade que esse núcleo agia de forma pragmática, afastando-se de um posicionamento ideológico mais definido,

recusando discussões mais sistemáticas sobre as perspectivas de longo prazo. Nos espaços em aberto mantidos por essa indefinição, passaram a se desenvolver, dentro do novo partido, facções políticas e ideológicas posicionadas num espectro muito amplo: não faltando, inclusive, uma forte corrente social-democrata, que via *valores universais* ali onde a tradição da esquerda revolucionária entendia existir um inconciliável antagonismo social; tampouco faltando, em dimensão nacional e até aqui com grande êxito arregimentador, uma tendência ao acomodamento institucional, presente numa opção preferencial pelas práticas eleitorais.

A POLOP propugnava, já na sua fundação, em 1961, que a emergência de um proletariado *como classe*, em meio a uma ampla frente de trabalhadores, abalaria a correlação de forças secularmente calcada numa dominação burguesa-latifundiária incontestada. Em 1964, um possível movimento contestatório de massas foi abortado pela intervenção militar. Mas o aprendizado dos trabalhadores prosseguiria sob a superfície, e iria se impor às claras em 1978, daí decorrendo o indisfarçável desconforto desde então revelado pelas classes dominantes brasileiras. Os movimentos de 1978-80 não representavam, ainda, uma ação de classe bem clara em sua plataforma política: a linguagem dominante no movimento tinha, ainda, as ambiguidades de um horizonte muito imediato. Mas, embora dentro desses limites, representavam uma manifestação de ruptura com a tradição de várias décadas de conciliação de classes. As classes dominantes brasileiras sentiram o fato novo e mergulharam numa instabilidade política recorrente nos anos posteriores, entremeada por surtos de estabilidade muito efêmeros, fazendo sobressair-se de forma intermitente um impulso bonapartista.

Os últimos documentos da POLOP observavam a reação agressiva das classes dominantes brasileiras, que assim buscavam avançar sobre os pontos fracos do movimento emergente, visando barrar-lhe novas iniciativas e recuperar o velho *status quo*. Nesse contexto, o movimento dos trabalhadores colocava-se diante de um desafio ditado pelas forças da ordem e, para enfrentá-lo, precisaria livrar-se de todas as heranças remanescentes de um passado no qual apenas figurava como massa de manobra. O acerto de contas com o passado, dada a urgente necessidade de preparar-se para os desafios do presente, exigia, pelo menos, a depuração radical

da organização atrelada, que impregnou o sindicalismo brasileiro desde 1930 e durante décadas funcionou como uma camisa de força imposta pelo Estado.

De modo que, uma curiosa circunstância envolve a morte da POLOP: a organização desapareceu num momento em que suas teses se mostravam em sintonia com o movimento histórico real. Num momento em que as possibilidades divisadas nos idos de 1961 e anos seguintes começavam a acontecer concretamente, ainda que numa forma instável e imatura.

Esse paradoxo instiga uma pergunta: se o antigo ideário mostrava-se atual e ainda com potencial transformador, o que teria, afinal, morrido? Morreu a sigla, é evidente, acabou o velho grupo, seus últimos integrantes se dispersaram em diferentes caminhos. Mas, isso talvez não encerre o assunto. Se for certo que as perspectivas políticas abertas nos primeiros anos 60 pela extinta Organização estavam presentes na hora da sua morte, como tendência em desenvolvimento no cenário vivo das lutas sociais brasileiras, contendo em si novas possibilidades de desdobramentos para o futuro, se a tendência política em referência efetivamente existe, se ela não é pura abstração, pura fantasia, não seria legítimo concluir-se que a sua organização também existe, subjacente, mesmo que de modo difuso, informe e sem nome?

O ponto final dessa existência agônica, na tormentosa obsessão de ver realizar-se a formação do proletariado como classe e a emancipação dos trabalhadores no Brasil, pode ser, quem sabe, este ponto de interrogação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- MARTINS, Ernesto. *Caminho e Caráter da Revolução Brasileira*. Edição mimeografada, 1970.
- . *Carta de Longe*. Edição mimeografada, 1974.
- . *Palavras Necessárias*. Edição mimeografada, 1977.
- . *Vinte anos de Política Operária*. In: *Revista Marxismo Militante*, Edição Comemorativa dos 20 anos da PO. RJ: 1981.
- ORM-PO. *Relatório do CN ao Quarto Congresso*. Edição mimeografada, 1967.
- . *Programa Socialista para o Brasil*. Edição mimeografada, 1967.

- /Grupo no exílio. *Resoluções de Friburgo*. Edição mimeografada, 1976.
 - . *Um nome e um Programa*. 1961. Republicado in: *Revista Marxismo Militante*, Edição Comemorativa dos 20 anos da PO. RJ: 1981.
 - . *Convocatória para o Primeiro Congresso*. 1960. Republicado in: *Revista Marxismo Militante*, Edição Comemorativa dos 20 anos da PO. RJ: 1981.
- SACHS, Érico (Ernesto Martins). *Andar com os próprios pés*. Belo Horizonte, SEGRAC, 1995.
- SADER, Eder (Raul Villa). *Os ensinamentos de Mao e a Guerra Revolucionária no Brasil*. Edição mimeografada, 1968.

A POLOP e as esquerdas no enfrentamento da ditadura militar*

EDUARDO NAVARRO STOTZ**

Existe uma história que recupere a memória coletiva dos militantes de esquerda que se opuseram à ditadura militar? Afinal, as concepções elaboradas para a fase da luta, agora que o regime militar acabou, podem ser consideradas vitoriosas? Ou, pelo contrário, foram derrotadas? Neste capítulo, nos propomos oferecer uma primeira abordagem dessas questões, tendo consciência de se tratar de uma versão entre outras que se escreverem sobre elas. E uma versão limitada que pouco ultrapassa a característica de um ensaio, e isso principalmente devido ao difícil acesso às fontes.

Difícil duplamente. Primeiro, porque os dominados – ao contrário dos dominadores – não contam com os aparelhos governamentais para a sistematização dos seus registros, e já por aí se dilui sua memória social. Mesmo quando os aparelhos go-

(*) Versão do capítulo “Tantas ilusões perdidas. Memória dos militantes de esquerda”, do livro “A Deformação da História ou Para Não Esquecer”. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, autoria de José Luiz Werneck da Silva.

(**) Eduardo Navarro Stotz, graduado em ciências sociais (IFCS-UFRJ) e pós-graduando (mestrado) em história (ICHF-UFF); pesquisador do Centro de Estudos de História da República, da Divisão de Documentação e Pesquisa do Museu da República (RJ). Escrito com a colaboração do pesquisador Fábio Garcez de Carvalho, bacharel em história (IFCS-UFRJ).

vernamentais dispõem de tais registros, impedem o seu uso pelo historiador, como se dá com a documentação existente nos órgãos civis e militares integrados na área de informação e segurança, ou ainda com o arquivo morto do judiciário militar. Segundo, porque a memória coletiva das esquerdas é de tal modo dividida pelos múltiplos movimentos, alas, dissidências, frações e “rachas” que se torna impossível, pelo menos na conjuntura atual, dar-lhe uma organicidade. E, além do mais, os que detêm algum acervo valioso para a recuperação da memória coletiva das esquerdas muitas vezes o guardam zelosamente, seja por motivo de segurança das organizações a que pertenceram, seja por razões existenciais que devem ser respeitadas.

Por todo esse conjunto de motivos acima explicitados, não dispusemos, infelizmente, de documentos de todas as organizações de esquerda. E nem mesmo de séries completas para aquelas organizações em que nos apoiamos. Como tentamos trabalhar prioritariamente com fontes primárias, produzidas pelas organizações ao longo de sua luta, evitando avalizar, pelo menos conscientemente, os juízos emitidos pelas escassas fontes secundárias existentes, aparecerão possivelmente lacunas e incorreremos provavelmente em equívocos. O que não desejamos é que, por força de todas essas dificuldades, adotemos qualquer posição que reproduza uma “hegemonia oculta” da memória de uma organização sobre a memória de outras.¹

A produção teórica das esquerdas é, aparentemente, muito diversa daquela desenvolvida nos meios acadêmicos. Nos inúmeros documentos escritos nessa longa fase de ditadura, as questões e os métodos utilizados em sua abordagem estiveram comprometidos com objetivos políticos que, como sabemos, não constituem cânones da produção de tipo científico. Os documentos refletem uma preocupação básica de compreender as condições gerais da luta de classes para definir os “caminhos” da Revolução. Poderíamos supor então que, em virtude de o fulcro de interesse estar orientado pela militância, tal conhecimento deva

(1) Para a recuperação da memória coletiva dos militantes de esquerda são extremamente importantes as memórias, de autorias individuais ou coletivas. Destas, a mais completa é aquela que Pedro Celso Uchoa Cavalcanti e Jovelino Ramos coordenaram, sob o título *Memórias do exílio: Brasil (1964-19??)*, escrita e inicialmente publicada no exterior.

ser descaracterizado por não seguir padrões científicos. Contudo, a noção de uma ciência “neutra” e desideologizada parece-nos altamente questionável. Por outro lado, o conhecimento alcançado através das ciências, especificamente das ciências humanas, foi (e continua sendo) apropriado pelo pensamento militante enquanto referencial analítico. E isso é ainda mais verdadeiro quando se considera que os programas políticos sintetizam uma determinada compreensão e conhecimento da sociedade e da história de seu desenvolvimento.

Voltemos à interrogação inicial. Historicamente, houve duas respostas fundamentais para ela. Até 1964, pelo menos, predominou a visão de ser o Brasil um país de economia capitalista “emperrada” ou limitada pela sobrevivência de “restos feudais” (ou ainda semifeudais), à qual se sobrepunha a dominação imperialista. O nível do desenvolvimento das forças produtivas não seria ainda plenamente capitalista. O caráter da revolução advinha exatamente da necessidade de superar esses obstáculos, em bases democráticas e nacionais. Essa era, de maneira bastante simplificada, a concepção nuclear da esquerda brasileira, expressa pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Embora o proletariado fosse considerado a força dirigente da revolução, em face da etapa democrática e nacional, ele deveria promover uma aliança com a burguesia nacionalista.

A partir de 1961, essa concepção passou a ser questionada. Novos grupos fizeram sua aparição no cenário do movimento comunista brasileiro. Um desses grupos, que adotou o nome de Política Operária (POLOP), apresentava uma visão diametralmente oposta. A POLOP partia do pressuposto de que as contradições em que estava envolvido o Brasil advinham do desenvolvimento capitalista, precocemente monopolista, que não somente deixara intacta a dominação latifundiária como mantinha com esta uma relação de complementaridade. A burguesia industrial, sobretudo após a expansão da indústria de base, era a classe que detinha o poder político; a sua fração nacional partilhava o poder dentro de um bloco que incluía tanto o latifúndio quanto o monopólio imperialista. A POLOP admitia existirem tarefas democráticas, burguesas, a enfrentar, mas pensava que estas deveriam ser resolvidas dentro de um processo geral de luta contra o sistema capitalista.

Não é necessário dizer que essa última visão era claramente minoritária na época. O PCB exercia na esquerda o monopólio de fato do movimento operário e das massas trabalhadoras.²

Passados 21 anos do golpe militar de abril de 1964, poucos são aqueles, entre as esquerdas, que ainda pensam a revolução brasileira nos antigos termos. Está assente para todos, ou quase todos, que vivemos sob um sistema capitalista e que a contradição fundamental de nossa sociedade é a que opõe o trabalho ao capital. O próprio PCB assim analisa o quadro da sociedade brasileira:

“A atualidade do socialismo, fenômeno que caracteriza historicamente a nossa época, revela-se também no Brasil (...). A determinação incontornável da contradição fundamental da formação econômico-social brasileira – a contradição entre o caráter social da produção e a forma capitalista privada da apropriação –, posta mesmo pelo desenvolvimento capitalista, torna o socialismo, no Brasil, uma necessidade objetiva, reforçada pelos processos que sacodem o sistema capitalista mundial.”³

Entretanto, na medida em que nos detemos na análise das formulações, redescobrimos as velhas clivagens ideológicas de duas décadas atrás, cristalizadas no discurso. A ideia de uma “etapa democrática e nacional”, que antes correspondia à “contradição fundamental” de nossa sociedade, deslocou-se para o plano da estratégia na qualidade de uma “contradição principal”. Citando ainda o mesmo documento:

“A ultrapassagem do capitalismo, no Brasil, exige a remoção dos obstáculos que impedem o povo brasileiro de situar-se como o sujeito do seu processo histórico de resgate e libertação (...). Nestas condições, a contradição fundamental da sociedade brasileira – entre o capital e o trabalho – para resolver-se inteiramente, exige a derrota, pelo povo brasileiro (a classe operária, os camponeses e as camadas médias urbanas), da aliança do imperialismo – especial-

(2) A Polop propôs, cerca de uma semana antes do golpe de 1964, que o PCB, o PC do B e ela própria coordenassem suas atividades como “primeiro passo para a criação de um núcleo consciente – marxista e leninista – de uma frente ampla de massa”, por estes “três grupos” vanguardada, de modo que, “na própria dialética da luta de classes”, se formasse o “Partido (revolucionário) necessário”. (Política Operária, ano III, número 5, Rio de Janeiro, 1963, “Pela união dos marxistas revolucionários”, 51: 52.)

(3) Encontro Nacional pela Legalidade do PCB. Uma alternativa democrática para a crise brasileira. São Paulo, Juruá, 1984 (155-7).

mente o norte-americano – com seus sustentáculos, a reação interna, que domina a economia nacional, a sociedade civil e o Estado.”

Retoma-se, assim, a concepção de um processo revolucionário democrático e nacional. O que prevalece é a ideia da contradição povo (nação) versus imperialismo (Estados Unidos). Citamos aqui essas passagens do documento com o propósito de chamar a atenção para o que consideramos ser o dilema do pensamento de esquerda no Brasil. Talvez muitos agrupamentos não possam ser enquadrados na visão do PCB, mas o que nos interessa é constatar a dificuldade que a esquerda tem de gestar uma estratégia fundada, sem mediações ou “etapas”, na contradição capital-trabalho que é, reconhecidamente, a contradição fundamental em nossa sociedade. Esse dilema esteve no centro das análises feitas pelas esquerdas sobre a natureza de classe do Estado após o golpe de 1964. Então, é exatamente aí que reside a problemática específica do pensamento de esquerda e sua contribuição para o estudo histórico do período 1964-1984. Não é muito difícil entender por que: se a revolução é o processo através do qual se derruba uma classe, arrancando-lhe das mãos o poder, definir como se organiza o poder, em que sistema de alianças se apóia, ou seja, qual é o bloco no poder, passa a ser a questão central.

Identificaríamos duas visões básicas. A primeira caracterizava a ditadura militar implantada em abril de 1964 como um Estado fascista. Usou-se muito, nos escritos do PCB, do PCdoB e da AP, a noção de ditadura militar-fascista. Por que se trataria de um Estado fascista? Segundo dirigentes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), os métodos terroristas definiam a essência do Estado fascista. Contudo, não conseguiam superar a dificuldade em admitir faltar ao Estado brasileiro as características do fascismo enquanto fenômeno histórico. O certo é que o fascismo pressupõe elementos de mobilização de massas, sobretudo da pequena burguesia, e uma ideologia de expansionismo e grandeza nacional capaz de unificar essas massas. Devido ao fato de que a ditadura militar era sustentada pelo “grande capital estrangeiro e a burguesia a ele associada”, não lhe ficava facultado o acesso à agitação nacionalista, e suas bases sociais eram necessariamente estreitas. Aparentemente, a caracterização de ditadura militar-fascista servia aos propósitos de

ênfatisar o caráter antifascista da luta. Derrubar a ditadura militar-fascista era lutar pela democracia, e esta adviria de um conjunto de forças anti-ditatoriais, inclusive da burguesia não associada ao imperialismo. Retrógrada, entreguista, antinacional e antipopular: essas eram as características da política do regime.

A outra visão, elaborada pela POLOP, partia de pressupostos diferentes: não tinha havido alteração das classes no poder no Brasil em abril de 1964, pois o Estado era e permanecera uma ditadura burguesa latifundiária, subordinada ao imperialismo e sob a hegemonia do setor industrial. Que se havia alterado, então? O ponto básico a ser considerado estava na mudança da forma de exercício do poder e no peso específico de cada um dos setores das classes dominantes. Até 1964, as classes dominantes exerciam sua ditadura através do sistema da democracia representativa, no qual os setores que prevaleciam sobre o eleitorado (as classes trabalhadoras) ganhavam acesso à máquina política. Tratava-se de uma ditadura velada e direta das classes dominantes. A ditadura militar, em contrapartida, era vista como uma ditadura aberta, pois não se utilizava mais dos mecanismos da democracia representativa para ocultar a dominação, e indireta, uma vez que os novos governantes não eram mais os representantes diretos da burguesia. As várias facções da burguesia não tinham mais acesso direto ao poder, não podiam mais fazer valer seus interesses na dependência do Executivo de suas bases eleitorais. Produzia-se uma situação de distanciamento entre o poder político e suas bases de sustentação social que, evidentemente, nunca chegava a uma independência ou autonomia.

Resultava daí também que, eliminadas as possibilidades de uma oposição burguesa legal, esta passava para o campo das conspirações militares. A sucessão presidencial disputava-se nos quartéis, onde as facções burguesas se expressavam indiretamente. Se as bases sociais da ditadura militar – e foi essa, simplesmente, a caracterização típica feita pela POLOP – permaneceram as mesmas após 1964, o peso específico de cada um dos setores dominantes havia mudado. A raiz desse processo estaria no desenvolvimento capitalista da década anterior. A montagem de um grande parque industrial implicou um enorme processo de centralização e concentração de capital, conduzindo a uma monopolização acelerada

da economia. Esse mesmo processo intensificou o capitalismo de Estado e a integração imperialista. A crise econômica de 1963-1965, aprofundada pela política recessiva da ditadura militar e que durou até 1967, consolidaria essa tendência. Importante seria, nessa perspectiva, levar em conta que, diante da impossibilidade de a burguesia brasileira dispor de fundos próprios para abranger os grandes investimentos exigidos para a implantação e expansão do parque industrial, os monopólios estrangeiros e os nacionais a eles associados, juntamente com o Estado, enquanto investidores, passaram a deter o controle do poder. Em outros termos, a hegemonia do bloco burguês estava definida pelos interesses do “capital financeiro”. A burguesia não-integrada ao imperialismo, a burguesia não-monopolista, era considerada um setor bem fraco, que não possuía autonomia de movimento e que não tinha poder de decisão sobre o Estado brasileiro. Sua dependência em relação ao Estado e aos grandes monopólios determinaria um comportamento politicamente submisso desse setor.⁴

Exatamente em torno do papel dessa burguesia não-integrada ao imperialismo é que surgiram as maiores polêmicas nos arraiais desse grupo de esquerda. A discussão tomou impulso a partir de 1974, com a crítica do Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), uma cisão da POLOP nos anos 1972-1973. Um dos expoentes teóricos do MEP criticava o programa daquela organização por não perceber distinções importantes no seio da burguesia industrial. Afirmava existirem no seu interior duas frações distintas, com interesses e projetos políticos distintos e, além do mais, ocupando posições e funções bastante diferentes no bloco de classes no poder. A discussão que se deveria fazer era entre a grande e a média burguesia, a primeira ditando os termos da política, a segunda ocupando posições subalternas no Estado. Qual seria o projeto político próprio dessa “burguesia média?” O documento não é muito preciso nesse aspecto. Diz apenas que a burguesia média oscila entre a necessidade de conter o processo de monopolização, por um lado, e o descontentamento das massas, por outro. Projeto historicamente inviável, acrescenta. Mas daí

(4) Formação e natureza da ditadura militar. Subsídio para análise das perspectivas da luta de classes no país. Extraído do Informe Nacional n. 13, POC, julho 1969.

não resultaria o seu desaparecimento. A sua importância avultaria nos momentos de ascenso do movimento de massas, quando esse setor procurasse tirar proveito do movimento para melhorar suas posições no bloco dominante. O autor conclui afirmando que a burguesia média não era e nem poderia ser considerada o inimigo principal do proletariado.⁵

Após esse longo percurso nos documentos da época, que verificamos? Que a cobra morde o próprio rabo. Ou seja, que, partindo de pressupostos diferentes, várias organizações chegaram a um mesmo ponto comum. Ainda que a contradição fundamental seja a que opõe o trabalho ao capital, admite-se que exista uma burguesia não-monopolista, média ou nacional, que não constitui o inimigo principal. Mas que se pretendia dizer com a expressão “inimigo principal”? O mesmo documento do MEP oferece uma resposta: para destruir o bloco dominante, o proletariado deve procurar *concentrar* seus golpes sobre a classe que *organiza e dá coesão* ao sistema de dominação. A *debilitação da grande burguesia industrial e financeira* (e da ditadura militar) – arremata o autor – implica o enfraquecimento do bloco dominante como um todo, a desorganização de suas forças, o questionamento de sua direção, a perda de sua coesão interna.

As esquerdas, de um modo geral, viveram as inflexões históricas da derrota do proletariado em abril de 1964, derrota essa que se consolidou após o esmagamento dos embriões de um movimento operário organizado nas bases fabris, surgido nas greves de Osasco e Contagem. Tudo indica que relativizaram a importância de basear suas estratégias no crescimento – ainda que lento e limitado – das lutas operárias. Adotaram, em sua maioria, estratégias cujos “exércitos”, reais ou supostos, estavam em outras classes “mais ativas”. Agiram em substituição e em nome do proletariado, fazendo “alianças” com setores médios, com a pequena e a média burguesia, dentro de um movimento popular contra a ditadura. Contudo, quando a classe operária voltou a se manifestar, em fins de 1977, nas greves do ABC paulista, não o fez sob a liderança das esquerdas.

Também faz parte de uma história de militantes a apreciação sobre os acertos e os erros das concepções e caminhos adotados

(5) Tovar, Luis Antonio. “Crítica ao ‘Programa Socialista para o Brasil’ (PSB)”, in: Brasil Socialista, ano I, n. 2, abril de 1975 (92-4).

para a derrubada da ditadura militar. Essa não é uma questão simples de resolver. Contudo, uma coisa é clara e segura: de maneira geral, foram derrotadas todas aquelas concepções que pressupunham uma derrubada revolucionária do regime. A ditadura militar foi substituída por uma forma transitória de governo que ainda não é uma democracia burguesa plena, mas já deixou de ser o antigo regime. Mais ainda: não houve um abalo das bases sociais de sustentação do regime. Os militares afastam-se da cena com o seu poder intacto. Os monopólios nacionais e estrangeiros controlam a máquina de Estado, embora tenham de partilhá-la com os setores médios. A solução de compromisso de Tancredo Neves, mesmo com o drama shakespeariano de sua doença e morte, permitiu esse desenlace.

Foram derrotadas, do ponto de vista histórico, as concepções que se basearam na estratégia de “guerra revolucionária”, em suas variantes. Agrupamentos como a Aliança Libertadora Nacional (ALN), o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), que haviam saído das fileiras do PCB nos anos 1966-1968 e optaram pelo enfrentamento armado através da implantação do foco guerrilheiro, segundo o exemplo cubano (estava-se em plena influência da Revolução Cubana), não conseguiram cumprir o papel de catalisar a rebelião das massas, quer nas cidades, quer no campo. A maioria das organizações foi praticamente liquidada e seu sacrifício de sangue não deixou, como na Argentina, um rastro visível na sociedade. No momento extremo de seu isolamento social e político, em plena euforia do “milagre econômico”, não havia mais foco guerrilheiro, mas apenas “ações diretas”, expropriações com vistas à auto-sustentação dos grupos cercados pela repressão policial. O que restou foi, paulatinamente, reorganizando-se sob a estratégia possível, que seguia a linha de força predominante na sociedade – a frente democrática contra a ditadura. Voltaram ao ponto de partida inicial de antes da ruptura com o PCB. Talvez o caso exemplar seja o MR-8 que assumiu todas as consequências de sua reviravolta e, em sua maioria, optou pela dissolução no PCB.

Em outra vertente, o Partido Comunista do Brasil também assistiu ao fracasso de sua estratégia. Diversamente de outros agrupamentos, o PCdoB já havia desenvolvido uma atividade nas massas, sobretudo do campo.

Além do mais, o PCdoB viu, entre 1971 e 1973, suas forças substancialmente engrossadas pela adesão gradativa da maioria dos quadros da Ação Popular. Esta teria, segundo tais quadros, procurado seguir “um caminho independente na sua formulação política”, mas “chegara às mesmas conclusões do Partido Comunista do Brasil quanto “à dependência do país e à luta internacional decorrente, à importância da questão camponesa no interior e à luta democrática que daí se origina e (finalmente) quanto à correção e à justeza da tática da frente antifascista na luta contra o regime brasileiro dos tempos de Médici”.⁶ Originária da JUC (Juventude Universitária Católica), no início dos anos 60, a AP manteve sempre grande penetração no movimento estudantil, tendo aderido, depois de um “debate teórico-ideológico”, ao marxismo-leninismo, de cunho maoísta, entre 1965 e 1968. A minoria da APML que não se incorporou ao PCdoB, especialmente por dar prioridade ao trabalho revolucionário com base no proletariado urbano, chegou até os anos 80, quando entrou num consciente processo de autodissolução.

Em 1975, quando a guerrilha do Araguaia foi destruída pelo Exército, o PCdoB reorientou progressivamente a sua estratégia. Os círculos dirigentes não fizeram um balanço profundo do significado dessa derrota; procurou fazê-lo um de seus membros, Pedro Pomar, assassinado em 1976, na Lapa, juntamente com Ângelo Arroio. Pomar havia sugerido que o PCdoB marchara, naquela experiência do Araguaia, para o desvio “foquista”. Quer dizer: tendera a substituir a guerra de massas, popular, que pressupõe a preparação política e a organização do partido, pela tendência a agir como um destacamento automeado cuja ação “catalisaria” a revolta das massas trabalhadoras. Pomar não ultrapassou os limites programáticos do seu partido, que identificava a força principal da revolução no campesinato. A sua prática revolucionária não reconhecia, portanto, que nas condições onde domina o capitalismo, a luta do campesinato está em grande medida na dependência do movimento operário. O PCdoB reorientou então sua linha e em 1975 lançava um manifesto onde colocava “na ordem do dia, como solução política viável para liquidar a ditadura, a convocação de uma Assembléia Constituinte

(6) A experiência da Ação Popular. Documento do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil sobre a incorporação da Ação Popular, segunda parte, novembro de 1976.

Livremente Eleita, a abolição de todos os Atos e Leis de Exceção, a Anistia Geral”.⁷ A solução política viável passava a ser, pois, a conquista do Estado de Direito Democrático, o que não é senão a democracia burguesa que se vem implantando.

Para a POLOP, a derrota foi, todavia, muito mais profunda, pois nunca raciocinara nos termos de uma frente anti-ditatorial e democrática, no interior da qual os comunistas “disputariam” a liderança. Esse grupo, que admitia a luta armada como método indispensável para a derrubada revolucionária do regime militar, concentrou-se, após 1968, na tentativa de construir o núcleo de um Partido Operário. O grupo demorou a perceber que o movimento operário havia sofrido uma profunda derrota. A tentativa de construir o partido a partir de frágeis ligações com uma classe operária desarticulada fracassou rotundamente e enfraqueceu a já pequena organização. Após uma trajetória de crise, em que praticamente se manteve à margem do movimento democrático da pequena burguesia nas cidades, omitindo-se até mesmo da luta pela anistia, reencontrou o caminho da luta operária quando esta voltou a se manifestar. A POLOP alegava que ao proletariado não interessava substituir uma forma de dominação burguesa por outra, muito embora a mudança de regime, a democracia burguesa, favorecesse o avanço da luta operária.⁸

Se prevaleceu a “derrubada” não-revolucionária da ditadura militar, existe alguma concepção que, no meio das esquerdas, possa reivindicar-se vitoriosa? Aparentemente, esse parece ser o caso do PCB. O Partido manteve, aliás, uma coerência política que faltou, exceção feita à POLOP, aos demais grupos. Essas duas organizações de esquerda constituem, a nosso ver, os modelos paradigmáticos do conjunto do movimento de esquerda no Brasil no período 1964-1984. Quanto ao PCB, seria aplicável o critério de uma concepção vitoriosa desde que considerada nos limites da proposição geral da derrubada da ditadura militar por uma ampla frente democrática, que incluía a oposição burguesa. Essa proposição fora esboçada

(7) “Levar adiante e até o fim a luta contra a ditadura” (Mensagem aos Brasileiros), janeiro de 1975. In João Amazonas. Pela liberdade e pela democracia popular. São Paulo, Anita Garibaldi, 1982.

(8) Utilizamos como referência a revista *Marxismo Militante*, n. 7, março de 1980 e o artigo de Raul Villa “Para um balanço da P.O.”, in *Brasil Socialista*, ano II, n. 7, outubro 1976.

em 1965 e consolidada no VI Congresso, realizado em 1967, no rescaldo das cisões “militaristas”. Até 1984, o PCB raciocinava com a hipótese de que a hegemonia dessa frente ficaria nas mãos da “burguesia liberal e democrática”, muito embora o Partido lutasse para a concretização de um projeto centrado nas “classes subalternas” (o proletariado à frente), o que historicamente ultrapassaria de todo as propostas burguesas.⁹

Analisemos, em linhas muito gerais, a conjuntura atual. A frente democrática foi, no campo das esquerdas, a posição vitoriosa. Mas não incluiu o proletariado nem os trabalhadores do campo. E a vitória foi conquistada por um espectro de forças políticas mais amplo do que imaginava o PCB. O esvaziamento da campanha das diretas e a transição “pelo alto”, via Colégio Eleitoral, permitiram ao bloco burguês que dominara o poder do Estado na fase da ditadura recompor-se no interior da frente democrática (criação da Aliança Democrática) e assegurar o controle de postos fundamentais da máquina estatal.

(9) Encontro Nacional pela Legalidade do PCB, op. cit. (92-3).

O Estado capitalista de volta às origens?*

Uma abordagem crítica ao Estado contemporâneo

VICTOR MEYER**

RESUMO. *Parte-se de uma periodização que identifica a atualidade, a partir do esgotamento dos chamados “anos de ouro” do pós-guerra. Conclui-se que o Estado, desde então, firma um compromisso preferencial com as finanças especulativas e ataca sistematicamente as conquistas trabalhistas incorporadas ao Welfare State. As novas políticas públicas expressam o abandono de uma postura relativamente tolerante do capital frente ao trabalho, substituindo-a por uma atitude de desafio aos sindicatos e de confrontação com as reivindicações parciais dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, a hegemonia americana sobre o sistema mundial abandona a “cooperação antagônica” e inicia um novo surto de tensões nas relações interestatais. Paradoxalmente, no momento em que se anuncia triunfante, a democracia liberal promove a queda tendencial da sua própria legitimidade perante o conjunto da sociedade; passa a negligenciar os expedientes de persuasão, em troca de uma escalada das práticas coercitivas.*

PALAVRAS-CHAVE: *Estado contemporâneo; hegemonia americana; capital.*

(*) Fonte: Rev. *Sitientibus*, Feira de Santana, n.21, p.69-87, jul./dez. 1999.

(**) Professor Assistente do Departamento de Ciências Humanas e Filosofia. Doutorando em Administração Pública – Universidade de Paris VIII. Professor de Economia – UCSal.

1. Introdução

As grandes reviravoltas que afetam o capitalismo mundial no último quartel do século XX fazem parte de um mesmo período, passível de identificação preliminar, dada a sua instabilidade intrínseca, em evidente oposição ao ciclo virtuoso dos chamados “anos de ouro” do pós-Segunda Guerra. Ocorre que os “anos de ouro” estavam associados a uma série de fenômenos emblemáticos: a ascensão do *Welfare State*, o fortalecimento da social-democracia no centro do sistema capitalista, o auge do keynesianismo social e um fortalecimento generalizado das representações do trabalho frente ao capital, ainda que rigorosamente dentro dos limites da ordem social existente. O período atual, em contrapartida, vai corresponder precisamente ao “desmonte” mais ou menos radical de todos esses signos dos “anos de ouro” e foi por isso chamado por Hobsbawm (1995) de “a era dos desmoronamentos”.

É esse cenário contemporâneo que se quer discutir no presente texto e dele emanam algumas perguntas centrais: Ao longo dos últimos 25 anos, que tipo de Estado emerge da crise do *Welfare State*? Que relações passa o Estado a manter com a economia? Que pesos ele passa a atribuir, respectivamente, ao capital produtivo e à acumulação patrimonial-financeira vinculada ao capital fictício? A hegemonia americana sobre o sistema mundial, que parecia respeitar a autonomia relativa das nações subalternas, teria sido substituída por um novo surto de tensões nas relações entre os distintos Estados nacionais? Simultaneamente, teria o Estado passado a negligenciar – usando-se aqui a terminologia gramsciana – os expedientes de persuasão, em troca de uma ascensão das práticas coercitivas?

Essas perguntas já insinuam em que campo teórico pretende-se desenvolver as respostas correspondentes. Afinal, mesmo autores como Weber¹, que buscam zelar pela neutralidade do sujeito em suas relações com o objeto na análise científica, reconhecem que a formulação das perguntas, em seu próprio momento, já carrega, embutida, uma dada visão de mundo. Levando em consideração esse pressuposto axiológico – e pelo que foi até aqui exposto introdutoriamente – cabe assinalar que a pretendida discussão sobre

(1) Ver, por exemplo, Julien FREUND. *Sociologia de Max Weber*. p. 41-46.

as mudanças em curso no Estado será aqui desenvolvida sob uma ótica marxista.

Obviamente, as teorias marxistas sobre o Estado contemporâneo não são nem poderiam ser um monolito. Extrapolaria de muito os limites deste trabalho qualquer pretensão de inventariar as múltiplas heranças que se desenvolveram nesse campo de análise, a partir do tronco firmado por Marx. Serão precisamente dois os questionamentos que se pretende aqui dirigir ao complexo multifacetário dessa doutrina: o primeiro refere-se a Gramsci, em suas conhecidas observações quanto ao Estado moderno. O segundo envolve um trabalho menos divulgado sobre o Estado no pós-guerra, de autoria do filósofo alemão August Thalheimer.²

Gramsci constatou que as relações entre Sociedade Civil e Estado, nos estágios mais desenvolvidos do capitalismo, configuravam um conjunto de complexos aparatos de autodefesa que indicavam um fortalecimento tendencial do poder político. Thalheimer, por outro lado, observou o declínio, também tendencial, das manifestações abertas de conflitos interestatais no capitalismo do pós-guerra, em decorrência de fatores políticos especiais que conduziam à subordinação das referidas contradições a uma cooperação compulsória entre os países.

Deve-se verificar se essas teses permanecem válidas nas condições específicas do período histórico em análise ou se, alternativamente, os *desmoronamentos* demonstrados por Hobsbawm chegam a afetar as premissas materiais que sustentavam as tendências antes visualizadas por Gramsci e por Thalheimer.

Para desenvolver esta discussão, segue-se o seguinte roteiro: após a introdução, começa-se debatendo as transformações que afetam a acumulação capitalista no período e, em estreita conexão com esse processo econômico básico, são discutidas as novas relações interestatais e as *modificações intraestatais* que acompanham a crise do *Welfare State*. Seguem-se as conclusões, onde se resumem as respostas encontradas para as questões em foco.

(2) Contemporâneo e discípulo de Rosa Luxemburgo, Thalheimer sobreviveu ao nazismo e escreveu, logo em seguida ao fim da guerra, diversas análises sobre o novo contexto mundial. Os trabalhos foram reunidos e publicados em fascículos, na Alemanha, pelo grupo *Arbeiterpolitik*. Do autor, no Brasil, há um livro editado pela Editora Laemert: *Marxismo e Existencialismo*.

2. O novo compromisso preferencial: Estado e capital fictício

A acumulação capitalista segue hoje uma dinâmica específica cujas raízes remontam ao final dos anos 70, ao se iniciar a reação do sistema à crise econômica que envolvera o seu centro durante quase toda a década. A acumulação capitalista passa a articular-se, desde então, em dois focos de dinamismo: um deles, na esfera do capital produtivo, desenvolve-se mediante um prolongado processo de modificação das relações de trabalho e de elevação da taxa de exploração no interior das indústrias; o outro, na esfera puramente financeira, expressa-se numa expansão relativamente autônoma dos recursos patrimoniais líquidos. Os dois focos de dinamismo não se apresentam equilibrados nem avançam uniformemente. Apesar das inovações tecnológicas subjacentes à acumulação produtiva no período, é a auto-expansão do capital fictício que ganha a dianteira, atuando como redutor do ritmo do capital produtivo e subordinando-o à sua lógica.

A denominação de *capital fictício* vem de Marx, que distinguiu o capital de empréstimo (aquele que se amplia com uma parte do lucro obtido pelo capital produtivo) dessa outra forma de capital financeiro, cuja valorização se dá por conta de expectativas, sem vínculos diretos com a produção (GUTTMANN, 1996, p.65). Embora o *capital fictício* acompanhe a evolução do capitalismo desde os seus primórdios, a particularidade do seu comportamento no mundo de hoje está no seu dinamismo, no seu peso específico dentro do capital financeiro em geral e na sua capacidade de penetrar em todas as esferas da economia. Os principais condutores do *capital fictício* são os títulos de dívida pública, os títulos de dívida de qualquer natureza, as ações negociadas nas bolsas e a própria moeda de crédito emitida pelos bancos – sem um lastro nos depósitos respectivos.

Esse tipo de expansão financeira aparentemente se autonomiza e são os bancos que se firmam, por meio do interbancário, através do seu envolvimento com a chamada indústria de fundos e com as transações à base de títulos, como um dos mais eficientes focos de difusão do *capital fictício autonomizado*.

Esse conjunto de mutações que afetam o capital financeiro e que resultam na hipertrofia do *capital fictício* está associado ao

dólar e, embora alimentado por diversas fontes, tem seu principal patrocinador na economia hegemônica, isto é, nos Estados Unidos – nos seus desequilíbrios orçamentários, nos seus déficits externos. O *locus* privilegiado para a expansão especulativa é o euromercado. Ao longo da sua marcha ascendente, esse moderno mercado financeiro desenvolve as euroobrigações, na medida em que os bancos atuam como intermediários financeiros em operações de empréstimos; e, simultaneamente, origina e faz avançar o mercado de eurocréditos, na medida em que os bancos tomam depósitos em moeda estrangeira e, a partir deles, passam a transacionar num mercado interbancário cada vez mais agressivo. É precisamente através do superdesenvolvimento dos eurocréditos, no espaço do interbancário, que decola o “vôo” da atividade emissora dos bancos, promovendo-se uma autonomização (relativa) dos fluxos financeiros (SANTOS FILHO, 1993, p.52).

Foram os bancos internacionalizados, notadamente os bancos norte-americanos, que deram sustentação institucional à expansão do euromercado e aprenderam a se colocar à testa das inovações financeiras que, como se sabe, envolvem os fluxos já qualificados como condutores por excelência do *capital fictício*.

Tem razão GUTTMANN (1996, p.65-71), quando generaliza e define precisamente o fenômeno da *dominação* mundial do *capital fictício*. CHESNAIS (1995) refere-se à ascensão, no período em foco, do *capital rentista*. A dinâmica do capital financeiro na atualidade mostra todos os principais condutores de *capital fictício* em franca expansão. O capital produtivo, por outro lado, já sem os mesmos estímulos que o espírito do New Deal e a tradição keynesiana lhe haviam trazido, no contexto particular do capitalismo monopolista, é levado a adaptar os processos de trabalho de modo a obter compensações via elevação da taxa de mais-valia. O crescimento econômico avança em marcha contida, visto que as atividades especulativas, dominantes, reduzem as potencialidades da acumulação produtiva. Por isso, o mundo da *terceira revolução industrial* limita-se, até hoje, a um quadro marcado por tensões ascendentes nas relações de trabalho, pelo desemprego, por crises recorrentes e pelo crescimento econômico a taxas não muito distantes da estagnação (COUNTINHO e BELLUZZO, 1996, p.137-151).

Um dos problemas suscitados pela dominação do capital fictício diz respeito ao fato de que o fortalecimento ou enfraquecimento do capitalista prestamista, dono do capital portador de juros, frente ao capitalista industrial, envolve a correlação de forças entre as respectivas frações do capital. Quando a alta dos juros se torna duradoura e as atividades especulativas se fortalecem, está havendo uma redistribuição, favoravelmente ao capital rentista, da mais-valia extraída aos trabalhadores (MARX, 1985-86, p. 255-268).

Portanto, a dominação do *capital fictício* envolve conflitos entre capitalistas e essa circunstância deve se traduzir em impactos específicos nas esferas do poder político. ARRIGHI (1996, p. 334) situa o momento histórico em que o centro mundial do sistema capitalista teria operado a guinada que consumou a subordinação do Estado à comunidade financeira cosmopolita. Foi quando o governo Reagan desistiu da tradição anti-rentista e, ao elevar a taxa de juros e promover a desregulamentação financeira, selou uma aliança preferencial entre o Estado e o capital financeiro autonomizado. FIORI (1997, p. 91) propõe a periodização da escalada da financeirização a partir de marcos sucessivos, o primeiro deles ainda nos anos 60, embora o momento mais significativo lhe pareça, também, estar situado nos anos 80, quando os governos Reagan e Thatcher, simultaneamente, criaram novos patamares de liberação para as movimentações financeiras.

Desde então, o componente fictício da expansão financeira cresce rapidamente, num movimento somente contido em momentos pontuais de deflação súbita, como os *crashes* de 1987, de 1994 (México) e de 1997. Em todos esses momentos, o Estado reafirmou seus novos compromissos prioritários, tomando medidas de salvação do capital especulativo através de políticas que, colateralmente, afetavam negativamente as potencialidades da produção e do emprego.

Esse tipo de desenvolvimento capitalista e esse comportamento *sui generis* do Estado não seriam compreensíveis sem uma análise das circunstâncias políticas especiais que estiveram presentes na gênese desses novos processos.

3. Tensões interestatais: o fim da “cooperação antagônica”

August Thalheimer escreveu, em 1946, um ensaio sobre as relações entre os Estados capitalistas centrais depois da Segunda Guerra. THALHEIMER (1992) pôs em relevo um novo fator que estaria subordinando, desde então, aos conflitos interestatais: a consolidação do bloco socialista, em especial o fortalecimento militar da União Soviética. O novo elemento introduzia na cena mundial uma polaridade fundamental, a cisão do mundo entre dois blocos envolvidos em dinâmicas socioeconômicas expansivas e opostas. Em tais circunstâncias, as tradicionais contradições entre potências capitalistas, conquanto preservadas, passavam a conter-se nos limites de uma cooperação entre elas. A ambiguidade subjacente a essa situação levou Thalheimer a elaborar o conceito de *cooperação antagônica* (cooperação entre os países capitalistas, apesar dos antagonismos existentes entre eles), bastante elucidativo quanto aos rumos da diplomacia mundial no pós-guerra.

FIORI (1997, p. 103) parece sustentar um ponto de vista semelhante, ao afirmar que a competição ideológica e militar entre Estados Unidos e União Soviética explica o caráter *complacente* da hegemonia americana sobre o mundo capitalista depois da Segunda Guerra. As exigências da Guerra Fria levaram os Estados Unidos a exercerem, efetivamente, o papel de centro hegemônico, no sentido gramsciano do termo, gerando-se momentos bastante significativos em que os seus interesses nacionais específicos deixaram-se subordinar às necessidades do conjunto do sistema, exatamente por causa da principalidade assumida pela conflagração entre blocos.

Em sua visão panorâmica sobre as transformações do sistema capitalista no pós-guerra, MAGDOFF (1972) caracteriza os Estados Unidos como os *organizadores do sistema imperialista*. Efetivamente, a hegemonia norte-americana sobre o sistema mundial, ao tempo em que reafirmava a existência de uma hierarquia dentro do bloco, expressava uma constante preocupação com a organização do sistema e com a sua estabilização interna. Nessa perspectiva devem-se situar os sucessivos programas de estímulo ao crescimento econômico.

O Plano Marshall, o *Ponto IV* de Trumann, a *Aliança para o Progresso*, são alguns exemplos de uma estratégia que, vale frisar, tornava-se possível, porque coincidia, historicamente, com o caráter expansivo de um capital financeiro em aberto processo de internacionalização. Em nenhum outro momento, o *centro imperialista* fomentou tanto o planejamento de longo prazo. O planejamento econômico tornava-se (como tão bem entenderam os militares brasileiros depois de 1964, muito alinhados à ideologia do sistema mundial) um *problema de segurança nacional*.

Esse o pano de fundo político para o estímulo às estratégias desenvolvimentistas – que, em geral, se coadunavam com as necessidades expansivas do grande capital. Obviamente, essas políticas não poderiam ir à prática de forma harmônica e automática, dada à complexidade e a desigualdade sociais dos países envolvidos. Lembre-se, como exemplo, que os primeiros governos brasileiros no pós-guerra elaboraram projetos de industrialização acelerada, no que tomaram parte destacada os técnicos e as missões dos Estados Unidos, mas que se mantiveram apenas no papel durante uma década, até que se desse, afinal, o ingresso sistemático do capital que financiaria a industrialização.

A subordinação dos antagonismos intercapitalistas a uma cooperação interestatal forçada explica, em parte, a criação das condições favoráveis para a consolidação plena do Welfare State na Europa e para a sua reprodução aproximada em outras partes do mundo capitalista, ainda que em um ou outro caso não passasse de mero simulacro. O bloco, a partir do seu centro hierárquico, não poderia permitir que se criassem pontos de vulnerabilidade em algum elo da cadeia sistêmica. Para tanto, a cooperação entre Estados traduzia uma preocupação com a estabilidade interna, ao menos nos pontos considerados estratégicos do sistema mundial.

Ressalve-se, por outro lado, que a busca pela estabilidade dos países capitalistas não significava necessariamente um comportamento pacífico dos Estados nacionais na preservação das respectivas ordens sociais. As ditaduras militares, na periferia do sistema, faziam ensaios já nos anos 50 e ganhariam notórios espaços nos anos 60 e 70. Contudo, atente-se para um aspecto importante do fenômeno: uma vez realizada a conquista do Estado pelas tropas, não falta-

riam as Sorbonnes militares³ para conduzir os novos governos nos caminhos do desenvolvimento capitalista. Assim, – retomando o exemplo brasileiro – enquanto a ditadura militar promovia o massacre contra a esquerda, o crescimento econômico dos primeiros anos 70 ampliava as bases de sustentação do regime, logrando um consentimento passivo por parte da burguesia e da classe média. A ditadura militar brasileira implantou, portanto, uma forma de estabilidade interna, tal como o exigia a lógica internacional do bloco no contexto da Guerra Fria.

O início dos anos 80 traz um importante marco de mudança nesse cenário. A economia soviética deixa evidente os sinais de haver entrado em rota declinante. O governo Reagan, ao tempo em que se torna desafiador na Guerra Fria, demonstrando a intenção de quebrar o equilíbrio militar existente em suas relações com a URSS, decide abandonar, conforme já mencionado anteriormente neste trabalho, a tradição fundada por Roosevelt e depois respaldada no keynesianismo, firmando uma aliança preferencial com o capital rentista. Inicia-se, aí, uma manobra de recuperação da economia americana que abala o sistema de compromissos – a cooperação, na terminologia de Thalheimer – com os diversos parceiros do bloco. O centro hegemônico, em nome dos seus interesses específicos, lança grande parte dos “novos países industrializados” na crise da dívida. Assim, ao condenar unilateralmente os países subalternos do bloco à sua própria sorte, o centro organizador do sistema imperialista emitia o primeiro sinal significativo de mudança nos termos em que se desenvolviam as relações interestatais desde a Segunda Guerra.

Paralelamente, esvaziaram-se os estímulos ao planejamento do desenvolvimento. Autores como MICHALET (1983) já observavam, no início dos anos 80, as relações entre a internacionalização financeira e a superação das anteriores estratégias desenvolvimentistas, substituídas por meras políticas industriais setorializadas.

O colapso da União Soviética concluiu a quebra das práticas correspondentes à *cooperação antagônica* e modificou radicalmente

(3) Denominação corrente dada aos segmentos ilustrados do comando militar pós 64, a quem se atribui a formulação de estratégias de consolidação do regime (que envolviam o crescimento econômico). Ver René Armand DREIFUSS. 1964: *A conquista do Estado*.

as relações entre Estados no interior do sistema. Finda a polarização entre os dois grandes blocos, esvaziaram-se as condições que até então impunham, com ênfase, a *cooperação* entre os Estados, conforme a vira Thalheimer. Esvaziaram-se as premissas da *hegemonia complacente* dos Estados Unidos, aludida por Fiori. A supremacia econômica e militar dos Estados Unidos deixa de expressar-se, segundo aquela ótica de organizador do bloco, naquela perspectiva de direção hegemônica (a la Gramsci).

No novo cenário, os EUA passam a basear-se, primordialmente, nos seus interesses econômicos específicos. Ocorre que tais interesses particulares compõem, como afirma Fiori (1997), um espaço econômico distinto de outros espaços econômicos igualmente capitalistas. O *antagonismo* entre modernos espaços econômicos prevalece sobre a *cooperação* – antes induzida pelas ameaças latentes oriundas da existência do *império do mal*.⁴

Ganha especial significado, nesse cenário, a observação feita por PERRY ANDERSON (1995), quanto ao recrudescimento do neoliberalismo após o desmoronamento do bloco socialista. A concorrência entre cartéis tende progressivamente aos termos de uma guerra entre cartéis; multiplicam-se os blocos regionais defensivos que se atritam reciprocamente; o planejamento estatal, antes associado ao dogma do desenvolvimentismo, é substituído por uma indiferença imperial dos países mais fortes à livre flutuação dos mais fracos ao sabor do mercado. E, num contexto de financeirização crescente, repetem-se ataques especulativos contra uma ou outra moeda nacional. A inteligibilidade desses eventos vincula-se à constatação de que os conflitos nascidos no interior do sistema capitalista tornam-se tendencialmente mais acirrados.

4. Tensões intraestatais: a crise da social-democracia

Aparentemente, a presente análise conduz a um conjunto de acontecimentos históricos sincronizados que teriam se encontrado nos primeiros anos 80: a irrupção da crise final da União

(4) Forma como Ronald Reagan referiu-se à União Soviética, nos primeiros anos 80. O episódio é lembrado em José Luís FIORI. *Globalização, hegemonia e império*. In: M. Conceição TAVARES; J. Luís FIORI. (org.). *Poder e dinheiro – Uma economia política da globalização*.

Soviética, a recuperação norte-americana e a ascensão do capital financeiro especulativo. Uma observação mais atenta dos fatos vai mostrar que, na realidade, a suposta sincronia não existiu. Os pilares centrais que sustentam o cenário dos anos 80 começam a se esboçar pelo menos 10 anos antes, com os primeiros sintomas de crise financeira dos EUA (a quebra da paridade dólar-ouro) e, logo em seguida, com a crise econômica que envolveu o centro mundial do sistema.

Com efeito, foi um problema interno à economia capitalista que marcou o fim da expansão dos chamados “anos de ouro” e provocou um deslocamento crescente do capital financeiro, que migra dos empreendimentos produtivos rumo ao autodesenvolvimento no euromercado. Esse distúrbio no interior do sistema quebrou o equilíbrio social do pós-guerra e impulsionou as lutas de classes em diversas regiões do mundo. O posterior desfecho dessas lutas é analisado por BRUNHOFF (1991); CLARKE (1991) é outro autor que analisa o fenômeno nessa perspectiva e situa, nos últimos anos 70, a derrota dos sindicatos dos trabalhadores nos países centrais do capitalismo mundial. A partir daí, na Inglaterra, nos Estados Unidos e em outros países, o movimento sindical dos trabalhadores recua diante da ofensiva do capital.

Desse modo, a acumulação capitalista em crise é um processo que passa a desenrolar-se num ambiente marcado pelo recuo dos sindicatos dos trabalhadores. Essa circunstância terá consequências diretas sobre as inflexões e as novas direções que o sistema mundial assume no decorrer da década de 80. O capital produtivo introduz novas formas de organização do trabalho, racionalizando o emprego dos recursos humanos e elevando a taxa de exploração. O capital financeiro autonomizado vai exigir, com realismo, o desmonte do Welfare State e, ainda que esse ataque não vá obter sucesso imediato nem fácil, certamente acumulará uma sucessão de êxitos parciais.

Ora, o Estado do Bem-Estar, ao converter em cânones keynesianos as demandas sociais dos trabalhadores assalariados, cumpria a função persuasiva do Estado moderno, conforme já observava Gramsci nos anos vinte e trinta ⁵. Aliás, como bem o observa WALLERSTEIN (1995), essa preocupação do Estado com a ampliação

de suas bases sociais de sustentação remonta à segunda metade do século XIX, quando os principais países europeus aprenderam a absorver as pressões das classes dominadas e passaram a admitir formas políticas de convivência com a social-democracia, enquanto essa última preparava, progressivamente, sua ascensão ao próprio comando dos governos.

A *débâcle* do movimento sindical nos anos 80 impõe uma inflexão nesses compromissos que datam do século XIX e que haviam sobrevivido aos fascismos. Abriram-se espaços para o ataque sistemático aos compromissos social-democratas dos Estados capitalistas e, com a posterior dissolução da União Soviética, o subsequente fortalecimento da ideologia neoliberal consumou a apologia oficial às desigualdades sociais. O Estado, se bem que em ritmos desiguais, tende, desde então, a se assumir desafiadoramente como representante de uma plutocracia.

Desobrigado de uma boa parte dos antigos mecanismos de persuasão, sentindo-se livre para reduzir progressivamente os gastos sociais (em nome do equilíbrio das contas públicas), o Estado posterior aos anos 80 vê-se em condições favoráveis para firmar o compromisso preferencial com as finanças especulativas, ainda que esteja também atento para a criação de externalidades favoráveis à elevação da taxa de mais-valia na esfera paralela da acumulação produtiva. Por tudo isso, verifica-se, ao longo do período em foco, alguma recuperação na taxa de lucro (GLYN, 1995), acompanhada de uma nítida concentração da renda nos países centrais (ARRIGHI, 1995) e de uma avassaladora ampliação da exclusão social na periferia do sistema (MARTINS, 1996). Paralelamente, o Estado dirige seus instrumentos para facilitar o livre curso dos condutores do capital fictício (GUTTMANN, 1996), ainda que o faça desconsiderando a própria alegação, quanto à crise histórica dos respectivos Tesouros e, contraditoriamente, provocando um agravamento do déficit público (COUTINHO e BELLUZZO, 1996).

A crise do Estado do Bem-Estar vai criar um cenário novo, no qual os mecanismos de persuasão, a que se referia Gramsci, perdem espaço, tendencialmente, para os mecanismos de coerção.

(5) Vide *A ciência e o príncipe moderno*. In: A. GRAMSCI. *Obras Escolhidas*, p.147-236.

A ausência de políticas públicas eficazes para reduzir significativamente a miséria social decorrente das novas formas da acumulação capitalista é sobretudo visível na periferia, aí incluídos os outrora denominados Novos Países Industrializados, depois rebatizados de emergentes, e incluídos, também, com maior dramaticidade, os quase-Estados africanos e similares, retirados das rotas internacionais do grande capital. Mas essa ausência aparece também nos países centrais, bastando citar-se, para demonstrá-lo, a persistente elevação da taxa de desemprego na Europa Ocidental.

A recente formação de governos social-democratas na França e na Inglaterra ainda não poderia ser encarada como um sinal de mudança neste cenário. Desses dois precedentes, apenas o francês aproxima-se mais efetivamente dos antigos pactos sociais de conciliação de classes, ao típico estilo do pós-guerra. Pouco se pode adiantar, porém, nesse momento, quanto à efetiva possibilidade de vir aquele governo a constituir-se em via alternativa. Prevalece, no cenário mais amplo, em termos substantivos, a herança da postura *thatcherista*, com um Estado plutocrático sustentando uma estratégia de ataque às conquistas sociais dos trabalhadores.

5. Retorno às origens? (Conclusões)

Na colocação introdutória dos problemas a serem abordados neste trabalho, partiu-se de uma periodização de caráter geral na qual se identificava a atualidade dentro dos últimos vinte e cinco anos, considerados a partir do esgotamento dos chamados “anos de ouro” do pós-guerra. Os novos problemas historicamente propostos condensavam-se, numa primeira aproximação da análise, em torno dos novos focos de dinamismo da acumulação capitalista. Sendo, porém, a economia e a política inseparáveis, como bem o ressaltam os teóricos-críticos da Economia Política, os esclarecimentos ulteriores acerca do objeto em apreciação passavam a depender de uma abordagem às circunstâncias políticas que cercaram a gênese da nova dinâmica econômica.

A confrontação do Estado com os sindicatos dos trabalhadores, na passagem dos anos 70-80 e os problemas que, progressivamente, afetaram o bloco socialista ao longo dos anos 80, vão aparecer como lances decisivos na configuração do novo panorama mundial. O refluxo duradouro do movimento sindical iria remover o fator de

resistência que, até os anos 70, tornavam inoperantes os esforços do sistema pela recuperação da taxa de lucro. A queda do bloco socialista, por sua vez, removeria outros tantos obstáculos cuja importância não poderia ser subestimada, pois, a um só golpe, fazia desaparecer as ogivas nucleares que, perigosamente, apontavam para o centro hegemônico do *sistema imperialista*, e superava a síndrome do medo da revolução social.⁶

A acumulação produtiva e rentista, articuladamente, passa a sustentar uma estratégia de combate ao Estado do Bem-Estar, impondo redução de encargos sociais sobre o capital e corte de salários indiretos, fatos que se revertem em elevação da taxa de mais-valia. O ataque ao Estado do Bem-Estar representa o abandono de uma postura relativamente tolerante do capital frente ao trabalho, daí decorrendo uma atitude sistemática de desafio aos sindicatos e de confrontação com as reivindicações parciais dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, o final da Guerra Fria retira as bases da cooperação compulsória entre países capitalistas, reabrindo tendências de agravamento das tensões interestatais.

Esses não são fenômenos de curto-prazo: são tendências inerentes a um período histórico, que permanecerão enquanto subsistir o cenário político de nascença desses novos tempos.

Projeta-se, sobre esse quadro, um paradoxo: ao tempo em que o Estado capitalista aparece como vitorioso e tenta uniformizar-se como Estado Liberal, ele se despoja de funções e mecanismos que o robusteciam, como assinalam importantes interpretações, quanto ao Estado moderno. As práticas de persuasão, de ampliação das bases sociais de apoio e de consolidação da hegemonia, tão nítidas na Europa Ocidental do pós-guerra, declinam conjuntamente ao desmonte do Welfare State. Embora não se possa absolutamente falar em morte do Estado do Bem-Estar, visto que seus instrumentos sobrevivem na Europa há quase duas décadas de desmonte gradual, é indiscutível a ascensão progressiva de uma alternativa plutocrática, muito autoconfiante, apoiada na ideologia neoliberal, que faz tábula rasa de preceitos básicos incorporados às políticas públicas após as densas experiências políticas do presente século.

(6) Para uma conceituação do *sistema imperialista* ver Harry MAGDOFF. *A Era do imperialismo*.

Paradoxalmente, no momento em que se anuncia triunfante, a democracia liberal abre a sua guarda e promove a queda da sua própria legitimidade perante o conjunto da sociedade. Voltando a lembrar Gramsci,⁷ constata-se que a trincheira avançada do Estado parece negligenciar a *fortaleza de casamatas* que lhe serve de retaguarda e que, em diversos momentos críticos deste século, salvara-o de irrupções revolucionárias. E, em alusão a Thalheimer, dir-se-ia que os antagonismos intercapitalistas novamente sobrepõem a cooperação (a *hegemonia complacente*, nos termos de Fiori) do prolongado pós-guerra. Na base dessas mudanças no Estado contemporâneo, impõe-se o fato de que o desenvolvimento com estabilidade social deixou de ser, como no passado, uma prioridade e uma questão de segurança nacional. Tudo se passa como se o sistema houvesse adotado um lema implícito – *a acumulação a qualquer preço*.

Essa situação sugere uma aparente regressão do Estado e um retorno a estágios superados da sua história. O paralelo com o passado deve, contudo, ser afastado, senão pela simples constatação de que a história não se repete. As semelhanças entre as estratégias governamentais de hoje e as formas primitivas do Estado no capitalismo são formais, uma vez que os aportes datados sobretudo dos últimos cento e cinquenta anos sobrevivem modificados e, embora deslocados em seu peso específico, subsistem ao desmonte neoliberal. Não há retorno no tempo histórico, as tendências hoje predominantes são rigorosamente originais. Evidentemente, elas revelam um movimento tendencial de simplificação do Estado e de ascensão relativa dos mecanismos de coerção frente aos demais recursos pelos quais o poder político é exercido. Nesse sentido, o Estado tende a se fragilizar a partir do próprio momento da anunciada universalização do seu êxito. Se há semelhanças com o passado, é porque o Estado, no capitalismo, manteve um eixo medular constante que eventualmente emerge ao longo do tempo. Os teóricos marxistas clássicos foram muito enfáticos em advertir que essa essência permanente e de última instância é a máquina de repressão, pura e simples.

(7) Idem, *ibidem*, p.207-213.

O que se verifica não é uma volta às origens, mas um novo salto para frente, em que o Estado consuma uma nova combinação de pesos entre práticas tendentes ao convencimento e práticas coercitivas. Mantendo, ainda, muitos dos instrumentos criados durante a ascensão da social-democracia, o Estado busca de algum modo transferi-los para fora do seu controle direto, reduzindo suas disponibilidades para as atividades de persuasão das classes dominadas.

Concentrada na caça ao lucro máximo, seja pela elevação da taxa de exploração nas atividades produtivas, seja pela escalada especulativa que promove a financeirização de tudo, uma plutocracia neoliberal chega ao final do século XX anunciando a era do *Estado Mínimo*, no qual tudo parece transferível a terceiros, menos os respectivos e tradicionais aparatos de coerção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Perry. *O fim da história – de Hegel a Fukuyama*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
- _____. *Balanço do neoliberalismo*. In: SADER, Emir (org.) – *Pós-neoliberalismo – As políticas sociais e o Estado Democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-30.
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 1996.
- _____. *A desigualdade mundial na distribuição da renda e o futuro do socialismo*. In: SADER, Emir (org.). *O mundo depois da queda*. São Paulo: Paz e Terra, 1995, p. 85-120.
- BRUNHOFF, Suzanne. *A hora do mercado – crítica do liberalismo*. São Paulo: UNESP, 1991.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- CLARKE, Simon. *Crise do fordismo ou crise da social-democracia?* Lua Nova, São Paulo, n. 24, p. 117-150. set. 1991.
- COUTINHO, L. e BELLUZZO, L.G.M. Desenvolvimento e estabilização sob finanças estabilizadas. *Economia e Sociedade*. Revista do I.E. da Unicamp, Campinas: n. 7, p. 129-154, dez. 1996.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1987.
- FIORI, José Luís. Globalização, hegemonia e império. In: TAVARES, M. Conceição e FIORI, J. Luís (org.). *Poder e dinheiro – uma economia política da globalização*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

- _____. Globalização, Estados nacionais e políticas públicas. *Ciência Hoje*. Rio de Janeiro, vol. 16, n. 96, p. 24-31, dez. 1993.
- FRANK, Andre Gunder. *Chile: economia de livre repressão*. Coimbra: Centelha, 1976.
- FREUND, Julien. *Sociologia de Max Weber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- GLYN, Andrew. Os custos da estabilidade: os países capitalistas avançados nos anos 80. In: SADER, Emir (org.). *O mundo depois de queda*. São Paulo: Paz e Terra, p. 51-84, 1995.
- GRAMSCI, A. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- GUTTMANN, Robert. A transformação do capital financeiro. *Economia e Sociedade*. Revista do I.E. da Unicamp, Campinas, n. 7, p. 51- 83, dez. 1996.
- HOBBSBAWM, Eric. *Era dos extremos – o curto século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KURZ, Robert. *O colapso da modernização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- MAGDOFF, Harry. *A era do imperialismo*. Porto, Portugal: Portucalense Editora, 1972.
- MARTINS, C. Estevam. Da globalização da economia à falência da democracia. *Economia e Sociedade*. Revista do I.E. da Unicamp, Campinas, n. 6, p. 1-23, jun. 1996.
- MARX, Karl. O capital – Crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1985-1986. v. 4, Livro Terceiro, seções IV e V.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. In: MARX, K. e ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, [19-]. v. 1, p. 13-47, 1987.